



NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

O COMPONENTE SOCIAL DO PLANO COLÔMBIA E A TERRITORIALIDADE DA COMUNIDADE CAMPONESA-INDÍGENA AWÁ DO DEPARTAMENTO DO PUTUMAYO (COLÔMBIA)

Camilo Alejandro Bustos Avila

RENTA AGRARIA EN CONTEXTOS DE ALTA PRODUCTIVIDAD: LAS CONTRADICCIONES EMERGENTES EN EL ACTUAL RÉGIMEN DE PRODUCCIÓN AGROPECUARIA ARGENTINO

Juan Barri

LOS TERRITORIOS DE LA DESPOSESIÓN: LOS ENCLAVES Y LA LOGÍSTICA COMO TERRITORIALIZACIÓN DEL MODELO EXTRACTIVO SUDAMERICANO

Damian Andres Lobos

OS DESAFIOS DA REPRODUÇÃO CAMPONESA FRENTE À EXPANSÃO DOS AGROCOMBUSTÍVEIS, O ASSENTAMENTO MONTE ALEGRE: ARARAQUARA-SP

Julia Marques Bellacosa

LOS TRES CAMPOS EN LA CUESTIÓN AGRARIA EN URUGUAY

Gabriel Oyhançabal

CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DO DESFLORESTAMENTO EM FRONTEIRA AGRÍCOLA NA AMAZÔNIA: UM ESTUDO DE CASO NA REGIÃO DE SÃO FÉLIX DO XINGU, ESTADO DO PARÁ

Magno Roberto Alves Macedo, Laura Angélica Ferreira Darnet, Marcelo Cordeiro Thalês e René Pocard-Chapuis

NOVA LÓGICA NA PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR NA ZONA DA MATA PERNAMBUCANA: TRANSFORMAÇÕES FUNDIÁRIAS PARA A PERPETUAÇÃO DAS RELAÇÕES DE PODER

Maria Rita Ivo de Melo Machado e Mariana Zerbone Alves de Albuquerque

TRABALHO DOS EXTENSIONISTAS NO CONTEXTO DA ATES: O CASO DOS ASSENTAMENTOS DE CANDIOTA/RS

Daiane Loreto de Vargas

Jan./Jun.

2013



Revista NERA nº. 22

<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera>

EDITORES

**Djoni Roos
Eduardo Paulon Girardi
Camila Ferracini Origuéla
Bernardo Mançano Fernandes
Janaina Francisca de Souza Campos Vinha**

**NERA
Núcleo de Estudos,
Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
Jan.-jun./2013**

Revista NERA (RNERA) nº. 22

EDITORES

Djoni Roos
Eduardo Paulon Girardi
Camila Ferracini Origuéla
Bernardo Mançano Fernandes
Janaina Francisca de Souza Campos Vinha

CORPO EDITORIAL

Estevan Leopoldo de Freitas Coca
Leandro Nieves Ribeiro
Rafael de Oliveira Coelho dos Santos

CONSELHO CIENTÍFICO

Adriano Rodrigues de Oliveira – UFG (Goiânia, GO, Brasil)
Anderson Antônio da Silva – FATEC (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Antonio Thomaz Júnior – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Ariovaldo Umbelino de Oliveira – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Bernardo Mançano Fernandes – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Carlos Alberto Feliciano – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Ciro de Oliveira Bezerra – UFAL (Maceió, AL, Brasil)
Clifford Andrew Welch – UNIFESP (São Paulo, SP, Brasil)
Djoni Roos – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Eduardo Paulon Girardi – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Eliane Tomiasi Paulino – UEL (Londrina, PR, Brasil)
Emilia de Rodat Fernandes Moreira – UFPB (João Pessoa, PB, Brasil)
Eraldo da Silva Ramos Filho – UFS (Aracaju, SE, Brasil)
Estevan Leopoldo de Freitas Coca – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Francilane Eulália de Souza – UEG (Formosa, GO, Brasil);
Gláucio Marafon – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
Hellen Charlot Cristancho Garrido – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Hervé Théry – USP (São Paulo, SP, Brasil) e CNRS (França)
Isaías Tobasura Acuña – Universidad de Caldas (Manizales, Caldas, Colômbia)
Janaina Francisca de Souza Campos – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
João Cleps Júnior – UFU (Uberlândia, MG, Brasil)
João Edmilson Fabrini – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
João Rua – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
Jorge Ramón Montenegro Gómez – UFPR (Curitiba, PR, Brasil)
José Antonio Segrelles Serrano – Universidad de Alicante (Alicante, Espanha)
Juliana Grasiéli Bueno Mota – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Julio Cesar Suzuki – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Luis Daniel Hocsmán - Universidad Nacional de Córdoba (Córdoba, Argentina)
Manoel Calaça – UFG (Goiânia, GO, Brasil)
Márcio Freitas Eduardo – UFFS (Erechim, RS, Brasil)
Marta Inez Medeiros Marques – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Matuzalem Bezerra Cavalcante – INEC (Rio Branco, AC, Brasil)
Munir Jorge Felício – UNOESTE (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Neli Aparecida de Mello – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Nelson Rodrigo Pedon – UNESP (Ourinhos, SP, Brasil)
Noemia Ramos Vieira – UNESP (Marília, SP, Brasil)
Omar Angel Arach – Universidad Nacional de Córdoba (Córdoba, Argentina)
Onélia Carmem Rossetto – UFMT (Cuiabá, MT, Brasil)
Paulo Roberto Alentejano – UERJ (São Gonçalo, RJ, Brasil)
Ricardo Pires de Paula – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Rodrigo Simão Camacho – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Rosa Maria Vieira Medeiros – UFRGS (Porto Alegre, RS, Brasil)
Rosemeire Aparecida de Almeida – UFMS (Três Lagoas, MS, Brasil)
Sam Moyo – African Institute for Agrarian Studies (Harare, Zimbábue)
Sedeval Nardoque – UFMS (Três Lagoas, MS, Brasil)
Silvio Simione da Silva – UFAC (Rio Branco, AC, Brasil)
Tiago Egidio Avanço Cubas – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Valéria de Marcos – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Víctor Martín Martín – Universidad de La Laguna (Espanha)
Wilder Robles – University of Manitoba (Winnipeg, Canadá)

Revista NERA

Distribuída por



Indexada por



Ficha Catalográfica

Revista NERA. A.1, n. 1, 1998. Presidente Prudente: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/UNESP.

1998 – ano 1, nº. 1, nº. 2
1999 – interrompida
2000 – ano 3, nº. 3
2001 – interrompida
2002 – interrompida
2003 – interrompida
2004 – ano 7, nº. 4
2004 – ano 7, nº. 5
2005 – ano 8, nº. 6
2005 – ano 8, nº. 7
2006 – ano 9, nº. 8
2006 – ano 9, nº. 9
2007 – ano 10, nº. 10
2007 – ano 10, nº. 11
2008 – ano 11, nº. 12

2008 – ano 11, nº. 13
2009 – ano 12, nº. 14
2009 – ano 12, nº. 15
2010 – ano 13, nº. 16
2010 – ano 13, nº. 17
2011 – ano 14, nº. 18
2011 – ano 14, nº. 19
2012 – ano 15, nº. 20
2012 – ano 15, Edição Especial
2012 – ano 15, nº. 21
2013 – ano 16, nº. 22

Semestral
ISSN 1806-6755

1. Geografia - Periódicos - Grupo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - FCT/Unesp

ENDEREÇO

Rua Roberto Simonsen, 305, Centro Educacional, 19.060-900, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil

FCT/UNESP – Bloco Docente I – Sala 19

Fone: (18) 3229-5388 – Ramal: 5552

Site: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera> - e-mail: revistanera@fct.unesp.br

Sumário

APRESENTAÇÃO

07

PRESENTACIÓN

PRESENTATION

Camila Ferracini Origuéla

O COMPONENTE SOCIAL DO PLANO COLÔMBIA E A TERRITORIALIDADE DA COMUNIDADE CAMPONESA-INDÍGENA AWÁ DO DEPARTAMENTO DO PUTUMAYO (COLÔMBIA)

09

EL COMPONENTE SOCIAL DEL PLAN COLOMBIA Y LA TERRITORIALIDAD DE LA COMUNIDAD CAMPESINA-INDÍGENA AWÁ DEL DEPARTAMENTO DE PUTUMAYO (COLOMBIA)

THE SOCIAL COMPONENT OF PLAN COLOMBIA AND THE TERRITORIALITY OF THE INDIGENOUS-PEASANT COMMUNITY OF THE DEPARTMENT OF PUTUMAYO (COLOMBIA)

Camilo Alejandro Bustos Avila

RENTA AGRARIA EN CONTEXTOS DE ALTA PRODUCTIVIDAD: LAS CONTRADICCIONES EMERGENTES EN EL ACTUAL RÉGIMEN DE PRODUCCIÓN AGROPECUARIA ARGENTINO

27

RENDA AGRÁRIA EM CONTEXTOS DE ALTA PRODUTIVIDADE: AS CONTRADIÇÕES EMERGENTES NO ATUAL REGIME DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA ARGENTINO

LAND RENT IN HIGH PRODUCTIVITY CONTEXT: CONTRADICTIONS SHOWING IN THE PRESENT ARGENTINE FARM PRODUCTIVITY REGIME

Juan Barri

LOS TERRITORIOS DE LA DESPOSESIÓN: LOS ENCLAVES Y LA LOGÍSTICA COMO TERRITORIALIZACIÓN DEL MODELO EXTRACTIVO SUDAMERICANO

43

OS TERRITÓRIOS DA DESAPROPRIAÇÃO: OS ENCLAVES E A LOGÍSTICA COMO TERRITORIALIZAÇÃO DO MODELO EXTRATIVISTA NA AMÉRICA DO SUL

THE TERRITORIES OF THE DISPOSSESSION: THE ENCLAVES AND THE LOGISTIC AS FORMS OF TERRITORIALIZATION OF SOUTH AMERICAN'S EXTRACTIVE MODEL

Damian Andres Lobos

OS DESAFIOS DA REPRODUÇÃO CAMPONESA FRENTE À EXPANSÃO DOS AGROCOMBUSTÍVEIS, O ASSENTAMENTO MONTE ALEGRE: ARARAQUARA-SP

55

LOS DESAFIOS DE LA REPRODUCCIÓN CAMPESINA CONTRA LA EXPANSIÓN DE LÓS AGROCOMBUSTIBLES, EL ASENTAMIENTO MONTE ALEGRE: ARARAQUARA-SP

THE CHALLENGES OF PEASANT REPRODUCTION AGAINST THE EXPANSION OF AGROFUELS, THE MONTE ALEGRE SETTLEMENT: ARARAQUARA-SP

Julia Marques Bellacosa

LOS TRES CAMPOS EN LA CUESTIÓN AGRARIA EN URUGUAY

82

OS TRÊS CAMPOS NA QUESTÃO AGRÁRIA URUGUAIA

THREE FIELDS IN THE AGRARIAN QUESTION IN URUGUAY

Gabriel Oyhantçabal

CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DO DESFLORESTAMENTO EM FRONTEIRA AGRÍCOLA NA AMAZÔNIA: UM ESTUDO DE CASO NA REGIÃO DE SÃO FÉLIX DO XINGU, ESTADO DO PARÁ

96

CONFIGURATION SPATIALE DE LA DEFORESTATION DANS LA FRONTIERE AGRICOLE DE L'AMAZONIE: UNE ETUDE DE CAS DANS LE SÃO FELIX DO XINGU, PARÁ

SPATIAL CONFIGURATION OF DEFORESTATION IN AGRICULTURAL FRONTIER: A CASE STUDY IN REGION OF SÃO FÉLIX DO XINGU, PARÁ

Magno Roberto Alves Macedo, Laura Angélica Ferreira Darnet, Marcelo Cordeiro Thalês e René Pocard-Chapuis

NOVA LÓGICA NA PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR NA ZONA DA MATA PERNAMBUCANA: TRANSFORMAÇÕES FUNDIÁRIAS PARA A PERPETUAÇÃO DAS RELAÇÕES DE PODER

111

NUEVA LÓGICA EN LA PRODUCCIÓN DE CAÑA DE AZÚCAR EN LA ZONA DA MATA PERNAMBUCANA: TRANSFORMACIONES DE LA ESTRUCTURA AGRARIA PARA LA PERPETUACIÓN DE LAS RELACIONES DE PODER

NEW LOGIC IN THE PRODUCTION OF CANE SUGAR IN THE ZONA DA MATA PERNAMBUCANA: TRANSFORMATIONS LAND STRUCTURE TO THE PERPETUATION OF POWER RELATIONS

Maria Rita Ivo de Melo Machado e Mariana Zerbone Alves de Albuquerque

127

TRABALHO DOS EXTENSIONISTAS NO CONTEXTO DA ATES: O CASO DOS ASSENTAMENTOS DE CANDIOTA/RS

TRABAJO DE LOS EXTENSIONISTAS EN EL CONTEXTO DE ATES: EL CASO DE

LOS ASENTAMIENTOS DE CANDIOTA/RS

WORK OF WORKERS IN THE CONTEXT OF ATES: THE CASE OF SETTLEMENTS
CANDIOTA/RS

Daiane Loreto de Vargas

COMPÊNDIO EDIÇÕES

138 COMPENDIO EDICIONES

COMPENDIUM EDITIONS

COMPÊNDIO AUTORES

149 COMPENDIO AUTORES

COMPENDIUM AUTHORS

APRESENTAÇÃO

Na avaliação do *Qualis* CAPES 2013, a Revista NERA (RNERA) obteve o conceito B1, classificação que ressalta a importância da Revista no âmbito da Ciência Geográfica e áreas afins, sobretudo em discussões acerca da questão agrária no Brasil e no mundo. Com o objetivo de qualificar o debate em torno da questão agrária, apresentamos um novo número da revista.

O número 22 é composto por oito artigos científicos que contemplam os seguintes temas: questão agrária uruguaia; Plano Colômbia e a territorialidade da comunidade camponesa-indígena Awá; territorialização do modelo extrativo sul-americano; renda agrária e o modelo de produção agropecuária argentino; agrocombustíveis e reprodução camponesa; configuração espacial do desflorestamento em fronteira agrícola amazônica; assessoria técnica, social e ambiental à reforma agrária e prestação de serviços de extensão rural a famílias assentadas; produção de cana-de-açúcar e transformações fundiárias na Zona da Mata pernambucana. Os artigos em questão são bastante abrangentes e permitem a apreensão das contradições que permeiam a questão agrária no que diz respeito à expansão do agronegócio, às comunidades camponesas e camponesas-indígenas e, por fim, às políticas desenvolvidas pelo Estado, no Uruguai, Colômbia, Argentina e em diferentes regiões do Brasil. Eis uma breve apresentação dos artigos que compõem este número.

No artigo “O componente social do Plano Colômbia e a territorialidade da comunidade camponesa-indígena Awá do Departamento do Putumayo (Colômbia)”, Camilo Alejandro Bustos Avila apresenta os conflitos entre o território do Estado e a territorialidade camponesa-indígena Awá, localizada no sudoeste da Colômbia. A região em questão é alvo de dois processos de desenvolvimento distintos. O primeiro tem como base comunidades de indígenas e camponeses expulsos de suas terras de origem, os quais se reproduzem territorialmente por meio de um modo de vida mediado por relações de trabalho familiar e, o segundo processo de desenvolvimento, baseado na instauração territorial do Estado, que tem como objetivo a produção e reprodução do capital, processo impulsionado pelo Plano Colômbia.

No artigo “Renta agraria en contextos de alta productividad: las contradicciones emergentes en el actual régimen de producción agropecuaria argentino”, Juan Barri procura identificar o arranjo orgânico dos capitais agrícolas e industriais, bem como os desdobramentos do processo de expansão da produtividade agrícola argentina no que diz respeito às disputas pela renda agrária. Para isto, toma como subsídio teórico as teses de Karl Marx discutidas no volume três do livro “O Capital”, dedicado ao tema renda da terra.

O artigo “Los territorios de la desposesión: los enclaves y la logística como territorialización del modelo extractivo sudamericano”, Damian Andres Lobos retrata a lógica de diferentes formas de territorialização do modelo extrativo sul-americano, em conformidade com o processo de mundialização do capital, a partir de territórios *cluster* e logísticos, tendo como embasamento teórico o pensamento crítico latino-americano. Os territórios *cluster* podem ser caracterizados como formas de enclaves extrativos configurados a partir do agronegócio monocultor, com especificidades ambientais e políticas que permitem a concentração espacial desse tipo de atividade. Já os territórios logísticos são a forma mais clara de territorialização do modelo extrativo e pode ser definido como um sistema integrado entre territórios com atividades extrativas e outros territórios. O termo logística permite justamente a compreensão de um modelo de organização social e técnica da produção em um contexto de mundialização pós-fordista.

No artigo “Os desafios da reprodução camponesa frente à expansão dos agrocombustíveis, o assentamento Monte Alegre: Araraquara-SP”, Julia Marques Bellacosa retrata a internacionalização do capital na agricultura por meio do avanço dos agrocombustíveis, tanto da cana-de-açúcar quanto das oleaginosas para produção de biodiesel, em terras da reforma agrária por meio da subordinação da produção camponesa pelos complexos agroenergéticos, o que impõe à ciência novos desafios no que diz respeito

ao estudo do campesinato brasileiro. A discussão proposta pela autora tem como base empírica o assentamento Monte Alegre, localizado no município de Araraquara, região comumente conhecida como “Califórnia brasileira” devido à concentração da produção canavieira.

O artigo de Gabriel Oyhantçabal, intitulado “Los tres campos en la cuestión agraria en Uruguay”, explora os desdobramentos da expansão territorial do agronegócio no Uruguai nas últimas décadas a partir de duas teses. A primeira tese tem como fundamento a ideia de que o Uruguai vive uma conjuntura pautada no processo de avanço do território do agronegócio que, ao expandir-se, subordina territórios camponeses e territórios do capital local, o que possibilita a existência de três campos: o território do agronegócio, o território do capital local monopolizado e articulado pelo agronegócio e, por fim, o território camponês monopolizado pelo agronegócio. A segunda tese corrobora com a perspectiva de que estes três campos são resultado da expansão do capital em escala mundial e das políticas públicas, baseadas no paradigma do capitalismo agrário, instauradas pelo Estado.

O artigo “Configuração espacial do desflorestamento em fronteira agrícola na Amazônia: um estudo de caso na região de São Félix do Xingu, estado do Pará” de Magno Roberto Alves Macedo, Laura Angélica Ferreira Darnet, Marcelo Cordeiro Thalês e René Pocard-Chapuis tem como objetivo identificar e monitorar por meio de geotecnologias a dinâmica de desflorestamento na fronteira agrícola de São Félix do Xingu, no estado do Pará. Por ser uma região onde recursos técnicos, informacionais e operacionais são insuficientes, há obstáculos à produção de pesquisas que contribuam com a elaboração de políticas públicas. Sendo assim, as imagens de satélite compõem importante instrumento de análise dos processos e agentes responsáveis pelas transformações do espaço amazônico, auxiliando em novas pesquisas e políticas públicas para a área, e também colaborando com a diminuição do desflorestamento e a construção de um desenvolvimento sustentável.

O artigo “Nova lógica na produção de cana de açúcar na zona da mata pernambucana: transformações fundiárias para a perpetuação das relações de poder”, de Maria Rita Ivo de Melo Machado e Mariana Zerbone Alves de Albuquerque, tem como objetivo compreender o processo de transformação da estrutura fundiária na Zona da Mata pernambucana, bem como as consequências desse processo na forma de organização socioespacial da região, através da existência de uma nova lógica de produção. Para isto as autoras analisam o conceito de estrutura fundiária, seu processo e configuração atual a partir da Zona da Mata Pernambucana e dos assentamentos rurais de reforma agrária instaurados desde a década de 1980. Analisam também as relações existentes entre as famílias assentadas e os proprietários de terra produtores de cana-de-açúcar e o Estado.

No artigo “Trabalho dos extensionistas no contexto da ATES: o caso dos assentamentos de Candiota/RS” a autora Daiane Loreto de Vargas reflete a respeito do serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES), criado pelo Instituto Nacional da Reforma Agrária (INCRA) como um instrumento na prestação de serviços de extensão rural para famílias agricultoras assentadas. A assessoria tem como objetivo fornecer instruções técnicas a respeito dos sistemas produtivos. Para isto, a autora analisa as ações de extensão rural com base nas orientações do Programa Ates nos assentamentos rurais do município de Candiota no estado do Rio Grande do Sul, no caso específico da produção leiteira, e os desdobramentos dessas ações, como os conflitos entre o que é proposto na teoria e a prática do programa.

Almejamos que o presente número da Revista NERA colabore com diferentes pesquisas, discussões e concepções a respeito dos temas abordados e da questão agrária de modo geral. Agradecemos a todos os autores que contribuíram por meio de seus trabalhos com esta edição, aos pareceristas que atenciosamente avaliaram os artigos e enviaram sugestões e, por fim, aos alunos de pós-graduação do NERA que colaboraram na editoração da revista.

Desejamos a todos, boa leitura.

Camila Ferracini Origuéla
Editora

O componente social do Plano Colômbia e a territorialidade da comunidade camponesa-indígena Awá do departamento do Putumayo (Colômbia)¹

Camilo Alejandro Bustos Avila

Doutor e mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo
Geógrafo da Universidad Nacional de Colombia, Sede Bogotá
e-mail: camilobustosa@yahoo.com

Resumo

Este artigo trata sobre o conflito entre território de Estado e territorialidade camponesa – indígena Awá do Departamento do Putumayo, localizado no sudoeste da Colômbia. Esta região foi escolhida por manifestar o descompasso entre dois processos; em primeiro lugar, o de ocupação do território por parte de comunidades subalternas e marginalizadas de indígenas e de camponeses expulsos de suas terras, os quais reproduzem uma lógica de apropriação do espaço baseada num modo de vida tradicional e baseado no trabalho familiar; e, em segundo lugar, o de formação territorial do Estado por meio de suas instituições, visando garantir a produção e reprodução do capital e a submissão ante a lei, como principais formas de dominação, processo para o qual o “Plano Colômbia” foi ferramenta fundamental durante a primeira década do século XXI.

Palavras-chave: território, Putumayo, Awá, camponeses-indígenas, Plano Colômbia.

Resumen

El componente social del Plan Colombia y la territorialidad de la comunidad campesina-indígena Awá del departamento de Putumayo (Colombia)

Este artículo trata sobre el conflicto entre el territorio del Estado y la territorialidad campesina-indígena Awá del Departamento del Putumayo, localizado en el suroccidente de Colombia. Esta región fue escogida por manifestar el desfase entre dos procesos; en primer lugar, el de ocupación del territorio por parte de comunidades subalternas y marginalizadas de indígenas y de campesinos expulsados de sus tierras, los cuales reproducen una lógica de apropiación del espacio basada en un modo de vida tradicional y sustentado en el trabajo familiar; y, en segundo lugar, el de formación territorial del estado colombiano por medio de sus instituciones, buscando garantizar la producción y la reproducción del capital y el sometimiento ante la ley como principales formas de dominación, proceso para el cual el “Plan Colombia” fue herramienta fundamental durante la primera década del siglo XXI.

Palabras-clave: territorio, Putumayo, Awá, colonos-indígenas, Plan Colombia.

Abstract

The social component of Plan Colombia and the territoriality of the Awa indigenous-peasant community of the department of Putumayo (Colombia)

This paper deals with the conflict between state territory and Awá peasant-indian territoriality from Putumayo Department at southwestern Colombia. This region was chosen for showing

¹ Estudo financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

the difference in rhythm between two processes, in first place, the settlement in a territory for subordinate and marginalized communities of Indian and peasants thrown away from their homelands and who reproduce a logic of appropriation of space based in a traditional way of life supported by family work and, in second place, the territorial foundation of Colombian State and its institutions, looking for guaranteeing Capital's production and reproduction and submission to the law, as main ways of domination, process for which "The Colombia Plan" was fundamental instrument during the first decade of the 21st century.

Keywords: territory, Putumayo, Awá, peasant-indians, The Colombia Plan.

Introdução

Este artigo está baseado em pesquisa de mestrado desenvolvida junto ao Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. É uma tentativa de explicação da complexidade socioespacial da relação entre os camponeses-indígenas Awá do Departamento do Putumayo, na região do piedemonte amazônico do sudoeste da Colômbia e o Estado colombiano, enquadrando esta relação a partir da condição de periferia desta região no processo de conformação territorial do Estado-Nação colombiano. Esta comunidade fez parte de um grupo de comunidades camponesas e indígenas que colonizaram o piedemonte do Putumayo, deslocadas das regiões adjacentes por efeito do processo de concentração da terra (especificamente, de seu território ancestral no Departamento de Nariño) e recriaram relações camponesas de produção no Putumayo baseadas na posse da terra e o cultivo da coca, no entanto, perdendo, neste processo, muitas das suas tradições ancestrais indígenas.

A partir de meados da década de 1990, o Estado colombiano se embarca na tarefa de consolidar seu processo de institucionalização nas suas áreas periféricas mediante o combate à produção da coca, utilizando-se de estratégias de forte impacto para a vida das comunidades camponesas como a fumigação aérea e o controle militar. As comunidades reagem a esta iniciativa estatal com uma série de mobilizações em que reclamam seu direito a serem considerados como cidadãos e exigem a implantação do Desenvolvimento Alternativo.

A resposta do Estado às mobilizações camponesas é a estigmatização do movimento camponês, acusando suas lideranças de estarem cooptadas pela guerrilha e a consequente realização do "Plano Colômbia". Este foi um gigantesco plano de combate à produção de coca mediante operativos militares para o confronto com as guerrilhas insurgentes, erradicação forçada dos cultivos de coca e imposição de estratégias de desenvolvimento alternativo, elaborado sob a influência dos Estados Unidos. Os impactos negativos deste plano e da incursão sistemática dos grupos paramilitares produziram um deslocamento em massa da população rural e o deterioro das condições de vida da população despejada da terra.

Ante estes graves impactos, as comunidades camponesas como os Awá decidem retomar suas características ancestrais indígenas para assegurarem a propriedade da terra e outros benefícios consagrados na legislação, mas, neste processo vão se distanciando entre elas pela concorrência por benefícios estatais, e gerando processos de autosegregação.

A periodização do fenômeno tratado está compreendida em três momentos gerais: O primeiro, de deslocamento das populações camponesas e indígenas até esta região por conta da expulsão de seus territórios ancestrais ou da impossibilidade de se reproduzirem nestes de acordo com as lógicas tradicionais (entre a década de 1950 e meados da década de 1970); o segundo, de implantação gradual do capitalismo, por meio do cultivo da coca, embora se utilizando das relações de produção camponesas e indígenas para sua reprodução (entre a segunda metade da década de 1970 e meados da década de 1990) e, o terceiro, de tentativa de imposição do Estado e suas instituições no território, por meio da violência e a lei, utilizando estratégias como o combate militar à produção da coca e a

formulação de planos de desenvolvimento (meados da década de 1990 até nossos dias). De forma geral, estes três momentos podem ser abstraídos a partir da territorialização de três aspectos determinantes: comunidade, mercadoria e Estado, respectivamente.

O “Plano Colômbia”, desenvolvido entre 2000 e 2005, foi o projeto mais ambicioso de territorialização do Estado por combinar, tanto a repressão, quanto o planejamento socioeconômico. Este projeto visava para a erradicação total dos cultivos de coca na Colômbia e teve o Putumayo como a principal área de implantação, por ser esta a área de maior extensão dos cultivos de coca no final da década de 1990. A maior parte do orçamento do plano (75%) correspondeu a seu componente militar, mostrando a predominância da violência no processo de formação territorial do Estado. Porém, o interesse da pesquisa foi examinar o chamado “Componente Social” (25%), mostrando como este foi composto por iniciativas de integração das comunidades tradicionais dentro da lógica de produção de matérias-primas para o mercado internacional distintas dos cultivos ilícitos.

Teoricamente, portanto, surge uma relação conflituosa entre dois tipos de territorialidade, o da comunidade indígena-camponesa Awá e aquele do Estado colombiano. É necessário, portanto, discutir os conceitos de território e seus derivados (territorialização, territorialidade e formação territorial) para explicar o relacionamento entre as comunidades, Estado e espaço. Este conflito entre territorialidades é entendido em decorrência da expansão do Estado dentro de suas fronteiras expandindo, com ele, as relações de produção capitalistas, características do mundo moderno. Esta transição correspondeu com a expansão do chamado *Modo de Produção Estatista*, próprio da fase do capitalismo mundializado do pós-guerra, que para reproduzir-se espacialmente se confronta, integra ou exclui as relações de produção camponesas², não capitalistas.

O confronto entre a territorialidade do Estado e a territorialidade camponesa permite explicitar outras contradições, como aquelas entre espaço *apropriado* e espaço *dominado*, entre território como *hegemonia de poder* e território como produto do processo de construção social do espaço e entre *ordenamento* e *ordenação* do território.

Estas oposições permitiram refletir acerca da situação complexa e contraditória das comunidades tradicionais da Amazônia colombiana, particularmente, do Departamento do Putumayo, que buscam manter seus modos de vida tradicionais quando seu território está na esfera de interesse do Estado nacional e de outros Estados, como Estados Unidos, principal financiador do “Plano Colômbia”. Este país buscou, por meio do plano, assegurar o controle sobre os recursos naturais da área amazônica colombiana além de consolidar um espaço para a circulação de suas mercadorias.

Porém, um aprofundamento da análise dialética permite analisar as estratégias de sobrevivência das populações tradicionais neste contexto. A principal delas foi a *reterritorialização*, forma de garantir a propriedade da terra para os posseiros camponeses do Putumayo (denominados tradicionalmente como *colonos*), amplamente utilizada pela comunidade Awá e por outras comunidades de camponeses de origem indígena da região e baseada no apelo à tal herança indígena. Ela mostrou-se como o mais importante elemento de legitimação territorial para comunidades tradicionais desprovidas de títulos de propriedade, num contexto em que a reforma agrária é combatida pelas grandes elites de latifundiários e capitalistas e em que o avanço do Modo de Produção Estatista exige a necessidade da propriedade da terra para a reprodução do campesinato. Como resultado desse processo, a comunidade Awá do Putumayo foi caracterizada como composta por *camponeses-indígenas*, já que a identificação é mutável no tempo, dependendo das interações e negociações com o Estado e com comunidades vizinhas.

² O conceito de “Modo de Produção Estatista” é introduzido por Henri Lefebvre no Tomo III do seu livro *De L’Etat* e diz respeito à “generalização do Estado, entendido como forma do político, na escala do planeta” (KOSMINSKY; ANDRADE, 1996 p. 54-61). As formas de produção camponesa, características da nossa área de estudo correspondem àquelas baseadas na *Unidade de produção familiar*, tal como definida, entre outros por Alexander Chayanov em sua obra *On the Theory of Peasant Economy* (do qual se encontra traduzido ao português o capítulo “Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas”, in: Da Silva, José Graziano e Stolcke, Verena (orgs.) “A Questão Agrária”, São Paulo: Brasiliense, 1981 p. 133-63).

Desta forma, a partir da última década, na qual a intervenção do Estado foi mais significativa, os Awá apelaram para o reforço da sua identidade indígena como forma de garantir o acesso a terra e aos benefícios sociais que são mais difíceis de ser conseguidas para as comunidades de posseiros camponeses do piedemonte amazônico (*colonos*) que não se reconhecem como indígenas, apesar de todo, o Estado tenta controlar a estratégia dificultando o reconhecimento institucional e separando indígenas e *colonos* na negociação dos benefícios sócio-econômicos, como os decorrentes do Componente Social do Plano Colômbia.

Um aspecto importante a ser destacado é o escasso sucesso das políticas para erradicação dos cultivos de coca e, portanto, das tentativas de inserir as comunidades produtoras de coca dentro da economia legal. O fracasso destas estratégias demonstra que a economia da coca gerou uma solidez econômica ímpar ao conseguir introduzir os camponeses e indígenas dentro de relações de produção capitalista sem, contudo, impedi-los de seguirem se reproduzindo enquanto tais.

Na sequência, examinaremos alguns dos pressupostos teóricos básicos que permitiram chegar nesta conclusão.

Conceito de território e suas derivações

A importância da categoria território tem a ver com o fato de que ela tem uma importância política determinante na vida dos camponeses e indígenas da América Latina, para eles a categoria “território” tem dimensões sócio-políticas e cosmológicas mais amplas do que “terra”, considerada, às vezes, só enquanto meio de produção (BINDA, 1999, p. 2-3), porém, a *luta pelo território* desta comunidade não deixa de ser *luta pela terra* já que ainda que vista como meio de produção, não corresponde só a uma produção material, mas simbólica da vida e do significado da existência.

Para conceituar o território utilizamos a classificação oferecida por Haesbaert (1997, 2004), quem determina três tipos de abordagens desta categoria: por uma parte, em seu aspecto político-jurídico, ou seja, como parcela do espaço sobre a qual se exerce um determinado poder; por outra parte, enquanto categoria simbólica e subjetiva, isto é, como produto da apropriação do espaço feita por meio do imaginário e/ou da identidade social; por último, como categoria econômica, produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho. Claro que, na maioria das vezes, a definição do território mistura duas ou três dessas abordagens (HAESBAERT 1997, p. 39-40).

A primeira abordagem tem sido a de mais amplo uso na Geografia, graças à obra de Ratzel e seus seguidores. A partir destas concepções, o Estado alcança um grau superlativo, sendo o encarregado de estabelecer os laços de coesão e unidade entre os membros de uma unidade territorial. Um exemplo deste tipo de concepção é a de Moraes (2006), para quem “o território é antes de tudo, um espaço de dominação, o âmbito espacial de um domínio político (...) ao exercício de um poder corresponde sempre um espaço do alcance de sua atuação, sua área de autoridade e dominação: um território” (MORAES, 2006, p. 111). Em outro escrito o mesmo autor escreve que: “no mundo moderno, os territórios estão vinculados ao domínio estatal do espaço, qualificando-se como o *âmbito espacial de exercício do poder um Estado*” (MORAES, 2000, p. 42-43, grifo do autor).

Segundo este autor, a partir da idéia do território como espaço demarcado de exercício do poder do Estado, chega-se à *formação territorial*, entendida como a consolidação do Estado nacional dentro de suas fronteiras, processo no qual “aquela extensão areolar tem de ser organizada e operada como um espaço político, jurídico, econômico e cultural, até resultar numa unidade tornada como evidente: Um país” (MORAES, 2002, p. 61-2).

A crítica da idéia do território como espaço exclusivo dos Estados é feita por autores como Raffestin, para ele, Ratzel e seus seguidores tomaram o Estado Moderno ou Estado-Nação como “o único núcleo de poder, como se todo o poder estivesse concentrado nele” (RAFFESTIN, 1993, p. 15). A seu turno, Haesbaert menciona que, para os autores que

privilegiam em excesso as questões políticas e, principalmente, a questão do Estado, o território pode ficar restrito às sociedades modernas articuladas em torno dos Estados-Nações (HAESBAERT, 2004, p. 79)³, por esta razão, este autor manifesta a necessidade de buscar, por meio da geografia, uma visão integradora “capaz de evidenciar a riqueza ou a condensação de dimensões sociais que o espaço manifesta” (HAESBAERT, 2004, p. 75).

O conceito de *territorialidade* refere-se à “qualidade de ser do território”, muitas vezes concebida como a dimensão simbólica do mesmo (HAESBAERT, 2004, p. 74, grifo do autor), embora para Sack (1986) a territorialidade tem um aspecto mais material, para ele, a territorialidade é qualidade necessária para a construção de um território e incorporada ao espaço quando este media uma relação de poder que a utiliza para controlar ou influenciar pessoas, coisas e relações sociais, desta forma pode ser interpretada como uma *estratégia espacial* para atingir, influenciar ou controlar recursos e pessoas, pelo que pode ser ativada ou desativada (SACK, 1986, p. 01).

A territorialidade para Raffestin (1988) é o “conjunto de relações estabelecidas pelo homem enquanto pertencente a uma sociedade, com a exterioridade ou alteridade, com o auxílio de mediadores ou instrumentos” (RAFFESTIN, 1988, *apud* HAESBAERT, 2004, p. 87). Para este autor, sua qualidade de dimensão simbólica não exclui os aspectos materiais. Da mesma forma aparece na definição de Costa (1988) para quem ela é uma relação de poder e de interação com o espaço que se estabelece por parte de uma sociedade organizada para viver, trabalhar e produzir e, a partir da qual, se delimita um espaço de vivência e produção que é ao mesmo tempo um espaço político, projeção territorializada das suas relações econômicas, políticas e culturais (COSTA, 1992, p. 27). Já para Andrade (1994), a territorialidade é uma condição inerente aos seres que habitam um território, porque “surge da necessidade de se identificar com o espaço que se habita e da consciência de participação na construção do território” (ANDRADE, 1994, p. 214).

Enfim, o conceito de *territorialização* está definido a partir da utilização do conceito de território. Para Raffestin (1993), existe uma diferença entre o espaço “realidade material preexistente” e o território, que é produto de uma ação social. Ao se apropriar do espaço, concreta ou abstratamente, o sujeito social “territorializa” o espaço. Ao territorializar, ele entra em um campo de poder que *não é apenas a apropriação física, material* (por meio de fronteiras jurídico-políticas), *mas também imaterial ou simbólica*, já que as representações sobre o território são também instrumentos de poder (RAFFESTIN, 1993, p. 143, grifo nosso).

Haesbaert (2004, p. 96-97) estabelece um nexo importante entre a teoria da territorialização em Raffestin com a teoria de Henri Lefebvre, embora este não trabalhe com o conceito de território. A idéia do território desde um ponto de vista não só material, quanto simbólico, tem relação com os conceitos de *espaço apropriado* e *espaço dominado* deste autor. Para Lefebvre, a dominação seria consequência das práticas sociais e da técnica, enquanto que a apropriação seria a modificação de um espaço para servir às necessidades e às possibilidades de um grupo social (LEFEBVRE, 1974, p. 191-194). De acordo com este pressuposto, o processo efetivo de territorialização reúne uma dimensão concreta, puramente “funcional”, e uma dimensão simbólica e afetiva.

A dominação, ao ser imposta pelos Estados e instituições, geralmente, é mais forte no processo de produção do espaço, porém, tende a criar territórios exclusivamente utilitários e funcionais que não permitem a criação de um verdadeiro sentido socialmente compartilhado e/ou uma relação de identidade com o espaço (HAESBAERT, 1997, p. 41). Faz-se necessária, então, uma “reapropriação” dos espaços, na qual as comunidades possam voltar a estabelecer tais relações de identidade, assim o processo de territorialização significaria “criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo ‘poder’ sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais” (HAESBAERT, 2004, p. 97).

³ Como exemplo disto, Haesbaert (2004 p. 79) critica a concepção de “fim dos territórios” em Badie, (1995), para quem o território estaria diretamente relacionado com a perda de importância do Estado nação, como se só pudesse existir território quando atrelado ao Estado.

Com respeito à relação biunívoca do conceito de território, tanto material, quanto simbólica, Haesbaert acrescenta que se a fronteira indica ao mesmo tempo o fechamento e a extroversão, “a classificação proporcionada por esses recortes espaciais, através da atribuição de significados ao espaço, pode reforçar, legitimar ou dar forma a identidades territoriais específicas” (HAESBAERT, 1997, p. 41). Desta forma, o território envolve uma dimensão simbólica e cultural que serve como forma de “controle simbólico” sobre o espaço onde eles vivem e uma dimensão mais concreta, na qual o espaço é apropriado e ordenado como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos (HAESBAERT, 1997, p. 42). Este último aspecto mostra-se importante ao examinarmos o processo de *reterritorialização*, mediante o qual os camponeses-indígenas se aproximam de seu passado indígena para constituir uma nova *identidade territorial*.

Assim, na prática social (e, portanto, na *prática espacial*), existiriam duas concepções de território, uma que privilegia a idéia de território como espaço dominado e outra que considera a idéia de espaço apropriado. Uma concepção integral do território deve levar em conta as duas visões para poder chegar a um entendimento dos desequilíbrios existentes entre a gestão do território feita pelo Estado e pelas comunidades, base fundamental que explica as diferenças entre as territorialidades criadas pelas comunidades e as territorialidades criadas como imposição do Estado.

Crítica marxista do Estado e o modo de produção *estatista*

A crítica do território como âmbito de ação de um Estado deriva para a crítica do Estado desde a teoria marxista. David nos lembra que, para Marx e Engels, o Estado surge da contradição entre os interesses particulares e os da comunidade, mas que deve assumir uma existência “independente” para garantir o interesse comum, tornando-se um poder alienígena que domina indivíduos e grupos, assim, o Estado é instrumento criado pelos seres humanos para sua própria dominação (HARVEY, 2006, p. 80). Todavia, Engels afirma que, originando-se na necessidade de manter os antagonismos de classe sob controle, mas também no meio da luta de classes, o Estado se torna o Estado da classe economicamente dirigente que é também a classe politicamente dirigente (ENGELS, 1975, p. 194). A classe dirigente do Estado, então, utiliza seus instrumentos de dominação (a lei, o poder de tributação e o poder de coação) para “exercer seu poder em seu próprio interesse de classe, enquanto afirma que suas ações são para o bem de todos” (MARX; ENGELS, 1970, *apud* HARVEY, 2006. p. 80).

Esta contradição é resolvida mediante a apresentação da atividade do Estado como independente e autônoma em seu funcionamento, mesmo sendo a expressão da unidade de poder das classes dominantes; e utilizando-se da ideologia, mediante a qual “os interesses de classe são capazes de ser transformados num ‘interesse geral ilusório’” (HARVEY, 2006, p. 81, grifos do autor). Portanto, quando surge o Estado Moderno baseado no Modo de Produção Capitalista, ele se torna defensor dos interesses da burguesia, baseando-se em princípios ideológicos como o respeito à propriedade, a defesa do “indivíduo”, da “liberdade” e da “igualdade”, todas elas ferramentas ideológicas pelas quais este Estado manteria, fomentaria e aplicaria as relações sociais capitalistas, garantindo: o direito de propriedade privada dos meios de produção e da força de trabalho, o cumprimento dos contratos, a proteção dos mecanismos de acumulação, a eliminação de barreiras para a livre circulação do capital e da força de trabalho e a estabilização do sistema monetário.

Harvey caracteriza o Estado no Modo de Produção Capitalista como instrumento de dominação de classe, já que ele se organiza para sustentar a relação básica entre capital e trabalho, necessária para a sustentação do capitalismo; Como o capital é, essencialmente, antagônico ao trabalho, Marx considera o Estado burguês “veículo por meio do qual a violência coletiva da classe burguesa oprime o trabalho” (HARVEY, 2006, p. 84-85, grifo do autor).

Lefebvre faz uma extensão das teorias marxistas a um novo momento do capitalismo que ele denomina de *neo-capitalismo*, momento em que as relações de produção

capitalistas se reproduzem a nível mundial. Ele aponta para o fato de que o Estado capitalista é aquele da hegemonia de uma classe e essa hegemonia (utilizando o conceito a partir da sua versão gramsciana) implica não só o controle mediante o emprego da violência repressiva, mas também pelo saber (LEFEBVRE, 1974, p. 17-8). No neocapitalismo, que se impõe a partir da segunda metade do século XX, o Estado se consolida a escala mundial, pesando sobre as sociedades com toda a sua força, planejando e organizando racionalmente a sociedade com a contribuição do conhecimento e da técnica, apagando o tempo e homogeneizando as diferenças, procurando aplanar o social e o cultural e neutralizando as resistências; busca-se o perfeito Estado *hegeliano*, aquele que represente a superação das contradições. Mas, mesmo assim, sempre há contestação já que “a normalidade estatista impôs assim a perpétua transgressão”. (LEFEBVRE, 1974, p. 17-18).

Lefebvre destaca o crescimento e a expansão territorial do Estado, ele se mundializa, conquista o mundo inteiro por meio do mercado mundial, generaliza-se em forma de um *sistema mundial dos Estados*, produz e reproduz as relações sociais, as quais se tornam, nesse processo, *relações políticas*. A essa acumulação de relações de produção sob o domínio do Estado é que Lefebvre denomina *Modo de Produção Estatista* (LEFEBVRE, 1977, p. 102).

A análise de Lefebvre concebe a reprodução do Estado como a reprodução de um conjunto de antigas relações de exploração e dominação, que se estendem e se modificam mediante “a intensificação do mercado (mundial e interno) e do mundo da troca, da ‘equalização do desigual’, equivalência do não equivalente e identificação do não idêntico” (KOSMINSKY; ANDRADE, 1996, p. 57). Esta equivalência pressupõe o conflito e impõe a coerção porque tem de ser imposta pela força.

Entretanto, se a troca e as equivalências são entendidas como a base do Estado moderno, tem que se apontar que estas trocas estão baseadas numa ilusão, a de que os sujeitos que a estabelecem são iguais, embora não o sejam. Marx mostra como a equivalência é a base da relação social capitalista, mas, nessa equivalência, a complexidade do real se mascara, torna-se abstrata e as relações entre os seres humanos passam a serem relações entre mercadorias (a mercadoria “força do trabalho”), portanto, entre *coisas*, e as relações entre as coisas, as mercadorias, como se fossem relações sociais entre as pessoas (MARTINS, 1981, p. 156-157).

Modo de vida camponês e seu confronto com a formação territorial do Estado e o avanço das relações de produção capitalistas

Apesar do avanço das relações de produção capitalistas no campo, existe um campesinato que resiste, ao manter e recriar relações de produção-consumo que são representadas pelo discurso hegemônico como pré-modernas ou ainda arcaicas. O campesinato se coloca como classe porque se manifesta a partir de suas formas de produzir e de se relacionar com a terra e porque pode ser observado e compreendido sociológica e politicamente na sua contraditória inserção no processo social e histórico, aspecto em que tem a capacidade de questionar a expansão territorial capitalista (MARTINS, 2002, p. 100). Para o caso específico da comunidade Awá, assim como das comunidades rurais tradicionais do Putumayo (muitas das quais se identificaram como indígenas para garantir a posse da terra), mostrou-se importante a persistência das relações de produção camponesas apesar da gradativa expansão das relações de produção capitalistas.

No Putumayo, tanto para o caso dos camponeses, quanto dos indígenas, as unidades de produção/consumo (“exploração familiar camponesa”, segundo Shanin, 1979, p. 16)⁴ encontram seu principal sustento na agricultura e são mantidas, principalmente, pelo trabalho familiar (SHANIN, 1979, p. 17). A unidade familiar mostra como visa à auto-

⁴ Chayanov (1981) utiliza múltiplas expressões para se referir à unidade de produção camponesa: unidade econômica familiar, unidade econômica familiar de trabalho etc. e aplica este conceito também para a produção artesanal (CHAYANOV, 1981, p. 134).

satisfação das necessidades básicas de subsistência e sua característica de *unidade* está baseada no fato de que “os rendimentos do processo de produção de uma família camponesa não podem ser expressos em termos puramente econômicos ou monetários, não sendo possível redistribuir tais rendimentos numa forma que corresponderia aos esforços individuais, nem isolar o ganho líquido” (JANSSON, 2004, p. 03).

A atividade econômica, portanto, está determinada principalmente pela exigência de satisfazer as necessidades da unidade de produção/consumo, o que faz com que o orçamento seja *qualitativo*, em vez de quantitativo, já que o interesse pela obtenção da máxima quantidade só se coloca como importante ao existir uma economia mediada pela troca e a circulação do dinheiro (CHAYANOV, 1981, p. 136-137).

A produção camponesa-indígena implica características culturais como o patriarcalismo e a divisão sexual e etária das tarefas que leva à complementaridade entre sexos e obriga ao casamento como condição quase necessária para o sucesso do empreendimento econômico⁵. A divisão do trabalho entre sexos cria “economias femininas”, caracterizadas por atividades exclusivas das mulheres, como a colheita, o cuidado da horta ou dos pequenos animais (SHANIN, 1979, p. 18-21).

Além da agricultura, os camponeses-indígenas trabalham em atividades complementares como o artesanato e o comércio, que permitem fornecer alguns instrumentos de trabalho básicos, evitando, no possível, a divisão social do trabalho. No complexo de produção-consumo camponês-indígena, também, são importantes atividades a caça, a pesca e a colheita, embora a atividade agrícola seja fundamental e determine os tempos de fartura e escassez, de trabalho excessivo e de folga, desta forma, “a agricultura, em combinação com o artesanato abastece diretamente a maior parte das necessidades físicas dos camponeses”. (SHANIN, 1979, p. 21).

A relação entre as características do processo de produção/consumo camponês-indígena e a produção de relações sociais permite este Modo de Vida como “um conjunto de relações pessoais e imediatas, estruturadas em torno da família e de vínculos de solidariedade, informadas pela linguagem de parentesco, tendo como unidade social básica a comunidade” (MARQUES, 2004, p. 145). A terra, o trabalho e a família são valores morais constitutivos da ética camponesa-indígena, e a honra, a hierarquia e a reciprocidade são princípios organizatórios, criando um complexo moral relacionado de forma próxima com a moral religiosa. Estes princípios morais se opõem à lógica social moderna que tem por base o mercado, o princípio de competição e, como valores, o indivíduo e a razão. Na lógica moderna, a categoria poder “tem o equivalente funcional da idéia tradicional de ordem e hierarquia e as categorias terra, trabalho e família são definidas independentemente uma da outra, como coisas explicáveis em si mesmas, de acordo com uma visão mecânica e atomística da realidade”. (MARQUES, 2000, p. 26).

Nesta pesquisa fora pressuposto que existe, de qualquer forma, um nível de subordinação da produção camponesa-indígena à reprodução do capital, tomando em conta as diferenças espaço-temporais do processo de formação territorial, mas num nível diferente das outras classes dentro da economia capitalista porque está baseado em “uma relação de subordinação e estranhamento com a sociedade capitalista. Se, por um lado, o mercado domina o campesinato, por outro, ele não o organiza” (TAUSSIG, 1980, p. 10). Neste sentido, a produção camponesa-indígena no Putumayo, teria uma sujeição *formal* e não *real*, pois preserva o conhecimento necessário à produção e seu produto é acabado, mesmo que esteja destinado a ser matéria-prima do processo de produção industrial (MARTINS, 2002, p. 90).

O capitalismo pode se estender no campo sem expulsar ao camponês-indígena da terra já que o camponês pode produzir para o capital mediante a captação dos frutos de seu trabalho, ou seja, “da riqueza adicional que o trabalho pode criar em relação aos custos de reprodução da força de trabalho” (MARTINS, 2002, p. 86), o que acontece mediante a

⁵ Com relação à necessidade social do casamento para a reprodução das relações de produção camponesas, Shanin (1979, p. 19) menciona que “as explorações agrícolas de homens solteiros, de viúvas etc. sofrem considerável prejuízo por problemas econômicos e são, em muitos casos, mal vistas pela comunidade”.

subordinação da comercialização dos seus produtos agrícolas aos setores comerciais intermediários, aproveitando-se do fato de que, ao possuir a terra e poder tirar dela seu sustento, o camponês-indígena pode receber uma parcela menor daquela que precisaria para sobreviver se tivesse que comprar todos seus meios de vida, como acontece com o operário.

Reetnização como estratégia territorial camponesa

Como já foi explicado, as comunidades Awá do Putumayo são caracterizadas como formadas por camponeses-indígenas. A sua forma de viver, produzir e de se relacionar com a terra, corresponde com o modo de vida tradicional camponês, embora possuam herança indígena. A relativa autonomia dos camponeses colonizadores do Putumayo, em relação ao Estado, fez com que estas comunidades desenvolvessem sua vida sem estarem, de fato, inseridas dentro de relações capitalistas (escassamente desenvolviam uma precária comercialização) e marginalizadas da institucionalidade do Estado. No contexto dessa integração marginal, as distintas comunidades se estabeleceram como posseiros (*colonos*), não tendo a necessidade de que o Estado reconhecesse a sua apropriação legal do território. A efetiva territorialização do Estado está, então, dada pela extensão relativa do processo de *titulação das terras em posse* ou regularização fundiária.

No bojo da generalização das relações de produção capitalistas utilizando-se da mediação das instituições estatais e da necessidade de conseguir a legitimação da posse da terra (isto é, o *título* de propriedade), os camponeses têm de idear novas estratégias para garantir esta legitimação, no caso particular do Putumayo esta estratégia tem sido a *reetnização*, o processo mediante o qual alguns indivíduos constroem um pertencimento cultural, material e político a um determinado grupo étnico em particular (ICANH, 2002, p. 92).

Em um primeiro momento (décadas de 1960 e 1970), quando os indígenas Awá chegaram ao Putumayo, deslocando-se de sua área ancestral nas encostas andinas do litoral Pacífico aconteceu um processo de *campesinização*, num momento histórico específico em que o camponês era o sujeito histórico privilegiado pelo Estado, porque as tensões existentes no campo faziam com que o movimento camponês lutasse pela reforma agrária e pela modernização das relações produtivas no campo e a ruptura com as velhas estruturas de sujeição da força de trabalho.

O Estado cooptou as aspirações do movimento camponês para o melhoramento da produtividade agrícola e a expansão das relações de produção e circulação capitalistas, mas não fez a reforma agrária, pressionado politicamente pelos latifundiários. Além disso, eles também se aproveitaram da violência e da criminalização do movimento camponês para controlar o acesso a terra e manter a concentração da propriedade fundiária. A colonização de terras devolutas em áreas periféricas como a Amazônia ocidental continuou, portanto, sendo uma forma de “resolução” da questão agrária, na Colômbia.

A criminalização estatal do movimento camponês implicou o aparecimento de outros movimentos sociais do campo baseados menos na identificação de classe do que na identificação racial. Destaca-se o movimento indígena que, após uma luta de várias décadas consegue que seus membros sejam reconhecidos pelo Estado como habitantes do território e tenham legitimidade para terem seus territórios ancestrais protegidos. Outra razão que fez com que eles ganhassem papel preponderante no cenário político a partir da década de 1990 foi a relevância do discurso ecologista que resgatou uma “lógica indígena” do uso e manejo do meio ambiente e contribuiu à “essencialização” do *índio*. Esse mesmo discurso, entretanto, tendeu a mostrar ao camponês *colono* como um sujeito sem cultura e depredador do Meio Ambiente.

Por meio da promulgação da Constituição de 1991, o Estado buscou estratégias para incorporar dentro de sua racionalidade (a legislação) as variadas lutas culturais e ideológicas das comunidades marginalizadas do país. A partir destas lutas foi definido na legislação um projeto social com um tipo de cidadão (pluriétnico) e de civilização

(multicultural) que abarca a totalidade da sociedade colombiana e, ao mesmo tempo, se reorganizou e modernizou o Estado e sua relação com a sociedade civil. Foi definida também a aplicação da coerção contra os grupos que não participassem do projeto do Estado e quebrantassem a lei (CHAVES, 1998, p. 287).

Como parte da afirmação do caráter multicultural da nação, os indígenas participaram da Assembléia Constituinte sendo esta participação um reconhecimento a sua luta pelo direito a poder reproduzir seu modo de vida tradicional como parte do novo projeto de Estado. Esta participação esteve acompanhada de uma mudança fundamental na representação do *indígena* dentro dos discursos do Estado e da sociedade civil. Eles vão ser agora vistos como “descendentes de tradições culturais milenares e depositários de profundos conhecimentos ecológicos e protetores natos do Meio Ambiente” (CHAVES, 1998, p. 288).

Porém, este reconhecimento também representa a integração dos indígenas dentro do Modo de Produção Estatista, já que o *Regime especial indígena*⁶ definido na constituição define o lugar dos indígenas na sociedade colombiana e os termos de seu relacionamento com o Estado e a sociedade civil. A partir da promulgação da constituição o Estado será quem definirá quem é ou não indígena e demandará o cumprimento da lei e a adaptação/integração no novo projeto social como grupo cultural e étnico particular (CHAVES, 1998, p. 288).

Devido à participação de representantes indígenas na Assembléia Constituinte de 1991 (conseguida sob um regime eleitoral especial em que não tiveram que concorrer com o resto de candidatos a delegados constituintes), foi produzido o artigo 246 da Constituição Nacional, que reconhece os resguardos indígenas como entidades territoriais da República, e aos indígenas a não necessidade de possuir título de propriedade da terra. Dentro de seu território, as comunidades, os cabildos⁷ e as autoridades tradicionais, têm o direito de exercer autonomia administrativa, fiscal, financeira, jurídica e política (OIM, 2004, p. 13).

Mas, estas vantagens concedidas aos indígenas deixaram de fora aos camponeses *colonos*, os quais não possuem uma identificação étnica. Para eles será mais difícil que se reconheça seu direito a ocupar o território. Apesar de que existe uma lei que, teoricamente, garantir-lhes-ia o acesso a terra, a Lei 60 de 1994 que cria o “Sistema Nacional para a Reforma Agrária” definindo uma política para a regularização fundiária mediante a figura das “Zonas de Reserva Camponesa”- ZRC, este marco legal não confere condições iguais a indígenas e camponeses porque a delimitação de terras indígenas obedece a um mandato constitucional, enquanto que o estabelecimento das ZRC apenas se sustenta em Lei do Congresso, passível de ser modificada com mais facilidade que a constituição. Aliás, esta lei tem sido fortemente contestada por latifundiários e outros atores privados com grande poder econômico, político e militar nas áreas de colonização, às vezes, até mesmo pelos indígenas.

O Estado, então, foi o agente decisório no surgimento de conflitos territoriais ao promulgar políticas que tenderam claramente ao favorecimento dos indígenas (ou, dos camponeses que se reconhecessem como tais) sobre os camponeses sem identificação étnica. O Estado criou uma polarização entre os dois grupos pelo acesso a terra e esta diferenciação *étnica* esfacelou a própria origem indígena dos camponeses mestiços, além de enfraquecer as alianças estratégicas que ambos os grupos tinham conseguido durante o tempo. O favorecimento da apropriação territorial dos indígenas se deu pela concepção de seus territórios como áreas estratégicas dentro de uma nova ordem internacional, na qual os recursos naturais e culturais dos países periféricos adquiriram importante relevo.

⁶ O *Regime Especial Indígena* diz respeito às vantagens que têm os indígenas sobre a população geral: Acesso preferencial à terra, inclusão como população vulnerável no Sistema Único de Saúde, isenção da prestação do serviço militar e possibilidade de aproveitar a cota especial existente para o ingresso na Universidad Nacional de Colombia. A Lei 21 de 1991, já tinha garantido a obrigatoriedade da consulta prévia por parte das entidades que quisessem explorar recursos naturais nos territórios indígenas.

⁷ Os Cabildos estão reconhecidos como a principal unidade política dos indígenas na Colômbia, segundo Lei 89 de 1890, corresponde a uma comunidade indígena de parentesco ou não que se organiza numa área definida e sob o comando de uma autoridade tradicional.

A criação de uma divisão entre ambos os grupos, entretanto, foi fortalecida por pesquisas acadêmicas que representavam os camponeses *colonos* como desprovidos de uma identidade cultural genuína, responsáveis pela devastação dos recursos naturais amazônicos e criminosos por produzirem coca. Estas representações serviram ao discurso do Estado, que as utilizou para legitimar sua perseguição e justificar sua expulsão da terra, aliás, por meio desta representação discursiva do camponês *colono* ele só vai ser considerado como objeto da atenção do Estado para fins políticos e econômicos. Na verdade, os *colonos*, como grupo particular com necessidades e interesses próprios, vão ter que construir identidades alternativas para se contrapor a sua caracterização negativa e continuar sua luta pelo direito à inclusão no Estado (CHAVES, 1998, p. 289-290).

A necessidade de assegurar a propriedade da terra, portanto, fez com que as comunidades de camponeses-indígenas se vissem forçadas a apelar para o fortalecimento de sua tradição indígena. Os benefícios conseguidos pelos indígenas fizeram com que os camponeses buscassem demonstrar sua ascendência indígena, mesmo tendo perdido muitas das características tradicionais que permitiam seu reconhecimento como tais: língua, mitos, organização sóciopolítica etc (contudo, conservaram características semelhantes de reprodução social, como foi mencionado anteriormente). É assim como, durante a década de 1990, começam a aparecer na esfera pública reivindicando-se como indígenas, sujeitos sociais que estiveram tradicionalmente afastados ou que não foram suficientemente reconhecidos (como os Awá do Putumayo que, durante três décadas se misturaram entre os *colonos*). Para o resto dos *colonos* que não puderam ou não quiseram recorrer a sua herança indígena, foi quase impossível conseguir reconhecimento perante o Estado como sujeitos sociais com direitos a não ser em situações conjunturais como as mobilizações de 1996.

Tal mudança identitária mostra que a identidade não é um “ato acabado”, uma estrutura binária na qual a representação do “eu” e do “outro” sejam algo fixo, para Hall (1990, p. 222), a identidade é uma produção que nunca se completa, está em permanente processo, tal como a subjetividade. A questão da identidade é política na medida em que envolve uma relação de poder entre os sujeitos-objetos de representação, portanto, os discursos de identidade podem ser usados como meio para alterar ou estabilizar a relação de forças por parte de sujeitos numa relação de poder (CHAVES, 1998, p. 286).

O processo de reetnização está relacionado ao de territorialização porque as comunidades constroem seus territórios como forma de estabelecer limites e diferenciações com respeito a outras comunidades e esse controle sobre uma parcela do espaço contribui para fortalecer sua identidade como grupos, se assumirmos que o território é um dos alicerces da identidade de uma comunidade, então, é preciso ver quanto isso pode se aplicar ao caso dos camponeses do Putumayo.

A territorialização dos indígenas Awá no Putumayo

O Departamento do Putumayo é uma das 33 divisões político-administrativas que conformam o território colombiano. Está localizado no Sudoeste do país, na zona de transição entre os Andes e a Amazônia e em limites com o Equador e o Peru. A área do estudo corresponde à porção ocidental deste departamento, no interregno entre a cordilheira dos Andes e a Planície Amazônica e que é tradicionalmente conhecida com o nome de Piedemonte Amazônico.

A conformação regional desta área se baseou no estranhamento com relação ao Estado e a partir desta base se desenvolveram formas políticas, econômicas e sociais que não se correspondem com as do Estado-Nação. O Putumayo se tornou uma área importante de colonização da Amazônia Colombiana por camponeses deslocados da região andina, por ser área de exploração de recursos naturais sem a criação de uma estrutura social e pelo surgimento de uma economia baseada no cultivo da coca a região. Esta área também é caracterizada pelo controle econômico e social que exerceram primeiro a guerrilha insurgente das FARC-EP e, mais recentemente, os grupos paramilitares.

Nesse contexto de contestação à integração marginal no projeto de Estado se pode caracterizar aos Awá, que chegaram ao Putumayo como parte do processo de colonização das décadas de 1950 e 1960 e se assentaram em áreas dos municípios de Villagarzón, Puerto Caicedo, Orito e San Miguel. Nestas áreas reproduziram sua vida de acordo com uma mescla de tradições e modos de vida, tanto próprios dos Awá de Nariño, quanto comuns a todos os camponeses. Portanto, quando os Awá se assentaram nesta região, eles se consideravam *colonos*, conseguiram a terra sem que o Estado mediasse formalmente mediante títulos de propriedade, apenas como meros posseiros.

O Putumayo foi definido como área periférica, destinada ao fornecimento de matérias-primas para os mercados nacionais e internacionais (madeira, peles e, o principal deles, petróleo). Da mesma forma, seus habitantes são representados como uma população itinerante, proveniente de outras regiões e que chega ali para lucrar, num ambiente caracterizado pela violência. Os dirigentes políticos e os acadêmicos, encarregados de gerar discursos para apoiar os planos de desenvolvimento da região, ignoraram a origem étnica do colono do Putumayo e deslegitimaram sua territorialização, como uma forma tácita de justificar seu deslocamento contínuo para áreas cada vez mais afastadas dentro da floresta ou para as periferias das cidades onde se tentava impor um efêmero modelo de industrialização.

Na crise dos sucessivos surtos exploratórios de recursos naturais, durante a segunda metade da década de 1970, chegou ao Putumayo a economia da coca que foi se estabelecendo progressivamente como forma de auferir ganhos constantes para os habitantes urbanos e rurais da região, permitindo que a circulação capitalista se espalhasse, enquanto se mantinha, na maior parte da área, uma produção baseada na mão de obra da família. Os camponeses utilizaram o dinheiro excedente que conseguiram nos momentos de picos de valorização do produto, em gastos como o álcool, o jogo e a prostituição, considerados supérfluos para a racionalidade econômica central, mas que correspondem a novas formas de socialização e afeto complementares da festa camponesa tradicional.

Posteriormente à aparição da coca, chegaram as guerrilhas (“Movimento 19 de Abril” M-19, “Ejército Popular de Liberación”-EPL, “Ejército de Liberación Nacional”-ELN), dentre as quais a mais destacada é a das “Fuerzas Armadas Revolucionárias de Colombia-Ejército del Pueblo” (FARC-EP) que se estabeleceu desde 1984. A guerrilha se transformou em uma instituição encarregada de impor autoridade e de organizar as comunidades rurais. A guerrilha também organizou a produção da coca, encontrando resistência por parte dos grandes traficantes que conformaram os primeiros grupos paramilitares, operando sob a proteção da polícia e do exército. Começou a se consolidar um conflito armado interno que existe até hoje e do qual os camponeses e indígenas têm sido as principais vítimas.

O Plano Colômbia e seu componente social como expansão do Estado e das relações capitalistas no território nacional

O Conjunto de políticas conhecido como “Plano Colômbia” é uma estratégia de combate à produção de narcóticos impulsionada pelo Estado colombiano. A origem desta iniciativa, de fortes repercussões para as comunidades rurais, tem a ver com o fracasso das estratégias pontuais aplicadas durante muitos anos (especialmente durante a segunda metade da década de 1990) e a necessidade de coordenar todos os projetos de erradicação numa política única para o território nacional. O Departamento do Putumayo foi a principal área de execução por ser, nos finais da década de 1990, a principal área produtora de cocaína na Colômbia.

As políticas de erradicação de cultivos de coca no Putumayo corresponderam, tanto a fumigação aérea com o herbicida glifosato (conhecido comercialmente como “Roundup” e produzido pela multinacional agro-bioquímica Monsanto), quanto ao desenvolvimento alternativo, projetos socioeconômicos para que os camponeses e indígenas encontrassem formas de produção diferentes à economia da coca.

As fumigações se iniciaram em 1994 e seu impacto sobre a vida das comunidades camponesas foi tão forte que gerou uma grande onda de mobilizações populares entre 1994 e 1995 e, em 1996. Diante dessas mobilizações, foi desenhado o Plano Colômbia, que é entendido por nós, portanto, como uma resposta do Estado a este processo de resistência camponesa e indígena, utilizando a combinação entre o combate militar da produção de coca, e aos grupos insurgentes que regulam a sociedade marginal (utilizando estratégias de impacto muito violento, como o apoio tácito a entrada e a territorialização dos grupos paramilitares). Em seu Componente Social, o plano consiste em estratégias de dissolução e cooptação das formas tradicionais camponesas e indígenas dentro de seu projeto de conformação do Modo de Produção Estatista.

Seguindo sua estratégia histórica de separação da totalidade rural, o Estado aplicou planos diferenciados para as comunidades camponesa e indígena, elas foram divididas para a negociação dos acordos de erradicação voluntária do Componente Social do Plano Colômbia. Todavia os indígenas foram separados entre os pertencentes à “Organización Zonal Indígena del Putumayo”-OZIP (a maior parte das comunidades do Putumayo) e os pertencentes à Zio’ai, Associação indígena da Comunidade Kofán. A negociação com os indígenas produziu o chamado Acordo “Raiz por Raiz” e consistiu em diversas estratégias de incentivo à conformação de resguardos, projetos socioeconômicos e recuperação cultural. Na prática esta negociação foi muito melhor sucedida que a que se desenvolveu com os colonos.

As estratégias empregadas na negociação dos projetos do Componente Social do Plano Colômbia mostraram um forte interesse do Estado na consolidação de um processo conjunto de afirmação de sua formação territorial do Estado colombiano e de consolidação do Modo de Produção Estatista. A manifestação econômica deste processo expressou um forte interesse na busca por novas fontes de recursos para a acumulação e reprodução do capital. Além do petróleo e os hidrocarbonetos, o patrimônio biogenético aparece como uma nova raridade prestes a ser explorada e as políticas territoriais objetivam garantir sua exploração prioritária sem, entretanto, modificar as características tradicionais de acumulação e as relações de desequilíbrio sócio-espacial tradicional na região. Neste sentido, as políticas do Plano Colômbia, especialmente o Desenvolvimento Alternativo, são o alicerce de uma nova forma de reprodução do capital.

O “renascimento” dos Awá do Putumayo e a influência do componente social do Plano Colômbia

Os Awá do Putumayo começaram a se reconhecer como indígenas desde há relativamente pouco tempo (a partir de finais da década de 1980), mas, apesar desse relativamente recente reconhecimento eles têm conseguido avanços destacados em termos de consolidação territorial e recuperação de sua herança cultural. A fortaleza de sua organização é superior à de outros indígenas, inclusive os autóctones do Putumayo o que está relacionado com o fato de possuírem relações familiares próximas entre eles, contarem com dirigentes bem capacitados e estarem localizados numa área especial, na qual podem contar com melhores recursos para se organizarem. Também tem sido importante o fato de possuírem aceitação como etnia por parte do resto das comunidades indígenas do Putumayo, mesmo não sendo originários desta região e não falando, em termos gerais, sua língua tradicional.

A história da organização da comunidade é a história de seus líderes. Esta história mostra a permanente busca de alternativas dos habitantes das áreas periféricas por se manterem dentro da luta por reconhecimento, desde a participação no movimento camponês até a sua identificação como indígenas e a respectiva luta pela recuperação de sua história, suas tradições e seu modo de vida tradicional.

A formação da “Asociación de Cabildos Indígenas del Pueblo Awá del Putumayo” - ACIPAP, constitui momento importante na consolidação territorial e política da comunidade Awá do Putumayo. Esta organização tem sido muito mais bem sucedida que as

organizações mais tradicionais, pois tem aproveitado conjunturas específicas, como o lançamento do Plano Colômbia para assegurar uma maior visibilidade face ao Estado. Os líderes da organização também têm sabido aproveitar as alianças com organizações indígenas de fora do Putumayo e, inclusive, com os Awá do Equador, mostrando maior eficiência política que outras comunidades, circunscritas ao âmbito de ação das organizações locais.

Como mostra da habilidade de negociação dos Awá com o Estado durante o Plano Colômbia, foi realizado o “Plano Integral de Vida” dos Awá do Putumayo, um conjunto de programas tendentes a buscar a autonomia econômica, política, social e territorial das diferentes comunidades Awá. Embora este plano represente o fortalecimento político da comunidade, também expressa uma contradição entre a busca da recuperação dos aspectos do Modo de Vida Tradicional Awá e a integração ao Estado-Nação mediante a incorporação das ferramentas jurídicas, econômicas e ideológicas próprias do Modo de Produção Estatista para o desenvolvimento da comunidade.

A partir de 2005, os distintos programas do Plano têm sido aplicados de forma regular, mas os resultados têm sido muito diferenciados dependendo da área. Os programas mais bem sucedidos têm sido os de educação, organização política, cultura e território. A diferença dos anteriores, o programa de economia e produção, tem sido um enorme fracasso. Sobre os programas de meio ambiente, jovens, lazer e esportes, moradia e serviços comunitários, não se fez um diagnóstico na pesquisa realizada porque foram desenhados para obter resultados em longo prazo e dependem de múltiplas mediações institucionais.

O programa de território conseguiu a criação de cinco resguardos que se somam aos três que se conformaram na etapa de realização do Plano Integral de Vida para conformar uma área de aproximadamente 8.800 ha., com uma população aproximada de 908 pessoas (em 2006). Este programa, em particular, é o que representa o maior orgulho para a organização, porque implica o reconhecimento institucional do processo de apropriação do território.

O maior sucesso do Plano Integral de Vida dos Awá tem sido as estratégias dirigidas à recuperação cultural dos Awá do Putumayo, isto porque este processo é favorecido pelo Estado na medida em que também contribui para criar novas frentes de valorização (cultura como nova forma de extrair rendas de monopólio), enquanto diminui as tensões sociais decorrentes da implantação de políticas de altíssimo impacto social como as do Plano Colômbia. Na medida em que os Awá se apropriam de uma identidade indígena que reúne elementos ancestrais com aspectos modernos, eles desenvolvem novas formas de relacionamento com outras comunidades indígenas e com os *colonos*, porém, estes novos relacionamentos também se deparam com novos conflitos dada a impossibilidade de homogeneizar a representação do indígena numa situação tão complexa como a do Putumayo.

Considerações finais

A pesquisa permitiu relacionar diversas categorias do conhecimento na busca por desvendar as complexidades decorrentes do processo de territorialização dos membros da comunidade camponesa-indígena Awá na região do piedemonte do Putumayo, a partir da década de 1950, enfatizando as mediações de e os confrontos com o Estado que, em meados da década de 1990, lança uma série de programas de inserção de suas instituições, sua ideologia e sua legislação, principalmente, por meio do “Plano Colômbia”, lançado na virada do século XXI.

A história recente do Putumayo não é a da expansão das relações especificamente capitalistas de produção no campo, não mostra a expansão da compra e venda da força de trabalho, mas, principalmente, a instituição da propriedade privada da terra. Neste sentido, podemos dizer que existem três momentos diferenciados da evolução do capitalismo na nossa área de pesquisa, num primeiro momento a produção camponesa era destinada

quase exclusivamente aos núcleos familiares e às comunidades, existindo pouca interação com os mercados, já que os núcleos urbanos apenas estavam se consolidando. A propriedade da terra era apenas *formal*, quer dizer se comprava a terra, mas não existiam títulos de propriedade devidamente legalizados, reconhecidos ante um cartório público, não existiam mediações institucionais, a terra se taxava por um preço baseado no costume e não em um mercado de terras regulado pelo Estado.

Num segundo momento, estabelece-se a economia da coca, em que as relações capitalistas se expandem por efeito da circulação do dinheiro e do assalariamento de setores da sociedade camponesa e indígena para trabalharem na colheita das folhas e no processamento da pasta base de cocaína. Neste segundo momento, entretanto, a propriedade continua com seu caráter meramente formal e os lucros excessivos derivados do tráfico da cocaína (entre quem trafica com ela) fazem com que os camponeses e indígenas que produzem a coca, matéria-prima desta economia, consigam receber um ganho que lhes permita reproduzir seus meios de vida de maneira mais ou menos constante, conseguindo sobreviver dentro das relações capitalistas sem que o modo de vida camponês seja fortemente modificado.

O terceiro momento corresponde à entrada maciça do Estado, por meio de estratégias fortemente violentas de expropriação dos camponeses de suas terras e de privação de seus meios de sobrevivência, como a fumigação de cultivos e o patrocínio à entrada de grupos paramilitares que aplicam o terror para deslocar os camponeses e permitir a apropriação da terra por parte de novos proprietários, muitos deles, grandes latifundiários⁸. É nesse momento em que a propriedade formal da terra se coloca como aspecto fundamental, bem como a consolidação do *modo de produção estatista*, já que a unificação do regime de propriedade privada do solo sob a legislação do Estado corresponde à generalização do regime das equivalências, assim:

As relações de propriedade se geram lentamente e suas implicações só aparecem progressivamente. No modo de produção capitalista, elas implicam a predominância da propriedade imobiliária, inicialmente ínfima e consistente, sobre a propriedade do solo (...). A mobilização do solo e do subsolo acompanha a mobilização da riqueza imobiliária. Foi necessário regularizar estas trocas: terras e rendas fundiárias por dinheiro. O que se faz pela via institucional, portanto, estatista: cartório, cadastro, etc. (LEFEBVRE, 1977, p. 157-158).

Os três momentos mencionados corresponderiam, portanto, à expansão das relações de produção capitalistas em três fases: o mundo da mercadoria, o do capitalismo e, finalmente, o do Estado.

Um dos aspectos mais importantes ressaltado por esta pesquisa é o dos confrontos territoriais decorrentes do processo de reterritorialização. Este processo, entendido como uma estratégia territorial acontece em decorrência da não realização da reforma agrária, mas implica que os colonos tenham de reconhecer-se como indígenas para assegurar sua permanência na terra. Para tal função utilizam diferentes recursos como: a posse de certos sobrenomes, a pesquisa genealógica para encontrar parentes indígenas, o aprendizado da língua ou os costumes de algum grupo indígena, o estabelecimento de nexos matrimoniais com indígenas, o assentamento em terras indígenas e a participação nos *cabildos*, etc.

Em razão dos resultados divergentes deste processo, geram-se diferentes hierarquias de “indianidade”, diversos tipos de camponeses-indígenas, que oscilam entre os

⁸ Como um exemplo deste tipo de violência cabe destacar o massacre de “El Tigre”, pequeno aglomerado populacional (“Inspección de Policía”), do Municipio de Valle del Guamuéz, no sudoeste do Putumayo, onde no dia 9 de janeiro de 1999, um grupo de 150 paramilitares assassinou 28 pessoas. Depois deste massacre, os paramilitares do “Bloque Central Bolívar”, exerceram diversas ações de controle territorial nas áreas anteriormente controladas pelas FARC-EP, como assassinatos seletivos e ameaças às lideranças camponesas que originaram deslocamentos massivos da população, pelo menos até 2006. Para maior informação consultar CNRR, 2011. Disponível na internet no endereço <http://www.oim.org.co/publicaciones-oim/reconciliacion-y-reintegracion/1499-la-masacre-de-el-tigre-putumayo.html>, Acesso em 15 de maio de 2013 pelo autor.

“índios puros” (com pai e mãe indígena), os “meio índios” (em que um dos pais é indígena e o outro, colono), e os “índios-*colonos*” (cujos pais não têm traços indígenas fenotípicos ou culturais e apenas têm o sobrenome como garantia de “indianidade”). Esta última categoria é usada de forma pejorativa por parte daqueles que se consideram mais indígenas do que eles (ICANH, 2002, p. 75), o que mostra, a separação, agora mediante a divisão entre os “mais indígenas” e os “menos indígenas”, em clara concorrência pelos benefícios oferecidos pelo Estado.

Dentro deste esquema, os Awá conseguiram obter sucesso porque, apesar de perder, há algumas gerações, uma característica cultural tão importante como o é a língua, eles têm o respaldo de seus companheiros moradores do território ancestral em Nariño que ainda a falam. Este apoio lhes garante a possibilidade de empreender sua recuperação cultural, para poderem se identificar como indígenas e, assim, garantirem o reconhecimento estatal de sua apropriação territorial no Putumayo, além das outras vantagens legais das que os indígenas dispõem.

As estratégias políticas dos Awá do Putumayo oscilam entre a busca por reconhecimento e a aceitação tácita das diretrizes do Estado que, de acordo com as limitações da política social próprias do modelo neoliberal, busca restringir ao máximo o processo de reetnização dos colonos mediante a limitação dos benefícios indígenas apenas às comunidades reconhecidas pelas instituições do Estado determinadas para tal fim. Trata-se da resposta do Estado às estratégias dos colonos para se manter na terra. Desta forma, apesar do crescimento da organização Awá eles tiveram que reduzir o reconhecimento territorial apenas às comunidades que conformaram resguardos, deixando as outras comunidades em uma espécie de limbo jurídico. Embora os Awá reconheçam estas comunidades como parte de sua organização, elas não existem para o Estado, porque não têm reconhecimento jurídico.

A partir da história da luta dos camponeses-indígenas do Putumayo por conseguirem um lugar dentro do projeto do Estado, e, no caso específico do reconhecimento do processo de apropriação territorial dos Awá, mostra-se o movimento dialético entre as comunidades das áreas periféricas, lutando por manter a terra e reproduzir seus modos de vida tradicionais, e o Estado, buscando impor um projeto hegemônico caracterizado pela modernização e a reprodução das relações de produção capitalistas. Neste movimento, novas e mais imaginativas formas de transgressão e resistência afloram apesar do clima de violência constante. O que fica de todo este processo é que a verticalidade do processo de dominação reproduz permanentemente as contradições e garante a possibilidade de novas transgressões. É este processo que permite que os indígenas, os *colonos* e todos os grupos subordinados aproveitem as ambigüidades decorrentes da pretensão estatista de tornar homogênea a complexidade do real.

Finalmente, cabe ressaltar o fracasso do objetivo principal do Componente Social do Plano Colômbia, que era a criação de estratégias socioeconômicas que sustentassem a erradicação do cultivo da coca, elas fracassaram pelo desconhecimento *estatista* das lógicas camponesas e indígenas de reprodução da vida. O cultivo da coca, embora sua área esteja reduzida com relação àquela que tinha no começo do Plano Colômbia, ainda se mantém como a opção econômica dominante nesta área do Putumayo e nenhuma das alternativas econômicas propostas pelo Acordo “Raiz por Raiz” conseguiu substituí-la, pelo menos até agora. Assim como a coca continua possibilitando a reprodução do Modo de Vida Camponês, a fumigação dos cultivos e o patrocínio velado das forças militares à violência desencadeada pelos paramilitares mostram o Estado em função do processo de acumulação primitiva e contrário ao processo de manutenção dos *colonos* e os indígenas na terra.

Referências

ANDRADE, Manuel Correia de. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: Santos, Milton; Souza Maria Adélia de;

Silveira, Maria Laura (orgs). **Território:** Globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/Associação Nacional de pós-graduação e pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 1994. Pp. 213-220.

BADIE, Bertrand. **La fin des territoires:** Essai sur le desordre international et sur l'utilité sociale du respect. Paris: Fayard, 1995.

BINDA, Nadja Havt. **Processos e produtos territoriais:** Território indígena é terra indígena?. Disponível na internet em: <http://www.unb.br/ics/dan/geri/boletim/binda_1999.pdf> Acesso em 28 Avr. 2006.

CHAVES, Margarita Identidad y representación entre indígenas y colonos de la Amazonia Occidental Colombiana. In: María Lucía Sotomayor (ed.). **Identidad, modernidad y desarrollo.** Bogotá: ICAN-COLCIENCIAS, 1998. Pp. 283-96.

CHAYANOV, Alexander. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: Da Silva, José Graziano, Stolcke, Verena (orgs.). **A Questão Agrária.** São Paulo: Brasiliense, 1981 Pp. 133-63.

CNRR (Comisión Nacional de Reparación y Reconciliación), **La Masacre de El Tigre.** CNRR- Grupo de Memoria Histórica: Bogotá, 2011.

COSTA, Wanderley M. **Geografia Política e Geopolítica.** São Paulo: EDUSP, 1992.

COSTA, Wanderley M. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil.** São Paulo:Contexto,1988.

ENGELS, Friedrich. **Origem da família, da propriedade privada e do Estado.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1975.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização** Do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade:** A rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói: EDUFF, 1997.

HALL, Stuart. Cultural identity and diáspora. In: Rutheford, Johnatan (ed.). **Identity:** Community, culture, difference. London: Lawrence & Wishart Ltd., 1990.

HARVEY, David. A teoria marxista do Estado. In: **A produção capitalista do espaço.** 2ª; Edição. São Paulo: Annablume, 2006. Pp. 75-94.

ICANH, Instituto Colombiano de Antropologia e Historia. **Procesos de reetnización, o la inestabilidad de las identidades en el Putumayo.** Bogotá: ICANH, 2002.

JANSSON, Oscar. Alternative Development in Putumayo – example of a complex failure in security policy. In: **Memorias do Seminário:** “Cultivation of Illicit Crops and Alternative Development. The Case of Colombia as Compared to Laos and Afghanistan”. Uppsala: University of Uppsala, 2004. p. 1-15.

KOSMINSKY, Ethel. ANDRADE, Margarida M. de. O Estado e as classes sociais. In: Martins, José de Souza (org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética.** São Paulo: Hucitec, 1996. Pp. 51-70.

LEFEBVRE, Henri. **De L'Etat.** Tomo III: Le Mode de Production Étatique. Paris: Union Générale d'Éditions, 1977.

LEFEBVRE, Henri. **La Production de L'Espace**. Paris: Anthropos, 1974.

MARQUES, Marta Inez M. Lugar do modo de vida tradicional na modernidade. In: Oliveira, Ariovaldo, Márquez, Marta (orgs.). **O campo no século XXI: Território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela - Paz e Terra, 2004. p. 145-158.

MARQUES, Marta Inez M. **De sem-terra a “posseiro”, a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da reforma agrária: O caso dos assentados nas fazendas Retiro e Velha – GO**. São Paulo : Departamento de Geografia, FFLCH-USP, 2000. Tese de doutorado em Geografia Humana. 237 p.

MARTINS, José de S. **A sociedade vista do abismo: Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. 2ª. Edição. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARTINS, José de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Território, poder e justiça: comentários a partir da experiência brasileira. In: Kritsch, R. e Ricupero, B. (orgs.). **Força e Legitimidade: Novas Perspectivas?** São Paulo: Humanitas, 2006.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2002.

OIM - Organización Internacional para las Migraciones. **Plan Integral de Vida del Pueblo Awá del Putumayo**. Bogotá: OIM-ACIPAP-USAID, 2004.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Atica, 1993.

SACK, Robert. **Human Territoriality: Its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SHANIN, Theodor. **Naturaleza y lógica de la economía campesina**. Barcelona: Anagrama, 1979.

TAUSSIG, Michael. **The Devil and commodity fetishism in South America**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1980.

Recebido para publicação em 21 de Fevereiro de 2013

Aceito para publicação em 07 de Junho de 2013

Renta agraria en contextos de alta productividad: las contradicciones emergentes en el actual régimen de producción agropecuaria argentino

Juan Barri

Profesor asistente de la Cátedra de Sociología de la Escuela de Filosofía, de la Facultad de Filosofía y Humanidades, Universidad Nacional de Córdoba, Argentina
Doctor en Estudios Socio Antropológicos Agrarios, becario pos doctoral del Consejo de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), miembro del Centro de Estudios Sobre Cultura y Sociedad (CIESC).
e-mail: jmanuelbarri@gmail.com

Resumen

Este artículo presenta como objetivo identificar el impacto que tiene sobre la producción agrícola argentina el significativo grado de desarrollo de las fuerzas productivas en esta rama de producción. A partir de la hipótesis de la identificación de la composición orgánica de los capitales agrícolas e industriales reflexionamos sobre los efectos que este proceso de expansión de la productividad agrícola tiene sobre el medio rural y en particular sobre las disputas por la renta agraria. Tomando como referencia las tesis explicitadas por Marx en el libro tres de *El Capital* sobre la renta de la tierra analizamos el impacto potencial de esta situación de homogenización de la composición técnica de las fuerzas productivas en las distintas ramas de producción, con objeto de interpretar las tendencias probables tanto en relación a la disputas entre distintas fracciones de capital, como en el impacto que tiene esta subsunción real del trabajo al capital agrario sobre los productores familiares y sobre el medio natural.

Palabras-clave: teoría del valor, renta absoluta, desarrollo de las fuerzas productivas, agronegocio, campesinos.

Resumo

Renda agrária em contextos de alta produtividade: as contradições emergentes no atual regime de produção agropecuária argentino

Este trabalho tem como objetivo identificar o impacto, na produção agrícola argentina, do significativo nível de desenvolvimento das forças produtivas deste setor. A partir da hipótese da identificação da composição orgânica dos capitais agrícolas e industriais, refletimos os efeitos deste processo de expansão da produtividade agrícola no espaço agrário, em particular nas disputas pela renda agrária. Tomando como referência as teses de Marx no volume três do *Capital* sobre a renda da terra, analisamos o impacto potencial desta situação de homogeneização da composição técnica das forças produtivas nos diferentes ramos de produção. O objetivo é interpretar as tendências prováveis tanto em relação à disputas entre diferentes frações de capital, como do seu impacto na subsunção real do trabalho ao capital agrário sobre os produtores familiares e o meio natural.

Palavras-chave: teoria do valor, renda absoluta, desenvolvimento das forças produtivas, agronegócio, camponeses.

Abstract

Land rent in high productivity context: contradictions showing in the present argentine farm productivity regime

This article intends to identify the impact of the significant degree of the productivity forces on Argentine farm productivity in this area. Starting from the supposition of the identity between farm and industrial capital, we elaborate on the effect of this expansive process of farm productivity on camp environment, and specially on the controversy about land rent. Taking as highlights the thesis exposed by Marx in the third book of *The Capital* on land rent, we analyze the potential impact of this homogenization of the technique of the productive forces in the different areas of production, with the object of interpreting the probable tendencies related to disputes between the different capital fractions, as well as as the impact of this real subsumption of the farm capital labor on the family producer and the natural environment.

Keywords: theory of value, absolute rent, development of productive forces, agribusiness, peasants.

Introducción

El nuevo milenio encuentra a la República Argentina ante una situación inédita en materia de desarrollo de las fuerzas productivas en la agricultura, a partir de un ciclo de expansión de las relaciones capitalistas en una escala impensable para aquellos intelectuales que dentro de una corriente teórica histórico-crítica prefirieron resaltar las dificultades objetivas de la expansión del capital agrario, siguiendo algunas de las tesis sobre las particularidades de la rama de producción agrícola elaboradas originalmente por Marx (2007), y recuperadas luego por Kautsky (2002) y Lenin (1960). Este nuevo escenario de alto grado de desarrollo de las fuerzas productivas en la agricultura argentina se caracteriza por la expansión en *extensión* y en *profundidad* (IÑIGO CARRERA, 1997) de las relaciones capitalistas en el medio rural, y presenta un horizonte con varios desafíos: algunos de carácter teórico, vinculados a interpretar esta nueva coyuntura y las tendencias nacientes de las actuales determinaciones, y otros de carácter político: cómo enfrentar, si es que ello resulta viable y necesario, las tendencias concentradoras del capital en el agro y sus efectos a nivel económico, social y ambiental.

El marco teórico que utilizamos en este artículo asume el carácter dialéctico tanto del método científico en la interpretación de los fenómenos socio-históricos, como de la dinámica misma de las determinaciones sociales concretas. Siguiendo esta perspectiva epistemológica en el primer apartado de este ensayo recuperamos las tesis presentadas por Marx (2007) en el tomo 3 de *El Capital*, en particular aquellos capítulos finales dedicados al análisis de la renta de la tierra y más específicamente a la categoría de renta absoluta. Retomaremos de esos capítulos los argumentos en los que se asocia el problema de la renta absoluta a la existencia de un monopolio natural y a las diferencias en la composición orgánica de los capitales agrícolas y no agrícolas. El sentido de recuperar estas tesis tiene que ver con el gran potencial explicativo de las mismas, y con que estas proposiciones allí enunciadas presentan algunas de las claves para entender un conjunto de determinaciones concretas que en el momento de elaboración marxiana de la teoría de la renta no aparecía en el horizonte histórico.

Luego de analizar el problema teórico de la renta absoluta, los factores que participan en su constitución, y si las actuales transformaciones en materia de desarrollo tecnológico ponen en cuestión su existencia como tal, dirigiremos nuestra atención a estudiar cómo este nuevo escenario repercute sobre las disputas intercapitalistas: empezaremos analizando la disputa entre los monopolistas de la tierra y los capitales industriales a partir de la disputa por el excedente extraordinario; luego estudiaremos cómo

se establecen las relaciones entre terratenientes y productores agrícolas en el actual contexto y si se evidencian cambios orgánicos o no y, finalmente, reflexionaremos sobre las disputas entre los monopolistas de la provisión de agroinsumos y los productores agrícolas (el capital invertido en funciones).

En orden analítico lo que vamos a hacer aquí es: primero, analizar el problema teórico de la existencia de la renta absoluta, en tanto nuestra hipótesis sostiene que se han modificado las condiciones que la hacen posible. Es decir, el supuesto teórico fundamental de este artículo y en el que se sostienen las tesis aquí presentadas es que se han producido transformaciones radicales en la composición orgánica del capital en la rama de producción agraria, y que ello implica una redefinición de las disputas entre los capitales al interior de la producción capitalista. Luego nos referiremos brevemente a la contradicción entre los rentistas agrarios y el capital industrial -producción no agrícola¹-, en un contexto en el que, como ya señalamos, la composición orgánica de los capitales en ambas ramas de producción muestra signos de haberse homogeneizado. En tercer lugar, consideraremos al interior de la rama de producción agropecuaria la contradicción entre los grandes concentradores de tierra y los productores agrícolas en argentina; también estudiaremos el impacto que tienen las grandes corporaciones multinacionales agropecuarias - los oligopolios proveedores de los agroinsumos necesarios para el desarrollo de la agricultura en la “era” de los transgénicos - sobre el capital invertido en funciones en la agricultura, y la manera en que el actual modelo agrícola argentino refleja la consolidación del poder de estas corporaciones en la cadena productiva. Finalmente reflexionaremos sobre el impacto que el modelo del agronegocio tiene sobre el medio natural, y los efectos expulsivos de esta matriz productiva altamente tecnificada sobre la producción familiar y los productores campesinos.

¿El fin de la renta absoluta?

Trabajaremos en los siguientes párrafos acerca de las contradicciones entre los capitalistas industriales y los rentistas de la tierra, en una coyuntura de un alto grado de desarrollo de las fuerzas productivas y una alta composición orgánica del capital en la agricultura. Para ello nos apoyaremos en los argumentos que presenta Marx (2007) en el capítulo XLV, de la sección sexta del libro 3 de *El Capital*, sobre la renta absoluta. En este capítulo Marx plantea que el precio general de producción que regula el mercado es el precio individual de las peores tierras. Este precio de producción cubre entonces el capital constante y el variable consumidos, más la ganancia media. Estas tierras son las que no arrojan renta diferencial alguna. En el régimen capitalista de producción el precio de los productos agrícolas se halla regulado por el precio de producción de las tierras peores más un remanente que representa el precio que el arrendatario paga al terrateniente por el derecho a explotar la tierra. Este remanente que el capitalista paga al terrateniente lo obtiene a partir de vender sus productos por encima de sus precios de producción, con objeto de no alterar sus márgenes de ganancia. En los casos en que la propiedad de la tierra está en manos de los capitalistas esta ganancia va a engrosar el excedente obtenido en la producción. Con esto Marx muestra que el precio comercial regulador de los productos agrícolas volcados al mercado es superior al precio de producción que arroja el capital en todas las ramas de producción en su conjunto, diferencia que tiene como raíz la renta de la tierra.

Marx señala que el precio regulador de mercado en la agricultura opera como estímulo a la inversión de capital si permite al capitalista cubrir el precio de producción normal y valorizar su capital en virtud de la tasa media de ganancia. Evidentemente, en este

¹ En el tomo II de *El Capital* Marx (2006) entiende lo industrial como lo que abarca todas las ramas de producción explotadas sobre bases capitalistas. Por referirnos en este artículo precisamente al proceso de industrialización de la agricultura, es que es necesario realizar esta distinción entre la producción agraria y la industrial no agrícola.

precio regulador debe estar contenido algo más que el precio de producción para que el capitalista pueda, a partir de esa diferencia, abonar la renta correspondiente. Lo que está queriendo señalar es que en toda coyuntura en la que los precios de mercado permitan valorizar el capital y generar un excedente que esta por encima de los precios de producción, la inversión del capital en la agricultura aparece como el resultado lógico del desarrollo del capital. Este proceso permite explicar diversos ciclos de expansión de la frontera agrícola. Ahora, es necesario recordar que los precios reguladores los imponen las tierras que no arrojan una renta diferencial. Pero para el caso de las tierras que a igual inversión de capital permiten obtener mejores rendimientos, esto es, las que sí ofrecen una renta diferencial, la magnitud del remanente crece en proporción directa con el aumento de la tasa de ganancia y esto puede dar lugar a dos situaciones: a) Se aumenta el lucro del terrateniente, esto es, del rentista que absorbe una porción del excedente proporcional al mejor rendimiento de las tierras o, b) En el caso en que la propiedad de la tierra esté en manos del productor capitalista, esta renta diferencial es fuente de ganancias extraordinarias.

Marx plantea que en la existencia de este remanente al que se denomina renta diferencial, esta implícita la existencia de la gran propiedad de la tierra limitando la acumulación del capital en el agro, al transferirse la ganancia excedente de manos del capitalista hacia el terrateniente. Esto quiere decir que, además de pagarse renta allí donde sólo se obtiene la ganancia media, en aquellas circunstancias en que las características particulares de la tierra permitan obtener una ganancia extraordinaria basada en la mejor fertilidad o ubicación de las tierras, ese excedente diferencial y extraordinario pasa a manos del terrateniente, colocando a este capitalista en las mismas condiciones que aquel que arrienda las tierras peores. También señala que son fortuitos los casos en que el capital puede invertirse en la tierra sin pagar renta alguna. Vale señalar que en aquellas coyunturas históricas en las que el productor capitalista no encuentra límites para acceder a la tierra, éste puede apropiarse del excedente absoluto, y del diferencial en aquellos casos en que el acceso se da en las tierras mejores. Pero, además, se abre otra posibilidad para la expansión del capital agrario, que debe ser atendida en tanto alcanza a todos los territorios en que la tierra ha sido valorizada: en la medida de que los precios de mercados de los productos agropecuarios cubran los precios de producción, esto es, aún cuando no contengan remanente (extraordinario) alguno, los capitalistas se vuelcan a la agricultura como lo harían a cualquier otra rama que les permita valorizar su capital.

En el caso de la renta diferencial el terrateniente absorbe la ganancia excedente limitando, como dijimos, la acumulación de capital. La propiedad territorial es la causa, señala Marx, de la transferencia del capitalista al terrateniente del remanente que es creado sin su intervención y que representa la ganancia excedente. Sin embargo, no es la propiedad de la tierra la que crea esta parte del precio de los productos agrícolas que excede los estrictos precios de producción. Pero, en aquellas situaciones en que el precio de los productos agrícolas no permite poner en producción las peores tierras, en tanto no arrojan un excedente por encima de la ganancia media, la propiedad privada de la tierra actúa como la causa que empuja los precios de los productos agrícolas hasta engendrar este remanente que absorbe como renta.² Siempre en el marco de un régimen capitalista de producción, que a partir de la valorización del capital expande la demanda de la tierra en tanto medio de producción y, de este modo, el monopolio de la tierra se convierte en un negocio muy apetecible. Mientras los precios de los productos agrícolas permitan obtener la ganancia media más un remanente, la presión del capital sobre el territorio hará que se incorporen todas aquellas tierras aún no explotadas que permitan mantener esta inversión.

De lo dicho hasta ahora sobre los argumentos de Marx se puede inferir que los precios de producción de las mercancías pueden o no ser idénticos a su valor, aunque el precio del total de las mercancías producidas se halle regulado por el valor total de las

² Marx (2007) enfatiza en la p. 701 que cuando se refiere a renta esta haciendo mención a un excedente por encima del precio de producción regido por la ganancia media normal. Si se paga un canon por alquiler que sale del salario o de la ganancia capitalista a eso técnicamente no se lo puede llamar renta.

mismas, y aún cuando el precio de los productos siempre mantiene un vínculo estrecho con el movimiento de los valores de las mercancías. Esto es enunciado explícitamente por Marx en los capítulos señalados, en los que también plantea que si la composición orgánica del capital es más baja que la del capital social medio, esto es, su parte variable es mayor que la invertida en condiciones objetivas de trabajo (capital constante) que en el capital medio de la sociedad, el valor de su producto será necesariamente superior a su precio de producción. Marx muestra que en esos casos este capital, al emplear más trabajo vivo, producirá con la misma explotación del trabajo más plusvalía y, por ello, más ganancia que un capital de igual magnitud, pero de una composición mayor (capital medio de la sociedad). El valor del producto en cuestión será superior a su precio de producción, ya que el precio de producción es igual a la reposición del capital invertido más la ganancia media, que es menor que la ganancia ocasionada en la mercancía producida por el capital de composición orgánica más baja. A la inversa, cuando el capital tenga una composición orgánica superior a la media, el valor de la mercancía producida por este capital será inferior a su precio de producción. Estas referencias a la composición orgánica más baja del capital en una rama de producción con relación a la media, le permite a Marx expresar de otra forma el hecho de que la productividad del trabajo en la rama de menor composición orgánica del capital es inferior a la media, en la medida que la productividad media del trabajo se manifiesta en el predominio relativo del capital constante sobre el variable o, lo que es lo mismo, en la disminución constante de la parte que el capitalista invierte en salarios. En los casos inversos, donde la composición orgánica es superior a la media se espera, lógicamente, una productividad mayor.

Se puede constatar empíricamente al estudiar la evolución histórica del modo de producción capitalista, que las diferentes ramas de producción presentan distinta composición orgánica del capital, y que en la agricultura durante un período histórico prolongado la composición orgánica del capital ha sido más baja que la del capital social medio, por debajo del sector industrial. Esto no significa que no se hayan desarrollado las fuerzas productivas en la agricultura, sino simplemente que su desarrollo fue menor, al menos hasta las últimas décadas, al del sector industrial. Y como vimos, al ser menor la composición orgánica del capital en la agricultura que en el capital social medio, el valor de los productos agrícolas es superior a su precio de producción. Esto significa que la plusvalía producida en la agricultura bajo las condiciones mencionadas por un capital de x magnitud es siempre mayor que en un capital de idéntica magnitud y de composición social media, invertido en otra rama de producción. Y acá vamos acercándonos al punto que nos convoca: Marx plantea que esta diferencia en las magnitudes de ganancia entre el sector agrícola y el industrial, fundada en la composición orgánica desigual del capital, es lo que da origen a esta forma de renta, la renta absoluta. Marx distingue esta forma de renta de la renta diferencial fundada en las diferencias de fertilidad, ubicación o sucesivas inversiones de capital en la misma tierra.

Es importante señalar que no es exclusividad de los productos agrícolas tener, en determinado estado del desarrollo de las fuerzas productivas, valores superiores a sus precios de producción. En las industrias de composición orgánica más baja que la media ocurre un desfase idéntico, sólo que Marx considera que no arrojan un remanente sobre la ganancia media o un excedente susceptible de convertirse en renta. Por el contrario, como los precios de producción, regidos por la ganancia media, regulan el precio de las distintas mercaderías, impiden que estos productos se vendan por su valor, y arrojen de allí un excedente. Marx señala que los precios de producción nacen de una compensación del valor de las mercancías, que permite distribuir la plusvalía total no en la proporción que ha sido producida en las distintas ramas, sino en virtud a la magnitud de los capitales invertidos. De allí surge la ganancia media y el precio de producción de las mercancías, formando una parte de los otros. Esto es parte de la competencia capitalista que no tolera, según Marx, la existencia de ganancias excedentes. Y es aquí donde la propiedad territorial impone condiciones y pone obstáculos a esta competencia que tiende a equiparar las tasas de ganancias y limita al mismo tiempo el desarrollo del capital en la agricultura. La existencia de la propiedad territorial hace que los productos agrícolas se paguen por su valor, aun en el

caso de que éste sea superior al precio de producción, violentando esta tendencia reguladora de las ganancias hacia la media social. Y, salvo que exista coincidencia entre el terrateniente y el capitalista, la diferencia entre el precio de los productos agrícolas y el precio de producción es absorbida por el terrateniente. Este excedente retenido por el propietario monopólico de la tierra es definido por Marx como un “falso valor social” (IÑIGO CARRERA, 2007, p. 15).

Dijimos ya que Marx quiere llamar la atención sobre el hecho de que la propiedad de la tierra opera como limitante a la inversión capitalista, en la medida de que sólo se pondrán en producción aquellas tierras que, además de permitir obtener la ganancia media, arrojen un excedente que se tributa como renta. Es decir, los precios de los productos agrícolas deben estar en orden al precio de producción de las peores tierras -y ello implica que arrojen un excedente por encima de la media- lo que opera como una barrera para una inversión directa de capital que busca la valorización a partir de la ganancia social media. En caso de que las peores tierras no permitan la valorización y la producción de un remanente, esto lleva al alza de los precios de los productos agrícolas. De esta manera el capital agrícola vende- cuando su composición orgánica es inferior a la media- las mercancías agrícolas a su valor, que es superior a su precio de producción, y este excedente que surge de la diferencia entre el valor y el precio de producción se constituye en la renta que se apropia el terrateniente. Esta situación es la que lleva a afirmar a Marx que los precios agrícolas tienen siempre un precio de monopolio, ya que su precio es igual o inferior a su valor, pero superior a su precio de producción. Y este precio de monopolio presupone la propiedad territorial de la tierra, siendo la renta factor de encarecimiento de los productos agrícolas. La magnitud del excedente, por encima de la ganancia media, incluido en los precios de los productos agrícolas depende no de la existencia de la propiedad de la tierra sino de la situación general de mercado, y serán estas condiciones de mercados las que arrimaran más o menos el precio de los productos agrícolas a su valor. Sobre lo que no hay dudas es que esta magnitud excedente de los precios agrícolas forma parte de la plusvalía producida en la agricultura, una magnitud de esa plusvalía total que no participa de la compensación general que tiende a equiparar la tasa de ganancia en torno a la media.

El aumento de la composición orgánica del capital agrario en la producción agrícola argentina

Llegamos finalmente al punto que nos parece inaugura un nuevo escenario en la disputa entre capitalistas y terratenientes en Argentina. Marx dice que si la composición media del capital agrícola fuese la misma o más alta que la del capital social medio, desaparecería la renta absoluta, aunque no la renta diferencial ni los mecanismos de producción de excedente vinculados con la existencia de un precio de monopolio. Lo que nos está diciendo es que el valor de los productos agrícolas no sería superior a su precio de producción, y el capital agrícola al no utilizar más trabajo vivo, no realizaría tampoco más plusvalía que el capital no agrícola. Esto significa que no existirían las condiciones materiales para crear una plusvalía mayor, y con ello un valor mayor al de los productos no agrícolas, fuente original del excedente que daba origen a la renta absoluta. A nuestro entender estamos en la actualidad en presencia de un grado de desarrollo de las fuerzas productivas en la agricultura Argentina cuya composición orgánica haría desaparecer la renta absoluta fundada en menor composición orgánica del capital, aunque ello no implica que no operen otros o mecanismos que puedan empujar los precios de producción de las mercancías agrícolas, fundados en la propiedad monopólica de la tierra. Es decir, estamos convencidos que el actual grado de desarrollo de las fuerzas productivas en la agricultura impide pensar un remanente transferido como renta que tenga como fuente una mayor plusvalía, surgida de una mayor participación del trabajo vivo en la producción agrícola capitalista. Lo que ayer aparecía como renta absoluta hoy aparece como renta por simple monopolio, y consideramos que esta distinción merece atención en la medida que implica una situación inédita para esta rama de producción. Esto, además, estaría describiendo un

proceso de concentración y centralización del capital agrario, y un proceso paralelo de descampesinización.

En la producción agrícola argentina de comienzos de milenio el alto grado de desarrollo de las fuerzas productivas permitiría sostener la hipótesis de que existe una composición orgánica similar a la de las ramas industriales, y que los precios de los productos agrícolas responden a los precios de producción en identidad con su valor, en la medida que la plusvalía obtenida por la explotación del capital variable sería equivalente a la de otras ramas de producción, y el excedente representaría la ganancia media. Nuestra tesis es que no existiría una plusvalía mayor en la agricultura que dadas las condiciones de monopolio representa el excedente que es apropiado como renta. Dado que el remanente destinado a pagar la renta ya no sale de una mayor plusvalía surgida del consumo mayor de capital variable, en la medida de que se disminuye notablemente la participación del mismo en los procesos productivos, consideramos que para explicar el boom agrícola en la Argentina -con la expansión de la frontera agrícola, el aumento de los rendimientos, y la expansión de las relaciones capitalistas en extensión y profundidad- resulta razonable pensar que el origen de este inmenso negocio de productores, comercializadores y rentistas se debe a que los precios de los productos agrícolas en el mercado internacional son coyunturalmente altos en virtud de, entre otros factores: el crecimiento de la demanda mundial de productos agrícolas (y de la soja en particular) y la participación del capital especulativo y financiero en la comercialización, de manera que la diferencia entre los costos de producción y los precios permite obtener un excedente extraordinario. La magnitud de la plusvalía obtenida por productores y la magnitud del excedente apropiado por terrateniente es objeto de una disputa económica y depende, sin dudas, de la escala y la capacidad de negociación entre unos y otros. Veremos más adelante cómo son los terratenientes quienes se imponen en esta disputa.

Pero antes de seguir avanzando es importante señalar que es necesario distinguir lo coyuntural de los cambios orgánicos. En relación a lo primero consideramos que es oportuno evaluar como circunstancial en Argentina esta combinación de altos precios internacionales favorables y altas tasas de ganancia. De allí que nos interese considerar brevemente cuál sería un escenario probable en caso de que caigan los precios de las mercancías agrícolas en el mercado internacional o se produzcan cambios en materia de política económica que reduzcan o limiten esta ganancia extraordinaria, ya sea en el orden de la política cambiaria o impositiva. Y en relación con las transformaciones estructurales, es necesario reconocer que los cambios en la composición orgánica en la agricultura representan un escenario inédito en materia de desarrollo de las fuerzas productivas, lo que nos lleva a evaluar si ello implica una reconfiguración sustantiva de la disputa entre el capital industrial, los capitales agrarios y el sector de los monopolistas de la tierra. Teniendo en cuenta estos dos elementos, los coyunturales y los orgánicos, consideramos que es viable esperar el siguiente escenario para los próximos años: si se mantienen los altos precios de las materias primas agrícolas, se agudizarán las contradicciones entre los monopolistas de la tierra y el capital invertido en la agricultura por el excedente creado en esta rama de producción, se acentuarán los procesos de concentración y centralización de los capitales, y se pronunciará también la disputa entre estos sectores vinculados con el agronegocio y el capital industrial, en la medida en que este alza de los precios agrícolas responde a la situación de monopolio sobre el medio de producción elemental (la tierra).

Sin embargo, hay que señalar que se hace difícil pensar los contextos futuros para la producción agropecuaria en virtud del alto grado de inestabilidad de los precios internacionales de los productos agrícolas, vinculados a la especulación financiera, y a un contexto de profunda crisis del capitalismo a escala global. Pese a ello, no es arriesgado reconocer que se han borrado, al menos en lo que respecta al grado de desarrollo de las fuerzas productivas, las diferencias en la composición orgánica del capital que, décadas atrás, daban origen a la renta absoluta de la tierra. Desde nuestra óptica la expansión de las fuerzas productivas en la agricultura de la mano de desarrollo en profundidad de las relaciones capitalistas han eliminado las diferencias materiales que operaron históricamente como fuente original de la renta absoluta, poniéndonos frente a un escenario en que la renta

se impone como renta de simple monopolio. Esto implica, como ya señalamos, un escenario inédito en la agricultura argentina, en la medida que la expansión plena de las formas materialmente capitalistas en el agro es un indicador de transformaciones que son el resultado de la evolución de las fuerzas productivas, llevando a las mismas a la vanguardia en términos de productividad del trabajo, y modificando también las tendencias a futuro para el conjunto de la producción capitalista en Argentina.

En este punto quisiéramos referirnos a la complejidad que resulta encontrar datos para corroborar la hipótesis del crecimiento de la productividad agrícola en la Argentina, a partir del aumento de la composición orgánica del capital agrario. Y debemos decir que son sumamente escasos los trabajos de investigación que comparen la productividad del sector industrial con la de los productores agrícolas. De hecho, el único trabajo que hemos encontrado que presenta indicadores relativos al tema es la exhaustiva y profunda investigación de Juan Iñigo Carrera (2007) sobre la formación económica de la sociedad argentina, aunque no compara específicamente la productividad en ambas ramas de producción. Por lo tanto vamos a recorrer un camino indirecto y fundado en datos de una región específica con objeto de presentar indicadores que acompañen nuestra hipótesis que, como tal, debe ser respaldada posteriormente con mayor cantidad de datos estadísticos. Por lo pronto vamos a seguir la evolución de la productividad del trabajo en el sector agrícola en un provincia argentina que históricamente caracterizada por una alta participación del trabajo vivo en los procesos productivos agrícolas, y un estructura considerada por los técnicos en la materia (BRODERSHON; SLUTZKY, 2009) como *periférica* y *dependiente* en relación a la región agrícola central, la pampa húmeda. Nos referimos a la provincia de Chaco.

La decisión de recuperar indicadores de una región otrora periférica y marginal desde el punto de vista de la producción agrícola nacional esta asociada por un lado a lo que plantea Juan Iñigo Carrera (2000) de que en cualquier rama de producción si de lo que se trata es estudiar la productividad del trabajo es necesario reconocer que un incremento sostenido de la productividad tiene por condición la revolución de los medios técnicos con que el trabajo se pone en acción, transformando el capital sus bases técnicas. Por otro lado, a que la expansión de las relaciones capitalistas en extensión hacia las regiones marginales en términos de productividad agrícola y rendimientos, implica un procesos de homogenización de las bases técnicas en la agricultura argentina que es el soporte de las actuales condiciones de excepcionales en términos productividad y rentabilidad diferencial que caracterizan a la producción agrícola actual en nuestro país. Así podemos señalar que si a comienzos de la década del ochenta –campaña 1980/81- casi la totalidad de la cosecha la realizaban manualmente 33 mil cosecheros, de haberse mantenido ese grado de participación de los cosecheros 1997/98 se hubiesen necesitado 123 mil cosecheros, siendo que sólo se utilizaron 12 mil, y que el 90% de la superficie se cosechó mecánicamente (IÑIGO CARRERA, 2000). En esta misma región en el año 1991 los datos presentados por este investigador muestran que la cosechadora mecánica multiplica más de cien veces la productividad del trabajo, ya que se pasa de un promedio de 70/80 kilos diarios con cosecha manual de algodón a 9000 kilos por operario con la cosechadora de cuatro surcos.

Estos datos, parciales y hasta escasos para sustentar una tesis de mayor alcance, sirven sí para graficar el impacto de la revolución de las bases técnicas en una región marginal, y considerando sólo una innovación en el orden de la tecnología mecánica, un área técnica que ante los actuales desarrollos en materia de tecnología genética y química aparece en la prehistoria reciente de las formas materiales de revolución de la productividad en el sector agrario argentino. Más allá de reconocer, además, que esta incorporación plena de la tecnología mecánica a la producción va acompañada de avances en materia de tecnología genética que tienden a disminuir la cantidad de labores necesarias en el proceso de producción, y de esta manera reducir el tiempo de trabajo necesario. Pensemos en la siembra directa, el control de malezas por la vía química y genética, etc. Y esta transformación en las bases técnicas tiene efectos directos sobre la forma en que el capital se invierte en la agricultura, haciendo cada vez más innecesario el hecho de invertir grandes sumas de capital en la adquisición de maquinaria compleja (capital fijo), en la medida en que

buen parte de las labores agrícolas pueden contratarse a terceros. Por ejemplo, según los datos del Censo Nacional Agropecuario de 2002 de las casi 800 mil hectáreas dedicadas a soja transgénica y cereales en la provincia de Chaco el 61,2% de esa superficie fue cosechada por terceros contratados (CNA, 2002).

De corroborarse estas tendencias, las que señalan que las determinaciones actuales del desarrollo capitalista a nivel nacional presentan la característica de una relativa homogenización de la composición orgánica de las fuerzas productivas en las distintas ramas de producción, se abre la pregunta por cómo este escenario repercute sobre la histórica disputa entre el sector de los capitales industriales que operan en Argentina y el sector terrateniente. Estudiar la forma que adquiere la disputa permite entender también qué sectores son los que están ganando la batalla. En sentido Iñigo Carrera (2007) presenta sólidos argumentos basados en series estadísticas que señalan que en nuestro país el régimen impositivo a la propiedad rural e incluso los impuestos a las exportaciones resultan harto insuficientes para gravar el excedente extraordinario, que en la coyuntura actual está siendo apropiado por los terratenientes. No sólo porque el gravamen tributario sobre la propiedad de la tierra es casi inexistente en la historia económica argentina, sino porque los impuestos a las exportaciones agrícolas afectan principalmente a los capitales productivos invertidos en los procesos agrícolas, sin llegar a constituirse en un vehículo de apropiación del excedente extraordinario que embolsan los terratenientes por sólo arrendar una porción de un medio natural del que se han apropiado. Ello puede observarse además en los datos que presenta Iñigo Carrera (2007) en las series estadísticas que construye, en las que se ve que, por ejemplo, en el año 2004 el estado captó mediante las retenciones fue de 7.478 millones de pesos, mientras que los terratenientes se apropiaron de una renta de 21.600 millones de pesos. Además, hay que considerar que al no ser las retenciones un gravamen directo sobre la propiedad de la tierra el monto retenido por el estado mediante los impuestos de exportación no resulta de una captación directa de la renta extraordinaria. La característica de este gravamen, que no afecta sustantivamente la renta agraria pero sí a los capitales invertidos en funciones, estaría además impulsando el proceso de concentración de los capitales que se invierten en la agricultura y excluyendo a los capitales de menor magnitud.

Capital invertido en funciones y rentistas de la tierra

Si bien autores como Pierri (2011) consideran que en Argentina en el período anterior al conflicto agrario de 2008³ la disputa por la renta agraria quedaba limitada a la competencia entre terratenientes, arrendatarios, contratistas y capitalistas inversores en la producción, a nuestro entender a estos actores directamente vinculados a la producción hay que agregar, por su capacidad monopólica en el mercado, a las mega corporaciones proveedoras de insumos para el agronegocio y a los capitales comerciales agroexportadores. Tanto el capital agroindustrial transnacional como los grandes grupos comercializadores son actores centrales en la disputa por el excedente extraordinario y están en condiciones de desarrollar mecanismos de absorción de excedentes fundados en su alto grado de concentración. Teniendo en cuenta ello, en este apartado nos dedicaremos a analizar la disputa entre rentistas y productores directos, para poder en el apartado siguiente estudiar con más detalle el poder de las corporaciones transnacionales agropecuarias.

En lo que refiere a la contradicción entre los capitales invertidos en funciones en la producción agrícola y los terratenientes, el crecimiento de la demanda en el mercado de tierras - motivada por los altos márgenes de ganancia de la producción de soja y por el carácter volátil y especulativo de la producción de *commodities* agrícolas en la actualidad - ha ido en favor de los propietarios en la disputa con los arrendatarios por el excedente

³ Disputa que se originó por el intento del gobierno de Cristina Fernández de aumentar el porcentaje del impuesto a la exportación del cultivo de la soja.

extraordinario. Así un estudio de la SAGPYA (PIERRI, 2011) indica que zonas agrícolas centrales – o más bien región núcleo maicera - se negociaba un arrendamiento por 12 quintales de soja en 2001/2002, representando el 30% del ingreso bruto, mientras que en 2007/08 los alquileres giraban en 22 quintales y representaban el 45% del ingreso bruto. Así se confirma, al menos para el caso argentino, la posición estratégica de los terratenientes en relación al capital invertido en funciones en la rama de producción agrícola, en la medida que los márgenes de ganancia favorables tienden a consolidarse en el tiempo y el flujo de capitales líquidos hacia esta rama de producción estrecha la oferta de tierras disponibles, disparando los precios de alquiler. En este caso estaríamos ante el hecho de que, como indica Pierri (2011), el aumento de la producción agudiza la disputa en la medida que el crecimiento de la renta diferencial abre la pelea por su distribución.

En la misma línea parecen ir los datos presentados por la investigación de Juan Iñigo Carrera (2007); tomando los primeros años del presente milenio vemos que: en el 2001 renta apropiada por los terratenientes argentinos representaba 3.667 millones de pesos. En 2002 ascendía a 15.580 millones de pesos. En 2003 subía a 18.063 millones de pesos y en el 2004 tocaba ya los 21.600 millones de pesos. A partir de estos datos se puede tener una certera idea de la magnitud del crecimiento absoluto del excedente apropiado por los rentistas agrarios durante esta fase de expansión de la producción agrícola argentina. Pero si estas comparaciones interanuales resultan insuficientes podemos señalar que éste autor compara para igual período y en relación a la plusvalía neta agrícola, la magnitud de la misma que corresponde a la ganancia normal y la magnitud que es apropiada como renta. Si bien esto no indica literalmente el margen total de lo apropiado por arrendatarios y rentistas, permite visualizar qué parte de la plusvalía neta total producida por la agricultura argentina corresponde a la valorización del capital en funciones y cuál es absorbida como renta agraria.

La información estadística presentada por Iñigo Carrera (2007) en relación a este último punto sirve para dimensionar los porcentajes del excedente apropiado en la agricultura por quienes disponen del monopolio de la tierra en Argentina, y de manera interpretar con datos cuál es su posición en relación a los productores directos. Así, en 2001 los rentistas se apropiaron de 3.667 millones de pesos y la ganancia neta de los capitales agrícolas fue de 3.345 millones de pesos. En este año se produce una simetría relativa en el reparto de la plusvalía neta generada en la agricultura. Pero ya en 2002 se observan algunos cambios que tienden a aumentar el margen absoluto apropiado por los terratenientes bajo la forma de renta. Mientras los rentistas se apropian de 15.580 millones de pesos, la ganancia normal del capital invertido en funciones fue de 10.002 millones de pesos. En 2003 mientras la ganancia normal del sector representó una leve variación absoluta hacia los 11.948 millones de pesos, el margen absoluto de la renta de la tierra fue de 18.063 millones de pesos. Finalmente, en 2004 la ganancia normal neta en la agricultura argentina representó 12.098 millones de pesos, mientras que la renta para ese año ascendió a 21.600 millones de pesos. Lo que estos datos nos están mostrando es un crecimiento del excedente extraordinario – diferencial - que es apropiado por los señores de la tierra en Argentina en el comienzo del nuevo milenio. Parece confirmarse así que el desarrollo de las fuerzas productivas en la agricultura refuerza la capacidad de absorción de excedente de los rentistas en relación con los productores directos, tal como lo señalara hace más de un siglo Marx (2007) al estudiar la renta diferencial.

Los bio-monopolistas y el oligopolio comercializador

Luego de analizar brevemente la disputa entre el capital agrario y los monopolistas de la tierra en Argentina durante la última década, quisiéramos dirigir nuestra atención a los actores involucrados en el proceso de provisión de insumos y en la comercialización. En particular queremos detenernos en las corporaciones proveedoras de agro-insumos, o las llamadas “industrias de la vida” (BARTRA, 2006; GRUPO ETC, 2011) y al sector de los capitales comerciales agroexportadores. En este caso tenemos que señalar que representan

un monopolio de mercado, que si bien técnicamente es diferente al monopolio de un bien natural como la tierra, no por ello resulta menos potente en su capacidad para distorsionar precios. Hay que señalar que en el caso argentino la política cambiaria con un peso devaluado y el bajo costo de producción – con un bajo costo de la fuerza de trabajo – aparecen como algunos de los factores destacados a la hora de explicar las ganancias extraordinarias en los primeros años del “boom” sojero.

Es importante mencionar que si bien la posición monopólica de las agro-corporaciones les otorga ciertos privilegios en el mercado, en éste sector de productores de agro-mercancías la realización de la plusvalía se corresponde a la de cualquier rama industrial, y esta asociada a la explotación de la fuerza de trabajo y a la composición orgánica de esa rama en particular. Por lo que el crecimiento de los volúmenes de ingresos manejados por estas agro-corporaciones de insumos agrícolas puede ir de la mano de un aumento de la demanda, más allá de que ingresen o no en la disputa por el excedente extraordinario. Sin embargo, consideramos que en una estructura agrícola en pleno proceso de expansión de las relaciones capitalistas en profundidad, donde el control técnico del desarrollo de vanguardia en materia de tecnología química y genética esta en manos de un puñado de mega empresas a nivel mundial, es importante atender al poder *distorsivo* que esta posición oligopólica otorga a estos grandes grupos de capital.

El quiebre de la brecha técnica en relación a un mayor control de las variables naturales, resultado de la revolución técnica del capital agrario, permite cruzar el umbral que históricamente representó uno de los factores que retrasó la expansión del capital agrario, y nos indica que es de esperar que de aquí en adelante las tendencias y contradicciones propias de la expansión de las relaciones capitalistas imperen en la nueva coyuntura agraria, en un contexto de relativa homología en la composición orgánica del capital y la productividad en las distintas ramas de producción. Teniendo en cuenta ello hay que señalar que resulta probable que esta expansión y concentración del capital en la agricultura profundice las disputas intercapitalistas, sobre todas aquellas vinculadas a la apropiación de las ganancias extraordinarias. Al mismo tiempo estas nuevas determinaciones impulsan el proceso de descampesinización. En este sentido basta señalar que en la provincia de Chaco, uno de los reservorios de producción campesina de Argentina, los productores minifundistas sólo explican el 1% de la superficie implantada a comienzos del nuevo milenio en dicha provincia (CNA, 2002). Por ello es necesario investigar de forma simultánea el lugar protagónico de las agrocorporaciones en el actual modelo agrícola nacional, evaluando el impacto que ese proceso de expansión de la frontera agrícola y crecimiento de la productividad agraria tiene sobre los sectores campesinos y la pequeña producción familiar.

En relación al vínculo estrecho entre expansión de las agrocorporaciones y procesos de descampesinización los trabajos de Mc Michael (1999), Rubio (2001), Teubal (2001), Bartra (2006), Rodríguez (2008) y el Grupo ETC (2012) aportan elementos para abordar la caracterización a la que nos referimos. Este último punto, que en Argentina se manifiesta como la consolidación de las relaciones plenamente capitalistas en el medio rural, plantea muy serios desafíos para la producción campesina en nuestro país, y puede servir de muestra para las tendencias que buscan generalizarse a los países hermanos de América Latina. Claro está que esto tiene consecuencias nefastas para la producción campesina, reservorio de saberes y prácticas que han permitido la reproducción social de la biodiversidad. La compulsión emparejadora del capital (BARTRA, 2006) expone a las distintas formas de pequeña producción familiar a ingresar a un mercado en el que las mercancías producidas por las mega corporaciones del agronegocio ponen en riesgo no sólo su participación en los sistemas productivos y su existencia como campesinos, sino la existencia misma de los pueblos, en la medida que se destruyen y aniquilan los ecosistemas regionales, en una lógica de corto y mediano plazo que asume una dinámica de inversión productiva muy similar a la especulación financiera. Fernández (2010) muestra que en 2007 unos 30 fideicomisos financieros invirtieron en el sector agropecuario 467 millones de pesos en Argentina.

Teniendo en cuenta que el mapa agrícola argentino representa un escenario extremadamente fértil para analizar los ciclos de expansión del capital en sus distintas dimensiones – tanto en lo que refiere al desarrollo técnico y material de las fuerzas productivas como a las relaciones sociales de producción que le corresponden-, es importante recordar que durante décadas en el debate marxista acerca de la expansión del capital en la agricultura, se puso especial énfasis en las particularidades de esta rama de producción en relación al las posibilidades que presentaba para la reproducción ampliada de capital, en virtud de que los procesos de subsunción real en la agricultura son más lentos en que en el caso de la industria. Y en esa discusión el escenario agrícola se pensaba desde el presupuesto de que la naturaleza – o el medio natural –, excede parcialmente la acción antrópica, esto es, no es *completamente* reproducible e impone sus propias condiciones a las prácticas culturales agrícolas, y con ello limita la posibilidad de construir los “laboratorios del capital” que representan los procesos industriales. Allí aparecen entonces diversas alternativas para pensar desde la teoría crítica las actuales determinaciones existentes en el medio rural.

Una de la formas de posicionarse ante este nuevo escenario es explicitar el impacto *ecocida* que tiene el modelo agrícola de desarrollo impulsado por las agrocorporaciones y adoptado por muchos países en sus políticas agropecuarias. Esto es lo que hace Armando Bartra (2006) cuando señala que la agricultura es el reino de la diversidad en relación a las condiciones agro-ecológicas que son la base de la pluralidad cultural. En los albores del nuevo milenio somos testigos del radical desarrollo técnico del capitalismo en la agricultura, y de la manera en que las grandes corporaciones agrícolas avanzan en su intento por doblegar a la naturaleza como reflejo de la lógica emparejadora del capital. Estas investigaciones llaman la atención al hecho de que asistimos a una agricultura que opera como un sistema fabril, cada vez más dependiente del capital constante, de los insumos industriales, de los avances en materia de tecnología química y genética; remarcando que este crecimiento de la composición orgánica del capital en la agricultura se hace a costa de ir desplazando y destruyendo, a niveles que se consideran suicidas, la naturaleza.

Nosotros coincidimos en la parte del diagnóstico que hace referencia a que los avances en relación a la tecnología química y, fundamentalmente, genética han permitido acelerar la subsunción *real* (MARX, 2001) de los procesos productivos agrícolas al capital. Y al mismo tiempo reconocemos lo importante que resulta no separar este proceso de desarrollo de las fuerzas productivas del estudio de la evolución del capitalismo a nivel global, y en particular del inmenso grado de concentración de las corporaciones agrícolas transnacionales. De lo contrario podría parecer que estamos cediendo a las quimeras de un determinismo tecnológico (SANTOS, 2011), como si los cambios técnicos que revolucionan la agricultura actual pudieran desligarse del lugar hegemónico que el capital transnacional concentrado ocupa en esta rama de producción desde hace ya algunas décadas. Además, reconocer este proceso de alto grado de desarrollo científico en materia de biotecnología es importante para entender que para muchos productores adoptar los nuevos paquetes tecnológicos implica no ya una “elección racional” sino una incorporación subordinada al nuevo mapa agrícola internacional, donde las condiciones de producción y comercialización están, generalmente, en manos de estas mega empresas del agronegocio.

Para tener una referencia empírica del grado de concentración de capital en el sector agroindustrial y en el de la comercialización de materias primas agrícolas a escala global, y el poder de estas grandes corporaciones sobre el comercio exterior y las políticas agropecuarias a nivel mundial, presentamos algunos datos sistematizados:

Cuadro 1: Crecimiento del comercio mundial de productos agropecuarios y expansión de las corporaciones transnacionales agropecuarias en las últimas décadas.

- El comercio mundial de productos agropecuarios alimentarios y no alimentarios pasó de 65.000 millones de dólares en 1972 a 500.000 millones en 1997.
- En 2009 las diez empresas principales de agroquímicos concentraban el 89% del mercado mundial y reportaron ingresos por 39.468 millones de dólares.
- Las once principales empresas procesadoras y comercializadoras de granos, oleaginosas y azúcar del mundo tuvieron ingresos por 443.438 millones de dólares en 2009.
- A comienzos del presente milenio en América Latina el 34% del mercado semillero estaba en manos de empresas multinacionales.
- A nivel mundial durante 2009 las diez mayores empresas semilleras participaban del 73% del mercado. Este sector está estrechamente vinculado al mercado de agroquímicos. Cinco de las seis compañías de agroquímicos más importantes aparecen también en la lista de las semilleras más grandes del mundo ese año.

Fuente: Teubal (2001) y Grupo ETC (2012).

Este contexto de alta concentración de capital en la agricultura, particularmente en los sectores proveedores de insumos y en el de los comercializadores, lleva a autores como Bartra (2006) a sostener que en el actual escenario global las mega corporaciones agroindustriales y biotecnológicas ocupan el lugar que ayer ocupaban los viejos terratenientes y las empresas extractivas. Si bien nosotros consideramos que el peso del sector rentista de la tierra es todavía muy importante –como vimos en el apartado anterior para el caso argentino- no se puede desconocer que las nuevas industrias de la vida asumieron durante las últimas décadas un papel preponderante en la agricultura global. Lo que es importante señalar es que estas corporaciones no sólo ejercen un poder monopólico u oligopsónico en lo que refiere a la provisión de insumos y comercialización en la agricultura, sino que de la mano de la tecnología genética y biológica que privatizan y controlan, están avanzando decididamente y a pasos acelerados sobre la naturaleza, la soberanía alimentaria y la salud de los pueblos. Bartra (2006) llega a plantear incluso que si el conflicto de los siglos pasados era por el destino de la renta capitalista de la tierra y de los bienes del suelo, en la actualidad la disputa se concentra en la apropiación de la renta de la vida. Nosotros consideramos, más bien, que la emergencia de estos rentistas de la vida no elimina la disputa por la renta agraria sino que suma actores con un peso histórico inédito a la disputa por el excedente en la rama de producción agraria. Corresponderá estudiar empíricamente cómo se produce esta relación entre actores que monopolizan el control sobre medios de producción diferenciales, pero igualmente indispensables para la producción agraria.

Si bien el desarrollo de la ingeniería genética y la selección de variedades no son fenómenos nuevos en la producción agrícola, nunca estuvo tan concentrado en actores ajenos a la producción directa como en el momento actual de desarrollo de las fuerzas productivas en la agricultura. Este monopolio sobre los insumos necesarios para participar en la producción agrícola da a estas corporaciones un enorme poder económico y estratégico sobre los sistemas productivos agrícolas. Y este poder de las corporaciones hace que en materia de política agropecuaria en muchos países importen menos los planes agroalimentarios que la rentabilidad de los grandes capitales del agrobisnes, dejando, además, fuera de agenda los efectos desastrosos de estos paquetes tecnológicos sobre los ecosistemas. En las actuales condiciones de desarrollo del capital en la agricultura la lógica de valorización opera como una lógica depredatoria y ecocida (BARTRA, 2006), en donde el interés de valorización del capital desplaza cualquier consideración sobre los efectos ambientales y sociales de estos procesos. Los actuales desarrollos en materia de biología sintética (GRUPO ETC, 2012) no hacen más que agudizar esta tendencia de mercantilización extrema de la naturaleza.

Otro complejo problema asociado al alto grado de concentración de las corporaciones agropecuarias transnacionales – que aquí no abordaremos por razones de extensión pero que no podemos dejar de señalar- son las alianzas que realizan con grandes grupos de capital de otras ramas de producción para invertir en áreas que se consideran estratégicas y monopolizar esas producciones. Así, el Grupo ETC (2012) señala que se está produciendo una gran red de alianzas corporativas a nivel internacional entre las grandes corporaciones de capital: el complejo oligopólico transnacional de los agro insumos está fortaleciendo sus lazos con las grandes empresas de energía, las poderosas farmacéuticas, las grandes empresas químicas, y el sector militar de los Estados Unidos. Estas alianzas, resultado de la competencia por el control y la explotación de la biomasa están llamando la atención sobre el peso hegemónico de estas corporaciones en la consolidación de lo que el Grupo ETC denomina un *control corporativo transnacional*. Reconocer estas condiciones nos permite poner en evidencia la enorme capacidad de estas corporaciones frente a los productores directos, en tanto son estas corporaciones las que diagraman los patrones de desarrollo agrícola y explotación de los recursos naturales en función de sus estrategias de mercado e inversión, a la vez que monopolizan los insumos necesarios para la inversión del capital agrario. Al mismo tiempo, ponen a la explotación agropecuaria y de recursos naturales en el foco de la inversión de los grandes grupos de capital transnacional, con el riesgo que esto acarrea a la soberanía de los pueblos.

Reflexiones finales

En este artículo hemos procurado, a partir de la problematización del concepto de renta absoluta, destacar que el proceso de subsunción real del trabajo productivo al capital ya se ha producido en la agricultura argentina. Si bien hemos indicado la escasez de investigaciones con bases estadísticas que trabajen específicamente sobre la comparación de la productividad del sector industrial y el sector agrícola primario, hemos señalado que los avances en materia de tecnología genética y química habrían hecho posible la ruptura, o al menos limitarla a su mínima expresión, de la brecha técnica que impedía al capital tener un control sobre los condicionantes naturales propios de este tipo de producción. Hoy en día el capital productor de agromercancías tiene la capacidad técnica de alterar los ciclos biológicos en función de las necesidades de la valorización del capital agrícola. Al mismo tiempo dijimos que el crecimiento de la composición orgánica, y particularmente la técnica, del capital en la producción agrícola no pone en riesgo la existencia misma de la renta, sino que evidencia un proceso en el que los precios de los productos agrícolas son empujados hacia arriba de su precio de producción en virtud de la existencia de una renta de simple monopolio.

Una vez presentado el problema teórico analizamos cómo esta transformación resultante del desarrollo de las fuerzas productivas impacta sobre la disputa intercapitalista y sobre las relaciones sociales de producción, en la medida en que tiende a expulsar a la población campesina y las distintas variantes de la pequeña producción familiar del medio rural. Lo que nos interesa es mostrar cuáles son las tendencias probables de esta homogenización de la productividad en las distintas ramas de producción sobre las históricas disputas alrededor del excedente extraordinario entre las fracciones industriales y los rentistas de la tierra, y también al interior de la rama de producción agrícola. En este sentido señalamos que el modelo agrícola consolidado actualmente en la agricultura argentina es marcadamente descampesinizante en tanto tiende a la expansión en extensión y profundidad de las relaciones capitalistas.

Pudimos mostrar también que existe un alto grado de concentración de capital en dos sectores al interior de la cadena productiva agrícola: de un lado en el sector proveedor de agroinsumos, que ha conseguido presentar un verdadero oligopolio a nivel mundial, y por otro lado en el sector de los comercializadores de materias primas agrícolas, que operan como verdaderos monopolios de la demanda. Señalamos que este oligopolio sobre los insumos, los paquetes tecnológicos y la comercialización aumenta la dependencia de los

productores hacia las corporaciones, y si bien en determinadas coyunturas –como en el caso argentino en la última década- se constata la existencia de excedentes importantes retenidos por los productores empresariales agrícolas, esto no hace más que profundizar el procesos de concentración y centralización del capital en la producción agropecuaria, afectando principalmente a la pequeña agricultura familiar.

Al mismo tiempo al estudiar la consolidación de las llamadas industrias de la vida hemos señalado que estas no sólo ocupan un lugar hegemónico en el mercado de los agroinsumos sino que son las responsables de darle forma material a la producción agrícola en nuestro país, teniendo bajo su control el diseño de la política agropecuaria. Es decir, explicar la expansión en extensión y en profundidad de las relaciones capitalistas en el medio rural resulta imposible sin atender al lugar protagónico que estas agrocorporaciones ocupan impulsando dicho proceso. También señalamos que al estudiar de forma conjunta el proceso de desarrollo de las fuerzas productivas, y su impacto sobre las relaciones de producción, y en particular sobre la población campesina, evitábamos caer en un determinismo tecnológico que oculta que el desarrollo técnico representa una forma históricamente dada de dominio del hombre sobre la naturaleza y sobre sí, que sólo puede ser entendida en el contexto de un determinado modo de producción y reproducción de la vida material.

En relación a este último punto otro aspecto significativo de esta doble manifestación de la expansión de las fuerzas productivas, esto es, como concentración de capital y como revolución técnica en la agricultura, es que amenaza directamente con la homogenización plena de las prácticas culturales agrícolas, imponiendo la lógica depredatorias del capital a niveles ecocidas, esto es, de destrucción plena de los eco sistemas aún no alcanzados por la vorágine capitalista. En este sentido la parcial destrucción de la frontera técnica que el capital encontraba en el hecho de no poder controlar todas las variables del medio natural circundante, implica que en el horizonte de la producción agropecuaria argentina se efectúe un relativo y gradual reemplazo de la tierra como un medio natural que ofrece condiciones diferenciales a la producción, resultado de las condiciones agroecológicas de cada región, a la tierra como un mero soporte físico monopolizable que resulta improductivo desde la óptica del capital sino es bajo la aplicación de los biocomponentes mercantilizados por las agrocorporaciones. En este sentido empieza la producción agrícola a asimilarse a lo que Bartra (2006) llamaba como laboratorios de capital, laboratorios que son controlados por grandes empresas transnacionales que han desarrollado una red de alianzas que en los hechos representan un control corporativo transnacional, sometiendo a los restantes actores de la cadena productiva a la subordinación técnica y productiva plena.

Referencias

BARTRA, Armando. **El capital en su laberinto: de la renta de la tierra a la renta de la vida**. México: ITACA, 2006.

BASUALDO, Eduardo. **Estudios de historia económica argentina**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2010.

BRODERSHON, Víctor; SLUTZKY, Daniel. “Dependencia interna y Desarrollo: El caso del Chaco”. En: BRODERSHON, V.; SLUTZKY, D.; VALENZUELA, C. **Dependencia interna y Desarrollo**. Resistencia: Librería de la Paz, 2009.

CENSO NACIONAL AGROPECUARIO (CNA) 2002. Ministerio de Agricultura de la Nación.

GRUPO ETC. **¿Quién controlará la economía verde?** Disponible en <www.etcgroup.org> Acceso: 1 de Febrero de 2013. 2012.

FERNANDEZ, Diego Ariel. **Concentración económica en la región pampeana: El caso de los fideicomisos financieros.** Mundo Agrario, núm. 21, Universidad Nacional de la Plata. La Plata. 2010.

HARVEY, David. El nuevo Imperialismo: acumulación por desposesión. En: **Imperialismo. Hobson, J. y Lenin, V.** Capitán Swing Libros. Madrid. Pp. 531-570. 2009.

IÑIGO CARRERA, Juan. **La producción algodonera del Nordeste Argentino y sus perspectivas en el mercado internacional.** Buenos Aires: Secretaría de Relaciones Internacionales y Comercio Exterior de la Provincia del Chaco, 2000.

IÑIGO CARRERA, Juan. **La formación económica de la sociedad argentina.** Volumen I: renta agraria, ganancia industrial y deuda externa. 1882-2004. Buenos Aires: Imago Mundi, 2007.

IÑIGO CARRERA, Nicolás. **Las nuevas condiciones en la disposición de fuerzas objetiva: la situación del proletariado.** PIMSA. Documento de trabajo nº 5. Buenos Aires. Disponible en: <http://www.pimsa.secyt.gov.ar/publicaciones/DT5.pdf> Acceso: 20 enero de 2013. 1997.

KAUTSKY, Karl. **La cuestión agraria.** México: Siglo Veintiuno Editores, 2002.

LENIN, Vladimir. I. 1960. El programa agrario de la socialdemocracia en la primera revolución rusa de 1905-1907. En: **Obras Completas.** Tomo 13. Buenos Aires: Editorial Cartago, 1960.

MARX, Karl. **El capital: Libro I. Capítulo VI Inédito.** México: Siglo Veintiuno Editores, 2001.

MARX, Karl. 2006. **El capital.** Tomo II. México: Fondo de Cultura Económica, 2006.

MARX, Karl. 2007. **El Capital.** Tomo III. México: Fondo de Cultura Económica, 2007.

Mc MICHAEL, Philip. **Política alimentaria global.** Cuadernos Agrarios, núm. 17-18. México. pp. 9-28, 1999.

PIERRI, José. **El concepto de renta en los clásicos aplicado al estudio del conflicto agrario del año 2008.** Mundo Agrario Nº 23. La Plata. 2011.

RODRÍGUEZ, Javier. **Consecuencias económicas de la soja transgénica: Argentina 1996-2006.** Buenos Aires: Ediciones Cooperativas/CLACSO, 2008.

RUBIO, Blanca. **La agricultura latinoamericana: una década de subordinación excluyente.** Nueva Sociedad, núm. 174. Caracas, 2001.

SANTOS, Theotonio dos. **Marxismo y ciencias sociales: una revisión crítica.** Buenos Aires: Ediciones Luxemburg, 2011.

TEUBAL, Miguel. Globalización y Nueva Ruralidad en América Latina. En: **¿Una nueva ruralidad en América Latina?** GIARRACA, N. (comp). Buenos Aires: CLACSO, Pp. 45-65. 2001.

VALENZUELA, Cristina. **Transformaciones agrarias y desarrollo regional en el nordeste argentino.** Buenos Aires: Editorial La Colmena, 2006.

Recebido para publicação em 23 de Fevereiro de 2013
Aceito para publicação em 22 de Junho de 2013

Los territorios de la desposesión: los enclaves y la logística como territorialización del modelo extractivo sudamericano¹

Damian Andres Lobos

Mestrando em Planejamento e Gestão do Território, Universidade Federal do ABC (UFABC)
Licenciado em Ciência Política pela UCC, Córdoba, Argentina
e-mail: lobosdamian@yahoo.com.ar

Resumen

Las siguientes notas analíticas se proponen esbozar algunos aspectos sobre las distintas formas de territorialización del modelo extractivo sudamericano, diferenciando entre territorios *cluster* y logísticos. Con ese objetivo se sistematizan algunos aspectos relevantes a partir de la lectura de la bibliografía latinoamericana crítica recientes, con miras a la generación de un cuadro integrador de la temática y a contribuir a su comprensión política y académica. En el apartado 1 se realiza una exposición sucinta de los presupuestos del modelo extractivo sudamericano como práctica estratégica de los estados latinoamericanos y de sus vínculos con el proceso de la mundialización del capital. El apartado 2 se enfoca en dos modalidades de territorialización del modelo extractivo; los enclaves extractivos y los territorios de conectividad, exponiendo sus singularidades y vinculaciones. Se concluye con algunas apreciaciones generales y la explicitación de una posible agenda de investigación sobre la temática planteada.

Palabras-clave: modelo extractivo, territorios, enclaves, logística, circulación.

Resumo

Os territórios da desapropriação: os enclaves e a logística como territorialização do modelo extrativista na América do Sul

As seguintes notas analíticas propõem-se a esboçar alguns aspectos sobre as distintas formas de territorialização do modelo extrativista sul americano, diferenciando entre os territórios *cluster* e os logísticos. Com esse objetivo sistematizam-se alguns aspectos-chaves a partir da leitura da bibliografia crítica latino-americana recente, com a ideia de desenvolver um quadro integrador da temática e contribuir para sua compreensão política e acadêmica. No primeiro item realiza-se uma exposição breve dos pressupostos do modelo extrativista sul americano como prática estratégica dos estados latino-americanos e de sua relação com o processo de mundialização do capital. No item 2 enfoca-se as modalidades da territorialização do modelo extrativo; os enclaves extrativos e os territórios logísticos, exponenciando suas singularidades e vinculações. Conclui-se com alguns comentários gerais e a explicitação de uma agenda de pesquisa sobre a temática.

Palavras-chave: modelo extrativo, territórios, enclaves, logística, circulação.

¹ O estudo contou com fomento da Universidade Federal do ABC (UFABC) e da Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Abstract

The territories of the dispossession: the enclaves and the logistic as forms of territorialization of South American´s extractive model

The follow analytic notes tried to talk about some aspects of the different forms of territorialization of South American´s extractive model, making difference between clustering and logistic territories. White that object in mind are organized some relevant aspects from the lecture of the recent's Latin-American critic literature of the subject, white the idea of generates an integral framework of the subject and to contribute white it's political and academic comprehension. In part 1 it's realized a short exposition on the presumptuous about the South American´s extractive model as an strategic practice of the Latin-American states, and the relations of this white the process of globalization of capital. In part 2 is develop the two modalities of territorialization of the extractive model: the enclaves and the territories of logistic, exposing theirs singularities and relationships. The article finish white some general thought and the underlining of some possible agenda for further studies on the topics.

Keywords: extractive model, territories, enclaves, logistic, circulation.

Introducción

La primera década del siglo XXI ha sido de una complejidad singular para Sudamérica. Se podría dibujar (salvando enormes distancias) una línea imaginaria que concatena un fuerte proceso de movilización, resistencia y construcción contra-discursividad en oposición al neoliberalismo imperante en los 80 y 90, la posterior emergencia de gobiernos progresistas y/o clasistas con fuerte base popular, y el actual reflujo de la derecha golpista. La década también trajo consigo tasas de crecimiento de PBI inéditas para la región (sumadas a balanzas de pago positivas, apertura de canales de financiamiento y aumentos en los niveles de consumo), principalmente sostenidas por los buenos precios internacionales de los productos de exportación. La generalización de gobiernos progresistas implicó un nuevo rol del Estado, tanto en su matriz reguladora de los agentes económicos como en un rol redistribuidor por medio de políticas sociales. En lo que hace a la organización popular, Raúl Zibechi² advierte de un ciclo completo de flujo y reflujo de las luchas como principal consecuencia de la cooptación estatal de los movimientos sociales, no lográndose revertir – en la mayoría de los casos – de modo significativo la relación de fuerzas hacia una perspectiva emancipadora.

El llamado pensamiento crítico latinoamericano³ ha intentado buscar los puntos nodales de esta constante transición, sus continuidades y perspectivas futuras. En este sentido, un importante grupo de analistas (la mayoría nucleados en la OSAL de CLACSO) han puesto el foco en la implantación de un modelo de inserción internacional basado en la primarización de la producción (*commodities* para la exportación), sostenido por los distintos estados y principalmente articulado en torno a grandes empresas multinacionales y fondos de inversión. Los debates sobre el modelo extractivo - o extractivo-exportador, o neo-extractivo, o economías del saqueo – han planteado un nuevo panorama de lectura política que pone énfasis en las relaciones entre las tendencias mundiales de circulación del capital, las formas de captación, inserción e impacto diferencial en los territorios, y las estrategias adoptados por los gobiernos progresistas en este sentido.

² En nota de opinión para el diario La Jornada del día 5 de octubre de 2012, disponible en <http://www.jornada.unam.mx/2012/10/05/index.php?section=opinion&article=025a2pol>.

³ Para un interesante resumen del debate sobre el pensamiento crítico latinoamericano contemporáneo, y sus perspectivas estatistas y emancipadoras, revisar Revista OSAL N° 30: Pensamiento Crítico y Movimientos Sociales (CLACSO; Octubre del 2011). Especialmente los artículos de Sader y Zibechi.

Modelo extractivo en Sudamérica

Gudynas (2009) ha sido uno de los primeros en plantear al neo-extractivismo sudamericano como una continuidad diferencial del modelo de desarrollo extractivista clásico⁴. Este autor dirá que el neo-extractivismo es una versión contemporánea y sudamericana del desarrollismo, heredera de la modernidad occidental, centrada en la idea del progreso material, pero en forma de híbrido contemporáneo que resulta de las condiciones culturales y políticas propias de América del Sur (p. 219-220). Entre sus tesis Gudynas caracteriza a esta estrategia de desarrollo implementada por los gobiernos progresistas⁵ desde la mayor intervención (directa y/o indirecta) del estado; su funcionalidad a la globalización comercial-financiera; la persistencia de la fragmentación territorial y de la economía de enclaves; la continuidad de los imperativos economicistas de competitividad, rentabilidad y eficiencia en el proceso productivo; altos impactos sociales y ambientales; la canalización de excedentes y su redistribución por medio de programas sociales para la generación de legitimidad política de los estados; y la continuidad del crecimiento económico y de la teoría del derrame como patrones de legitimidad y de eficiencia gubernamental.

Esta lectura del modelo extractivo es también sostenida por Svampa (2009) al poner de manifiesto que a la hegemonía neoliberal de los años 80 y 90 le sucedió en la primera década del siglo XXI el neo-desarrollismo, teniendo al modelo extractivo-exportador como una continuidad. Así el neo-desarrollismo de los gobiernos progresistas implicaría una revitalización de la matriz nacional-popular a nivel gubernamental, pero bajo el sostenimiento del modelo extractivo en el plano económico.⁶

Por último, y desde la perspectiva de la economía política, Petras (2012) resume que

todos los gobiernos [del Bando Progresista] han reducido los niveles de pobreza e incrementado la dependencia con respecto a las exportaciones e inversiones del sector agro-mineral. Todos han firmado y/o renegociado contratos con multinacionales del sector extractivo; muy pocos han diversificado su economía. Los que cuentan con un tejido industrial relevante (Argentina, Brasil y Perú) han sufrido un declive importante en su sector manufacturero debido a la apreciación de las monedas y la pérdida de competitividad derivada de la subida de los precios de los bienes de

⁴ Por *extractivistas*, según el autor, se designa a “las actividades que remueven grandes volúmenes de recursos naturales, no son procesados (o lo son limitadamente), y pasan a ser exportados”. Mientras que por *extractivismo clásico* se designa un estilo de desarrollo basado en la apropiación de la Naturaleza, que alimenta un entramado productivo escasamente diversificado y muy dependiente de una inserción internacional como proveedores de materias primas.” (GUDYNAS, 2009, p. 188)

⁵ Gudynas (2009) identifica dentro de este grupo a los gobiernos de Kirchner y Fernández en Argentina, Morales en Bolivia, Correa en Ecuador, Chávez en Venezuela, Lula da Silva en Brasil, Vázquez en Uruguay y Bachelet en Chile. Petras (2012) para delimitar su concepto de Bando Progresista (BP) saca de esa lista al Chile de Lagos, sostiene al Brasil de Russeff y al Uruguay de Mujica, e incluye al Perú de Humala.

⁶ Quién ha puesto de manifiesto y ha intentado saldar esta contradicción ha sido Álvaro García Linera (2012) en su libro *Geopolítica de la Amazonía: Poder hacendal-patrimonial y acumulación capitalista*. En el mismo el vicepresidente del Estado Plurinacional de Bolivia identifica al extractivismo como un *sistema técnico de procesamiento de la naturaleza* y a la hegemonía del modo de producción capitalista como la configuradora de la división internacional del trabajo, que crea las formas de desigualdad y de colonialidad hoy presentes en el mundo. Linera dirá, en su crítica a la izquierda contestataria, que “únicamente dependiendo de cómo se usen esos sistemas técnicos, de cómo se gestione la riqueza así producida, se podrán tener regímenes económicos con mayor o menor justicia, con explotación o sin explotación del trabajo (...) El extractivismo no es un destino, pero puede ser el punto de partida para su superación. (...) Como toda emancipación, la del extractivismo tiene que partir precisamente de él, de lo que como *forma técnica* ha hecho de la sociedad. Actualmente, para nosotros como país es el único medio técnico del que disponemos para distribuir la riqueza material generada gracias a él (pero de manera diferente a la precedente), además, también nos permite tener las condiciones materiales, técnicas y cognitivas para transformar su base técnica y productiva. Porque si no, ¿con que superar al extractivismo? ¿Acaso dejando de producir, cerrando las minas de estaño, los pozos de gas, retrocediendo en la satisfacción de los medios materiales básicos de existencia, tal como lo sugieren sus críticos? ¿No es esta más bien la ruta del incremento de la pobreza y el camino directo a la restauración de los neoliberales? El amarrar las manos al proceso revolucionario en aras del rechazo extractivista, ¿no es acaso lo que más desean las fuerzas conservadoras para asfixiarlo?” (GARCIA LINERA, 2012, p. 107-108)

exportación. Los acuerdos de aumento progresivo de salarios han desembocado en un menor nivel de conflicto social en las ciudades (con la excepción de Bolivia), pero el desplazamiento de campesinos y la degradación han intensificado conflictos en el interior entre las comunidades rurales y las multinacionales, lo que ha dado lugar a represión del Estado (Perú). (PETRAS, 2012, p. 12).

Mundialización y estrategias estatales

Los abordajes sobre el modelo extractivo colocan en primacía a la escala nacional y se centran en los dispositivos de regulación desarrollados por los estados con miras a la generación de estabilidad tanto en el plano económico como en el político, como marco estratégico para promoción de la inversión extranjera directa (IED)⁷. En este sentido cabría interpretar al modelo extractivo como una respuesta estratégica⁸ de los gobiernos progresistas ante el proceso de mundialización⁹.

Tomando en consideración a la mundialización como proceso de cambio en los patrones de acumulación nivel mundial, Giarraca; Teubal (2010) ponen de relieve que la característica distintiva de la actualidad (pos-fordista y mundialista) capitalista es la subsunción de nuevas espacialidades y temporalidades a la lógica del capital. En este sentido, Harvey (2004) propone el concepto de *acumulación por desposesión* para designar una serie de prácticas de acumulación no derivadas de la lógica de circulación del capital¹⁰. El extractivismo sudamericano contemporáneo implica una primacía de la *acumulación por desposesión* como forma de aprehensión de nuevos territorios y recursos regionales a la lógica del capital.

Por el lado de los estados, los dispositivos de regulación, administración y gestión de los territorios se ven fuertemente modificados. A diferencia del enfoque neoliberal, donde los territorios era visto tan solo como un derivado de una serie de ventajas comparativas (internas y externas al mismo), en torno a los gobiernos progresistas, revolucionarios y/o neo-desarrollistas se ha puesto de manifiesto la necesidad de potenciación y promoción de los mismos. Este giro estratégico de los gobiernos sudamericanos en torno a la promoción y gestión de los territorios viene de la mano de la hegemonía de la Nueva Geografía Económica (NGE) como dispositivo de saber-poder y paradigma gubernamental. La NGE ha sido fuertemente promovida por distintos organismos multilaterales con presencia en la

⁷ Lobos e Frey (2012) plantean que “los procesos de dislocación espacial (y/o temporal) del capital global impactan en el espacio no sólo dependiendo de la posición de los diferentes territorios en el esquema global de circulación del mismo, sino que su impacto diferencial también depende de la aplicación de estrategias estatales concretas de modificación, modelación y transformación de sus atributos espaciales, teniendo por finalidad la absorción y/o expulsión del mismo” (p. 04).

⁸ Brenner define por estrategia espacial del estado a la puesta en acto, por parte de éste, de su capacidad de influencia sobre la geografía de la acumulación y de la regulación en torno a su propia territorialidad, modelando “las geografías del desarrollo industrial, de la inversión en infraestructura y de las conflictividades políticas, en procura de ajustes espaciales o coherencia estructural” (BRENNER, 2003, p. 204; la traducción es propia).

⁹ Por *mundialización* Benko refiere a “una nueva distribución histórico-geográfica y político-cultural de las estrategias de la división social del trabajo en el nivel global” (BENKO, 1995, p. 44; la traducción es propia). En autor destaca cuatro características de estos cambios: aceleración en el ritmo de movilidad del capital; concurrencia entre espacios nacionales, bloques (inter)regionales y empresas transnacionales; globalización del mercado y del comercio internacional; nuevo rol regulador del estado.

¹⁰ Harvey dirá que este tipo de prácticas “incluyen la mercantilización y privatización de la tierra y la expulsión forzosa de las poblaciones campesinas; la conversión de diversas formas de derechos de propiedad –común, colectiva, estatal, etc.– en derechos de propiedad exclusivos; la supresión del derecho a los bienes comunes; la transformación de la fuerza de trabajo en mercancía y la supresión de formas de producción y consumo alternativas; los procesos coloniales, neocoloniales e imperiales de apropiación de activos, incluyendo los recursos naturales; la monetización de los intercambios y la recaudación de impuestos, particularmente de la tierra; el tráfico de esclavos; y la usura, la deuda pública y, finalmente, el sistema de crédito. El estado, con su monopolio de la violencia y sus definiciones de legalidad, juega un rol crucial al respaldar y promover estos procesos.” (HARVEY, 2004, p. 113).

región (como el Banco Mundial¹¹, la OCDE¹² y el BID) y forma parte de las continuidades y reformulaciones del neo-liberalismo que Svampa (2009; ver también Svampa; Antonelli 2010) referencia en torno a los discursos dominantes de la *governance*, el desarrollo sustentable y la responsabilidad social empresaria.

Esta perspectiva estrategia de la dialéctica capital-estado nos permite subrayar el papel central que tiene la producción de territorialidad como componente clave en la instauración del modelo extractivo en Sudamérica.

Territorialización del modelo extractivo

Tras la finalización de la segunda guerra y en torno al emergente mundo bipolar y los procesos de descolonización las consideraciones a respecto de la espacialidad de las relaciones sociales han cobrado una enorme relevancia. Esta tendencia se vio reforzada tras la crisis de los años 70, en lo que se ha dado en llamar de *spatial turn* (BRENNER et al., 2003; SOJA, 2008). En este contexto, es que el concepto de territorio (históricamente vinculado a la geografía) se ha convertido en moda, en una palabra de aplicación y uso cotidiano en diversos ámbitos (SAQUET, 2011; FERNANDES, 2009; HAESBAERT, 2011).

Bernardo Mançano Fernandes (2008; 2009) destaca la existencia de disputas, dominación y resistencias en torno a distintas territorialidades en dispute. En ello resalta que existen en la sociedad distintos proyectos de apropiación y control territorial, que responden a las distintas formas productivas existentes. Formaciones sociales diferentes construyen (y se construyen) en formaciones territoriales también diferentes y en este sentido “como los territorios son creaciones sociales, tenemos varios tipos de territorios, que están en constante conflicto” (FERNANDES, 2008, p. 07). Piedracueva (2012) especificará que “un territorio es una construcción de relaciones (...). En este esquema se podrá definir un territorio en cuanto se definan las relaciones de poder que existen en determinados espacios físicos” (p. 75). En esta comprensión los territorios adquieran un carácter dinámico, cambiante e inestable, porque dependen de las configuraciones concretas de las relaciones de fuerza. Con ello la territorialización de un proyecto político refiere al avance e implantación de una territorialidad particular (sea escalar, material o de flujos) por sobre otras alternativas (KRETSCHMER, 2011).

Esta territorialización de los proyectos societales tienen tres tipos de finalidades; los espacios de gobernanza o territorios I (referidos a los aspectos administrativos, de toma de decisiones y de distribución de poder referentes a las escalas gubernamentales), la apropiación material o territorios II (referido a las prácticas de propiedad y derechos de uso) y las redes o flujos o territorios III (referido a la circulación, comunicación y conectividad entre distintos territorios) (FERNANDES, 2009).

Se propone la noción de que la acumulación por desposesión implica una territorialización del capital mundializado en territorios donde el mismo no ejercía una dominación relevante con anterioridad. Visto desde las potencias económicas del siglo pasado, Harvey (2004) entiende a la mundialización como parte de una dislocación espacio-temporal de los excedentes de capital acumulados durante la hegemonía fordista europea y norteamericana. El modelo extractivo sudamericano implicaría una territorialidad particular, pero derivada de la mundialización; derivada de esta en cuanto sistema y lógica de la forma actual del capitalismo, y particular debido a sus propias formas de apropiación del territorio.

En torno a esta idea, a continuación se esbozan dos formas particulares de territorialización del modelo extractivo sudamericano: los territorios enclaves y los territorios logísticos.

¹¹ Ver particularmente el “Informe sobre Desarrollo Humano 2009: La geografía económica en transformación”.

¹² Ver particularmente el informe “Perspectiva Territorial de la OCDE”.

Los enclaves extractivos

La combinación de la mundialización y las estrategias de promoción del territorio de los gobiernos en Sudamérica han potenciado la emergencia de nuevas territorialidades en torno al desarrollo de las actividades extractivas. Giarraca e Teubal (2010) identifican como *actividades extractivas* a aquellas que tienen por finalidad la consecución de *rentas diferenciales a escala mundial*, que serían plus-ganancias generadas a partir de la explotación intensiva de recursos naturales y derivadas del contexto actual de valorización en el mercado mundial (por medio de los precios en alza, la emergencia de mercados intermedios y la renta capitalista de la tierra y los recursos).

A la territorialidad emanada del desarrollo de una actividad extractiva en torno a un conjunto de recursos concentrados en una espacialidad concreta se la suele denominar *enclave extractivo*. Han sido identificados en torno a los *enclaves extractivos* actuales en Sudamérica algunos aspectos en común;

- suelen estar vinculados a grandes corporaciones mundiales con alta concentración y control del sector donde operan;
- desarrollan escalas de producción mucho mayores a las tradicionales;
- la localización se vuelve altamente relevante (dados sus requerimientos de recursos naturales);
- utilizan de tecnologías de punta;
- suelen generar conflictividad con respecto las actividades tradicionales existentes en las distintas regiones (agricultura, ganadería, turismo, cultivos industriales);
- están orientados a los mercados de exportación y a la generación de valores de cambio (GIARRACA; TEUBAL, 2010, p. 117).

En torno a los enclaves extractivos se ha puesto de manifiesto (1) el interés de un importante grupo de empresas transnacionales en torno a determinados espacios territoriales, (2) el rol activo de promoción (discursiva y normativa) desarrollado por los gobiernos locales, intermedios y nacionales, y (3) la emergencia, en la mayoría de los casos, de formas locales de resistencia (SVAMPA; ANTONELLINI, 2010; ACOSTA, 2009; CIUFFOLINI, 2012; KRETSCHMER, 2011). En esta línea, Gudynas destaca el carácter conflictivo y contradictorio de los enclaves;

En unos casos, los gobiernos asignan bloques de exploración y explotación que ignoran los territorios preexistentes, reconocidos por pueblos indígenas o comunidades campesinas. En otros casos, esos enclaves significan la apertura de zonas remotas o el avance de la frontera agropecuaria, y junto con ella, el ingreso de cazadores furtivos, tala ilegal del bosque, narcotráfico, o contrabando, por lo cual las condiciones de seguridad se deterioran y la violencia aumenta. (GUDYNAS, 2009, p. 201).

La emergencia, disputa y consolidación de enclaves extractivos son la forma primaria y más clara (y por ello más referenciada y estudiada) de territorialización del modelo extractivo. Las expresiones más generalmente aceptadas como enclaves extractivos son las que refieren a la extracción directa de algún recurso espacialmente concentrado, como en los casos de las actividades minera, petrolera y forestal. Otras formas menos claras de enclaves extractivos son los configurados en torno al monocultivo del agro-negocio, donde determinadas características medioambientales y normativas hacen a la concentración espacial de este tipo de actividades (como es el caso emblemático del denominado *cluster* sojero que abarca el Paraguay Oriental, el noroeste de Argentina y el estado brasilero de Paraná).

Los enclaves extractivos materializan una territorialidad tipo II, o de apropiación material, en cuanto su intencionalidad refiere a la apropiación, por parte de las empresas transnacionales, de recursos concretos y espacialmente situados. Las actividades extractivas están esencialmente vinculadas a los recursos que extraen, por cuanto la

escalaridad de los mismos es un componente clave¹³. La localización de los recursos configura la presencia de los agentes gubernamentales con capacidad de intervención en las distintas escalas, y en este sentido no es lo mismo un enclave trans-fronterizo que uno sub-nacional, o la existencia de un recurso compartido entre distintos agentes gubernamentales (como fue en caso de la pastera Botnia en el río Uruguay). Asimismo, las dimensiones espaciales requeridas por las distintas actividades extractivas implican escalaridades también distintas (mientras la minería y el petróleo refieren a escalas locales o sub-locales, los complejos del agro-negocio suelen implicar escalas regionales de gran envergadura).

En resumen, mientras lo que define al enclave extractivo es la apropiación de determinado recurso por parte de los agentes extractivos (territorio II), las políticas de promoción del territorio llevadas a cabo por los estados (locales, sub-nacionales, nacionales) son dependientes de la escala que ese tipo concreto de apropiación adopte en cada caso.

Los territorios logísticos

Los enclaves extractivos son la forma más clara de territorialización del modelo extractivo, pero ciertamente no la única. Los requerimientos de las actividades extractivas, sumado a su fuerte sesgo exportador, hacen a la necesidad del desarrollo de sistemas integrados de conectividad entre éstos y otros territorios. Estas redes o corredores físicos, comunicacionales y técnicos hacen a la territorialidad del modelo extractivo, en cuanto unidad de producción y circulación.

Se utiliza el concepto de logística en el sentido de organización social y técnica de la producción en un contexto de mundialización pos-fordista. Silva e Cocco (2012) plantean que:

la desverticalización, tercerización y el espaciamiento reticular de los procesos productivos definen los atributos de una economía de la circulación, en la cuál esos momentos (producción y circulación) se tornan inseparables. La logística, por tanto, refiere a esa conjunción, al conjunto de operaciones que vinculan a los sistemas productivos a una red de circulación. (p. 180; traducción propia).

Así se puede llegar a una diferenciación primaria entre formas diferentes de territorialización del modelo extractivo; por un lado los enclaves, y por otro los territorios logísticos. Los *enclaves extractivos* se definen como territorios demarcados por sus potencialidades económicas y caracterizados como espacios de aglomeración de recursos; mientras que por *territorios logísticos* refieren a las potencialidades de conectividad y al espacio como dinamizador de los flujos potenciales de los enclaves extractivos.

Los territorios logísticos se conforman en torno a los enclaves extractivos, en sus márgenes y hacia dentro de los mismo. En los proyectos de logística territorial lo relevante es el desarrollo de una inteligencia socio-espacial de tipo tecnocrática donde prima la observancia de las capacidades de cada territorio en hacer plausible al modelo extractivo en cuanto esquema de circulación de mercancías. Estos proyectos implican la construcción de una espacialidad y una temporalidad particular (JIMÉNEZ, 2012; ZEVACO; KRETCHMER, 2011), fundada en noción de la circulación como instancia productora de valor¹⁴, y que entra en conflicto con las configuraciones de las relaciones sociales a nivel local¹⁵.

¹³ Esto explica el hecho de que las prácticas organizativas de resistencias al extractivismo se hayan desarrollado en torno a un fuerte contenido localista (como ejemplifica el caso de las asambleas ciudadanas de Argentina).

¹⁴ Este pensamiento contemporáneo basado en la valorización financiera del proceso de circulación es denominado por Ferrari (2012) como *ideología de la circulación*. La misma consiste en la idea de que a menor tiempo/espacio de la mercancía (ya producida) en el circuito comercial mayor valorización de la misma. Este pensamiento, dependiente y heredero de la ideología neoliberal y de los procesos de reestructuración productiva pos-fordistas, deja de lado la teoría del valor/trabajo – que dice que es el proceso de producción (en la puesta en

Los medios para llegar a este objetivo son diversos y de muy distinto orden, entre los que se pueden nombrar la disminución de costos en el transporte físico, la generación de accesibilidades de modalidades de carga y descarga de gran porte, la viabilización normativa de ciertas transacciones, entre muchas otras. A modo de esquema ordenador Vanderlei Braga (2008) destaca tres aspectos que hacen a la competitividad logística de los territorios: redes físicas y/o infra-estructuras, los regímenes normativo y las perspectivas operacionales o integradas.

- En cuanto a las redes físicas de circulación de transporte, comunicación y energía, Gudynas (2009) dirá que *“los enclaves extractivos requieren redes de conectividad que permitan la entrada de insumos y equipamientos, y la salida de los productos exportables. En algunos grandes emprendimientos se hacen necesarias significativas obras de apoyo en infraestructura o energía (incluso represas hidroeléctricas o provisión de gas) (...) [los enclaves se encuentran] conectados por corredores de transporte o de energía con otras zonas del país, y orientados hacia los puertos de exportación”* (p. 200-201). La proliferación de planes y proyecto nacionales de infraestructura con perfil logístico en diversos países se encuentra en esta línea¹⁶. Por otro lado, el desarrollo de infraestructura en Latinoamérica se ha convertido en uno de los principales ejes discursivos de los organismos regionales y mundiales de crédito¹⁷, línea política donde se destaca la proliferación de mega-proyectos de planificación de conectividad transnacional regional, como son los casos de la Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Sudamericana (IIRSA)¹⁸ y el Proyecto Mesoamérica¹⁹.

- Las redes normativas de circulación son las que legitiman, legalizan y acortan tiempos administrativos en lo que hace al traslado y depósito de las mercancías. La

acto del trabajo como acto creativo) el único capaz de crear valor – y confunde el aumento de la tasa de lucro en el proceso de circulación con la producción de valor.

¹⁵ Zevaco y Kretchmer (2011) haciendo referencia específica a la IIRSA en el Paraguay, dicen que: *“La convergencia de dos crisis en el año 2008 (la financiera y la alimentaria) ha dado un nuevo impulso a las pretensiones de territorialización del capital y, consiguientemente, la desterritorialización de la población asentada (...) La infraestructura y el desarrollo de los ejes no son construidos para acercar individuos y poblaciones o facilitar su comunicación con otros espacios y poblaciones, sino para generar un mayor flujo de mercancías en una red funcional”* (p. 181).

¹⁶ Como con los casos del Plan Estratégico Territorial Argentina 2016, la Política Nacional de Logística de Colombia, el Plan Nacional de Logística de Panamá, el Plan Nacional para el desarrollo de Servicios Logísticos de Ecuador, el Plan Nacional de Transporte y Servicios Logísticos de Perú, el Plan Estratégico de Transporte, Logística e Infraestructura de Uruguay, el Plan Nacional de Logística del y la reciente propuesta y puesta en marcha por parte del gobierno brasilero de crear un Plan Nacional de Logística Integral que unifique el Plano Nacional de Logística de Transportes (PNLT) y el Plano Nacional de Logística Portuaria (PNLP).

¹⁷ Por un lado, se han creado nuevas áreas, divisiones y dependencias centradas en el estudio e intervención en el área de infraestructura, dentro de las estructuras de los principales organismos regionales de cooperación y crédito (el Banco Interamericano de Desarrollo - BID crea en el año 2006 su Fondo de Preparación de Proyectos de Infraestructura - InfraFund, al tiempo que en el 2008 la CEPAL crea su División en Infraestructura y Recursos Naturales). Por otra parte se observa la acumulación de una abundante bibliografía que trabaja sobre el supuesto del desarrollo en infraestructura de transporte como una necesidad para la integración de América Latina a los mercados globales (donde se destacan toda una serie de trabajos de la CEPAL que confluyen en el informe *“Infraestructura para la integración regional”* del año 2011; el voluminoso manual desarrollado por IDeAL para la CAF *“La infraestructura para el desarrollo integral del América Latina”* del 2011; y el multi-citado estudio de Fay y Morrison para el Banco Mundial *“Infraestructura en América Latina y el Caribe. Acontecimientos recientes y desafíos principales”*, del 2007).

¹⁸ Creada en agosto del 2000 durante la primera Cumbre Sudamericana de Sudamérica, la IIRSA es un foro de diálogo, entre las 12 repúblicas, que tiene como objetivo la planificación y desarrollo de proyectos de la infraestructura regional de transporte, energía y telecomunicaciones. Cuenta con el apoyo técnico y financiero del Banco Interamericano de Desarrollo (BID), la Corporación Andina de Fomento (CAF), y el Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata (FONPLATA). Actualmente su estructura independiente ha sido integrada al COSIPLAN de la UNASUR.

¹⁹ El Plan Puebla Panamá (PPP) es un foro de cooperación intergubernamental integrado por nueve países mesoamericanos creado en el año 2004. Tiene por finalidad la gestión y ejecución de proyectos orientados a la extracción de recursos naturales de Mesoamérica, así como la implantación de vías para interconectar los dos océanos y facilitar la exportación de la producción obtenida y la comercialización internacional con los recursos obtenidos en estos países. Es promovido y principalmente financiado por el Banco Interamericano de Desarrollo (BID), el Banco Centroamericano de Integración Económica (BCIE) y la Corporación Andina de Fomento (CAF). Con el ingreso de Colombia en 2009 se cambia su nombre al de Proyecto Mesoamérica.

conectividad normativa - entre niveles sub-nacionales de diversa entidad, en torno a los pasos fronterizos, y en los puertos de salida y llegada - es un aspecto clave del modelo extractivo. La estandarización normativa a nivel sub-nacional (por medio de reformas administrativas centralizadas o convenios de carácter horizontal en el caso de regímenes descentralizados y/o federales), la profundización de la integración regional a nivel comercial y de infraestructura, el fomento de tratados bilaterales y multilaterales sobre la generalización de normas de eficiencia y calidad, y la actividad de las agencias reguladoras y de licenciamiento socio-ambiental debieran de pensarse en este marco. En estos casos son los estados (en sus distintos niveles) los agentes centrales, sumando a estos a los órganos regionales y globales de integración²⁰.

- Por último, las redes operacionales refieren al conocimiento especializado acerca de los circuitos, canales, normativas y prácticas que hacen a la circulación de bienes y personas en territorialidades concretas. La colocación de los enclaves extractivos en la consideración de los sistemas globales de circulación de mercancías y capital requiere imperiosamente del desarrollo de este tipo de inteligencia socio-espacial de los territorios. Las empresas operadoras logísticas son el actor clave en esta competencia²¹, pero también cobran relevancia los planificadores estatales y regionales, las agencias público-privadas destinadas a la promoción del comercio exterior y los organismos multilaterales.

Con el desarrollo de las actividades extractivas en torno a los enclaves estas *otras actividades* comienzan a generar nichos de ganancia para la inversión capitalista²². Esto pone en juego a una serie de agentes e intereses configurados en torno a los llamados *servicios conexos al extractivismo*, como son los servicios logísticos, los centros comerciales y los supermercados, las empacadoras, las empresas de publicidad, etc.²³.

Por otra parte, la valorización financiera de la inversión en infraestructura de conectividad (sea de transporte, de comunicación o de energía), también se transforma en una forma concreta de territorialización del modelo extractivo (VIDELA; GASPAROTTO; NARDI, 2010; CEDEÑA, 2010; CEDEÑA; AGUILAT; MOTTO, 2007; COSTA, 2011). Los agentes e intereses principalmente implicados en torno a la infraestructura de conectividad son los *think tank* regionales y globales (CEPAL), las agencias de cooperación (USAID, JICA, BNDES), los órganos multilaterales de crédito (CAF, BM, BID) y los fondos de inversión internacional.

La inversión de infraestructura en la práctica ha implicado una política sistemática de endeudamiento externo por parte de los estados de la región, que la mayoría de las veces ha generado poco rédito a los ciudadanos nacionales y enormes ganancias el capital privado (principalmente los fondos de inversión extranjeros) y a las empresas contratistas y logísticas. Por otra parte, los casos donde el Estado ha hecho uso de las fuerzas represivas para resguardar estas obras en espacialidades conflictivas (como fueron los casos del TIPNIS en Bolivia en 2010, Belo Monte en Brasil y los violentos enfrentamientos de mediados del 2012 en la amazonia peruana en contra de la ruta trans-oceánica) ponen de manifiesto que esta es política prioritaria, que será sostenida cueste lo que cueste.

Las actividades propias de los territorios logísticos provienen tanto de rentas diferenciales de escala mundial como de escala regional o local, pero que en este caso lo que configura el territorio no es la aglomeración de recursos en un espacio dado, sino la

²⁰ Cabe destacar el papel central de la propuesta del regionalismo abierto de la CEPAL en este sentido. Para un análisis de la emergencia de la hegemonía del regionalismo abierto en América Latina y su vinculación con la IIRSA en Sudamérica ver Lobos y Frey (2012).

²¹ Para el caso de los Operadores de Transporte Multimodal (OTM) en Brasil desde la perspectiva de la logística corporativa, ver Da Silva Junior (2009).

²² Lo que funciona las veces de *ajuste espacio-temporal* (HARVEY 2004) para el capital acumulado por el desarrollo de la producción extractivos.

²³ Estos agentes toman relevancia con la instauración y consolidación del modelo extractivo, pero disputan territorialidades diferentes que la de los enclaves. Por ejemplo, la *supermercadoización* busca imponerse por sobre los mercados de productores y los comercios barriales o vecinales de pequeña escala, en primer término mediante la captación de clientes y luego (ya estando consolidados en el mercado) mediante el desarrollo de reformas normativas (fito-sanitarias, comerciales, edilicias) que les otorgan a los supermercados exclusividad de venta e instalación de determinados productos en determinados espacios.

capacidad del mismo para la circulación de mercancías en torno al esquema extractivo-exportador. La territorialización del modelo extractivo por medio de los territorios logísticos implica la creación de territorios del tipo III (de flujos y/o circulación) donde las escalas se disuelven y la actividad de servicios conexos prima sobre la apropiación material de recursos.

Apuntes finales

En estas notas reflexivas se expusieron algunos aspectos relevantes sobre el modelo extractivo sudamericano, su articulación con el proceso global de la mundialización y las formas particulares que fueron adoptando sus prácticas de territorialización. Se hizo referencia a cómo el impacto conjunto de la mundialización (como proceso de transición económica a nivel global) y las estrategias de promoción territorial (como paradigma gubernamental a nivel regional) hacen emerger territorialidades particulares en torno al modelo extractivo. Por último se bosquejaron dos formas de territorialidad del modelo extractivo sudamericano actualmente vigente; los enclaves extractivos y los territorios logísticos.

El abordaje del modelo extractivo desde la perspectiva territorial es un campo analítico novedoso que puede permitir una comprensión más acabada de la actualidad latinoamericana, de las confluencias de intereses y agentes que operan en la misma, y de los procesos de transición socio-espacial que se observan a diario. Asimismo poner en relevancia el rol de las estrategias estatales de promoción territorial y sus sesgos extractivos también puede aportar mucho al debate reciente sobre la temática. Por último, la comprensión de los territorios logísticos como una territorialidad particular (aunque derivada) abre la posibilidad a la realización de estudios de casos específicos sobre las modalidades de producción territorial, tanto a nivel sub-nacional como regional, en un aspecto del modelo extractivo no abordado previamente.

Referencias

ACOSTA, Alberto. **La maldición de la abundancia**. Quito: Abya-Yala, 2009.

BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1995.

BRAGA, Vanderlei. Logística, planejamento territorial dos transportes e o projeto dos Centros Logísticos Integrados no Estado de São Paulo, **E-premissas**, nº 03, Campinas, p. 68-92, janeiro/junho 2008. Disponible em: <<http://www.unicamp.br/nee/epremissas/pdfs/3/vanderlei.pdf>>. Acceso en: 19 agot. 2013.

BRENNER, Neil et al. (comp.). **State/Space: a reader**. Cornwall: Blackwell Publishing, 2003.

BRENNER, Neil. 'Glocalization' as a state spatial strategy: urban entrepreneurialism and the new politics of uneven development in Western Europe. En: PECK, Jamie; YEUNG, Henry (eds.) **Remaking the Global Economy: Economic-Geographical Perspectives**. Londres: Sage, p. 197-215, 2003.

CECEÑA, Ana Esther; AGUILAR, Paula; MOTTO, Carlos. **Territorialidad de la dominación: la Integración de la Infraestructura Regional Sudamericana (IIRSA)**. Buenos Aires: Observatorio Latinoamericano de Geopolítica, 2007.

CECEÑA, Ana Esther. Autonomía y control de los territorios en América Latina. En GASPARELLO; GUERRERO (comp.). **Otras Geografías, experiencias de autonomía indígenas en México**. Tlalpan: Editorial REDEZ, p. 195-211, 2010.

CIUFFOLINI, María Alejandra (comp.). **Por el oro y el moro**. Buenos Aires: Colectivo Ediciones, 2012.

COSTA, Daniel de Oliveira. **A iniciativa de integração da infraestrutura regional**. Mestrado em Desenvolvimento econômico, espaço e meio ambiente. Campinas: UNICAMP, 2012.

DA SILVA JUNIOR, Roberto. **Circulação e logística territorial: a instância do espaço e a circulação corporativa**. Presidente Prudente: UNESP, 2009.

FAY, Marianne; MORRISON, Mary. **Infraestructura en América Latina y el Caribe**. Acontecimientos recientes y desafíos principales. Bogotá: Banco Mundial y MAYOL, 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Sobre a tipologia de territórios**. 2008. Disponible en: <http://www.landaction.org/IMG/pdf/BERNARDO_TIPOLOGIA_DE_TERRITORIOS.pdf>. Accesado en: 19 agot. 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre la tipologia de territórios. En SAQUET; SPOSITO (comp.). **Territórios e territorialidades**. São Paulo: Expressão POPULAR, p. 197-125, 2009.

FERRARI, Terezinha. **Fabricalização da cidade e ideologia da circulação**. São Paulo: Outras expressões, 2012.

GARCÍA LINERA, Álvaro. **Geopolítica de la Amazonía**. La Paz: Vicepresidencia del Estado Plurinacional y Presidencia de la Asamblea Legislativa Plurinacional, 2012.

GIARRACCA, Norma; TEUBAL, Miguel. Disputas por los territorios y recursos naturales: el modelo extractivo. **REVISTA ALASRU**, n 5, Mexico D. F., p. 113-134, 2010.

GUDYNAS, Eduardo. Diez Tesis Urgentes sobre el Nuevo Extractivismo. Contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual. SCHULDT, Jürgen et al. **Extractivismo, política y sociedad**. Quito: CAAP y CLAES, 2009.

HAESBAERT DA COSTA, Rogerio. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Río de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, David. **The 'New' Imperialism: Accumulation by Dispossession**. SOCIALIST REGISTER 2004, Vol 40, Wales, p. 137-182, 2004.

JIMÉNEZ, Carolina. El territorio latinoamericano como fuerza productiva estratégica. En: ÁLVAREZ, Jairo Estrada (comp.). **La crisis capitalista mundial y América Latina**. Buenos Aires: Clacso, p. 265-277 2012.

KRETSCHMER, Regina. Conflictos territoriales en las regiones de frontera en Paraguay Oriental. **Geografia em Questão**, v 4, n 02, Associação dos Geógrafos Brasileiros, Marechal Cândido Rondon, p. 41-55, 2011. ISSN 2178-0234.

LOBOS, Damian; FREY, Klaus. **Aproximaciones al rol de la tecnocracia de planificadores regionales del IIRSA en la (re)producción del modelo extractivo-exportador latinoamericano**. 2012. Disponible en:

<<http://pt.scribd.com/doc/122564796/Damian-Lobos-y-Klaus-Frey-Rol-de-la-tecnocracia-de-planificadores-regionales-del-IIRSA-2012>>. Acesso em: 19 ago. 2013.

PETRAS, James. **Extractive Capitalism and the Divisions in the Latin American Progressive Camp**. 2012. Disponível em: <<http://petras.lahaine.org/?p=1897>>. Acesso em: 19 ago. 2013.

PIEDRACUEVA, Maximiliano (2012) Aportes metodológicos a la teoría del desarrollo territorial. **Revista NERA**, n 21, Presidente Prudente, p. 69-78, julho/dezembro 2012. ISSN: 1806-6755.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades**. São Paulo: Outras expressões, 2011.

SILVA, Gerardo; COCCO, G. M. Territórios da Logística no Eixo Tamanduatehy. En: DENALDI, Rosana (Org.). **O Desafio de Planejar a Cidade**. São Paulo: ANNA BLUME, 2012.

SOJA, Edward. O espaço como questão pessoal. En OLIVEIRA et al. (Org) **O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas** (I). Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

SVAMPA, Maristella; ANTONELLI, Mirta (comp.). **Minería transnacional, narrativas del desarrollo y resistencias sociales**. Buenos Aires: Biblos, 2009.

SVAMPA, Maristella. **La disputa por el desarrollo: territorio, movimientos de carácter socio-ambiental y discursos dominantes**. 2009. Disponível em: <<http://www.maristellasvampa.net/archivos/ensayo43.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2013.

VIDELA, Gabriel; GASPAROTTO, Mariana; NARDI, María Andrea. Arquitectos del mundo? Acerca de la centralidad del Banco Mundial y el Banco Interamericano de Desarrollo en la planificación territorial desde 1990. **Scripta Nova** v. 14, n 331 (15), agosto de 2010. ISSN: 1138-9788. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-331/sn-331-15.htm>>. Acesso em: 19 ago. 2013.

ZEVACO, Sarah; KRETSCHMER, Regina. Neoliberalismo y políticas de infraestructura. En: VILLAGRA, Luis Rojas (comp.). **La economía paraguaya bajo el orden neoliberal**. Asunción: Arandurá Editorial, 2011.

Recebido para publicação em 01 de Fevereiro de 2013

Aceito para publicação em 07 de Junho de 2013

Os desafios da reprodução camponesa frente à expansão dos agrocombustíveis, o assentamento Monte Alegre: Araraquara-SP

Julia Marques Bellacosa

Mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP)

e-mail: julia.bellacosa@usp.br

Resumo

O atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, marcado por intensas mudanças desencadeadas pelo processo de mundialização do capital, traz fortes consequências para as populações camponesas. Inserido nesse contexto está o avanço dos agrocombustíveis em terras de reforma agrária, através de mecanismos de subordinação da produção camponesa aos complexos agroenergéticos. O crescimento significativo de cultivos para geração de energia ocorre no momento em que os agrocombustíveis são apontados como solução para o futuro do planeta. Dessa forma, o avanço do agronegócio no campo sob o viés dos agrocombustíveis, impõe novos desafios para repensar o campesinato brasileiro. No intuito de refletir sobre essa e outras questões, o artigo ora apresentado constrói uma análise sobre a reprodução do campesinato brasileiro frente à expansão dos agrocombustíveis, tanto cana-de-açúcar, quanto oleaginosas para a produção de biodiesel, sob a perspectiva de um fragmento – o assentamento rural Monte Alegre, localizado na região conhecida como “Califórnia Brasileira”, uma área de agricultura modernizada, praticamente monopolizada pelas culturas de cana-de-açúcar e laranja.

Palavras-chave: agrocombustíveis, campesinato, assentamento Monte Alegre, internacionalização do capital, renda da terra.

Resumen

Los desafíos de la reproducción campesina contra la expansión de los agrocombustibles, el asentamiento Monte Alegre: Araraquara-SP

La etapa actual de desarrollo del capitalismo, marcada por intensos cambios provocados por el proceso de globalización del capital trae fuertes consecuencias para las poblaciones campesinas. Inserto en este contexto es el avance de los agrocombustibles en la reforma agraria, a través de mecanismos de subordinación de la producción campesina a complejos agroenergéticos. El importante crecimiento de los cultivos para la generación de energía se produce en un momento en que los agrocombustibles son considerados claves para el futuro del planeta. Por lo tanto, el avance de los agronegocios en el campo bajo el sesgo de los agrocombustibles, plantea nuevos desafíos para repensar el campesinato brasileño. Con el fin de reflexionar sobre esta y otras cuestiones, el artículo que aquí se presenta se basa en jugar una análisis del campesinado brasileño contra la expansión de los agrocombustibles, tanto el azúcar de caña, como las semillas oleaginosas para la producción de biodiesel, desde el punto de vista de un fragmento – el asentamiento rural Monte Alegre, ubicado en la región conocida como la “California brasileña”, una área de la agricultura moderna, prácticamente monopolizada por los cultivos de caña de azúcar y naranja.

Palabras-clave: los agrocombustibles, los campesinos, asentamiento rural, internacionalización del capital, renta de la tierra.

Abstract

The challenges of peasant reproduction against the expansion of agrofuels, the Monte Alegre settlement: Araraquara-SP

The current stage of development of capitalism, marked by intense changes initiated by the process of globalization of capital, brings strong consequences for the peasant populations. Inserted into this context is the advance of agrofuels in lands of agrarian reform, through mechanisms of subordination of peasant production by the agroenergetic complex. The significant growth of crops for energy production occurs at a time when agrofuels are seen as a solution for the future of the planet. Thus the advance of agribusiness in the field under the bias of agrofuels poses new challenges to rethink the Brazilian peasantry. In an attempt to reflect on this and other issues, this article builds an analysis about the reproduction of the Brazilian peasantry against the expansion of agrofuels, both sugarcane and oilseed crops, from a fragment perspective - the rural settlement Monte Alegre, located in the region known as the "Brazilian California", a modernized agriculture area, dominated by the sugar cane and orange crops.

Keywords: agrofuels, peasantry, Monte Alegre settlement, internationalization of capital, land income.

Introdução

O processo de reprodução do campesinato, no cerne do desenvolvimento capitalista atual, sinaliza um dos caminhos para desvendar as transformações recentes do campo brasileiro, uma vez que o campesinato nasce no interior do capitalismo, já que esse sistema gera relações capitalistas e não capitalistas em decorrência do processo contraditório inerente a seu desenvolvimento desigual e combinado (OLIVEIRA, 1981).

À luz dos novos processos engendrados no campo está a transformação dos alimentos em energia e a reconfiguração territorial daí decorrente que coloca o continente africano e outros países da América Latina e Ásia como centro da exploração agrícola, através da velha fórmula baseada na monocultura, concentração fundiária e exploração da mão de obra. O avanço do agronegócio no campo, caracterizado pela internacionalização do capital na agricultura e pela concentração de capitais nas mãos de grandes corporações transnacionais impõem novos desafios para repensarmos o campesinato brasileiro.

Ademais, crescem os mecanismos de "integração" e subordinação da produção camponesa aos complexos agroenergéticos. Daí a pertinência de trazer esse debate - sobre a reprodução camponesa - para a atualidade, sob uma abordagem dialética que reconhece avanços e ao mesmo tempo recuos nesse processo contraditório. Se os processos sociais que viabilizam a existência do camponês têm sido mais expressivos e fortes do que aqueles que o levam à extinção, é mais correto falar em recriação, redefinição e até diversificação do campesinato (MOURA, 1986).

Se de um lado estão aqueles que usam a terra para garantir a reprodução ampliada do capital, do outro se encontram os camponeses cujo objetivo é a reprodução do grupo familiar (PAULINO, 2010). A vida camponesa não é organizada pelas necessidades do mercado, ela está assentada na forma simples de circulação de mercadoria, no processo de vender para comprar, que culmina na apropriação de valores de uso, em oposição à produção capitalista em que dinheiro é convertido em mercadoria para novamente compor dinheiro, atribuídos aos valores de troca (OLIVEIRA, 1999).

O aumento significativo da produção dos agrocombustíveis se inscreve antes de tudo na lógica do capitalismo, e que é este último que explica o desenvolvimento repentino e rápido de um setor bem preciso do sistema econômico, estratégico para o conjunto das atividades humanas: o da energia (HOUTART, 2010). A opção do governo brasileiro pela

elevação da produção de agroenergéticos, etanol e biodiesel, visa atender às promissoras projeções de demanda dos agrocombustíveis no mercado internacional, em busca de fontes alternativas de energia. O embasamento ideológico que circunda a proposta do governo brasileiro expresso pela ideia de “sustentabilidade” é aqui entendido conforme Bombardi (2010):

Esta expressão deve ser entendida como uma contradição nos próprios termos. Ou seja, se o desenvolvimento da sociedade capitalista é necessariamente a reprodução ampliada do capital, que tem por princípio a apropriação do planeta e a transformação de tudo quanto possível em mercadoria, não é possível que este “desenvolvimento ilimitado” se concretize sem ferir o ambiente, quer dizer, “sustentavelmente”. (BOMBARDI, 2010, p. 05).

Neste sentido, o uso indiscriminado de recursos naturais é inerente ao desenvolvimento capitalista que ao mesmo tempo em que conduz à diminuição desses recursos cria, dialeticamente, a “raridade” deles visando o lucro. Isto é, cria-se um mercado da “sustentabilidade”, expresso pelas certificações ambientais, pela venda de créditos de carbono no mercado internacional, pela valorização das áreas verdes nas metrópoles, pelo desenvolvimento de energias alternativas ao petróleo, entre outros.

A cana-de-açúcar, cultivo tradicionalmente produzido em latifúndios, já adentrou no universo dos agricultores de pequeno porte e atualmente é presença maciça nos assentamentos rurais de reforma agrária de São Paulo¹, o que expõe ao mesmo tempo a fragilidade e os desafios da consolidação de uma efetiva reforma agrária brasileira. É necessário analisar as contradições desse processo e os desafios iminentes destes à reprodução camponesa.

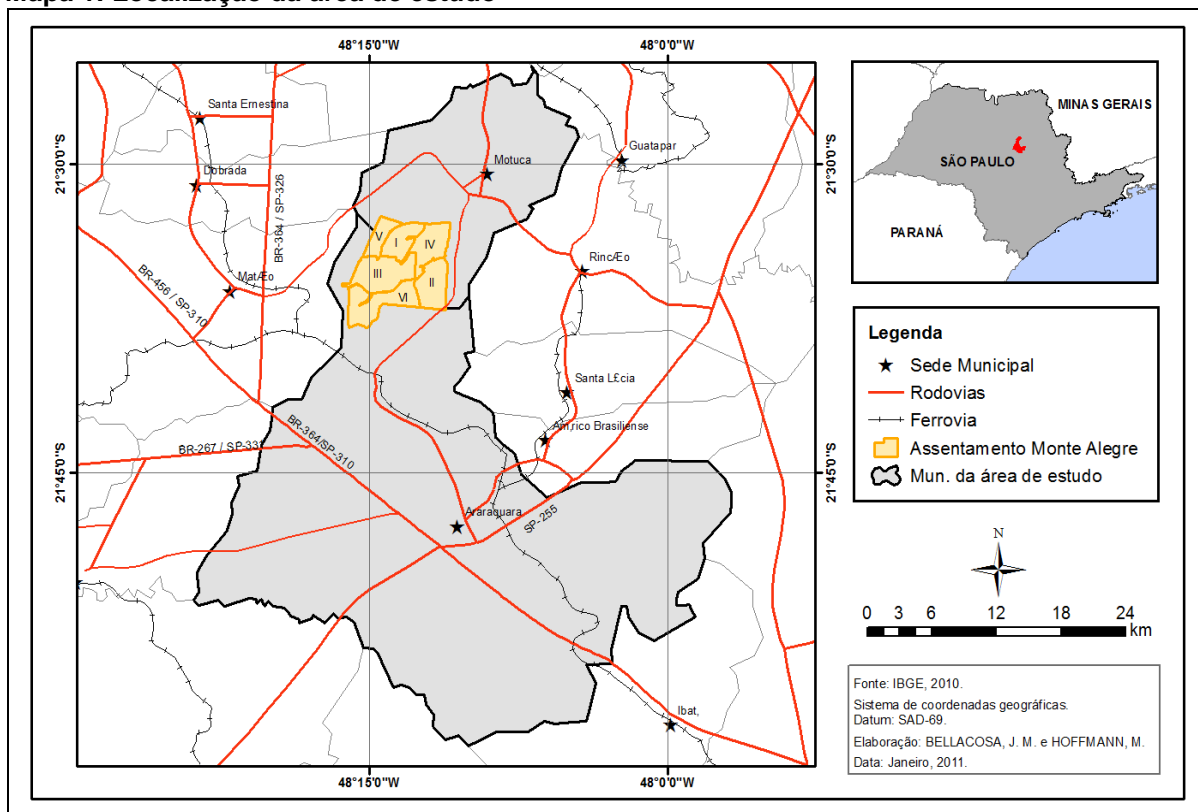
Menos expressivo até o momento, mas também em ascensão, o biodiesel ganha gradualmente espaço no cenário energético brasileiro e incorpora uma quantidade cada vez maior de agricultores de pequeno porte. No estado de São Paulo, a produção ainda é pequena, e na maioria dos casos encontra-se em caráter experimental. Mas assim como a cana-de-açúcar adentrou nos assentamentos rurais paulistas, já é possível encontrar experiências de produção de matérias-primas para biodiesel em alguns desses núcleos.

Com o objetivo de analisar a reprodução do campesinato brasileiro frente à expansão dos agrocombustíveis, selecionamos um fragmento - o assentamento rural Monte Alegre (Mapa1): um dos mais antigos assentamentos do Estado de São Paulo, distribuído entre os municípios de Araraquara e Motuca, que se encontra no cerne dessas questões.

Atualmente o assentamento Monte Alegre é constituído por seis núcleos formados entre 1985 e 1997, que representam um total de 358 lotes, correspondente a uma área de 5.100 hectares, sendo 4.960 hectares de área agrícola. Cada família possui 14 hectares de terras no lote agrícola e nos casos dos núcleos com agrovila mais 1 hectare de terra.

¹ Segundo dados do ITESP, 2008, a produção de cana-de-açúcar para fornecimento a agroindústrias está presente em diversos assentamentos rurais de São Paulo, a exemplo de assentamentos localizados em Araraquara, Teodoro Sampaio, Bebedouro, Rosana, entre outros.

Mapa 1: Localização da área de estudo



A inserção dos camponeses na produção da agroenergia, principalmente do biodiesel, tem sido palco de divergências entre entidades e movimentos sociais. Os que são favoráveis reconhecem nesse projeto uma alternativa de renda que possa conjugar a produção de energia e alimentos. Segundo Fabrini (2010) os movimentos camponeses não são necessariamente contra a produção de agrocombustível, mas contra a produção hegemônica pelos setores dominantes no campo, ligados ao agronegócio.

Neste contexto, tornou-se necessário analisar, contudo, a relação camponato e agrocombustível, na perspectiva de desvendar de que forma o território camponês transforma-se em espaço de produção da agroenergia e os desdobramentos daí decorrentes.

Para alcançar os objetivos propostos nos valem de diversos procedimentos metodológicos tais como revisão bibliográfica realizada através de revisão teórica sobre o tema proposto, pesquisa documental, junto a diversas instituições com destaque para ITESP, INCRA, Feraesp, Prefeitura de Motuca, IBGE, EMBRAPA, Jornal O Imparcial (o mais antigo de Araraquara) e Centro Universitário de Araraquara – UNIARA.

Entretanto, a etapa mais primordial da pesquisa foi a realização dos trabalhos de campo na região de estudo entre os anos de 2010 e 2012, onde foram colhidos, através de entrevistas, depoimentos de diversos sujeitos sociais envolvidos, isto é, procuramos dialogar com todos aqueles que por algum motivo participam e/ou participaram direta ou indiretamente do nosso tema de estudo. Nesse sentido, realizamos entrevistas com mais de 20 famílias distribuídas entre os núcleos I, II, III e IV do assentamento Monte Alegre, além de contar com depoimentos de representantes do poder público (ITESP e prefeitura de Motuca); presidente do sindicato rural da região, Élio Neves; representantes de duas usinas da região; consultor da SCA, uma empresa que comercializa o etanol brasileiro; técnicos da Embrapa que atuam no projeto de biodiesel, entre outros.

O conjunto de entrevistas tornou-se a fonte básica de informações do assentamento Monte Alegre, isto é, no processo de interpretação do material coletado, o conteúdo das entrevistas foi o eixo referencial para a incorporação das informações contidas nas fontes

primárias e secundárias. Daí a importância de ouvirmos os diversos sujeitos sociais envolvidos no tema proposto.

A realização de entrevistas, os trabalhos de campo, a análise e sistematização das informações primárias obtidas e a elaboração de um conjunto de mapas constituíram, assim, insumos fundamentais das considerações que se seguem.

A produção de etanol no Brasil – um panorama geral e novas perspectivas

Ao contrário da década de 70, quando foi instituído pelo governo federal o Programa Nacional do Alcool – Proálcool, o novo *boom* do etanol a partir de 2000 não foi engendrado por programas governamentais, mas sim pela iniciativa privada no sistema de agronegócio canavieiro, embora o governo participe através de incentivos, tais como financiamento, investimentos para construção de usinas, pesquisa e tecnologia, logísticas, *marketing* comercial internacional, etc. (FABRINI, 2010). A elevação dos preços do petróleo, e, mais recentemente, a tecnologia dos motores *flex fuel*, vieram dar novo fôlego para os mercados interno e externo do etanol. O carro, que pode ser movido à gasolina, álcool, ou uma mistura dos dois combustíveis, foi introduzido no país em março de 2003. Hoje, a opção já é oferecida para quase todos os modelos, e representou, em 2006, 75% das vendas de veículos leves no país.²

Esta nova arrancada dos agrocombustíveis também se deve ao despertar do mercado mundial para os combustíveis ditos “sustentáveis”. Neste contexto, a energia verde ou agroenergia é apontada como solução para o futuro do planeta.

Nesse sentido, a União Européia adotou em 2005 diretrizes para reduzir as emissões de gás de efeito estufa em 20% até 2020, com base nas emissões de 1990 – e até 30% na medida em que houvesse um acordo mundial. A Comissão Européia também aprovou na mesma proposta a elevação de 20% no consumo de energias renováveis e a utilização de 10% de agrocombustíveis no transporte, percentual que, em 2008, por causa das reações contrárias, foi reduzido para 8%. Os EUA também anunciaram o interesse em substituir 20% da demanda de gasolina por etanol até 2020.

Dessa forma, surgem mercados promissores para a comercialização dos agrocombustíveis em âmbito mundial. De acordo com o governo brasileiro, o Brasil estaria predestinado a liderar o processo de transição mundial da “civilização do petróleo” para a “civilização da biomassa”, em decorrência de condições favoráveis tais como o clima, extensão do território, experiência na produção de agroenergia, dentre outras (FABRINI, 2010). É o que nos revela o trecho extraído do Plano Nacional de Energia 2030, divulgado em 2007 pelo Ministério de Minas e Energia:

(...) o Brasil, com sua dimensão continental e diversidade geográfica, apresentando variedade de clima e exuberância de biodiversidade, além de deter um quarto das reservas superficiais e sub-superficiais de água doce do mundo, consegue produzir praticamente todos os principais produtos agrícolas comercializados mundialmente. Em complemento, o país apresenta importantes avanços no desenvolvimento e implantação de tecnologia de agricultura tropical, em que um dos paradigmas é a agroindústria de etanol, com reconhecimento internacional.³

Então embora a produção de etanol tenha sido significativa durante o Proálcool, foi na última década que ela tomou proporções grandiosas. É o que mostram os números: a produção de cana-de-açúcar saltou de 431 milhões de toneladas na safra 2005/2006, que resultou na produção de 16 milhões de m³ de etanol para 664 milhões de toneladas na safra 2010/2011, cujo volume de etanol gerado foi equivalente a 27,7 milhões de m³.

² Dados do Plano Nacional de Energia 2030 publicado pelo Ministério de Minas e Energia em 2007.

³ Trecho extraído do Plano Nacional de Energia 2030 divulgado pelo Ministério de Minas e Energia em 2007.

Mas, naturalmente, a evolução da produção de cana-de-açúcar está relacionada com a expansão da área plantada e o aumento de produtividade da cultura. Para tanto, foi necessário elevar a área cultivada com cana-de-açúcar de 5,6 milhões de hectares em 2005/2006 para 8,1 milhões de hectares em 2010/2011, isto é, um crescimento de 44% dos canaviais em cinco anos.

Nesta perspectiva e pautado sobre o discurso da segurança energética, o governo brasileiro lançou em 2011 uma nova medida provisória que insere o etanol sob normas do setor energético. O etanol produzido da biomassa passa a ser um produto energético, não mais agrícola, cuja regulação e fiscalização cabem à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Trata-se da confirmação sinalizada na década de 70, que propõe a transformação do alimento cana em energia, impondo uma nova configuração territorial do capital na agricultura, como veremos no decorrer do trabalho.

A área cultivada com cana-de-açúcar que será colhida e destinada à atividade sucroalcooleira na safra 2012/13 está estimada em 8,5 milhões de hectares. O estado de São Paulo é o maior produtor com 51,66% (4,42 milhões de hectares), seguido por Minas Gerais com 8,97% (768 mil hectares), Goiás com 8,54% (732 mil hectares), Paraná com 7,17% (614 mil hectares), Mato Grosso do Sul com 6,31% (540 mil hectares), Alagoas com 5,35% (458 mil hectares) e Pernambuco com 3,48% (298 mil hectares). Nos demais estados produtores as áreas são menores, com representações abaixo de 3%⁴. Esses dados revelam que a produção da cana-de-açúcar ocorre de forma concentrada, uma vez que somente o Estado de São Paulo é responsável por mais de 50% de toda a área destinada a essa cultura no País.

A perspectiva é de, nos próximos anos, elevar ainda mais a produção de cana no País. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sinaliza uma produção de 45,2 milhões de toneladas de açúcar e de 36,8 milhões de m³ de etanol em 2015. Uma projeção tendencial com base na evolução histórica aponta, para 2030, produção de 78 milhões de toneladas de açúcar e 67 milhões de m³ de etanol. Segundo projeção do Plano Nacional de Energia 2030 divulgado pelo Ministério de Minas e Energia, essa produção, nas condições descritas, requer que a área ocupada pela produção de cana-de-açúcar no Brasil passe dos atuais 8,5 milhões de hectares para aproximadamente 10,6 milhões em 2020 e 13,9 em 2030⁵.

A aposta do governo brasileiro no projeto do agrocombustível, isto é, no crescimento desse setor estratégico, operacionalizado via agronegócio, é sinalizada pelo governo brasileiro através de publicação sobre as Projeções do Agronegócio 2011/2012 a 2021/2022, que indica que as matérias-primas do agrocombustível são as culturas que mais crescerão nas terras brasileiras durante os próximos anos.

Neste ínterim questiona-se: qual é o impacto do crescimento das áreas agrícolas destinadas à geração de energia sobre as áreas produtoras de alimentos?

Conforme a publicação do governo, as estimativas realizadas até 2021/2022 são de que a área total plantada com lavouras deve passar de 64,9 milhões de hectares em 2012 para 71,9 milhões em 2022. Um acréscimo de 7,0 milhões de hectares. Essa expansão de área está concentrada em soja, cerca de 4,7 milhões de hectares, e na cana-de-açúcar, cerca de 1,9 milhão. A expansão de área de soja e cana-de-açúcar deverá ocorrer pela incorporação de áreas novas e também pela substituição de outras lavouras que deverão ceder área. O milho deve ter uma expansão de área por volta de 600 mil hectares e as demais lavouras analisadas mantêm-se praticamente sem alteração ou perdem área, como o arroz, mandioca, trigo e feijão⁶.

Significa dizer que nenhuma outra cultura expandirá mais do que cana e soja, cujo crescimento se fará pela incorporação de áreas novas e pela substituição de outras

⁴ Dados do primeiro levantamento da safra 2012/2013 de cana-de-açúcar realizado pela Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, no âmbito de um programa de cooperação com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.

⁵ Dados do Plano Nacional de Energia 2030 divulgado pelo Ministério de Minas e Energia em 2007.

⁶ Informações do estudo Brasil Projeções do Agronegócio 2011/2012 a 2021/2022, publicado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Assessoria de Gestão Estratégica em abril de 2012.

lavouras, que podem ser de feijão, arroz e etc. Então a cana e a soja tendem a avançar sobre áreas de pastagens e cultivos onde a taxa de renda é menor, atingindo produtos básicos da alimentação dos brasileiros, como é o caso do feijão, e ainda segmentos tradicionais de produção de alimentos da agricultura camponesa.

A produção da cana também ocasiona um deslocamento de algumas culturas alimentares e a criação de gado, que repercutem nas zonas florestais. No caso brasileiro, por exemplo, essa expansão tem implicado no avanço do gado na Amazônia. Um estudo apresentado no final de 2011 pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), apontou que, dos 719 mil quilômetros quadrados de árvores abatidas na Amazônia até o ano de 2008, pouco mais de 62% são ocupados atualmente por pastagens e outros 20% passam por processo de recuperação natural da vegetação. Significa dizer que, nos últimos anos, a maior parte da área desmatada da Amazônia virou pasto.

Entretanto, há os que defendem o avanço dos agrocombustíveis como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). De acordo com a entidade⁷, o investimento em agrocombustível pode ajudar a aumentar a segurança alimentar nas economias rurais ao estimular a criação de empregos e elevar a renda. Segundo a organização, se administrados com responsabilidade, o cultivo pode desencadear investimentos necessários em infraestrutura agrícola e de transporte em áreas rurais. A posição da entidade não somente minimiza os possíveis impactos da produção dos agrocombustíveis sobre as áreas agrícolas, como reforça ser esse um caminho em direção à soberania alimentar.

Em meio a esse período expansionista do sistema canavieiro, observa-se também um processo de internacionalização do setor através da intensificação de fusões envolvendo capitais de origem nacional e estrangeira, como veremos no desenrolar desse artigo.

A internacionalização do setor é sinalizada pelo interesse de dois novos setores na agricultura: as sociedades petrolíferas e a indústria automobilística. No caso da primeira, trata-se de conservar os monopólios estabelecidos sobre os recursos energéticos e, no etanol, de guardar o controle dos novos carburantes adaptando-os ao ritmo exigido pelas tecnologias aplicada aos motores. Podemos citar como exemplo a Total na África, a Shell que investiu em pesquisas para produzir etanol a partir da celulose, a BP, Exxon, ou ainda a Petrobras no Brasil (HOUTART, 2010).

A questão é que esse processo de mundialização do capital no campo traz fortes consequências para as populações camponesas. Inserido neste contexto está a crescente utilização de mecanismos de subordinação da produção camponesa aos complexos agroindustriais – fato que vamos analisar a seguir.

A subordinação em forma de “parceria”, a entrada da cana no assentamento Monte Alegre

A entrada do plantio de cana-de-açúcar no assentamento Monte Alegre começou a ser discutida no início da década de 90. A escassez de terras e o interesse do poder público local impulsionaram a entrada da cana-de-açúcar nos assentamentos da região, que a princípio não contava com a aceitação dos órgãos gestores – ITESP e INCRA⁸. Conforme estudo realizado por Amaral e Ferrante (2007), a expansão da lavoura canavieira encontrava-se próxima do seu limite no eixo Araraquara – Jaboticabal – Ribeirão Preto, cuja ocupação chega a 90% dos solos. Neste sentido, os grupos usineiros da região, nesse primeiro momento representado pela família Malzoni, da usina Santa Luiza, tentam expandir

⁷ Reportagem do Jornal O Estado de São Paulo, publicada em 17 de maio de 2011.

⁸ O INCRA é responsável pela gestão do assentamento Bela Vista do Chibarro, e o ITESP pelos demais assentamentos da região, como Monte Alegre, Bueno de Andrada e Silvânia. De acordo com Ferrante (2007), o INCRA, apesar de continuar, em princípio, contrário ao plantio da cana, pareceu assistir ao movimento como ator coadjuvante. Simultaneamente, o ITESP, através de portaria (24/10/2002) (re) estabeleceu parcerias entre lotes agrícolas dos assentados e agroindústrias, como veremos adiante.

seus domínios sobre áreas de terceiros em busca de deter parcelas consideráveis do território, o que revela estratégias de garantir o monopólio agroindustrial da região.

Por outro lado, a necessidade do retorno financeiro imediato para sanar a dívida com o banco, a ausência de infraestrutura para armazenar os alimentos, somadas às dificuldades na comercialização e o anseio de obter uma renda fixa, fez com que crescesse também o interesse dos assentados em ingressar no cultivo da cana.

Em 2002, passados 10 anos desde a primeira proposta de consórcio entre a usina e os assentados, a cana-de-açúcar finalmente adentra nos núcleos do Monte Alegre. Neste período, o município de Motuca estava circunscrito em uma área de 23.200 hectares, dos quais mais de 17.000 eram cultivados com o plantio de cana-de-açúcar – a qual respondia por 70% da arrecadação municipal. A cana-de-açúcar, portanto, era base da economia municipal e o Projeto Cana elevaria a arrecadação de impostos, como o Imposto de Circulação sobre Mercadorias e Serviços - ICMS. A agroindústria local - usina Santa Luiza, por sua vez, localizava-se muito próxima a diversas propriedades rurais do assentamento Monte Alegre – cerca de 10 km - o que reforçava o interesse da usina em firmar o contrato junto aos assentados.

O cultivo da cana, à semelhança de um arrendamento permitiria, sob os termos anunciados no Projeto Cana (assinado em 2002 pelo então prefeito Emílio Fortes) um aumento do poder aquisitivo do assentado, cuja projeção da receita líquida média nas cinco safras por lote agrícola era de R\$ 10.000 ao ano.

É neste contexto que é promulgado pelo ITESP - órgão gestor do Monte Alegre - a portaria nº75 de 24/10/2002, revogada posteriormente pela Portaria nº77 de 27/07/2004, como forma de viabilizar, por meios oficiais, a “parceria” entre a agroindústria e os assentados, atividade que já estava sendo realizada em alguns lotes. O texto não é específico para o cultivo de cana-de-açúcar, ele discorre sobre a produção de qualquer cultivo para fins industriais. Todavia, ele foi sancionado como resposta às tentativas de ingresso da cana nos assentamentos.

Para viabilizar a expansão do domínio das usinas nestas áreas, foi utilizado o termo parceria, uma vez que a utilização do termo arrendamento enfrentaria obstáculos e resistência por se tratar de espaços de reforma agrária. Mas não se trata também de uma parceria, como analisaremos ao longo deste trabalho. O termo criado pelos órgãos gestores para designar contratos entre assentados e usinas, envolvendo a permissão e expansão da cana nos assentamentos rurais legalizada pelo ITESP, através da portaria de 24/10/2002 - também ajuda a mascarar a assimetria de poder entre os dois contratantes. Como veremos a seguir, os assentados se encontram em relação de subordinação frente às usinas.

Segundo a portaria, os assentados podem plantar cana com finalidade industrial em até 50% do lote. Ao firmarem a “parceria”, os assentados ficam com metade da área de seus lotes presa em um contrato de cinco anos, inutilizada para outras culturas, conforme cláusula do contrato firmado entre a usina Santa Luiza e os assentados:

“O(s) FORNECEDOR(ES) se obrigam e se compromete(m) a entregar toda a produção das canas advindas da mencionada área à RECEBEDORA e esta por sua vez, se obriga e se compromete a adquirir a totalidade das mesmas durante todo o ciclo canavieiro, correspondendo às colheitas das safras dos anos 2008 à 2012.”⁹

A compra “casada” é justificada pelo ITESP como um benefício fornecido ao camponês para que o mesmo consiga vender toda a sua produção. Se por um lado o assentado tem a garantia da demanda fixa, por outro, o que o contrato objetiva assegurar é o monopólio da produção camponesa por parte das usinas, pelo período de cinco anos. Logo, as usinas adquirem exclusividade na compra da produção dos assentados durante toda a safra.

⁹ Cláusula do documento intitulado Compromisso Particular de Plantio, Cultivo e Fornecimento de cana-de-açúcar - Safras 2008 a 2012, firmado entre a usina Santa Luiza e os assentados do Monte Alegre.

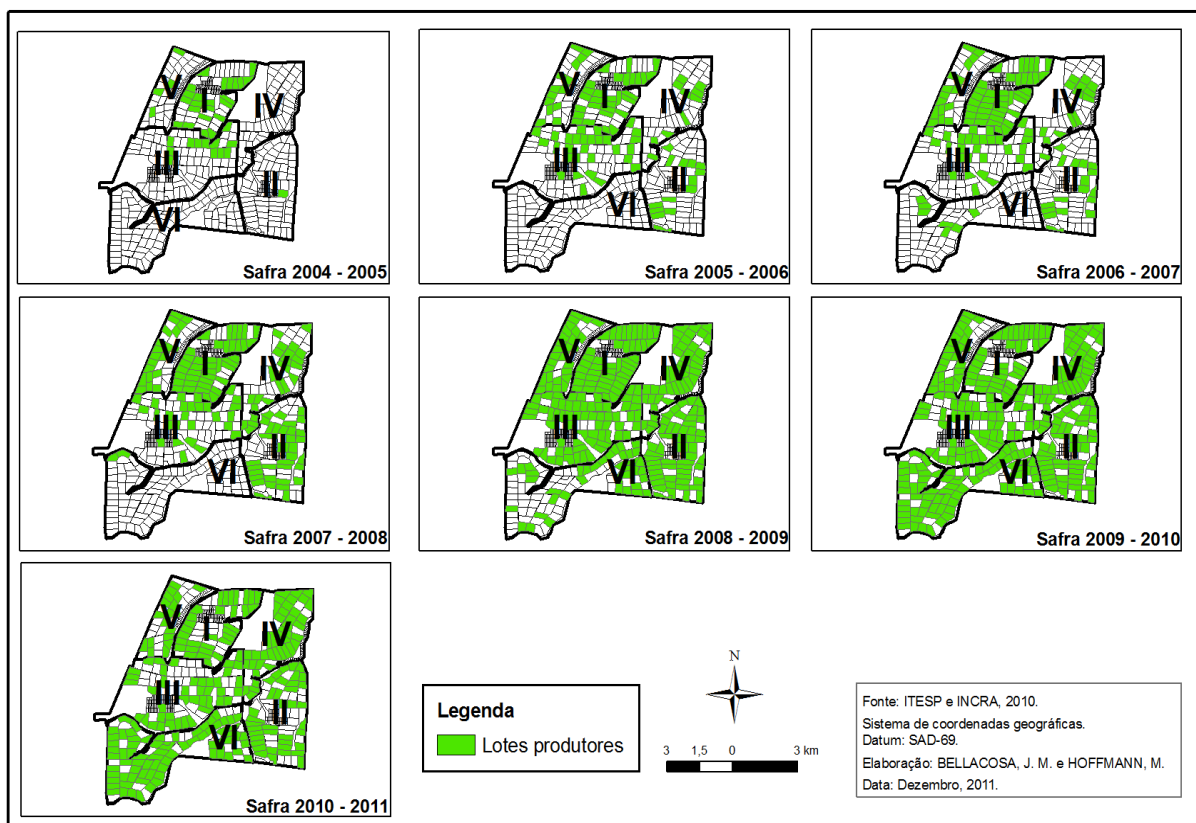
Quando a usina submete o camponês aos seus ditames, está sujeitando a renda da terra ao capital, isto é, ela está convertendo o trabalho excedente do camponês e sua família em renda capitalizada. Está se apropriando da renda sem ser a proprietária da terra, isto é, produzindo o capital pela via não capitalista (OLIVEIRA, 1990). Nesse caso, o capital monopoliza a unidade camponesa através da subordinação de sua renda. Ao firmarem contrato com as usinas, os produtores perdem autonomia e tornam-se quase sempre dependentes das indústrias processadoras que viabilizam a produção, cujo processo é denominado por Oliveira (1999) de monopolização do território pelo capital.

Essa estratégia é utilizada pelos grupos usineiros para expandir seus domínios sobre a região, já que no caso dos assentamentos rurais, não é possível territorializar o capital (OLIVEIRA, 1999), uma vez que as terras de reforma agrária não são passíveis de compra aos usineiros. A expansão da cana sobre essas áreas tem se pautado sobre “consórcios” que se assemelham a arrendamentos, como veremos adiante.

A evolução da cana-de-açúcar no assentamento Monte Alegre

Embora a “parceria” tenha se mostrado preocupante para alguns, com o aceite do ITESP, o Projeto Cana vigorou. A evolução da produção de cana dentro do assentamento pode ser visualizada no Mapa 2.

Mapa 2: Assentamento Monte Alegre: evolução das áreas de produção de cana – safras 2004 a 2011



No ano de 2004, 40 famílias do Monte Alegre plantaram cana com venda direta realizada para a usina Santa Luiza, o que representou 11% do total de lotes do assentamento. Na safra seguinte, esse número dobrou: 96 famílias aderiram à “parceria” com as usinas. Já na safra 2006/2007, 137 famílias fecharam contrato com as usinas para a produção de cana, o que elevou para 38% o número de lotes participantes do projeto.

Com um aumento gradativo ano a ano, o plantio de cana atingiu seu recorde na safra 2009/2010 com um total de 282 produtores, o que representou 79% das famílias instaladas no assentamento. Já na safra 2010/2011, houve uma pequena redução de produtores de cana no assentamento, devido em grande parte ao período de intervalo entre a finalização das safras e a renovação dos contratos com as usinas.

A área utilizada para produção de cana-de-açúcar saltou de 229,59 hectares, o equivalente a 5% da área total agricultável do assentamento na safra 2004/2005, para 1777,44 hectares na safra 2009/2010, que representa 36% de toda a área de cultivo do Monte Alegre, seguido de 1487,78 em 2011 – 30% de toda área agricultável do assentamento. A cana-de-açúcar passa a vigorar nas terras do Monte Alegre, seguida pelas produções em escala bem mais reduzida de milho, mandioca, feijão, manga, alface, entre outras.

O assentamento Monte Alegre transformou-se, de fato, em um mar de cana, principalmente se levarmos em conta que a legislação vigente determina o limite de 50% do plantio de cana por lote, o que impossibilita que este cultivo obtenha contornos ainda mais expressivos. Nesse caso, se levarmos em conta o limite de 50% estabelecido pela legislação, podemos referenciar que a produção de cana foi realizada em 72% da área permitida ao cultivo.

Este número é ainda mais expressivo quando analisamos o número total de famílias que aderiram ao projeto nesses últimos sete anos. Para termos uma ideia, desde que a “parceria” para o plantio de cana começou no assentamento, 89% das famílias ingressaram no projeto em algum período dessas sete safras. Significa dizer que somente 41 famílias, de um total de 358, optaram por não produzir cana até a safra 2010/2011.

Conforme citado anteriormente, o primeiro consórcio de cana na região foi realizado pela usina Santa Luiza, localizada a cerca de 10 km do assentamento Monte Alegre. Posteriormente, esta usina anunciou falência após quase 50 anos de atividade, e foi adquirida por outros três grupos que mantiveram os contratos junto aos assentados. Este processo, como veremos adiante, sinaliza a derrocada das usinas administradas por relações familiares, frente à atuação do capital monopolista na agricultura.

A falência da usina Santa Luiza e a internacionalização do capital na agricultura

A lógica do capital que no campo assume a expressão máxima no agronegócio não impacta somente os camponeses, mas também os diversos setores da economia. É o que ocorreu com a usina Santa Luiza¹⁰ que anunciou falência em 2007. Principal fonte de renda do município (responsável por 25% do orçamento de Motuca) a usina completaria 50 anos em 2008, quando teve que ser fechada.

Este processo é reflexo da internacionalização do capital no setor sucroalcooleiro, marcado pelo crescimento das grandes transnacionais no setor face à ruína das usinas sustentadas por relações familiares – que expressam, sobretudo, a atuação monopolista do capital nesse setor. Exemplos como o da família Malzoni, proprietária da usina Santa Luiza, se multiplicam na região: a família Corona entregou as unidades Tamoio, localizada em Araraquara (SP), e Bonfim, situada em Guariba (SP), em 2006 para o Grupo Cosan, já a família Zanin, de Araraquara, repetiu o processo em 2011.

As usinas familiares têm sofrido com a sucessão familiar, e não tem conseguido acompanhar os novos padrões de produção impostos pela internacionalização do setor sucroalcooleiro, fazendo com que sejam incorporadas pelo grande capital. Além dessas dificuldades, a crise que estourou no setor sucroalcooleiro em 2008 também favoreceu este cenário. A possibilidade de rolagem de dívidas por empresas nacionais, como as usinas fizeram historicamente, foi prejudicada pela escassez de crédito em um período de crise, o

¹⁰ Na época em que a usina Santa Luiza foi desativada havia cerca de 20 integrantes da família Malzoni no controle acionário da empresa.

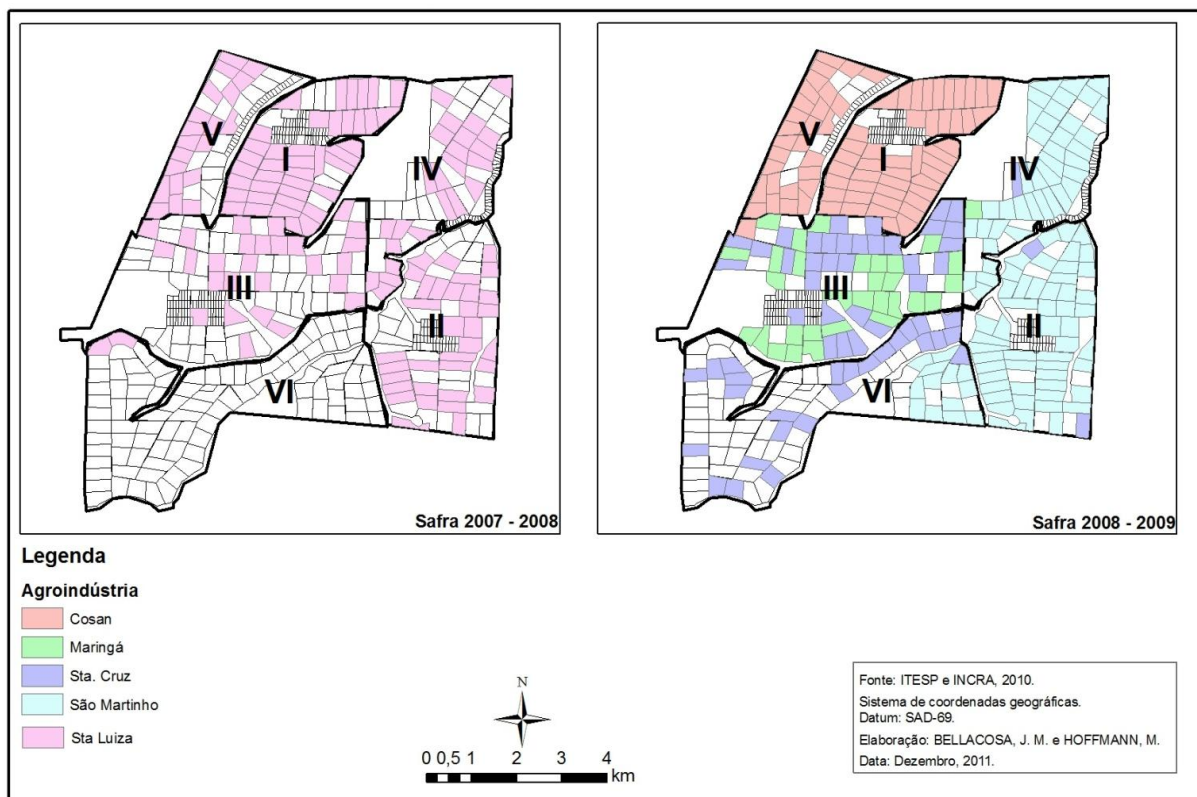
que estimulou o processo de fusão e aquisição de usinas brasileiras por grupos estrangeiros (XAVIER; PITTA; MENDONÇA, 2011).

Nesse processo, a usina Santa Luiza foi adquirida por outras três usinas: Bonfim, do Grupo Cosan, localizada em Guariba (SP); São Martinho em Pradópolis (SP) e Santa Cruz em Américo Brasiliense (SP). A aquisição se deu através da Etanol Participações S/A, uma *holding* formada por essas três empresas. Os contratos foram repassados e divididos entre as três usinas conforme a participação acionária de cada uma. Os grupos, por sua vez, optaram pelo fechamento da usina, apesar da presença de maquinários modernos.

A decisão ratificou o que era comentado no setor, que a compra da Santa Luiza serviu para evitar que algum concorrente das empresas se antecipasse e adquirisse a unidade ou ainda que o futuro fechamento ampliasse a oferta de cana para as unidades de outras empresas. O grande interesse dos grupos que compraram a Santa Luiza foi ampliar a oferta da matéria-prima de forma a fortalecer sua hegemonia na região, evitando que outro concorrente o fizesse. Por isso que mesmo com a compra, os controladores decidiram por desativar a unidade industrial da usina. Neste sentido, Grupo São Martinho, Cosan e Santa Cruz disputam os mercados da região intensificando a concentração de poderes e territórios.

As usinas também repartiram os contratos firmados entre a usina Santa Luiza e os assentados. A partilha foi estabelecida segundo a distância de cada lote com os empreendimentos. Então cada produtor firmou contrato com a usina mais próxima do seu lote. Os núcleos 1 e 5 com a Bonfim, 2 e 4 com a São Martinho, VI com a Santa Cruz e São Martinho, e 3 com a Santa Cruz. A partir do Mapa 3 é possível visualizar como ficou geograficamente a divisão dos novos contratos para a produção de cana após o desmembramento da usina Santa Luiza.

Mapa 3: Assentamento Monte Alegre: divisão dos contratos agroenergéticos após a falência da usina Santa Luiza

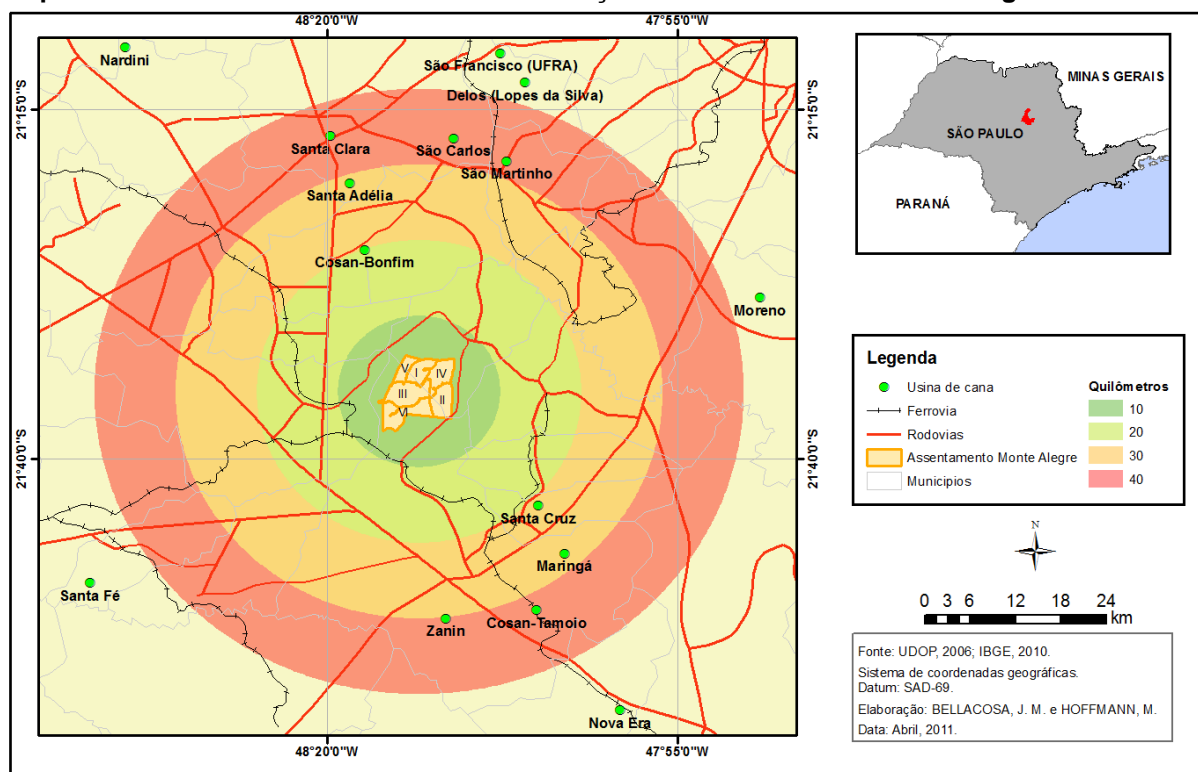


No Mapa 3 é possível notar também que além da aquisição dos contratos efetuados anteriormente pela usina Santa Luiza, os três grupos ampliaram seus domínios sobre a terra dos assentados, através do estabelecimento de novos contratos. Vale destaque também à

presença da usina Maringá, que neste período também fixou contratos com os assentados, em lotes que ainda não haviam iniciado a “parceria” para a produção da cana.

Já no Mapa 4 é possível visualizar a localização dessas usinas, todas situadas em um raio inferior a 30 km do assentamento Monte Alegre. Também é possível observar a existência de outras usinas nas proximidades, como Zanin, Santa Adélia, São Carlos, que sinalizam a força do setor sucroalcooleiro nessa região. Somente nesse raio de distância traçado até 40 km do assentamento Monte Alegre, observamos duas unidades do Grupo Cosan, o maior do setor – Tamoio e Bonfim.

Mapa 4: Distâncias das usinas de cana em relação ao assentamento Monte Alegre



Segundo orientações da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil¹¹, em tradicionais regiões produtoras de cana costuma-se utilizar uma distância econômica padrão de produção até a indústria de 20 quilômetros. Esta distância é determinada pelos altos custos de transporte da cana até a unidade industrial, sendo um dos fatores decisivos na rentabilidade da lavoura.

O produtor que tiver que deslocar a cana para ser processada em uma unidade industrial distante 50 quilômetros de sua lavoura, por exemplo, terá um acréscimo no custo de produção de 13%. Já uma cana distante 5 quilômetros da unidade industrial terá um custo inferior em 7% ao de uma lavoura distante 20 Km da unidade industrial. Então, em função dos custos do transporte da cana, a localização vai interferir diretamente na formação da renda da terra diferencial, e visando à acumulação do capital as usinas tendem a cercar as terras mais próximas a ela.

Este fato revela uma das características da expansão do setor sucroalcooleiro que é o da concentração de terras, isto é, para que a usina possa ser competitiva no mercado, ela precisa expandir seus domínios sobre as terras localizadas ao redor da sua unidade industrial. Neste processo, a usina tende a pressionar as áreas vizinhas, de forma a transformar tudo em canavial – expressão concreta do processo de territorialização

¹¹ CONFEDERAÇÃO da Agricultura e Pecuária do Brasil. *Cana-de-açúcar: orientações para o setor canavieiro*. Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil; Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Brasília: CNA/SENAR, 2007.

monopolística efetuada pelos grupos agroindustriais canavieiros. É nesse contexto que observamos o interesse das usinas também nas terras de assentamentos rurais de reforma agrária.

Do ponto de vista da internacionalização do setor sucroalcooleiro, a participação de empresas estrangeiras na indústria da cana no Brasil cresceu de 1% em 2000 para aproximadamente 25% em 2010 (XAVIER; PITTA; MENDONÇA, 2011). Verifica-se, então, a partir do início dos anos 2000 um crescimento da massa de investimentos estrangeiros no setor, com destaque para produtores europeus de açúcar, como os grupos franceses Tereos e Louis Dreyfus; e mais recentemente grandes tradings e grupos asiáticos.

Muitas usinas também iniciaram a partir de 2000 a abertura de capitais de suas companhias na bolsa de valores para angariar recursos. É o caso do Grupo São Martinho¹², da família Ometto¹³, que abriu o capital da companhia em 2007, e comprou no mesmo ano 41,67% do capital da usina Santa Luiza e 32% da usina Santa Cruz com o adicional de 17,97% da Agropecuária Boa Vista, sua empresa agrícola, em 2011. Hoje o grupo possui três usinas em operação: São Martinho, Iracema e Boa Vista.

A Cosan, criada por Rubens Ometto em 2000, através da união das usinas da família sob o mesmo grupo, foi uma das pioneiras nesse processo, tendo ingressado no mercado de ações da Bovespa em 2005. Na atualidade, a Cosan tem adotado uma política de expansão corporativa e territorial que tem significado a incorporação de novas usinas, bem como a fusão com diferentes grupos econômicos. A mais recente fusão da empresa foi feita com a petroleira holandesa Shell que resultou na formação da *joint venture* Raízen. A constituição da corporação significou a maior transação do setor sucroenergético brasileiro e apresenta como um dos seus objetivos elevar o etanol à condição de *commodity* internacional¹⁴.

O interessante é que nos últimos cinco anos a direção da companhia resolveu apostar na diversificação de sua atuação no mercado, com vistas a reduzir os riscos, e neste processo investiu mais de 7 bilhões de reais em aquisições e investimentos. Nesta escalada, a companhia fundou uma empresa de logística, a Rumo; criou ou comprou também empresas de alimentos, cogeração de energia, lubrificante, distribuidora de gás natural e gestão de terras¹⁵.

Portanto, estamos diante de um novo processo de mundialização do capital, marcado pela concentração de poder nas mãos de poderosas corporações transnacionais que comandam não mais um único setor, mas toda uma cadeia produtiva, passando pela produção de insumos, produção de alimentos, processamento, logística, geração de energia, e até gestão de terras.

Este novo cenário deflagrado pela intensificação do monopólio das forças produtivas e concentração de capitais traz fortes consequências para o campo e principalmente para as populações camponesas, pois o capital procura se apropriar das terras e subalternizar o campesinato.

O mercado global traça novos padrões de escala de produção, ao mesmo tempo em que restringe o leque de cultivos a serem produzidos. Esse processo tem levado à orientação progressiva da produção agropecuária para o mercado externo, em detrimento da produção para o consumo próprio, local ou nacional. O campo se transforma cada vez mais em um produtor de *commodities*, favorecendo a formação de monoculturas através de cultivos como a cana-de-açúcar.

No que concerne ao trabalho, analisaremos a seguir de que forma esse processo tem modificado as relações de trabalho na unidade de produção camponesa, sob uma análise do ingresso do setor sucroalcooleiro nas terras de reforma agrária.

¹² O grupo São Martinho teve, a partir de fevereiro de 2007, suas ações abertas à negociação na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), sob o código SMT03.

¹³ Luis Ometto, João Ometto e Nelson Ometto que estão à frente do grupo São Martinho são parentes de Rubens Ometto, criador da Cosan.

¹⁴ Ver Raízen. Disponível em: <http://www.raizen.com.br/pdfs/apresentacao.pdf>. Acesso: agosto de 2012.

¹⁵ Ver reportagem sobre Rubens Ometto na Brasilagro, publicada em 12 de maio de 2012. Disponível em: <http://www.brasilagro.com.br/index.php?noticias/detalhes/14/43518>. Acesso: agosto de 2012.

As relações de trabalho na “parceria” dos canaviais

Inicialmente, o acordo firmado entre a usina Santa Luiza e os assentados estabeleceu que tanto a produção quanto o corte da cana deveria ser realizado pelos próprios assentados, que se organizaram sob o regime de mutirão. Esse regime, assim como a troca pura e simples de dias de trabalho entre os assentados, são práticas tradicionais camponesas de ajuda mútua, empregadas para suprir, em determinados momentos, a força de trabalho familiar. Esse processo tende a aparecer em função de os camponeses não disporem de rendimentos monetários necessários para pagar trabalhadores assalariados (OLIVEIRA, 1990).

É importante destacar que a realização do mutirão não está subscrita às leis trabalhistas, uma vez que a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT regulamenta o trabalho subordinado, configurado através da dependência econômica do empregado junto ao empregador, o que não corresponde à práxis camponesa onde as relações se dão sob a solidariedade e cooperação (PASSOS, 2011).

A execução de todo o ciclo de plantio pelos assentados foi uma das “bandeiras” do projeto apresentado pela prefeitura de Motuca e um dos fatores responsáveis pela aceitação e viabilização da entrada da cana no assentamento, conforme expresso em ofício apresentado ao Ministro da Agricultura Roberto Rodrigues pelo então prefeito de Motuca Emílio Fortes:

Assim sendo, estamos fomentando uma parceria inédita em assentamentos rurais do Estado de São Paulo, uma vez que 100% dos procedimentos de mão de obra braçal são executados pelos próprios agricultores, e até o presente momento não houve utilização de crédito rural, uma vez que todo investimento será pago em produção de cana nas safras vindouras.¹⁶

Dessa forma, a usina ficaria responsável por fornecer as mudas, tecnologia do plantio, adubos e insumos, processamento e compromisso de compra das matérias-primas, enquanto os assentados deveriam se incumbir do restante, que incluía o plantio, os tratamentos culturais, o corte, e até o transporte da cana junto à usina. As atividades de preparação do cultivo eram disponibilizadas apenas na primeira safra e descontadas em tonelagem, 50% na primeira colheita, 30% na segunda, e 20% na terceira. Neste caso, em que o assentado participa de praticamente todas as etapas do processo produtivo, a cana ainda aparece como produto do trabalho camponês.

Assim, mesmo a usina controlando através de um “receituário” todas as etapas do processo produtivo, a cana aparece como produto do trabalho camponês, pois é resultado do trabalho da família. Deste modo, apesar da subalternidade dos camponeses no processo, desta “inclusão subordinada” nas palavras de Fabrini (2010), estamos diante da agricultura camponesa. Logo, o trabalho e a renda da terra são transferidos ao capital na etapa da comercialização da produção. Então nesse caso, ainda que de forma subjugada às usinas, o camponês consegue produzir agrocombustível sem perder de forma plena sua condição camponesa, mesmo que encontre desafios à sua emancipação.

Todavia, com o passar do tempo, as usinas passaram a levar seus próprios funcionários para a realização do plantio e do corte e passaram a descontar 35% do total da produção de cada safra. Desse montante: o corte foi responsável por 19,90%, o carregamento por 4,02% e o transporte por 11,08%. Conforme referenciamos anteriormente, o camponês que opta por delegar à usina a tarefa do plantio e fornecimento de todos os insumos necessários para o cultivo recebe os descontos em tonelagem: 50% na primeira

¹⁶ Ofício 118/2004 enviado a Roberto Rodrigues, Ministro da Agricultura, pelo então prefeito de Motuca Emílio Fortes no dia 19 de abril de 2004. Este ofício teve como objetivo solicitar apoio do governo federal ao projeto desenvolvido no município de Motuca, através da aquisição de um trator agrícola de alto desempenho e viabilização do crédito rural subsequente. A visualização deste material foi disponibilizada por Jair dos Santos, assentado do Monte Alegre 2 e atual Secretário de Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Meio-Ambiente de Motuca em agosto de 2012.

colheita, 30% na segunda e 20% na terceira. Já aquele que transfere para o comando da usina também as tarefas do corte, carregamento, e transporte, recebe ainda o desconto de 35% sobre o valor total da produção. Esse fato sinaliza a apropriação de uma parcela cada vez maior da renda da terra camponesa pelas usinas e o fortalecimento da lógica da agricultura capitalista nesses espaços de reforma agrária.

Ao transferir praticamente todo o trabalho para a usina, o camponês passa a participar minimamente do processo agrícola, cujo preceito estabelece plena semelhança à prática do arrendamento. A participação do assentado no processo de produção da cana passou então a ser restrita aos tratos culturais do plantio: controle das formigas, controle das ervas daninhas. A parte que exige um trabalho mais árduo, plantio e corte, já não está sendo mais feita por ele, o que vai reduzir sua renda com a atividade, uma vez que a usina receberá por este serviço prestado, e se apropriará de mais uma parcela da renda da terra camponesa. Dessa forma, há uma clara transferência de renda dos camponeses para o grande capital que ocorre não somente no âmbito da comercialização do produto camponês e na venda de insumos, como também ao que concerne à extração de mais-valia de todos os trabalhadores inseridos nesse processo.

Os tratos culturais ainda permanecem sob a responsabilidade do produtor, pois é desta forma que o ITESP consegue legitimar esta “parceria”, isto é, justificando que não ocorre arrendamento total nas terras de reforma agrária, uma vez que a família camponesa participa do cultivo da cana ao despendar algum trabalho no canavial.

Assim, a cana aparece como um obstáculo tanto para o desenvolvimento do trabalho familiar na unidade camponesa, quanto para a socialização do camponês no interior do processo produtivo. Seria o cultivo da cana através das “parcerias” agroindustriais uma questão de flexibilidade de adaptação a uma situação de crise? Ou esse processo nos revela indícios de descamponização? É o que abordaremos a seguir.

O que foi feito com a renda da cana? A reprodução contraditória do campesinato

A cada ciclo agrícola a reposição dos meios de trabalho é realizada por intermédio de empréstimos bancários - necessário em função das más condições financeiras dos camponeses do assentamento. A compra de insumos, e equipamentos necessários ao cultivo, isto é, mercadorias industrializadas, possui um valor superior à venda do produto camponês sob a forma de matéria-prima.

Nesse processo, como Tavares dos Santos (1978) esclarece em seu estudo sobre os colonos do vinho, há uma transferência de parte do valor incorporado no produto camponês para o capital industrial, em função dos preços que o camponês paga por aqueles bens, cujo retorno na hora da venda do produto fica aquém do investimento realizado. Inserido nesse contexto, parte da renda da terra camponesa é drenada também pelo capital financeiro através de juros cobrados pela aquisição de empréstimos. Ademais, o camponês geralmente se vê obrigado a vender sua produção a baixos preços.

Então é comum os camponeses disporem de rendimentos negativos, determinados pelo modo de produção capitalista e pelas exigências que a dominação deste impõe ao produtor simples de mercadoria. Logo, apesar do processo de trabalho camponês não ser especificamente capitalista ele é reproduzido pelo modo de produção capitalista, isto é, ele é necessário à reprodução ampliada do capital.

Na confluência desses fatores, os assentados dificilmente conseguem escapar do endividamento bancário. Então em meio a esse cenário de escassez de recursos, de imobilidade, eis que surge a proposta da cana, que passa a ser encarada como salvação. Se por um lado o capital cria os liames para a dependência do produtor via endividamento, ele também transforma essa fragilidade em novos mecanismos de acumulação de capital através da introdução de projetos de “integração” que subordinam ainda mais à produção no campo.

Todavia, até os assentados que falam com reservas do ingresso da cana no assentamento, afirmam que o cultivo trouxe muitos benefícios à população local, e inclusive alterou o padrão de vida de muitos camponeses do Monte Alegre. A renda líquida média obtida por família na safra 2004/2005 foi de R\$ 17.081, o equivalente a R\$ 1.423 mensais. No ano seguinte, esse número se elevou para R\$ 20.622. Nas safras subsequentes o número variou na casa dos R\$ 14.000 e R\$ 10.000. A renda total líquida refere-se ao resultado da renda total menos despesa total, isto é, o valor total recebido pelos assentados, já descontados os investimentos realizados no plantio pelas usinas, salvo os investimentos feitos para os tratos culturais a partir do segundo ano de produção, como adubo, herbicidas, etc.

A renda obtida com a cana representou para muitas famílias uma elevada quantia financeira – a maior que já tiveram ao longo das diversas experiências agrícolas. Para a maior parte dos assentados a cana representou cerca de 60% dos rendimentos totais da família, tendo esse número variado em uma média de 40% a 90%, segundo relatos. Do ponto de vista econômico, conforme os dados apresentados, a cana foi um projeto que apresentou êxito.

Mas o que foi feito com a renda da cana?

A renda obtida através da produção canavieira foi, primordialmente, utilizada para quitar dívidas junto às instituições financeiras. Ademais, foi utilizada para ampliar e reformar a moradia, para comprar automóvel, e também na realização de benfeitorias no lote. Diante desse cenário questiona-se: além da aquisição de bens e pagamento de dívidas, a renda da cana foi utilizada para outros fins? Mais especificamente: ela foi utilizada como base de investimento em outras culturas? Os assentados diversificaram a produção ou tornaram-se totalmente dependentes da produção canavieira?

Para apoiar essa análise realizamos diversas entrevistas com famílias que foram escolhidas de forma aleatória entre os núcleos I, II e III do assentamento Monte Alegre. De acordo com os depoimentos, observamos que a maior parte dos assentados também aplicou uma parcela no cultivo da mesma cana para a realização dos tratos culturais, além de investir em outras culturas nos outros 50% do lote, com destaque para o plantio de grãos, eucalipto, frutas, criação de gado e produção de leite. Neste contexto, foram adquiridos adubos, mudas e em alguns casos até equipamentos.

Nesse sentido, ao possibilitar o pagamento das dívidas, e o investimento em outros cultivos, antes paralisados por falta de financiamento, a monocultura canavieira, contraditoriamente, favoreceu a permanência do camponês na terra e, de certa forma, sua socialização no interior do assentamento. É importante ressaltar que diante do endividamento bancário e da falta de recursos para investir no lote, o camponês também tinha de certa forma sua autonomia tolhida, uma vez que estava de “mãos atadas” sem poder produzir, o que poderia culminar até no abandono do lote.

Esse movimento ocorre de forma dialética, pois essa atividade da forma como foi realizada representou uma ameaça à autonomia camponesa, à continuidade do trabalho familiar e, em muitos casos, simbolizou um obstáculo à socialização do camponês no assentamento, já que a cana é excludente de mão de obra. De fato, a atividade canavieira no assentamento Monte Alegre sob o controle das usinas representou um entrave ao modo de vida camponês ao mesmo tempo em que favoreceu sua resistência contraditória, uma vez que a maioria dos assentados procurou reafirmar sua condição camponesa na realização de outros cultivos, antes paralisados por falta de recursos.

Neste cenário, portanto, a associação dos assentados com as agroindústrias da cana apresentam mais dilemas do que verdadeiramente perspectivas. Ainda mais se levarmos em conta o desinteresse das agroindústrias na renovação dos contratos. A questão central não está na cana, mas na forma como esse cultivo foi conduzido no assentamento, através dos contratos agroindustriais, que se assemelham a arrendamentos contrariando as premissas da reforma agrária, principalmente no que se refere às melhorias nas condições sociais e políticas das comunidades rurais.

A transformação de alguns assentados à similaridade de “rentistas” mostra os sinais da contra reforma agrária no campo. A princípio, não há contradição entre campesinato e

agrocombustível, a contradição que existe está na subordinação da agricultura à indústria, isto é, na produção canavieira realizada pelos setores dominantes ligados ao agronegócio. A fala de Adiel é singular nesse processo:

Eu plantei por conta esse alqueire ai, não tem nada de usina e eu passei a vender pra quem eu quiser. Se eu quiser vender para garapeiro eu vendo, se eu quiser vender para uma usina eu vendo. Até o pessoal do INCRA falou, pra quem você quiser vender sua cana, a gente autoriza. Eu não tenho nada com usina, não tenho contrato, sou livre pra fazer o que eu quiser.¹⁷

O depoimento de Adiel sinaliza que é possível produzir agrocombustíveis sem perder a condição camponesa, principalmente no que se refere à autonomia e a emancipação: “eu não tenho nada com usina, não tenho contrato, sou livre para fazer o que eu quiser”. Entretanto, é necessário assinalar que apesar da possibilidade de produzir cana às expensas, essa não é uma tarefa fácil, principalmente diante das novas exigências que o capital, na figura do Estado, impõe ao setor sucroalcooleiro no campo.

Inserido neste contexto está a introdução da lei paulista que proíbe a prática de queimadas nas colheitas de cana-de-açúcar até 2014 e, conseqüentemente, exige a mecanização do corte, o que pode inviabilizar o cultivo familiar e autônomo na presença dos canaviais. Como Tavares dos Santos (1978) demonstrou ao analisar o processo de expropriação do artesanato doméstico do vinho na década de 1930, as exigências legais colocaram os camponeses em duas alternativas possíveis: a de adequação aos equipamentos necessários pela nova legislação aprovada, ou o abandono do artesanato doméstico do vinho.

No caso da cana-de-açúcar o processo é semelhante, se o governo impõe como norma um padrão de produção com base na mecanização a todo o setor, aqueles que não tiverem condições de se adequar à composição dos novos equipamentos, deverão ou abandonar a produção da cana, ou procurar “parcerias” com as agroindústrias para produzir, mesmo que de forma subalterna.

O exemplo de Adiel mostra que não há um único processo em curso. A resistência camponesa aparece nas mais variadas formas. Nesta direção, ao observar mais detalhadamente, registram-se diversas alternativas familiares para permanecer na terra, algumas das quais contam com apoio oficial, caso dos mecanismos de escoamento da produção hortifrutigranjeira dos assentamentos promovidos pelas prefeituras locais ou da incorporação da produção assentada à merenda municipal de Araraquara, através de incentivos como o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e o Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal – PAA.

Nas duas iniciativas, parte dos alimentos é adquirida pelo governo diretamente dos agricultores familiares, prioritariamente assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e demais povos e comunidades tradicionais, para a composição da merenda escolar, no caso do PNAE, e para formação de estoques estratégicos e distribuição à população em maior vulnerabilidade social, no projeto do PAA. Assim, apesar da predominância, a cana tem dividido espaço com outros cultivos, isto é, ainda há uma diversificação na produção, mesmo que em escala reduzida.

A crise do Projeto Cana

Uma grande inquietação circula no assentamento Monte Alegre. As últimas safras de cana se aproximam e o contrato de renovação para uma nova produção ainda não foi firmado. Ao conversar com diversas famílias é notória a preocupação referente à continuidade do Projeto Cana dentro do assentamento. Da parte da maioria dos assentados,

¹⁷ Entrevista realizada com Adiel, assentado do Bela Vista do Chibarro, em dezembro de 2010.

é possível observar o desejo de permanência dessa produção, mas o projeto não depende exclusivamente deles para durar.

Ao que tudo indica as usinas não têm demonstrado interesse em renovar os contratos devido a alguns fatores. O primeiro refere-se à introdução da Lei Estadual 11.241, de 19 de setembro de 2002, que proíbe a prática da queima da palha de cana-de-açúcar em áreas mecanizáveis em São Paulo. Como a prática não pode acabar de um dia para o outro, porque demanda planejamento por parte do produtor, foi definido um prazo limite, que se encerra em 2014.

Com essa lei, o corte passa a ser obrigatoriamente mecanizado¹⁸ e, portanto, economicamente mais viável em grandes extensões de terra, já que o custo da máquina em pequenas extensões é mais elevado. Em virtude desse fator, para que se tenha uma lucratividade maior, é necessário que a máquina seja utilizada em uma área contínua, o que justifica o desinteresse das usinas na renovação dos contratos.

Seguindo essa lógica, para que o projeto continue tendo a viabilidade econômica esperada pelas usinas, é necessário que vários lotes sequenciais entrem na “parceria” e produzam cana. Lotes espalhados ou em áreas alternadas não permitirão um trabalho uniforme e sequencial do corte, o que ocasionará um aumento no custo da máquina colheitadeira. Segundo publicação do MAPA¹⁹, a mecanização do corte exige aumento dos talhões, variedades mais produtivas e adaptadas a essas condições, principalmente aquelas que não tombem com ventanias e temporais e que produzam pouca palha, facilitando o uso da colheitadeira e evitando incêndios, além de requerer terrenos pouco acidentados, com baixa declividade.

Segundo o balanço do Protocolo Agroambiental do Setor Sucroalcooleiro, divulgado em março de 2012, a mecanização das lavouras de cana-de-açúcar em São Paulo alcançou a marca de 81,3% das usinas e 24,2% dos fornecedores do Estado na safra 2011/2012. Isso representa uma área de 3,12 milhões de hectares mecanizados ou 65,2% de toda cana plantada no Estado. Ao todo, 2.890 colhedoras de cana estão em operação no Estado. Na safra passada, esse percentual era de 55,6%. Então gradativamente as usinas têm elevado seu grau de mecanização.

As usinas também têm recuado a respeito da renovação dos contratos devido aos problemas enfrentados com relação ao mutirão junto ao Ministério do Trabalho no primeiro ciclo do plantio, devido à falta de equipamentos no trato da cana.

Segundo nos relatou Jair, assentado do Monte Alegre II, os problemas gerados junto ao Ministério do Trabalho atrapalharam a imagem das usinas e, conseqüentemente, a venda de seus produtos no mercado internacional. O comentário proferido por Jair sobre o impacto da imagem da usina no resultado das vendas no mercado internacional é reflexo do processo atual de internacionalização do capital na agricultura. Trata-se de um modelo cujo modo de funcionamento global orienta-se, em grande parte, rumo a uma especialização crescente em determinadas *commodities* orientadas ao mercado externo. Esta condição confere às transnacionais do agronegócio a manipulação dos processos em todos os sistemas do complexo.

A fala de Jair revela as características do trabalho “cativo” ao qual estão inseridos os assentados nessa cadeia da agroenergia, comandada pela lógica do lucro e do mercado mundial. A absorção do trabalho dos camponeses se realiza por mecanismos diversos: fornecimento de sementes, compra da produção, plantio e colheita da cana realizada pelas usinas, e até a imposição de regras de comportamento no trabalho, características de uma empresa capitalista.

Esta nova conjuntura traz desdobramentos para as unidades de reprodução camponesa e a vida no campo. Ao associar-se com os grandes grupos usineiros, o assentado passa a executar seu trabalho de forma cada vez menos autônoma, ao passo

¹⁸ Estima-se que cada máquina substitua entre 80 e 200 trabalhadores (ÚNICA, 2000).

¹⁹ Ver Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Série Agronegócios: Cadeia Produtiva da Agroenergia. Vol.3. 2007.

que favorecer a imagem da usina no mercado mundial torna-se uma nova preocupação para ele.

Em estudo realizado por Welch e Fernandes (2008) sobre o campesinato e o agronegócio da laranja, os autores relatam que as políticas de controle maquinadas pelas processadoras criam uma forma de compreensão generalizada em que transparece o camponês como o problema do processo e, portanto, uma tendência de marginalizá-los.

Acredito que podemos transpor essa compreensão para o caso da cana na área de estudo em questão. A postura das usinas frente à renovação dos contratos sinaliza esse processo – de transferência da responsabilidade da questão para o camponês. Este fato não surpreende, pois a lógica camponesa é realmente diversa da lógica capitalista, da lógica do agronegócio. Mesmo que haja um controle extenso sobre todas as etapas do processo produtivo por parte das usinas, é de se esperar uma conflitualidade entre o modo de vida camponês e as exigências do capital internacional.

O fato é que se de um lado as usinas não têm demonstrado interesse em renovar os contratos, por outro, os assentados não perdem a esperança de renovar o plantio. O resultado dessa equação são lotes ociosos à espera de uma resolução. Nesse ínterim, alguns têm optado participar do plantio de soja para o projeto de biodiesel – programa que aparece como uma alternativa nesse período de crise. O projeto é fruto do programa criado pelo governo federal para alavancar a produção de biodiesel no país, conforme tecemos a seguir.

A iniciativa brasileira: o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel

No momento em que o agrocombustível emerge no centro do debate mundial sobre a “sustentabilidade” e o Brasil aparece como um dos países a liderar o crescimento desse setor, o governo brasileiro instituiu em 2004 o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), como ação estratégica e prioritária para o País.

Em janeiro de 2005, o governo promulgou a Lei nº 11.097, que introduz o biodiesel na matriz energética brasileira e amplia a competência administrativa da ANP, que passou, desde então, a denominar-se Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. A partir da publicação da citada lei, a ANP assumiu a atribuição de regular e fiscalizar as atividades relativas à produção, controle de qualidade, distribuição, revenda e comercialização do biodiesel e da mistura óleo diesel-biodiesel (BX).

A Lei determina ainda que “O biodiesel necessário ao atendimento dos percentuais mencionados (...) terá que ser processado, preferencialmente, a partir de matérias-primas produzidas por agricultor familiar, inclusive as resultantes de atividade extrativista” (Art. 2o, § 4o). Para efeitos do programa, o governo considera agricultor familiar àquele que atende os requisitos impostos pela Lei 11.326, de 24 de julho de 2006:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo.

Ademais, o governo considera agricultor familiar o beneficiário do Pronaf, conforme estabelecido no art. 5º do Decreto nº 3.991, de 30 de outubro de 2001, e possuidor da Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP, utilizada como instrumento de identificação do agricultor familiar para acessar políticas públicas. O termo agricultura familiar tem sido muito utilizado no discurso das políticas públicas como forma de escamotear o caráter concentrador da agricultura capitalista, na tentativa de modernizá-la. Nesta perspectiva, o termo agricultor familiar surge de forma a designar o quão os agricultores estão inseridos no

mercado - na tentativa de substituir o conceito de camponês, vinculado a lutas políticas e entendido academicamente (por uma corrente de pensamento) como associado ao atraso.

Neste sentido, quando nos referirmos ao discurso oficial do Programa de Biodiesel manteremos o termo agricultura familiar, mesmo que arbitrário, para que seu entendimento esteja em consonância com a preleção governamental.

Segundo o discurso oficial, o programa surge com o compromisso de viabilizar a produção e o uso do biodiesel no país, além de apoiar a participação dos agricultores familiares nesta produção. O grande diferencial deste programa voltado à produção dos agrocombustíveis residiria, então, no conteúdo social, que visa incorporar *“mais de quatro milhões de famílias de agricultoras e de assentados da reforma agrária na cadeia de produção do biodiesel no Brasil”* (MDA, 2011, p.6).

Neste contexto, a principal ação verificada refere-se à institucionalização do Selo Combustível Social que garante benefícios às empresas que comprarem a matéria-prima de agricultores familiares, tais como diferenciação/isenção nos tributos PIS/PASEP e COFINS; participação assegurada de 80% do biodiesel negociado nos leilões públicos da ANP; acesso às melhores condições de financiamento junto aos bancos que operam o Programa (ou outras instituições financeiras que possuam condições especiais de financiamento para projetos); além de poderem se beneficiar da imagem “socialmente responsável” em suas propagandas comerciais.

Para aquisição do Selo Social, as indústrias precisam comprovar a compra de matéria-prima da agricultura familiar de acordo com percentuais mínimos: 30% nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul, e 15% nas regiões Norte e Centro-Oeste, além de outros ajustes contratuais.

O que vamos analisar no desenrolar do texto perpassa por essa questão sobre como ocorre atualmente à integração dos camponeses na produção do biodiesel, e de que forma a proposição do governo tem se realizado na prática, sob a experiência vivenciada no assentamento Monte Alegre.

O Projeto Biodiesel no assentamento Monte Alegre

O projeto biodiesel no assentamento Monte Alegre foi introduzido pelo então prefeito de Motuca João Ricardo Fascinelli (2009 - 2012) e contou com a parceria de diversos órgãos, tais como Ministério de Desenvolvimento Agrário, Fundação de Estudos e Pesquisas Agrícolas e Florestais (FEPAF), UNESP, Instituto Inova, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Fundação Banco do Brasil e empresa Biopetro (Bio Clean Energy) e o apoio da Federação da Agricultura Familiar.

Para a viabilização do projeto, o prefeito de Motuca, João Ricardo, doou uma área para a construção de uma usina de biodiesel, e pleiteou a aquisição de R\$ 2 milhões junto ao governo federal, de forma a obter recursos para a construção da unidade industrial.

Diferentemente do Projeto Cana, os contratos para a produção das oleaginosas no assentamento Monte Alegre foram estabelecidos entre os assentados e a COOPERFASC – a cooperativa responsável por intermediar a comercialização das oleaginosas junto à empresa “parceira” do projeto. O acordo jurídico foi firmado para o período de 12 meses e estabeleceu 50% do lote como área limite para o cultivo, em concordância com a legislação do ITESP que regulamenta a produção de cana e as demais culturas para fins de processamento industrial.

Enquanto o contrato da cana é firmado por cinco anos, o do biodiesel estabelece apenas um ano de vigência, e cada cultivo permanece cerca de quatro meses na terra, com alternância de culturas. Este limite contratual de 12 meses está em consonância com as normas estabelecidas pelo MDA. Nesse caso, o cultivo da soja permite uma flexibilidade maior do que o cultivo da cana.

Se por um lado o período estabelecido pelo contrato favorece a autonomia do agricultor (principalmente no comparativo ao Projeto Cana), por outro, ela é igualmente cerceada no momento em que o agricultor aceita comercializar a sua produção única e

exclusivamente para a cooperativa, sob todas as regras da mesma, nos moldes de uma “parceria” agroindustrial, conforme o trecho:

Toda a produção colhida na área deste CONTRATO e durante a vigência do mesmo, deverá ser entregue pelo(a) AGRICULTOR(A) ASSENTADO(A) à COOPERFASC, sob pena de responder por perdas e danos e multa. Para tanto a COOPERFASC garantirá o pagamento do valor da cotação, vigente na data da colheita, referente ao Preço Médio de Mercado para o Estado de São Paulo, cotação disponível no site da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, sendo que se o valor dessa cotação for inferior ao valor do Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF), para o Estado de São Paulo, a COOPERFASC compromete-se a pagar o maior valor entre essas duas cotações. A esse valor poderão ser acrescidas bonificações, negociadas, diretamente com a COOPERFASC, durante a vigência do presente CONTRATO.²⁰

O pagamento pela matéria-prima é realizado via COOPERFASC, com base no preço médio de mercado das oleaginosas para o Estado de São Paulo na data vigente da colheita divulgados pela Conab, com resguardo do Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar – PGPAF.

Com relação à mão de obra, o contrato menciona que para a execução do trabalho braçal, o agricultor deve utilizar exclusivamente a força de trabalho familiar, o que reforça que não deve haver contratação, nem auxílio de pessoas que estejam fora da composição da força de trabalho do referido lote.

Este fato inviabiliza as práticas de ajuda mútua presentes nas unidades de produção camponesa como o mutirão e as trocas de dias de trabalho entre os moradores do Monte Alegre. Como já mencionamos anteriormente, o mutirão não é regulamentado pelas leis trabalhistas, pois não corresponde a um trabalho subordinado. Entretanto, ele vem sendo suprimido pela normatização do trabalho do universo empresarial. Quando se formam associações entre camponeses e indústria a tendência é a indústria comandar o processo produtivo, e inclusive as relações de trabalho permeadas por ele. Práticas como o mutirão não se encaixam na lógica industrial e por isso enfrentam obstáculos em sua realização.

Então à semelhança do Projeto Cana, o assentado também tem que seguir o “receituário” conduzido pela cooperativa para a produção das oleaginosas. Na prática, ele pouco utiliza a mão de obra familiar, uma vez que o processo de plantio e colheita das culturas para biodiesel é mecanizado e, portanto, realizado pela cooperativa.

Ao que parece, o assentado participa como coadjuvante do processo produtivo, ele mais observa e acompanha o trabalho que é feito no lote do que realiza as tarefas propriamente ditas. Então a princípio a produção de matérias-primas para biodiesel também não favorece o trabalho familiar, tão caracterizadora do trabalho camponês e fundamental para a permanência dos assentamentos. Segundo destaca Moura (1986), o trabalho familiar caracteriza o vínculo social do camponês com a terra. A família camponesa se envolve nas diversas tarefas produtivas, visando à reprodução física e social desse grupo de pessoas.

Embora a cooperativa funcione juridicamente como propriedade dos associados, ela aparece como instituição que segue as determinações da reprodução ampliada do capital, isto é, os padrões de produtividade são ditados pela unidade industrial a ela vinculada. Ao delegarem as principais tarefas à cooperativa, os assentados transferem boa parcela da renda obtida com as oleaginosas para a cooperativa e para a indústria que comercializa a matéria-prima. Em posse dos mecanismos que regem o desenvolvimento do projeto biodiesel no assentamento, passamos às experiências de fato.

²⁰ Cláusula do Compromisso Particular de Plantio, Cultivo e Fornecimento de Oleaginosas na Safra de Verão 2012/2013, firmado entre a COOPERFASC e os assentados do Monte Alegre.

As primeiras experiências de produção

As primeiras tentativas do cultivo das oleaginosas no assentamento Monte Alegre para a produção de agrocombustíveis foi realizado em “parceria” com a empresa Bio Clean Energy, que após não conseguir obter o Selo Combustível Social, abandonou o projeto. A produção, dessa forma, ficou aquém do esperado.

Na sequência, um novo contrato foi fixado no final de 2011 com a empresa Granol²¹, uma empresa brasileira fundada em 1965, cuja inserção no mercado de biodiesel começou em 2006. A Granol possui duas usinas de biodiesel, localizadas em Anápolis (GO) e Cachoeira do Sul (RS) e é detentora do Selo Combustível Social.

A Granol foi a maior produtora de biodiesel do país no ano de 2011, seguida pela Caramuru, Oleoplan e pela Petrobras Biodiesel. Juntas, as quatro primeiras empresas em produção de biodiesel responderam por 40% de toda a produção nacional. Nesse mesmo ano, 12 grandes empresas de capital nacional e internacional, foram responsáveis por 80,8% da produção nacional de biodiesel (SANTOS; SUZUKI, 2012).

Esses dados revelam que a produção de biodiesel está concentrada nas mãos de um número seletivo de empresas, do qual a Granol ocupa posição de destaque. Nesse sentido, vale a reflexão de Santos e Suzuki (2012):

(...) na teoria, o Programa é colocado como fruto de uma política pública voltada para a soberania energética e para o desenvolvimento social, sendo que, na prática, vem se revelando como um conjunto de ações que estão gerando muito mais oportunidades para a territorialização concentrada do capital no campo e na produção industrial (SANTOS; SUZUKI, 2012, p. 56).

A Granol possui contrato com diversos agricultores da região, e fez pela primeira vez um arranjo com camponeses de assentamentos rurais, em busca de ampliar o volume de soja e garantir a manutenção do Selo Social.

Os primeiros cultivos dos assentados em “parceria” com a Granol foram realizados com culturas de girassol e soja. A produção ficou aquém do esperado e o fator climático foi tido como o grande responsável. Nesse contexto, poucas famílias obtiveram rentabilidade com a produção. Outras, não conseguiram pagar nem o custo da produção. As famílias cujo resultado da produção foi negativo, isto é, aquelas cuja produção foi insuficiente para pagar os custos do plantio, não entraram em dívidas, uma vez que a cooperativa assumiu o ônus do processo.

Todavia, é possível notar uma grande insatisfação por parte dos assentados em relação aos primeiros resultados do projeto de biodiesel. Apenas algumas famílias compartilham da opinião de que mesmo sem a obtenção de um rendimento expressivo, o projeto é vantajoso em decorrência do investimento realizado na preparação do solo. O não endividamento dos agricultores também foi apontado como um ponto positivo do trabalho da cooperativa junto às comunidades.

Mesmo com resultados pouco expressivos, a cooperativa e a prefeitura de Motuca ainda acreditam na viabilidade do projeto. Dessa forma, as entidades já renovaram contrato com a Granol, e os novos experimentos serão realizados com soja e nabo forrageiro²². Atualmente há um estudo em andamento para verificar quantas e quais são as famílias interessadas em participar do próximo ciclo do plantio.

Como o recurso do governo federal para a construção da usina dos assentados permanece incerto, os idealizadores do projeto biodiesel também estão pleiteando a verba de R\$ 800.000 junto ao Programa Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável Micro

²¹ A Granol dedica-se à produção e comercialização de grãos, farelos, óleos vegetais e biodiesel para o mercado interno e externo. Disponível em: <http://www.granol.com.br>. Acesso: agosto de 2012.

²² O nabo forrageiro, *Raphanus sativus* L., é uma planta da família das crucíferas, antiga espécie usada na produção de óleo, adubação verde no inverno, rotação de culturas e alimentação animal. O corte é feito 120 dias após o plantio. Disponível em: <http://www.biodieselbr.com/plantas/nabo-forrageiro/nabo-forrageiro.htm>. Acesso: junho de 2012.

Bacias II, do Governo do Estado de São Paulo, com financiamento parcial do Banco Mundial, a ser executado pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento, por intermédio da CATI, e da Secretaria do Meio Ambiente, por intermédio da Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais (CBRN).

Com a quantia, a prefeitura de Motuca pretende construir uma esmagadora de oleaginosas, cujo produto é o farelo – uma das primeiras etapas industriais para a produção do biodiesel. É uma forma de agregar valor à produção, já que os grãos ao invés de serem entregues in natura serão vendidos na forma de farelo.

Nesta perspectiva, busca-se uma inserção mais significativa dos camponeses na produção da agroenergia, uma vez que, da forma como o Programa de Biodiesel está estruturado, os camponeses participam do projeto apenas na etapa de fornecimento de matéria-prima para as indústrias de biodiesel – não diferindo muito das formas tradicionais de subordinação do capital sobre a agricultura. Para que a atividade se torne mais rentável, é preciso também esmagar o grão para vender o óleo e aproveitar os subprodutos do processamento para adubação e alimentação animal.

A grande questão que se coloca é exatamente esta: os camponeses estarão condicionados a serem somente fornecedores de matérias-primas na produção do biodiesel, ou também poderão se beneficiar dos ganhos advindos da etapa agroindustrial?

Apesar da construção de unidades industriais de produção de biodiesel, a serem geridas por agricultores de pequeno porte, constar no regulamento do PNPB, ainda não é possível verificar a materialização desse processo a partir dos recursos governamentais.

Considerações Finais

Analisamos na exposição precedente como tem se realizado a reprodução do campesinato brasileiro frente aos novos desafios impostos pela internacionalização do capital na agricultura e, conseqüentemente, pelo avanço do agronegócio no campo, sob o imperativo dos agrocombustíveis. Se de um lado a agroenergia é celebrada sob o discurso da “sustentabilidade”, por outro, ela deve ser compreendida, parafraseando Houtart (2010), como uma das saídas da crise para o capital.

Nesse contexto, a elevação dos preços do petróleo, a tecnologia dos motores *flex fuel* e a adoção de diretrizes pela União Europeia em prol da redução das emissões de gases de efeito estufa, entre outros, fizeram com que os agrocombustíveis se tornassem uma importante moeda de negociação no mercado internacional. Com a experiência adquirida no Proálcool e o lançamento do Programa de Biodiesel a nível federal, o Brasil é colocado na vanguarda da produção de agrocombustíveis no mundo.

Nessa perspectiva, há um movimento de transformação do alimento em energia que coloca principalmente a América Latina e a África como centro da exploração agrícola – processo conduzido por empresas transnacionais oriundas de diversos países majoritariamente europeus.

A aposta do governo brasileiro no projeto do agrocombustível, isto é, no crescimento desse setor estratégico, operacionalizado via agronegócio, é sinalizada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento através de publicação sobre as Projeções do Agronegócio 2011/2012 a 2021/2022. De acordo com os planos do governo, as matérias-primas do agrocombustível são praticamente as únicas culturas que crescerão nas terras brasileiras durante os próximos anos.

Outra característica marcante desse arranque da agroenergia é a concentração de capitais sem precedentes, reflexo da internacionalização do setor. Esse processo é sinalizado pelo crescimento das grandes transnacionais face à ruína das usinas geridas por relações familiares.

A estratégia desses grupos para expandir seus domínios sobre terras de terceiros se pauta, sobretudo, sobre os processos de territorialização e monopolização do território. Como analisamos no decorrer do trabalho, a territorialização é inerente à reprodução do capital sucroalcooleiro, que precisa manter uma parcela considerável de terras próprias, de

forma a proteger-se das oscilações do mercado, além do fato de que esse processo favorece a obtenção de ganhos em todas as esferas.

No entanto, como nem sempre é viável e possível ao capitalista imobilizar dinheiro na aquisição fundiária, surgem outras estratégias para sujeitar a renda que se dá na terra, cujo reflexo é verificado na expansão do setor em áreas de reforma agrária. Nesta perspectiva, há um adensamento da produção de matéria-prima no menor raio de distância da unidade produtora, de modo a reduzir os custos de transporte neste elo produtivo, que garante a formação da renda diferencial. Logo, a usina tende a pressionar as áreas vizinhas, de forma a transformar tudo em canavial.

Frente a este contexto de internacionalização da agricultura e a decorrente expansão dos agrocombustíveis, nos empenhamos em desvendar o papel dos camponeses nesse processo, haja vista a perspectiva de que a produção da agroenergia poderia indicar uma alternativa de renda aos camponeses e favorecer a inclusão no campo.

Essa proposição foi sinalizada nas ações governamentais expressas no Programa de Biodiesel lançado em 2004. Inspirado no Proálcool dos anos 1970, o novo programa agroenergético indicaria um novo conteúdo: a tentativa de transformar o agricultor de pequeno porte no principal beneficiário e ator econômico do projeto, diferentemente do Proálcool que foi voltado para o grande empresariado do setor sucroalcooleiro, transformando-se em um dos grandes ícones do agronegócio no País.

Entretanto, fundamentado na experiência vivenciada pelos moradores do assentamento Monte Alegre, constatamos que o território camponês tem majoritariamente se transformado em espaço de produção da agroenergia sob fortes mecanismos de subordinação, que os alijam de atuarem como protagonistas nesse processo, tanto no que diz respeito à produção de cana-de-açúcar para fabricação do etanol, quanto ao que concerne às oleaginosas para a produção de biodiesel, com algumas diferenças entre ambas - assinaladas adiante.

Com relação à primeira, cabe destacar que para viabilizar a expansão do domínio das usinas de cana em áreas de assentamentos rurais foi utilizado o termo parceria, embora o processo tenha ocorrido à semelhança de um arrendamento. A princípio, os assentados eram responsáveis pela realização de todas as etapas do processo produtivo, desde o plantio até o corte, que era realizado através da prática do mutirão. Todavia, o processo foi alterado ao longo do tempo e restou ao assentado apenas a realização dos tratos culturais, isto é, sua tarefa se resume hoje ao controle das formigas e ervas daninha. Logo, é a lógica da agricultura capitalista que passa a comandar o cultivo da cana-de-açúcar no assentamento Monte Alegre, subordinando o trabalho camponês e drenando consigo boa parcela da renda e do lucro gerados nesses espaços.

Como demonstramos ao longo do texto, a cana-de-açúcar através das “parcerias” agroindustriais representou um obstáculo à autonomia camponesa, à socialização do camponês no interior do processo produtivo e também uma ameaça à continuidade da força de trabalho familiar, já que é excludente de mão de obra. Entretanto, esse processo ocorreu de forma dialética, pois ao mesmo tempo em que a atividade canavieira representou um empecilho ao campesinato, ela favoreceu sua resistência contraditória, haja vista que a maioria dos assentados procurou reafirmar sua condição camponesa na realização de outros cultivos na outra metade do lote, antes estagnados por falta de recursos.

Se por um lado o capital cria os liames para a dependência do camponês via endividamento, ele também transforma essa fragilidade em novos mecanismos de produção de capital através da introdução de projetos de “integração” que subordinam ainda mais a produção no campo. Diante da subalternidade engendrada por essas relações, o camponês do assentamento Monte Alegre tem sofrido com a indefinição das usinas em relação à renovação dos contratos para o plantio de cana. Esse fato acirra ainda mais os níveis de subalternidade aos quais estão inseridos os camponeses nessa cadeia agroenergética.

Esta relação, pautada por mecanismos de subordinação, revela a faceta perversa da expansão do agronegócio no campo sobre áreas de produção camponesa. As usinas visam à acumulação desenfreada do capital, em cujas ações se pautam pela mercantilização das relações sociais.

As usinas têm recuado a respeito da renovação dos contratos devido a alguns fatores como a introdução da Lei Estadual 11.241, de 19 de setembro de 2002, que proíbe a prática da queima da palha de cana-de-açúcar e impõe, conseqüentemente, a mecanização da colheita e também devido aos problemas enfrentados junto ao Ministério do Trabalho no primeiro ciclo do plantio, desencadeados pela falta de equipamentos no trato da cana, contratação de pessoas sem registro, etc. Diante do processo de internacionalização do capital na agricultura, os problemas trabalhistas podem impactar negativamente nas operações das empresas no mercado internacional e esta preocupação passa a ser compartilhada pelos camponeses do Monte Alegre.

Esse processo é emblemático para compreendermos de que forma a mundialização do capital interfere nas práticas locais camponesas. Cabe destacar que nesse processo as usinas tendem a transferir a responsabilidade da não renovação dos contratos aos camponeses. Este fato não surpreende, pois a lógica camponesa é realmente diversa da lógica capitalista, da lógica do agronegócio. Mesmo que haja um controle extenso sobre todas as etapas do processo produtivo por parte das usinas, é de se esperar uma conflitualidade entre o modo de vida camponês e as exigências do capital internacional.

No que se refere ao Projeto de Biodiesel, acompanhamos as primeiras experiências do cultivo das oleaginosas no intuito de analisar de que forma a proposição do governo, através do Programa de Biodiesel, tem se realizado na prática, isto é, como tem ocorrido atualmente a integração dos camponeses na produção dos agrocombustíveis e sua conseqüente reprodução.

À semelhança do Projeto Cana, o assentado também tem que seguir o “receituário” conduzido nesse caso por uma cooperativa para a produção das oleaginosas. Ao atrelar a venda de suas produções a essas indústrias, o campesinato fica sujeito ao capital, sem que seja expulso da terra, isto é, o capital monopoliza o território sem se territorializar.

Nesse processo, o assentado pouco utiliza a mão de obra familiar, uma vez que o processo de plantio e colheita das culturas para biodiesel é mecanizado e, portanto, realizado por funcionários da cooperativa, via trabalho assalariado. Nesse caso ocorre à supressão do trabalho na unidade de produção camponesa e, conseqüentemente, a transferência da renda e do lucro gerados por essa atividade para o capital industrial e comercial. Como demonstramos através da experiência do assentamento Monte Alegre, os agricultores estão susceptíveis a tornarem-se reféns das empresas.

Se por um lado o projeto de biodiesel não favorece o trabalho camponês e nem a autonomia sobre as etapas do processo produtivo, por outro ele proporciona mais flexibilidade sobre o período do plantio. Enquanto o contrato da cana é firmado por cinco anos, o do biodiesel estabelece apenas um ano de vigência, e cada cultivo permanece cerca de quatro meses na terra, com alternância de culturas.

Também vimos que a inserção mais significativa dos camponeses na produção da agroenergia, expressa pela construção de suas próprias unidades industriais, tem um caminho árduo pela frente. Até o presente momento, os camponeses do Monte Alegre têm participado apenas da etapa de fornecimento de matéria-prima para as indústrias de biodiesel – não diferindo muito das formas tradicionais de subordinação do capital sobre a agricultura.

É preciso destacar também que o biodiesel está tomando caminho semelhante ao etanol, uma vez que 94% de toda a matéria-prima detentora do selo social adquirida pelas empresas para a produção de biodiesel é proveniente da soja, tradicionalmente cultivada em sistema de monocultura do agronegócio, embora haja um direcionamento em torno da diversificação das matérias-primas para biodiesel, a exemplo do próprio assentamento Monte Alegre que tem combinado a produção de soja com os cultivos de crame e girassol.

Se de um lado o Programa de Biodiesel mostra um vasto potencial para a promoção de alternativas de renda e inclusão no campo, por outro, ainda não é possível visualizar a concretização dessa perspectiva. O imperativo da soja, a concentração da produção de biodiesel nas mãos de um grupo seleto de empresas e a subordinação dos camponeses frente às usinas de biodiesel parece transpor um abismo entre as premissas do Programa e a prática vivenciada.

Referências

AMARAL, D. T.; FERRANTE, V. L. S. B. Assentamento rurais e desenvolvimento local: produção comercial de cana em parcerias com a agroindústria. *In: Raízes*. Vol. 26, Nºs 1 e 2, Jan-Dez, 2007.

BOMBARDI, L.M. Impactos da Expansão da Cana no Estado de São Paulo. *In: Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos*, Porto Alegre, 2010.

CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento). **Acompanhamento de safra brasileira: cana-de-açúcar, primeiro levantamento, abril/2012**. Brasília: Conab, 2012.

CONFEDERAÇÃO da Agricultura e Pecuária do Brasil. **Cana-de-açúcar: orientações para o setor canavieiro**. Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil; Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Brasília: CNA/SENAR, 2007.

FABRINI, J. E. O campesinato frente à expansão do agronegócio e do agrocombustível. *In: SAQUE, M. A e SANTOS, R. A. (org). Geografia Agrária, território e desenvolvimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FERRANTE, V. L. S. B. Os herdeiros da modernização: grilhões e lutas dos boias-frias. *In: Revista São Paulo em Perspectiva*, v. 8, n. 3, jun-set. São Paulo: Fundação Seade, 1994.

_____. Assentamentos rurais no território da cana: controvérsias em cena. *In: Revista Nera*, Ano 10, nº 11, 2007.

_____; ALMEIDA, L. M. M. C. Assentamentos rurais como celeiros da cana. Por onde caminha a reforma agrária? *In: Ruris*, Vol. 3, nº 1, 2009.

HOUTART, F. **A agroenergia: solução para o clima ou saída da crise para o capital?** Petrópolis: Vozes, 2010.

MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) **Projeções do Agronegócio 2011/2012 a 2021/2022** – Assessoria de Gestão Estratégica. Brasília: AGE/MAPA, Embrapa, 2012.

MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) **Série Agronegócios: Cadeia Produtiva da Agroenergia**. Brasília, 2007. Vol. 3.

MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário). **Cartilha do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel**. Brasília-DF, 2011. Disponível em: http://www.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/biodiesel/arquivos-2011/Biodiesel_Book_final_Low_Completo.pdf. Acesso: Agosto de 2012.

MME (Ministério de Minas e Energia). **Plano Nacional de Energia 2030**. Colaboração Empresa de Pesquisa Energética. Brasília: MME: EPE, 2007.

MOURA, M. M. **Camponeses**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

OLIVEIRA, A. U. Agricultura e Indústria no Brasil. *In: Boletim Paulista de Geografia*, nº 58, São Paulo: AGB, 1981.

_____. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1990.

_____. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. *In: Novos caminhos da geografia*. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 2007.

PASSOS, D. H. P. **A territorialização camponesa em Santa Bárbara D'Oeste – SP: o bairro rural Santo Antonio do Sapezeiro**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2011.

PAULINO, E. T.; ALMEIDA, R. A. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PORTARIA ITESP – 75, de 24-10-2002 – Diário Oficial do Estado – Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”, 2002.

PORTARIA ITESP – 77, de 2004 – Diário Oficial do Estado – Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”, 2004.

SANTOS, J. A. L. SUZUKI, J. C. Territorialização do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel e concentração de capital no Brasil. In: **Revista Agrária**, São Paulo, n.13, 2012.

STETTER, E. A. A trajetória da cana no assentamento Monte Alegre. In: FERRANTE, V. L. S. B. (org) **Retratos de Assentamentos**, nº 09. UNIARA/UNESP, 2004.

SANTOS, J. V. T. **Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo: Hucitec, 1978.

XAVIER, C. V.; PITTA, F. T.; MENDONÇA, M. L. Monopólio na produção de etanol no Brasil: a fusão Cosan-Shell. In: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos (Org.). **Direitos Humanos no Brasil 2011 - Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos**: Expressão Popular, 2011.

WELCH, Clifford Andrew; FERNANDES, Bernardo Mançano. Agricultura e mercado: campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: PAULINO, Eliane Tomiasi. FABRINI, José Edmilson. (org). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de pós-graduação em geografia. 2008.

Recebido para publicação em 15 de Fevereiro de 2013

Aceito para publicação em 22 de Junho de 2013

Los tres campos en la cuestión agraria en Uruguay¹

Gabriel Oyhantçabal

Ingeniero Agrónomo, maestrando en Ciencias Agrarias pela Universidad de la República
Docente del Servicio Central de Extensión y Actividades en el Medio
Universidad de la República (UdelaR), Uruguay
e-mail: gaboyha@gmail.com

Resumen

Este artículo analiza la expansión territorial de los agronegocios en Uruguay en las últimas décadas en base a dos tesis: la primera sostiene que Uruguay asiste a un proceso de avance del territorio del agronegocio que al expandirse subordina territorios campesinos y del capital local configurando tres campos en la cuestión agraria actual: el territorio del agronegocio, el territorio del capital local monopolizado y/o articulado por el agronegocio, y el territorio del campesinado monopolizado por el agronegocio; la segunda tesis afirma que estos tres campos son resultado tanto de la expansión del capital a nivel mundial como de las políticas públicas del Estado uruguayo fundamentadas por la variante de la agricultura familiar del paradigma del capitalismo agrario.

Palabras-clave: agronegocio, campesinado, territorio, cuestión agraria, Uruguay.

Resumo

Os três campos na questão agrária Uruguiaia

Este artigo analisa a expansão territorial do agronegócio no Uruguai nas últimas décadas, tendo como base duas teses: a primeira é que o Uruguai participa de um processo de avanço do território do agronegócio que subordina territórios camponeses e do capital local formando os três campos da questão agrária atual: o território do agronegócio, o território do capital local monopolizado e/ou articulada ao agronegócio, e o território do campesinato monopolizado pelo agronegócio; a segunda tese é que estes três campos são resultados tanto da expansão mundial do capital como das políticas públicas do Estado uruguio que são fundamentadas pela variante da agricultura familiar do paradigma do capitalismo agrário.

Palavras-chave: agronegócio, campesinato, território, questão agrária, Uruguai.

Abstract

Three fields in the agrarian question in Uruguay

This article analyzes the territorial expansion of agribusiness in Uruguay in the last decades based on two thesis: the first is that the expansion of agribusiness has subordinated peasants territories and local capitalists territories producing three fields on the current agrarian question: the agribusiness territory, the local capitalists territory monopolized or articulated by the agribusiness territory, and the peasants territory monopolized by the agribusiness territory; the second thesis states that these three fields are result of the expansion of global capital and the public policies of the Uruguayan state based on the family

¹ Artículo producido en el marco del Projeto CAPES/PFG 014/2011 – UNESP/UEDELAR, “Questão agrária e desenvolvimento territorial rural no Brasil e Uruguai”.

farming variant of the agrarian capitalism paradigm.

Keywords: agribusiness, peasants, territory, agrarian question, Uruguay.

Introducción

En las últimas dos décadas se ha producido en Uruguay una fuerte expansión del modelo del agronegocio producto de la expansión y profundización de las relaciones sociales capitalistas en el sector agroindustrial, al impulso de grandes empresas transnacionales que se ubican en todas las fases de los complejos productivos del sector agropecuario. Esta expansión se sustenta en un flujo permanente de capitales hacia el sector agrícola, provenientes del ámbito financiero internacional. Los cultivos más dinámicos, que le han ganado hectáreas y protagonismo en las exportaciones a la ganadería, han sido la forestación y la soja, ambos destinados totalmente a la exportación y en manos de mega-empresas transregionales y transnacionales.

Estas transformaciones en el sector agropecuario uruguayo provocaron importantes transformaciones territoriales. Es por eso que este artículo nos focalizamos en el análisis de la expansión de los agronegocios haciendo especial énfasis en sus implicancias territoriales, intentando dar cuenta de las formas que han adoptado las relaciones de producción capitalistas en el territorio, sea como territorialización del capital y/o como monopolización del territorio (OLIVEIRA, 2004).

En el desarrollo del artículo defendemos dos tesis. La primera es que Uruguay asiste a un proceso de avance y consolidación del territorio del agronegocio que, al tiempo que se expande, subordina territorios campesinos y del capital local, configurando los tres campos de la cuestión agraria en Uruguay: el territorio del agronegocio, el territorio del capital local monopolizado y/o articulado por el agronegocio, y el territorio del campesinado monopolizado por el agronegocio. La segunda tesis sostiene que este proceso es resultado tanto de factores “externos” como de las propias opciones políticas e ideológicas de los gobernantes que desde el Estado fundamentan su accionar en la variante de la agricultura familiar, o “progresista”, del paradigma del capitalismo agrario (FELICIO, 2011).

El trabajo se organiza en cuatro apartados: (1) realizamos una breve aproximación conceptual a la categoría de territorio a partir de los aportes de Bernardo Mançano Fernandes; (2) caracterizamos el proceso de expansión del agronegocio en Uruguay y la configuración de los tres campos de la cuestión agraria; (3) analizamos las características de la política gubernamental que consolida el desarrollo de estos tres campos; y (4) finalizamos con una síntesis.

Aproximación conceptual al territorio

Fernandes (2009) siguiendo a Raffestin define al territorio como una construcción humana realizada a partir del espacio geográfico, de forma que el espacio es anterior al territorio. Este autor sostiene que los “abordajes territoriales” predominantes se centran en la dimensión económica y/o social del territorio, concebido este como *espacio de gobernanza*, e ignorando las conflictividades territoriales del “territorio”. Esta concepción reduccionista desconoce los diferentes territorios existentes al interior de los espacios de gobernanza. En este sentido es que también existen disputas de *territorios inmateriales* (FERNANDES, 2010), ya que los territorios no son sólo materiales, que expresan las pugnas entre diferentes concepciones ideológicas/teóricas/paradigmáticas sobre el territorio, en función de las intencionalidades² diferentes e incluso antagónicas, que se suelen mover en torno a

² Definimos intencionalidad como las decisiones históricas y políticas de los sujetos que determinan la dirección de sus pensamientos para comprender la realidad en función de determinada clase o segmento/estamento social (SEARLE, citado por FERNANDES, 2010).

la contradicción entre la legitimación o la superación del orden societal capitalista. Así, la disputa de territorios inmateriales se relaciona con el control del proceso de construcción de conocimiento y también con la viabilización o no de políticas públicas.

La concepción de Fernandes (2009) enfatiza en que la categoría territorio debe partir de su propiedad “más inestimable”: las relaciones de poder y la soberanía, entendida esta como una propiedad exclusiva de todos los tipos de territorios, que siempre se expresa como disputas territoriales. En este sentido la conflictividad (disputa) es concebida como el conjunto de conflictos que produce territorio y por tanto es inseparable de la lucha por el territorio en sus diferentes dimensiones: económica, política, ideológica. La conflictividad supone entonces un enfrentamiento dinamizado por las contradicciones y desigualdades típicas de una sociedad dividida en clases. Estas consideraciones llevan a Fernandes (2009) a proponer una concepción de territorio basada en cuatro atributos centrales: multidimensionalidad, totalidad, soberanía y multiescalaridad, que luego (FERNANDES, 2010) ampliará también a la pluriescalaridad, intencionalidad y conflictualidad. Este abordaje considera, a diferencia de otros, los distintos territorios dentro del territorio, lo que nos lleva a la noción de multiterritorialidad.

Siguiendo la tipología de Fernandes (2009; 2010) que considera diferentes escalas territoriales para referir al primer, segundo y tercer territorio, para el análisis de las disputas territoriales entre clases sociales es necesario dar cuenta de la multiterritorialidad. Este abordaje intenta entender cómo las clases sociales en conflicto producen diferentes territorios, superando la comprensión del territorio exclusivamente como espacio de gobernanza armónico.

El **primer territorio** refiere justamente a los espacios de gobernanza en sus diferentes escalas: nacional, regional, provincial, municipal etc. Son territorios fijos pero no son el “único” territorio, ya que en él se despliegan los otros territorios producidos por las relaciones entre las clases sociales. El **segundo territorio** se define por los diferentes tipos de propiedad: individual y colectiva; capitalista y no capitalista. Puede ser continuo o discontinuo, pertenecer a individuos, colectivos o instituciones. Es una fracción del primer territorio pero es producido por relaciones sociales diferentes, que expresan las disputas territoriales, las conflictualidades entre las clases sociales por la desterritorialización o por el control de las formas de uso y de acceso a los territorios (FERNANDES, 2010). En este sentido es que las clases sociales también producen su territorio, y no se pueden definir solamente por las relaciones sociales de producción. Por último el **tercer territorio** refiere al espacio relacional de las conflictualidades entre las clases sociales, la sociedad y el Estado, y por tanto reúne todos los tipos de territorios. Se relaciona con las formas de uso del territorio y por tanto con sus territorialidades.

Territorios en disputa: agronegocio y campesinado

Un caso concreto de disputa a nivel del segundo territorio es el enfrentamiento entre el territorio del agronegocio y del campesinado. Fernandes (2010) nos advierte que las disputas territoriales son diferentes entre el campo y la ciudad. En las ciudades donde predomina el trabajo asalariado los territorios de los trabajadores son sus hogares, mientras que los lugares de trabajo son predominantemente territorios del capital. De modo que los conflictos entre trabajadores y capitalistas no son necesariamente disputas territoriales sino conflictos por la riqueza producida por el trabajo. Asimismo en las ciudades los movimientos socioterritoriales generalmente luchan por la vivienda.

Por el contrario, en el campo los campesinos combinan la unidad de reproducción (de vida) con la de producción (de trabajo) en un mismo territorio, por lo que los conflictos con el capital están centrados en la disputa por el territorio ya que en estos se realiza la vida y el trabajo de los campesinos. Como una clase social no se realiza en el territorio de otra clase, los territorios del agronegocio y de los campesinos son diferentes: el agronegocio organiza el territorio para la producción de mercancías, para la valorización del capital, mientras que los campesinos organizan el territorio para la vida, para su existencia. Estos

son los “dos campos” en disputa de la cuestión agraria actual (FERNANDES, 2007). En esta disputa de diferentes formas de propiedad por el territorio nacional (primer territorio), ambas clases luchan por territorializarse y tienen por tanto intereses antagónicos a la hora de producir territorio, lo que configura modelos opuestos de desarrollo.

El capital en su proceso de territorialización desplaza relaciones no-capitalistas (campesinos o indígenas por ejemplo) en lo que Harvey (2003) denomina acumulación por desposesión (la acumulación originaria de Marx contemporánea). Y en este proceso el rol del Estado es clave ya que genera leyes y políticas que benefician a las empresas capitalistas nacionales y transnacionales, las que van desde subsidios económicos y políticas macro-económicas hasta la represión directa. Fernandes (2009) sostiene que esta realidad genera e intensifica las desigualdades sociales por medio de la exclusión y expropiación territorial, sumada al control social de la mayor parte de la población rural, la precarización de las relaciones de trabajo, el desempleo estructural y la destrucción de territorios campesinos e indígenas.

Estamos por tanto antes dos territorios distintos que para expandirse precisan destruirse mutuamente. El territorio capitalista se territorializa destruyendo territorios campesinos (o indígenas) o apropiándose de territorios del Estado, mientras que los territorios campesinos se territorializan destruyendo territorio del capital, o incluso territorio indígena, o apropiándose de territorios del Estado. Pero el capital tiene el poder de territorializarse más rápido por las desigualdades generadas por el propio modo de producción capitalista, de forma que la territorialización del campesinado ocurre sobre todo por medio de la lucha popular y las políticas públicas (reforma agraria por ejemplo).

Sin embargo el capital no sólo se expande organizando territorios para la exportación de mercancías, sino que también funcionaliza territorios no-capitalistas en su estrategia de valorización del capital, subordinando territorios campesinos a través de la tercerización de la producción (o integración) y/o la expropiación a través de la verticalización de la producción (FERNANDES, 2009). Es lo que Oliveira (2004) denomina **monopolización del territorio por el capital**, y que se explica por el carácter contradictorio y combinado del desarrollo capitalista, que al mismo tiempo reproduce tanto relaciones capitalistas como no-capitalistas³. En esta modalidad el capital no se territorializa, sino que monopoliza el territorio y por tanto crea, recrea y redefine relaciones de producción no-capitalistas (campesinas). Son estos los que producen la materia prima para la industria, la que a través de formas de subsunción híbrida o indirecta del trabajo al capital, se apropia de la renta de la tierra y produce capital (OLIVEIRA, 2004). Esta lectura rompe con el enfoque lineal que asume como un hecho que el desarrollo de las fuerzas productivas culminará en la polarización absoluta entre capital y fuerza de trabajo (PAULINO, 2006). Esta perspectiva que parte de Marx concibe las leyes sociales como *leyes de tendencia* históricamente determinadas, y no como leyes universales que se cumplen inexorablemente al estilo de las ciencias naturales. De esta forma la ley de tendencia de la diferenciación social es antes que nada teórica/abstracta, y su desarrollo está sujeto a las múltiples determinaciones del concreto real, donde entran en juego las contratendencias que genera el propio el capital, el Estado y las clases subalternas en lucha.

De este movimiento combinado y contradictorio del capital, que tanto se territorializa como monopoliza el territorio, surgen las estrategias para la reproducción del capital: en el primer caso se trata de la ampliación del plusvalor absoluto y relativo, mientras que en el

³ Esta interpretación parte de la caracterización del capitalismo realizada por Rosa Luxemburgo. La base material que explica el proceso de reproducción de las relaciones de producción no-capitalistas por el capital se explica porque con este mecanismo el capital aprovecha al máximo la fuerza de trabajo de la familia que no interrumpe las tareas ni a lo largo del día ni durante todo el proceso productivo. El régimen de trabajo familiar permite superar las trabas que impone la división temporal del trabajo típica de la agricultura, regida por ciclos biológicos que hacen que el tiempo de la producción sea el tiempo de la naturaleza, siendo que de utilizar trabajo asalariado habría horas de no-trabajo pagas. El capital obtiene así trabajadores a tiempo completo a lo largo de todo el ciclo productivo, que además tienen un compromiso creado con el resultado de la producción porque de este dependen sus ingresos, dado que el trabajo campesino presenta una temporalidad que se aproxima a la temporalidad de la naturaleza, de forma que las actividades productivas se realizan según el tiempo de la reproducción social y no el de la reproducción del capital (PAULINO, 2006).

segundo caso la estrategia se centrará en la subordinación de los campesinos a través de la reducción del precio pagado por las materias primas que ellos producen⁴, el financiamiento de la producción, la supervisión técnica para imponer normas de producción, etc. (PAULINO, 2006).

Según Fernandes (2009) este proceso de desarrollo combinado y contradictorio configura tres grandes tipos de paisajes en el campo: (1) el **territorio del agronegocio** caracterizado por la gran escala, la homogeneización, el vaciamiento del campo y el monocultivo; (2) el **territorio campesino** caracterizado por la pequeña escala, la heterogeneidad, la radicación en el campo y el policultivo; y (3) el **territorio campesino monopolizado por los agronegocios**, donde los campesinos siguen produciendo y viviendo en el campo pero subordinados al gran capital.

Disputas inmateriales

Pero como antes mencionamos las disputas territoriales no son sólo materiales, también son inmateriales, es decir, la producción de teoría e ideología para explicar la realidad también expresa conflictos de clase para la legitimación o superación del status quo. En este sentido es que Fernandes (2009) identifica en los estudios sobre el desarrollo territorial rural dos grandes tendencias: el Paradigma del **Capitalismo Agrario** y el Paradigma de la **Cuestión Agraria**, ambos con concepciones diferentes de territorio⁵.

Para el Paradigma del Capitalismo Agrario, desarrollado en Brasil a partir de la tesis doctoral de Ricardo Abramovay, pero que luego fuera adoptado en todo el Mercosur y por organismos multilaterales como la FAO, de lo que se trata es de “mejorar” el capitalismo con más capitalismo. Por más que analicen las desigualdades sociales, no estudian los conflictos territoriales entre clases sociales. Por esto es que su concepto de territorio es mucho más próximo al concepto espacio y región, es el territorio “único” concebido sólo como espacio de gobernanza, ya que está ausente la discusión sobre las contradicciones sociales. De esta forma legitiman los procesos de desterritorialización y subordinación de las clases dominadas (FERNANDES, 2009). Felicio (2011) identifica dos variantes dentro de este paradigma, ambas de inspiración positivista: (1) aquellos que proponen que el campesinado se transforme en agricultura familiar profesionalizada e inserta al mercado coexistiendo y articulada con el agronegocio, y (2) la del agronegocio para cual el desarrollo pasa por la territorialización total del capital excluyendo al campesinado.

Por el contrario para el Paradigma de la Cuestión Agraria, de lo que se trata es de superar el capitalismo. Por eso sus estudios se sustentan en el análisis de las contradicciones y los conflictos entre clases sociales que origina la acumulación de capital. De esta forma el concepto de territorio que utiliza enfatiza en la dimensión política del enfrentamiento entre clases y en la resistencia a la desterritorialización (FERNANDES, 2009).

Disputas territoriales en Uruguay

La aproximación teórica anterior es pertinente para pensar el proceso de disputa territorial en Uruguay, a partir del análisis de la expansión del agronegocio en las últimas décadas. La tesis que sostenemos en este artículo es que en Uruguay se expresan dos de los tres territorios identificados por Fernandes (2009): el territorio del agronegocio y el territorio campesino subordinado por el capital, siendo prácticamente inexistentes los territorios campesinos autónomos, al tiempo que existe otro territorio no indicado por

⁴ Cuando las materias primas agrícolas son producidas en empresas capitalistas (capital territorializado) la disputa por el precio de la mercadería entre el capital agrícola y el capital industrial define el destino principal del plusvalor generado por el trabajo asalariado (PAULINO, 2006).

⁵ Por un desarrollo a fondo de la cuestión ver Felicio (2011).

Fernandes: el territorio del capital local monopolizado y/o articulado al agronegocio. Los tres nos ofrecen imágenes diversas del campo uruguayo, y se definen por las relaciones sociales de producción en que se inserta cada uno, es decir, por las formas de subsunción del trabajo al capital.

Antes de proseguir queremos realizar una salvedad teórica. En Uruguay, al menos desde la década del 80, la categoría *campesinado* ha sido abandonada a nivel político, social y académico. Por el contrario, las categorías predominantes para referirse a este sujeto social han pasado a ser *pequeño productor*, *productor familiar* o más recientemente *agricultor familiar*. En particular desde la academia se ha consolidado una lectura que sostiene que en Uruguay hay agricultores familiares y no campesinos (PIÑEIRO, 1991; PIÑEIRO, s/f; ROSSI, 2010), sobre todo por el mayor grado de inserción en el mercado capitalista de los primeros. A nivel social por ejemplo, la principal organización representativa de este sujeto social, la Comisión Nacional de Fomento Rural (CNFR), se autodenomina como representante de los *agricultores familiares*. Desde esferas gubernamentales se utiliza indistintamente *agricultura familiar* o *producción agropecuaria familiar*, habiendo una definición oficial al respecto. No es objeto de este artículo polemizar sobre los usos y desusos en la nomenclatura nacional de los sujetos/clases sociales del medio rural, aunque esta es sin duda una tarea importante, sin embargo vale la pena enfatizar en que las categorías no son neutras, que entrañan aspectos críticos y/o legitimadores del orden establecido, y que son resultado de disputas ideológicas. De esta situación no se escapa el debate sobre como conceptualizar y nombrar a este sujeto, considerando que desde la década del 90 con la ofensiva del paradigma del capitalismo agrario se propuso colocar en el “museo” a los campesinos. En este artículo, y dejando pendiente el debate antes señalado, optamos por utilizar la categoría *campesinos* para ser coherentes con la perspectiva teórica con la que trabajamos, a la hora de referirnos al sujeto que hoy en Uruguay es nombrado de agricultor familiar/productor familiar.

La expansión del agronegocio

En nuestra concepción el agronegocio no define a cualquier empresa capitalista rural que utiliza trabajo asalariado, sino que es una modalidad particular de valorización del capital en la agricultura caracterizada por el predominio del capital financiero sobre el resto de las fracciones del capital (que están articuladas a esta), la industrialización de la agricultura, la concentración y centralización del capital que se expresa en el predominio de las transnacionales. El agronegocio configura así una imagen del campo caracterizada por economías de escala, homogeneización de la producción, vaciamiento del campo y generalización del trabajo asalariado (NARBONDO; OYHANTÇABAL, 2011).

En Uruguay, en particular durante la década del 2000, asistimos al desembarco del agronegocio en rubros como la soja, el trigo, la forestación, la ganadería y el arroz, todos rubros orientados a la exportación que acumularon en 2011 un total de 3.200 millones de dólares, 40% de las exportaciones de Uruguay. No obstante, el proceso de expansión del capitalismo en el campo no supone la colonización de “áreas improductivas”, ya que desde hace más de un siglo todo el territorio nacional se encuentra organizado bajo la lógica del capital, de forma que lo que observamos es un proceso de intensificación y generalización de las relaciones capitalistas en el campo. En Uruguay la propiedad privada de la tierra con garantías estatales se generalizó con el alambramiento de los campos hacia finales del siglo XIX, por lo que el proceso de centralización de la producción es mediado por relaciones de compra/venta o arrendamiento. Este no es un elemento menor, ya que muchas veces los “desplazados” se convierten en socios terratenientes del capital (SANTOS *et al.*, 2012).

La expansión del capital en el campo ha combinado la territorialización con la monopolización del territorio. Esta doble modalidad es la que va configurando los tres campos de la cuestión agraria en Uruguay:

- (1) El territorio del agronegocio producto del proceso de territorialización directa del

capital transnacional en al menos 1,2 millones de hectáreas (300.000 forestales, 800.000 agrícolas, más de 100.000 ganaderas, 30.000 lecheras). La territorialización ocurrió desplazando territorios campesinos y territorios del capital local. En estos territorios predomina la **subsunción real** del trabajo al capital (CASTILLO MENDOZA, 2002), expresado por el predominio de la maquinaria en la regulación de la intensidad del trabajo como forma de incrementar la plusvalía relativa.

- (2) El territorio campesino (o de la agricultura familiar) monopolizado por el agronegocio, producto de la estrategia de integración vertical a los complejos agroindustriales, que abarca a prácticamente la totalidad de los 32.000 que ocupaban 2,5 millones de hectáreas al año 2000 (ROSSI, 2010), los que dependen totalmente de las agroindustrias y/o del capital comercial para vender su producción. Esta situación nos lleva a sostener la inexistencia casi total de territorios campesinos autónomos en Uruguay. En estos territorios predomina la **subsunción indirecta** del trabajo al capital a través de la venta de las mercancías campesinas (PAULINO, 2006). Considerando que entre el año 2000 y el 2010 las operaciones de compraventa en establecimientos de menos de 100 hectáreas (predominantemente campesinos) alcanzaron 564.000 hectáreas⁶, y las operaciones en establecimientos de entre 100 y 200 hectáreas sumaron 500.000 hectáreas (PIÑEIRO, 2010), es esperable que en la actualidad los territorios campesinos ocupen entre 1,5 y 2 millones de hectáreas, lo que recién podremos corroborar con los datos del Censo General Agropecuario de 2011. La contratendencia parcial y limitada a este proceso de desterritorialización se dio a partir de la política estatal de colonización que alcanzó las 55.000 hectáreas entre 2005-2011 (ver apartado más abajo en este artículo), dinamizada por la demanda de tierra de asalariados rurales⁷ y campesinos⁸.
- (3) El territorio del capital local monopolizado y/o articulado al agronegocio. Es resultado de la estrategia de monopolización del territorio por el capital sobre los capitalistas agrícolas locales en disputa por la sujeción de la renta de la tierra (OLIVEIRA, 2004) y el plusvalor que produce el trabajo al momento de vender las mercancías. La modalidad de subsunción del trabajo al capital es predominante formal en estas empresas capitalistas, en la medida que la intensidad del trabajo sigue bajo control del trabajador y no de la máquina (CASTILLO MENDOZA, 2002). Hay entonces una disputa por la apropiación del plusvalor que produce el trabajo asalariado en las empresas capitalistas locales al momento de vender las mercancías, el que puede suponer relaciones de enfrentamiento y/o alianza entre el capital agrícola y el agronegocio, materializado como capital agroindustrial, por el precio de las mercancías. Es en esta situación en que los capitalistas locales pueden, si son subordinados, operar como *instrumentos de explotación* (CARCANHOLO, 2011) del capital cuando no logran retener el plusvalor que extraen, y operan como “capataces” de este.

Es en la agricultura, la forestación y el arroz donde primó como estrategia deliberada la territorialización del capital, donde a través de la compra y/o el arrendamiento de tierras el agronegocio ha ocupado cerca de 2,5 millones de hectáreas, cerca del 15% del territorio nacional. Por su parte es en la ganadería (de carne y lana) donde la estrategia del capital ha combinado la monopolización del territorio con la territorialización directa. Desarrollamos a continuación con mayor detalle cada uno de los casos.

En el caso de la forestación, y a partir de una política de promoción y subsidios aprobada en 1987 por la Ley 15.939 por todos los partidos políticos, hemos llegado a un escenario en el cual tres empresas extranjeras (UPM de Finlandia, el consorcio Montes del Plata propiedad de Arauco de Chile y Stora Enzo de Suecia, y Weyerhaeuser de EE.UU.)

⁶ De las 25.133 operaciones de compraventa registradas entre el año 2000 y el 2010, el 59,2% (14.866) correspondieron a establecimientos con menos de 100 hectáreas (PIÑEIRO, 2010).

⁷ Para un análisis del proceso de lucha por la tierra en el norte de Uruguay ver Oyhantçabal y Carámbula (2011).

⁸ Según el actual presidente del INC, Andrés Berterreche, los aspirantes a colonos registrados en el INC ascienden a más de 6.000 personas.

controlan 650.000 hectáreas, cerca del 70% de la superficie forestada en el país (1 millón de hectáreas). Estas mismas empresas también controlan la fase industrial y de comercialización: UPM (ex-Botnia) y Montes del Plata montaron, gracias a la concesión estatal⁹ de zonas francas libres de impuestos, mega-industrias de producción de pulpa de celulosa, mientras que Weyerhaeuser tiene una planta de producción de enchapados.

El caso más sobresaliente en la última década de territorialización del capital ha sido la expansión de la agricultura, en particular del cultivo de soja. Desde la zafra 2002/03, la agricultura recuperó una fase expansiva luego de una fase de reducción del área que duró de 1955 a 2002, ganando 800.000 hectáreas (SAAVEDRA, 2011). El proceso vino asociado al avance del doble cultivo anual, sobre todo sistemas de agricultura continua soja-trigo, de forma que en la zafra 2011/12 sumando el área total de cultivos de verano e invierno se alcanzó un récord histórico con 1,82 millones hectáreas. El cultivo protagonista de la expansión agrícola fue la soja, que creció exponencialmente pasando de 10.000 hectáreas en la zafra 2002/03 al entorno de las 860.000 hectáreas. Se trata de un cultivo destinado exclusivamente al mercado externo, cuyas exportaciones pasaron de 1,6 millones a 857,7 millones de dólares entre 2001 y 2011. Asociado a la soja también creció el área de trigo pasando de 150.000 a 500.000 hectáreas, e incrementando su participación en las exportaciones.

En una clara estrategia de territorialización del capital, se han registrado cambios cualitativos en la fase agrícola con el arribo de los llamados “pools de siembra” : sociedades de inversores que funcionan como empresas en red dinamizadas por el capital financiero, se basan en el arrendamiento de grandes extensiones de tierra, la contratación de equipos de siembra, fumigación, cosecha y transporte; la gestión a cargo de equipos profesionales; la contratación de seguros contra eventos climáticos y la operación en mercados de futuros (NARBONDO; OYHANTÇABAL, 2011). El proceso de territorialización fue tan intenso que en menos de una década 8 empresas, 7 extranjeras (la mayoría argentinas) y una nacional, pasaron a controlar cerca de 600.000 hectáreas, 50% del área agrícola. Asimismo las principales transnacionales agrícolas están presentes en Uruguay, en particular controlando la venta de insumos (Monsanto, Nidera, BASF) y el acopio y comercialización de los granos (Cargill, ADM, Bunge).

El cultivo de arroz no ha modificado su área en la última década (entre 150.000 y 170.000 hectáreas), en buena medida porque los suelos aptos para este cultivo son limitados, aunque si se ha asistido a un proceso de fuerte intensificación productiva asociado al arribo de capitales brasileños a la fase agrícola e industrial. Se trata también de un cultivo para el mercado externo que alcanzó en 2011 exportaciones por un total de 542 millones de dólares. Cerca del 50% de la industria de arroz está en manos de brasileños (grupo CAMIL principalmente), a los que se suma la transnacional suiza Glencore con 14% de la industria.

Como decíamos antes, en la ganadería de carne y lana y en la lechería la estrategia del capital combina la monopolización del territorio con la territorialización. Según las últimas cifras publicadas en los avances del Censo General Agropecuario de 2011 la ganadería es el rubro que ocupa más superficie en el país, con alrededor de 11,5 millones de hectáreas, la mayoría con campo natural. Se trata a su vez del rubro con mayor cantidad de establecimientos en el país con cerca de 40.000 en un total que ronda los 50.000. Datos procesados del año 2000 por Tommasino y Bruno (2006) indican que la mayoría de los establecimientos ganaderos eran familiares con el 79% del total, sin embargo ocupaban sólo 22% del área ganadera y 25% del stock. La expansión del capital en la última década agudizó la situación de subordinación a la industria resultado de la aceleración de la concentración en la fase industrial, donde los capitales brasileños (Marfrig, JBS-Friboi, Minerva) controlan el 48% de la faena y el 60% de las exportaciones de carne vacuna, que en 2011 ascendieron a 1.310 millones de dólares. En este rubro, la territorialización del

⁹ Por el gobierno de Jorge Batlle en el caso de Botnia (2004), y de Tabaré Vázquez en el caso de Montes del Plata, donde la concesión fue a la empresa española Ence (en 2007) que vendió sus campos y su proyecto industrial a Montes del Plata.

capital desplegó como estrategia novedosa la instalación de “feedlots” para la producción intensiva de carne, que en la actualidad representan cerca del 10% de la faena anual (200.000 cabezas).

Una mención aparte merece la lechería. En la fase agrícola la situación es similar a la ganadería pues los campesinos representan el 74% de los productores pero controlan sólo el 27% de la producción (TOMMASINO; BRUNO, 2006). Sin embargo la fase industrial no es controlado por el agronegocio transnacional, sino por una cooperativa (CONAPROLE) de productores hegemonizada por capitalistas locales. Se trata de un rubro cuyas exportaciones alcanzaron en 2011 los 680 millones de dólares, en el cual en la última década al tiempo que aumentó la producción global de leche y la productividad, se redujo el número de tambos y la superficie ocupada, en particular por la fuerte competencia por la tierra que llevó a una reducción del área de 200.000 hectáreas quedando en una superficie lechera total en 800.000 hectáreas. También en la última década se produjo un proceso de territorialización del capital extranjero con la llegada del grupo New Zealand Farming Systems que instaló 36 tambos en un total de 35.000 hectáreas.

La ofensiva por la tierra

Esta ofensiva desbocada del capital transnacional en el sector agropecuario provocó un intenso dinamismo en el mercado de tierras en Uruguay. Este proceso se asocia con la geopolítica de la cuestión agraria planteada por Fernandes (2011) en la cual diversas empresas y gobiernos están comprando y/o arrendando tierras alrededor del mundo. Este autor identifica tres grupos de países: (1) aquellos que arriendan y/o compran tierras a lo largo del mundo como China, India, Estados Unidos, Japón, países centrales de la Unión Europea y países del golfo pérsico; (2) aquellos que al tiempo que arriendan y/compran tierras también venden y/o arrendan “su” tierra, cuyo caso paradigmático es Brasil; y (3) aquellos que son arrendadores de tierras a terceros como Uruguay, Paraguay, Bolivia, países de la ex-URSS y países pobres de Asia y África.

Esta situación, también conocida como “land grabbing” (acaparamiento de tierras), es particularmente preocupante en América del Sur, una de las zonas más codiciadas del planeta por sus aptitudes agroecológicas y la relativa estabilidad institucional. Este proceso además viene a agudizar el proceso de concentración de la tierra en la región del mundo donde este recurso está peor distribuido (BANCO MUNDIAL, 2010).

Algunas cifras de este proceso en nuestro país entre el 2000 y el 2010 son elocuentes. En dicho período se comercializaron 6,4 millones de hectáreas (600.000 hectáreas por año) lo que representa más del 33% del territorio nacional. El precio de la tierra se quintuplicó pasando de 450 a 3200 dólares la hectárea entre el 2000 y el 2011, mientras que en el balance de las transacciones de compra-venta entre 2000 y 2008 las personas físicas (muchas de ellas uruguayas) vendieron 1,8 millones de hectáreas, mientras las sociedades anónimas compraron 1,7 millones de hectáreas. Algo similar sucedió en el mercado de arrendamientos, para lo cual fue fundamental la Ley 16.223 aprobada en 1991 que derogó el plazo mínimo para el arrendamiento de tierras (PINEIRO, 2010). Entre el 2000 y el 2010 se registraron incrementos significativos en la superficie arrendada que acumuló en el período 7,3 millones de hectáreas, con un promedio anual que pasó de 400.000 a 1.100.000 hectáreas, al tiempo que la renta de la tierra pasó de 28 a 128 dólares por hectárea. Este dinamismo representó un desembolso por concepto de operaciones de compraventa de 6.300 millones de dólares (más del 10% del PBI de Uruguay en 2011), y por concepto de operaciones de arrendamiento de 520 millones de dólares¹⁰.

Todo este proceso no ha hecho más que agudizar los procesos de concentración y extranjerización de la tierra en Uruguay. El primer fenómeno es histórico en Uruguay. Mientras en 1885 sólo 4.000 estancias concentraban el 60% de la tierra, en el año 2000 la

¹⁰ Ver informes del mercado de tierras de la Dirección de Estadística Agropecuaria del Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca en <http://www.mgap.gub.uy/portal/hgxp001.aspx?7,5,150,O,S,0,MNU;E;2;16;10;6;MNU>.

misma cantidad concentraba el 55%, sin embargo el proceso de territorialización del capital acaecido durante la última década ha profundizado la situación llevando este guarismo al 61,3% según datos recientes del Censo General Agropecuario realizado en 2011¹¹. En cuanto a la extranjerización es particularmente destacable que, según evidencia el último censo, entre 2000 y 2011 los uruguayos pasaron de controlar del 90,4% al 53,9% de la superficie productiva nacional, mientras que las personas jurídicas (sociedades anónimas en su mayoría) pasaron de controlar de un 1% a un 43,1% del territorio, apropiándose de esta forma de casi 7 millones de hectáreas en sólo 11 años.

Motivos y compensaciones

Todo el proceso antes descrito sin lugar a dudas responde a un fenómeno mundial de expansión del capital por el mundo, directamente asociado a lo que Harvey (2003) denomina acumulación por desposesión, en donde el capital busca nuevas áreas del planeta y la economía para valorizarse. En este escenario, y más aún después del “crack” financiero de 2008, el sector agropecuario en general y la tierra en particular, se han vuelto de los sectores más redituables para el capital.

Sin embargo, los gobiernos no son neutros ni pasivos ante esta tendencia mundial, y bien pueden favorecer o desestimular el proceso. En el caso del gobierno de Uruguay, la opción es decididamente la primera. Tanto durante los gobiernos de derecha (hasta 2004), como desde la asunción del gobierno del Frente Amplio en 2005, la opción macroeconómica predominante ha sido la apertura irrestricta a la inversión extranjera como motor de la economía, y el celo por el mantenimiento de un buen “clima de inversiones”. Basta analizar las razones con las que el gobierno se presenta al mundo como país anfitrión de inversiones en el portal de internet Uruguay XXI¹²:

estabilidad política y social más alta de América Latina, continuo crecimiento económico e inversión pese a la crisis global, atractivos regímenes de zonas francas, puertos libres y aeropuertos libres y amplias exenciones fiscales a las inversiones, acceso al MERCOSUR, una zona de libre comercio con un PIB de 2 billones de dólares, mejor relación costo-beneficio de la mano de obra en la región, los costos empresariales por crimen y violencia más bajos de América Latina. (URUGUAY XXI, 2012, não pag.).

De esta forma el proceso de territorialización del agronegocio no es sólo una amenaza externa para la agricultura familiar como señala Rossi (2010), sino que es resultado de una opción política del actual gobierno. Tampoco es exclusivamente un factor externo el proceso de monopolización del territorio campesino por el agronegocio, ya que este es impulsado por los actuales gobernantes que promueven la integración de la agricultura familiar a los complejos agroindustriales. En declaraciones durante la 37ª Conferencia de la FAO el actual Ministro de Ganadería, Tabaré Aguerre, se explayó sobre el tema:

La oportunidad está en posibilitar **la inclusión social y económica de la agricultura familiar a las cadenas de valor agroexportadoras**, construyendo bienes públicos en materia de innovación, infraestructura y educación, que posibiliten el acceso a los procesos tecnológicos, y comerciales innovadores, de todos los agricultores, independientemente de su tamaño. (MGAP, 2011, não pag. negritas del autor).

Esta concepción que promueve la co-existencia y la integración entre el agronegocio y la agricultura familiar/campesinado no es más que el programa “progresista” del paradigma

¹¹ Ver presentación en <http://www.mgap.gub.uy/portal/hgxxp001.aspx?7,5,27,O,S,0,MNU;E;2;16;10;6;MNU;>

¹² http://aplicaciones.uruguayxxi.gub.uy/innovaportal/v/1090/1/innova.front/invertir_en_uruguay.html

del capitalismo agrario, o su variante pro-agricultura familiar, que como territorio inmaterial desconsidera de su análisis la cuestión del poder y la conflitualidade (FELICIO, 2011). El Ministro Aguerre nos ofrece nuevamente la “evidencia”:

la discusión antinómica del agronegocio y la agricultura familiar resulta un “diagnóstico estéril”, sugiriendo evitar una “visión sesentista” del mundo rural y aprovechar “las políticas públicas que permitan recibir los beneficios de ese ambiente mundial de demanda. (LA DIARIA, 14/X/2011, não pag.).

De esta forma las políticas impulsadas en clave de desarrollo rural desde la administración del Frente Amplio lejos de afectar la lógica general de acumulación de capital, operan exclusivamente como políticas compensatorias.

El caso más evidente es quizás la política de distribución de tierras realizada por el gobierno desde el Instituto Nacional de Colonización (INC). Durante los primeros seis años de gobierno del Frente Amplio (2005-2010) se adquirieron 45.000 hectáreas¹³, mientras que en el mismo período las operaciones de compraventa en el mercado ascendieron a un total de 3,72 millones de hectáreas, y las operaciones de arrendamiento alcanzaron 4,85 millones de hectáreas. De esta forma por cada hectárea colonizada se vendieron 83 hectáreas y se arrendaron 108 hectáreas¹⁴.

Si mapeamos (Mapa 1) la relación entre la dinámica del mercado de tierras y la política de colonización para el período 2000-2010 tenemos que el área colonizada representa la superficie del departamento de Montevideo (el más pequeño del país), mientras que el área transada en operaciones de compraventa equivale a los 6 departamentos del litoral (de ese total el 40% fue adquirido por sociedades anónimas), y que el área transada en operaciones de arrendamiento equivale a los 6 departamentos del centro y noreste del país.

Mapa 1: Equivalencia del mercado de tierras y de la política colonizadora según los departamentos del Uruguay para el período 2000-2010



¹³ http://espectador.com/1v4_contenido.php?id=212912&sts=0

¹⁴ La tasa colonizadora se mantendrá durante el segundo mandato del Frente Amplio (2010-2014) ya que, tal como informa en su página web, el INC tiene por objetivo incorporar 55.000 hectáreas en dicho período.

El mismo efecto compensatorio tendrá el Impuesto a la Concentración de los Inmuebles Rurales (ICIR) aprobado en el Parlamento por la bancada oficialista a fines de 2011. Este impuesto, rechazado por las gremiales de la burguesía agraria y los partidos de derecha, tiene por objetivo “*captar para la sociedad parte de la valorización de la tierra y desalentar su proceso de concentrador*”¹⁵. La Ley pretende llevar de los 4 dólares por hectárea que en la actualidad se paga por contribución inmobiliaria rural a 16 dólares por hectárea, para lo cual crea un impuesto progresivo que gravará a los propietarios de más de 2000 hectáreas CONEAT 100¹⁶, lo que abarcará alrededor de 1200 empresarios y recaudará aproximadamente 60 millones de dólares al año. Además la Ley modifica el régimen de liquidación de impuestos para captar recursos de la valorización de los inmuebles rurales con destino al INC, en un monto que rondará entre 12 y 20 millones de dólares por año.

Para tener una referencia, en 2011 la recaudación impositiva proveniente del sector agropecuario ascendió a 266 millones de dólares, lo que representó el 6,5% del PBI sectorial (Tambler, 2011), cuando el conjunto de la economía tributa alrededor del 17% del PBI según datos de la Dirección General Impositiva (DGI)¹⁷.

A modo de síntesis

En este artículo analizamos la disputa territorial en la cuestión agraria actual en Uruguay a la luz de la teoría del territorio. Los principales elementos que surgen del análisis refieren al proceso de fuerte expansión del territorio del agronegocio en Uruguay durante la última década, en particular en algunos rubros donde el capital se ha territorializado como la soja y la forestación, que se asocia a la monopolización del territorio por el capital. Esta doble tendencia configura en nuestro país los tres campos de la cuestión agraria: el territorio del agronegocio, el territorio campesino monopolizado por el agronegocio, y el territorio del capital local monopolizado y/o articulado al agronegocio.

El otro aspecto que buscamos destacar refiere a la implicación directa del actual gobierno en estos procesos, en la medida que también son resultado de sus opciones políticas, en particular por la promoción de la llegada masiva de capitales extranjeros. A esta estrategia se articulan políticas que intentan compensar algunas “fallas” del desarrollo capitalista, mediante la promoción de la integración de la agricultura familiar a los complejos agroindustriales, y una débil política colonizadora y tributaria sobre el capital, medidas que se conceptualizan como la variante “progresista” del paradigma del capitalismo agrario.

Referencias

BANCO MUNDIAL. **Rising Global Interest in Farmland**. Washington DC: Banco Mundial, 2010. 214 p. Disponible en: http://siteresources.worldbank.org/INTARD/Resources/ESW_Sept7_final_final.pdf. Acceso en Febrero 2011.

CASTILLO MENDOZA, C. A. Notas introductorias sobre subsunción del trabajo en el capital. *Iralka*, v. 17, p. 5-13, 2002.

CARCANHOLO, R. **Capital: essência e aparência**. Vol 1. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

¹⁵ Ley 18.876, ver el texto en <http://www0.parlamento.gub.uy/leyes/ AccesoTextoLey.asp?Ley=18876&Anchor=>.

¹⁶ Los grupos CONEAT son áreas homogéneas definidas por su capacidad productiva en términos de carne bovina, ovina y lana en pie. El índice 100 refiere a la productividad media del país.

¹⁷ En 2011 el total recaudado por el Estado alcanzó 8.300 millones de dólares. La carga tributaria mayor es sobre el consumo (63,2% del total) y las rentas personales (13,7%), mientras que el capital aporta por concepto de rentas empresariales 13,2% del total y por concepto de impuestos a la propiedad 6,5% del total (DGI, 2011).

DGI (Dirección General de Impositiva). **La recaudación de la DGI a diciembre de 2011**. Montevideo: Dirección General Impositiva, 2011. Disponible en <http://www.dgi.gub.uy/wdgi/hgxpp001?6,4,40,O,S,0,PAG;CONC;550;9;D;16189;2;PAG;MNU;E;162;4;MNU;>, Acceso en Julio 2012.

FELICIO, M. J. **Contribuição ao debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário**. 2011. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Campus Presidente Prudente.

FERNANDES, B. M. **Los dos campos de la cuestión agraria: campesinado y agronegocio**. Nera, São Paulo, Artigo do mês julio 2007. 3 p. Disponible en http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/campesinato_e_agronegocio.pdf, Acceso en Julio 2012.

FERNANDES, B. M. Territorio, teoría y política. In: VELÁSQUEZ, F. L. y FERRO MEDINA, J. G. **Las configuraciones de los territorios rurales en el siglo XXI**. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2009. p. 35-66.

FERNANDES, B. M. Acerca de la tipología de los Territorios. In: RODRÍGUEZ WALLENIUS, C. A. **Defensa comunitaria del territorio en la zona central de México**. Enfoques teóricos y análisis de experiencias. Xochimilco: Juan Pablos Editores, 2010. 304 p.

FERNANDES, B. M. **Geopolítica de la cuestión agraria mundial**. Inédito, 2011. 3 p.

HARVEY, D. **The New Imperialism**. New York:Oxford University Press, 2003.

LA DIARIA. The new campo. **La Diaria**. 14 oct. 2011. Disponible en <http://ladiaria.com.uy/articulo/2011/10/the-new-campo/>. Acceso en Julio 2012.

MGAP. **Visita del Sr. Ministro de Ganadería, Agricultura y Pesca, Ing. Agr. Tabaré Aguerre a Roma**. Comunicado de prensa. 2011. Disponible en www.mgap.gub.uy. Acceso en Julio 2012.

NARBONDO, I.; OYHANTÇABAL, G. **Radiografía del agronegocio sojero**: descripción de los principales actores y de los impactos socio-económicos en Uruguay. Datos actualizados a 2010 (segunda edición). Montevideo: REDES-AT, 2011.

OLIVEIRA, A. U. **Geografía agrária**: perspectivas no início do Século XXI. In: SIMPOSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRARIA, 2., 2003, São Paulo. Disponible en <http://es.scribd.com/doc/25346227/Perspectivas-Da-Geografia-Agraria-22>. Acceso en Octubre 2011.

PAULINO, E. T. **Por uma geografia dos camponeses** (Cap. 3.). São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

PIÑEIRO, D. La agricultura familiar: el fin de una época. In: PIÑEIRO, D. **Nuevos y no tanto. Los actores sociales para la modernización del agro uruguayo**. Montevideo: CIESU-Banda Oriental, 1991. p. 147-198.

PIÑEIRO, D. Caracterización de la producción familiar. In: ASOCIACIÓN DE ESTUDIANTES DE AGRONOMÍA. **Desarrollo rural y agricultura familiar**: una perspectiva Latinoamericana. Montevideo: Facultad de Agronomía, 2007. p. 175-186.

PIÑEIRO, D. **Dinámicas en el mercado de la tierra en América Latina: el caso de Uruguay**. Roma: FAO, 2010.

OYHANTÇABAL, G. y CARÁMBULA, M. Lucha por la tierra en el norte de Uruguay. **Astrolabio**. v. 7, p. 284-312, 2011.

ROSSI, V. La producción familiar en la cuestión agraria uruguaya. **Revista NERA**. v. 13, nº 16, p. 63-80, 2010. Disponible en http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/16/10_rossi.pdf. Acceso en Julio 2012.

SAAVEDRA, C. **Un siglo de agricultura**. Montevideo: Dirección de Estadísticas Agropecuarias (DIEA)-MGAP. 2011. Disponible en <http://www.mgap.gub.uy/diea>. Acceso en Julio 2012.

SANTOS C., OYHANTÇABAL G. y NARBONDO, I. La expansión del agronegocio agrícola en Uruguay: impactos, disputas y discursos. In: CONGRESS OF THE LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION, 2012, San Francisco.

TAMBLER, A. Recaudación y presión fiscal en el agro. In: OPYPA. **Anuario OPYPA 2011**. Montevideo: Oficina de Planificación y Política Agropecuaria (OPYPA) - Ministerio de Ganadería Agricultura y Pesca. Disponible en <http://www.mgap.gub.uy/opypa>. Acceso en Julio 2012.

TOMMASINO, H.; BRUNO, Y. Algunos elementos para la definición de productores familiares, medios y grandes. In: OPYPA. **Anuario OPYPA 2006**. Montevideo: Oficina de Planificación y Política Agropecuaria (OPYPA) - Ministerio de Ganadería Agricultura y Pesca. Disponible en <http://www.mgap.gub.uy/opypa>. Acceso en Julio 2012.

Recebido para publicação em 15 de Dezembro de 2012

Aceito para publicação em 04 de Março de 2013

Configuração espacial do desflorestamento em fronteira agrícola na Amazônia: um estudo de caso na região de São Félix do Xingu, estado do Pará¹

Magno Roberto Alves Macedo

Geógrafo, Mestre em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável
Coordenador do Núcleo de Cartografia do Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (IDESP)
e-mail: magno.macedo@idesp.pa.gov.br

Laura Angélica Ferreira Darnet

Doutora, Professora e Pesquisadora do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Pará (NCARD/UFPA)
e-mail: laurange@ufpa.br

Marcelo Cordeiro Thalês

Mestre, Pesquisador da Unidade de Análises Espaciais do Museu Paraense Emílio Goeldi
e-mail: mcthales@museu-goeldi.br

René Pocard-Chapuis

Doutor, Pesquisador do Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement (CIRAD)
e-mail: pocardchapolis@gmail.com

Resumo

Nas fronteiras agrícolas da Amazônia brasileira, a ausência do ordenamento territorial dificulta a apropriação sustentável dos recursos naturais. Usando informações de campo de diferentes instituições sobre a fronteira agrícola de São Félix do Xingu, no Estado do Pará, este estudo visou automatizar, por meio de geotecnologia, a identificação e o monitoramento da dinâmica de desflorestamento naquela região, onde os recursos técnicos, informacionais e operacionais são escassos, o que dificulta a realização de pesquisas para subsidiar políticas de desenvolvimento. Os resultados mostraram que a compreensão da configuração espacial relacionada a grupos de atores com diferentes níveis socioeconômicos contribui para uma melhor concepção de políticas públicas que, quando direcionadas ao comportamento de cada categoria, contribuem significativamente com ações de contenção do desflorestamento e com os planos de desenvolvimento sustentável em regiões de fronteira agrícola.

Palavras-chaves: desflorestamento, geotecnologia, configuração espacial, monitoramento, fronteira.

Résumé

Configuration spatiale de la déforestation dans la frontière agricole de l'Amazonie: une étude de cas dans le São Félix do Xingu, Pará

Sur les fronts pionniers agricoles en Amazonie brésilienne, l'absence d'agencement territorial rend difficile l'exploitation durable des ressources naturelles. En utilisant les informations de

¹ Pesquisa desenvolvida com o apoio financeiro do Projeto GEOMA/MPEG/MCT.

différentes institutions sur le front agricole de São Félix do Xingu (État du Pará, Brésil), cette étude vise à automatiser, usant les géo-technologies, l'identification et le suivi de la dynamique de déboisement dans cette région, où les les moyens techniques, de collecte d'informations et de décision sont peu développés, ce qui rend difficile la réalisation de recherche pour la mise en place de politiques de développement. Les résultats montrent que la compréhension de l'organisation spatiale des groupes d'acteurs avec des niveaux socio-économiques différents permet d'avoir une meilleur conception des politiques publiques, adéquate au profil de chaque catégorie, et contribue d'une façon significative à limiter les déboisements et à établir plan de développement durable pour la région de front pionnier.

Mots clefs: déboisement, geotechnologie, organisation spatiale, suivi, front pionnier.

Abstract

Spatial configuration of deforestation in agricultural frontier: A case study in region of São Félix do Xingu, Pará

In the agricultural frontier of the Brazilian Amazon, the absence of territorial ownership hinders sustainable natural resources. Using field data from different institutions on the agricultural frontier of São Félix do Xingu in Pará state, this study aimed to automate through geotechnology, identification and monitoring of the dynamics of deforestation in the region, where the technical, informational and operating data are scarce, making it difficult to conduct research and development policies. The results showed that the understanding of the spatial configuration related groups of actors with different socioeconomic levels contributes to a better design of public policies that, when directed to the behavior of each category, contribute significantly to deforestation containment actions and plans for sustainable development in agricultural frontier regions.

Keywords: deforestation, geotechnology, spatial configuration, monitoring, frontier.

Introdução

A extensão territorial da Amazônia, associada à sua riqueza natural, constitui a principal característica responsável pela preocupação que o desflorestamento na região suscita na comunidade científica. O surgimento de novas frentes de desflorestamento na Amazônia, seja no arco do desflorestamento ou em outros locais, é decorrente de diferentes fatores, em que o avanço da pecuária aparece como uso predominante da terra. As quantificações do desflorestamento na Amazônia brasileira, utilizando imagens de satélite, indicam que esta região perdeu aproximadamente 19% de sua cobertura florestal nos últimos 50 anos (INPE, 2011).

Nos últimos anos, com o aumento das pressões pela conservação da Amazônia, e com avanço das tecnologias, principalmente das relacionadas à geografia, as geotecnologias, surgiu uma série de instrumentos de monitoramento dos processos de conversão da floresta. Neste cenário, destaca-se o Programa de Monitoramento da Floresta Amazônica por Satélites, o Prodes, desenvolvido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), que disponibiliza informações espaciais do desflorestamento acumulado na Amazônia Legal desde o ano de 1997 e, a partir do ano 2000, passou a apresentar resultados anuais.

Observando os números do programa, percebe-se dois momentos no ritmo impresso ao processo de desmatamento: no início da década 2000 este processo é intenso, registrando altas taxas, para, em seguida, a partir dos anos 2002/2003, registrar oscilações na taxa de desmatamento, entre altas e baixas. Porém, apesar da queda no ritmo do

desmatamento, a remoção anual de floresta primária na Amazônia continua avançando em novas áreas, caracterizando-a como uma das últimas fronteiras agrícolas ativas do mundo.

A noção de fronteira tem papel central nas análises sociológicas, antropológicas, políticas, econômicas e geográficas acerca das mudanças que ocorreram no território brasileiro ao longo do século XX (MONTEIRO; COELHO; BARBOSA, 2006), possuindo, assim, um sentido polissêmico no campo da geografia, da história, da economia política e das ciências sociais.

Para Martins (1996) a fronteira agrícola no Brasil pode ser definida, sociologicamente, por uma situação de conflito social, pois há uma relevante caracterização deste espaço pela luta por terra, pensamento este que também é expresso nos trabalhos de Schmink e Wood (1992) e Hébette (1979), que consideraram o conflito pela terra como tema central na fronteira.

O estudo da fronteira permite entender, de forma espacial e temporal, os processos de uso e ocupação da terra como integrantes de zonas que comportam frentes distintas, pois, como dizem Browder e Godfrey (1997), na fronteira amazônica opõem-se e complementam-se frentes de recursos e frentes de povoamento, caracterizando impactos diferenciados sobre o uso dos recursos naturais, a configuração dos territórios e o processo de urbanização.

Nas dinâmicas de expansão, o contato entre estes sistemas distintos de apropriação de recursos naturais estabelece-se a partir da diversidade de atores ou grupos sociais envolvidos, alguns deles tratando esses recursos como valor de uso e outros, convertendo-os em mercadoria, ou seja, imputando-lhes, também, a condição de valor de troca.

Assim, o lugar (frente ou zona) do avanço é, simultaneamente, o espaço do estranhamento, da contradição, da concorrência, do embate e de complementaridades nos planos econômico, político e cultural (MARTINS, 1996). Tais comportamentos têm efeitos nas temporalidades e nas configurações geográficas, visto que o espaço é, dialeticamente, base material e social de dinâmicas com diferentes ritmos e formas de uso do tempo (SOJA, 1989), o que acaba configurando a complexidade da Amazônia.

Neste estudo, como fronteira, concordamos com José de Souza Martins quando afirma a necessidade de considerar Arthur Hehl Neiva, que, em seus pensamentos sobre a fronteira, destaca a necessidade de distinguir a fronteira demográfica da fronteira econômica (MARTINS, 1996). Para Neiva, nem sempre elas coincidem e, quando isso acontece, a econômica se encontra atrás da demográfica, estabelecendo uma configuração espacial que ameniza o choque de visões que têm a geografia e a antropologia sobre a fronteira, pois, para Martins, quando os geógrafos se referem à frente pioneira, tratam da fronteira econômica, enquanto os antropólogos, ao se referirem à frente de expansão, estão considerando a fronteira demográfica². Assim em um plano espacial geral da fronteira, Martins (1996, p. 31) define que:

[...] adiante da fronteira demográfica, da fronteira da “civilização”, estão as populações indígenas, sobre cujos territórios avança a frente de expansão. Entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica está a frente de expansão, isto é, a frente da população não incluída na fronteira econômica. E atrás da linha da fronteira econômica está a frente pioneira [...].

As áreas que se assemelham à descrição acima são historicamente responsáveis por um grande volume de remoção da floresta primária, seguida de novas atribuições ao uso da terra. Neste cenário, é crescente o interesse tanto na mensuração como nas causas do desflorestamento da região, principalmente após o início do século XXI, devido ao avanço do instrumental tecnológico de monitoramento.

Contudo, a maioria das iniciativas é baseada apenas na quantificação de novas áreas de florestas desmatadas, não qualificando a informação, homogeneizando, assim, o processo de desflorestamento. Neste sentido, o avanço da pesquisa neste campo do conhecimento procura, além de identificar as áreas desmatadas, quantificando e verificando

² Cf. Martins (1996).

seu avanço no espaço, entender os processos sociais relacionados à dinâmica do desmatamento na Amazônia. Como afirma Fearnside (2005, p. 116) “conhecer os responsáveis pelo desflorestamento é vital para qualquer programa que busca sua redução”.

Neste escopo, diversos autores (MERTENS; LAMBIN, 1997, ESCADA, 2003; 2005; SILVA, 2008, CÂMARA; VALERIANO; SOARES, 2008; MERTENS, 2008, POCCARD-CHAPUIS; THALÊS, 2008) trabalham com a hipótese de que as análises de dinâmicas do uso da terra e as suas configurações espaciais são fundamentais para se compreender as formas de apropriação da terra e reconhecer os atores sociais envolvidos nestes processos. Isso se deve ao fato de que, em tais análises, é possível estabelecer as especificidades regionais, o que facilitaria as interpretações das diferentes ações ocorridas no espaço. Contudo, o grande desafio continua sendo aliar, em uma única ferramenta, as apreensões baseadas em aspectos sociais com as ações ligadas à conversão da vegetação, pois, se por um lado as geotecnologias permitem que se verifiquem indicativos de áreas desmatadas, por outro há um caminho a ser percorrido para associar, confiavelmente, mudança na paisagem à ação humana, descrevendo seus motivos e processos que as desencadeiam ou as reforçam.

Trabalhos como os de Escada (2003), Mertens et al. (2002) e Silva; Câmara; Escada (2008) se dedicaram a mostrar como é possível extrair informações de imagens de satélites e, com seus resultados, gerar subsídios para contribuir com o entendimento dos processos e agentes responsáveis pela transformação do espaço amazônico, auxiliando assim novas pesquisas e políticas públicas para a região.

Caldas et al. (2003), em seus trabalhos desenvolvidos no município de Uruará, Estado do Pará, utilizaram produtos de sensoriamento remoto e técnicas de geoprocessamento associados às informações primárias coletadas junto a pequenos produtores e, a partir de métodos estatísticos e testes de autocorrelação espacial, buscaram validar a hipótese do ciclo de vida de pequenos produtores e sua influência na tomada de decisão sobre o uso da terra. Estes autores concluíram que as características sociodemográficas das famílias, bem como fatores institucionais e de mercado, influenciam a tomada de decisão de uso da terra e podem ser identificadas através de geotecnologias.

Mertens et al. (2002) buscaram entender a dinâmica da paisagem e suas relações com diversos processos sociais e econômicos da região de São Félix do Xingu, utilizando a estatística espacial e o sensoriamento remoto, para assim melhorar a compreensão sobre os processos de desflorestamento. Os resultados mostraram a capacidade de sensores em identificar processos atuantes e possíveis agentes responsáveis pela conversão da floresta e seus impactos ambientais.

Venturieri (2003) utilizou a combinação de modelos de paisagens, dados de sensores remotos e sistemas de informações geográficas, visando analisar a dinâmica da paisagem em áreas de agricultura familiar na rodovia Transamazônica, mais precisamente no município de Uruará. A resposta a estas operações tornou possível zonear regiões contrastantes no que diz respeito ao seu desenvolvimento socioeconômico. Assim, os resultados da pesquisa comprovam que é possível, através da análise dos modelos de paisagem, avaliar os processos de construção do espaço em fronteiras agrícolas.

Seguindo essa mesma direção, este estudo é voltado para a análise do desflorestamento a partir de um método automático de identificação de atores sociais envolvidos, baseando-se em informações básicas e preexistentes da região, mapeando e analisando o comportamento espacial destes atores. Amparando-se nas estatísticas espaciais e em métricas de paisagens, buscou-se construir o caminho feito por um ou vários atores, no que diz respeito ao avanço sobre a floresta, monitorando suas ações em um intervalo de tempo contemporâneo e caracterizando espacialmente as mudanças ocorridas na paisagem, por meio de uma metodologia simples e de resposta rápida.

Área de estudo³

A pesquisa foi realizada na região sudeste do Estado do Pará, em uma área referenciada espacialmente pelos paralelos S 5° 30' e S 7° e pelos meridianos W 54° e W 51°, perfazendo uma área total de aproximadamente 80.000 km². Abrange o município de Tucumã e parte dos municípios de Marabá, Parauapebas, Água Azul do Norte, Ourilândia do Norte, Altamira e São Félix do Xingu (Figura 1). Da área total em questão, cerca de 75% corresponde a unidades de conservação e terras indígenas. A maior parte do seu território não tem regularização fundiária. Entretanto, esta mesma região apresenta grande dinâmica de conversão de floresta. Por exemplo, São Félix do Xingu, que abrange 51% da área de estudo, vem liderando o *ranking*, nos últimos 10 anos, das áreas com maior ritmo de desflorestamento.

A expansão da fronteira agrícola no Pará teve ligação direta com os programas governamentais dos anos 1970, que consolidaram a colonização à margem das grandes rodovias, abrindo espaços para a reprodução da pequena produção familiar, o que caracterizaria, inicialmente, os pequenos produtores familiares como um dos principais grupos sociais na região da Transamazônica.

Com o passar dos anos, os processos de sucessão da terra, incentivados pela chegada de novos grupos — como os fazendeiros capitalizados, os grandes empreendimentos minerais, e os projetos de energia e da madeira — acabaram por se contrapor com a lógica de funcionamento inicial, a lógica da pequena produção.

No caso da região de São Félix do Xingu, a expansão desta frente é reflexo da ocupação em grande escala ocorrida em outra frente, a região de Marabá. Além disso, recebeu grande número de goianos, tocantinos e mineiros nos anos 1980, visando a exploração de mogno e investimentos na pecuária.

Os chegados em São Félix após os anos 1980, com interesses extrativos minerais, florestais ou pecuários, tiveram relação direta com as estradas existentes e construídas na região, pois, foram estas que orientaram a abertura de novas áreas e, assim, definiram um novo padrão de uso da terra no município de antiga tradição agroextrativista.

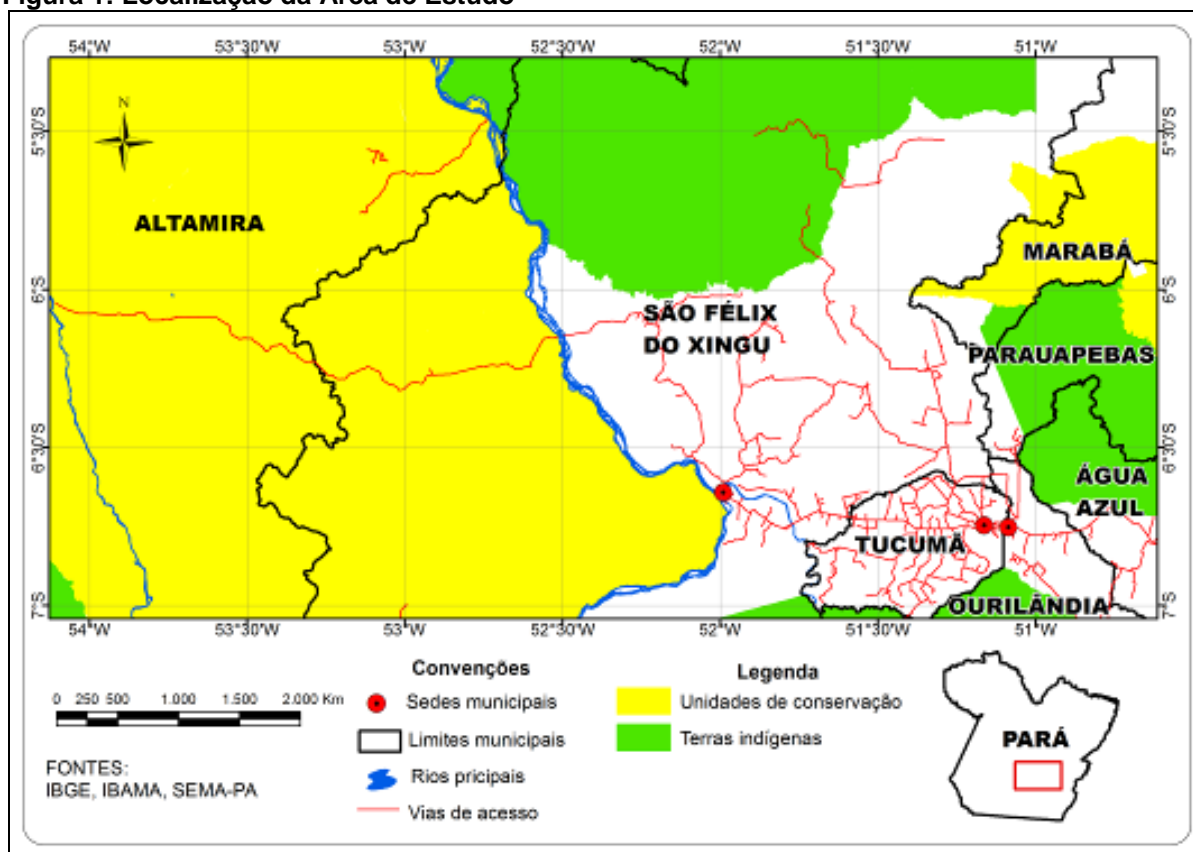
A paisagem do município começou a sofrer consideráveis alterações a partir de 1985, quando houve um incremento dos grandes estabelecimentos que têm na pecuária sua atividade principal. Naquela época, a ausência de regularização fundiária fez com que esta atividade fosse utilizada como um instrumento de consolidação da posse da terra.

A grosso modo, os fazendeiros da região se auto classificam em função do tamanho das áreas da propriedade. Os grandes estabelecimentos possuem área entre 2.500 a 3.000 ha, existindo áreas de lotes contíguos, distribuídos entre membros da mesma família, que podem chegar a 30.000 ha. Neste grupo, há tanto as famílias que administram diretamente o empreendimento e residem na região, como famílias que possuem a terra e criam bovinos, mas, cujo negócio é administrado via gerente da fazenda junto a outros grupos de fazendeiros. Neste caso, o dono da terra não mora na região.

Há também fazendas consideradas de médio porte, que abrangem áreas que variam entre 1.000 a 2.000 ha tendo, em comum, a pecuária bovina como atividade predominante.

Os pequenos produtores geralmente se instalaram às margens das vicinais da região, em áreas que variam de 60 a 150 ha, em média, não sendo possível precisar um tamanho padrão, devido à ausência do cadastro fundiário. Geralmente desenvolvem cultivos anuais e/ou perenes e vários possuem pequenos rebanhos bovinos para a produção de leite para consumo e para venda.

³ As informações constantes nesta seção foram baseadas em observações de campo desenvolvidas pela Rede Geoma, no período de 2004 e 2005 e no relatório da consultoria, financiada pelo Banco Mundial, intitulada “Estudos sobre a dinâmica social na fronteira e expansão da pecuária na Amazônia”, no ano de 2002.

Figura 1: Localização da Área de Estudo

Organização: Autores

Materiais

Todas as informações cartográficas (limites, estradas, hidrografia, unidades de conservação e terras indígenas) foram obtidas em meio digital em formato *Shapefile* (*.shp) nos sítios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e na Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará (Sema). Além disso, foram utilizadas três cenas do satélite Landsat 5, sensor TM (*Thematic mapper*), bandas 3 (0,63 – 0,69 μm), 4 (0,76 – 0,90 μm) e 5 (1,55 – 1,75 μm), de cada um dos anos de 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008. As imagens trabalhadas foram escolhidas no período de junho a setembro de cada ano, por se tratar de um período com menor incidência de chuvas na região, e, por conseguinte, a cobertura mínima de nuvens possível.

As informações utilizadas sobre desflorestamento do período entre 2000 e 2008 foram obtidas junto ao Programa de Monitoramento da Floresta Amazônica por Satélite (Prodes), desenvolvido pelo INPE, com vistas a auxiliar o processo de classificação e extração de informação sobre aberturas causadas por novos desflorestamentos.

A base de dados de campo utilizada nesta pesquisa é oriunda da Rede Temática de Pesquisa em Modelagem Ambiental da Amazônia (Geoma), que desenvolve pesquisas na Região Amazônica desde 2003. Uma das linhas de pesquisa deste grupo se atém a questões envolvendo a dinâmica de uso e cobertura da terra na Amazônia, sendo uma de suas áreas de estudo a região de São Félix do Xingu (Subprojeto Pecuária). Desde 2004 são realizados levantamentos de campo nessa região por grupos de pesquisadores das instituições envolvidas no projeto (Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), Universidade Federal do Pará (UFPA), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) – Amazônia Oriental, INPE). O presente estudo, por ter-se desenvolvido no âmbito desta rede, fez uso de parte do arcabouço de informações levantadas em campo, assim como das publicações geradas pelo grupo, com o intuito de construir e validar a metodologia proposta.

Métodos

Delimitação dos polígonos do desflorestamento

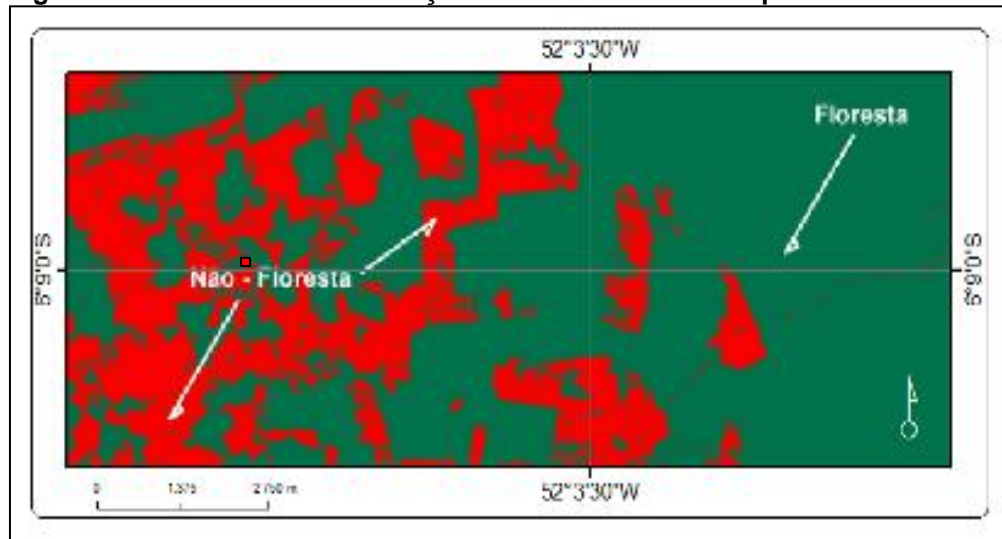
Os polígonos de desflorestamento foram identificados por meio do processo de classificação automática, obedecendo ao modelo desenvolvido por Câmara, Valeriano e Soares (2006), divulgado em “Metodologia para o Cálculo da Taxa Anual de Desflorestamento na Amazônia Legal”. Esta metodologia executa a transformação dos dados radiométricos em imagens de componente de cena (vegetação, solo e sombra), aplicando o algoritmo denominado de Modelo Linear de Mistura Espectral (SHIMABUKURO; SMITH, 1991).

Contudo, este trabalho se diferencia da metodologia de Câmara, Valeriano e Soares (2006) em dois pontos: as imagens não têm como base de referência a data de primeiro de agosto; e não houve redimensionamento dos *pixels* para 60 metros, permanecendo na resolução inicial das imagens do sensor TM, que é de 30 metros. Ao finalizar o processo de classificação, as segmentações resultantes foram agrupadas em duas classes majoritárias: floresta e não floresta, definidas por meio do processo de reclassificação que resultou em um arquivo formato *raster*.

O primeiro grupo de polígonos, em cor vermelha na figura 2, representou a área desflorestada e elementos que não são floresta (cerrado, área urbana, hidrografia, nuvem), formando a classe não floresta anual acumulada; e os polígonos restantes, verdes, foram considerados a classe floresta.

Por meio de álgebra de mapas, foi feita a distinção entre as diversas classes onde há ausência de floresta. Para tal, foram utilizados os dados vetoriais do projeto Prodes, os quais serviram como máscara de recorte. Assim, as feições compatíveis com a máscara foram removidas e o resultado foi a delimitação do desflorestamento acumulado para cada ano, possibilitando a identificação do incremento anual de desflorestamento, gerando três conjuntos de dados: incremento de 2001 a 2003; de 2004 a 2006; e de 2006 a 2008.

Figura 2: Resultado da classificação floresta e não floresta para o ano de 2006.



Fonte: Autores

Segmentação do espaço e definição das classes de agentes do desflorestamento

Segmentar o espaço é um método eficiente para se entender os fenômenos que lá ocorrem (ESCADA, 2003). A área de estudo foi seccionada em células de ocupação e estas foram as unidades de base para a análise e representação da ocupação (ou do desflorestamento). Neste trabalho, as células unitariamente ocupam 100 km² e foram construídas utilizando o programa *Terra View* (INPE/DPI, 2005). Além disso, a área de

estudo comportou 800 células de ocupação, tendo cada uma um identificador único (*Identification Data* – ID).

Para definir a tipologia dos agentes, foi obedecido o critério de tamanho de abertura anual na floresta. Cada polígono corresponde ao incremento de cada ano. A área foi calculada em hectares, e esta medida foi usada para qualificar cada agente. A associação entre tamanho de área e agente se fundamentou nas observações de campo executadas pelo grupo de pesquisadores da Rede Geoma, no subprojeto pecuária, que, desde 2004, desenvolve pesquisas na região estudada. Além disso, dois estudos também foram utilizados: o levantamento executado por Veiga et al, em 2004, que resultou no livro “Expansão e trajetórias da pecuária na Amazônia, Pará, Brasil”, e o Relatório, executado por Castro et al (2002), intitulado de “Estudo sobre as dinâmicas sociais na fronteira do desmatamento e expansão da pecuária na Amazônia”. Com estes fundamentos, construíram-se as seguintes categorias:

Pequeno: a este grupo foram atribuídos os incrementos anuais com tamanho até 30 ha. Nesta categoria enquadram-se os pequenos agricultores, que desenvolvem atividades agropecuárias, subsidiadas pela mão de obra familiar. Geralmente desenvolvem aberturas de formas irregulares, tanto para culturas quanto para pasto, em propriedades que variam entre 50 e 100 ha, mas que podem chegar até 300 ha.

Médio: a este grupo foram atribuídos os incrementos maiores que 30 e inferiores a 100 ha. Nesta categoria enquadram-se os produtores rurais que não dependem da mão de obra familiar. Geralmente possuem outra fonte de renda oriunda de atividades relacionadas à criação de gado e também da renda gerada pela especulação de terras. Este proprietário pode ter sua área variando entre tamanhos de 100 a 2.000 ha.

Grande: a este grupo foram atribuídos os incrementos maiores que 100 e inferiores a 500 ha. Em sua maioria, desenvolvem atividades ligadas à pecuária bovina, e estão, geralmente, associados aos fazendeiros. Caracterizam-se por desenvolver aberturas regulares e de grandes áreas.

Muito Grande: a este grupo foram atribuídos os incrementos maiores de 500 ha. Também estão ligados diretamente a atividades de pecuária bovina. São geralmente donos de grandes fazendas e empresas agropecuárias.

Caracterização das células de ocupação e geração de mapas temáticos

Dois modelos de caracterização foram adotados: o primeiro levou em consideração o número de aberturas realizadas por cada tipo de agente na célula; e o segundo levou em consideração a área desflorestada por cada agente. Desta forma, aquele que foi responsável pelo maior número de aberturas ou pela maior área desflorestada foi definido como dominante da referida célula.

Após a qualificação das células, foram gerados mapas temáticos diacrônicos evidenciando o papel de cada agente no avanço do desflorestamento. O modelo de representação utilizado foi a interpolação pelo Inverso do Quadrado da Distância, pois este funciona melhor quando temos pontos de amostras densos e igualmente espaçados.

A interpolação supõe que pontos próximos uns dos outros são mais semelhantes que aqueles mais distantes. Isso se fundamenta pela primeira lei da geografia formulada por Waldo Tobler, que diz: “todas as coisas são relacionadas, mas as coisas próximas são mais relacionadas que as distantes” (TOBLER, 1970, p. 03). No nosso caso, como todos os valores das células de ocupação são conhecidos, foi possível a construção de uma superfície contínua, que possibilitou a visualização do comportamento espacial dos agentes no avanço do desflorestamento.

Relação entre área desmatada e tipo de agente do desflorestamento

Antes de partir para as análises dos mapas temáticos, é importante se deter nas informações proporcionadas pelo geoprocessamento das imagens de satélites. Os

resultados das classificações em quantificação de aberturas na floresta são apresentados nas tabelas 1 e 2 e demonstram uma desaceleração na pressão sobre a floresta no primeiro decênio dos anos 2000. De fato, em todas as classes de agentes houve uma diminuição no número de aberturas e áreas desmatadas. A estratificação mostra que o primeiro período detém 45% das aberturas realizadas e 51% do total de área aberta ao longo dos oito anos apreendidos neste estudo, enquanto o último período detém 25% do número de aberturas e 20% do total de área aberta.

Tabela 1: Número de aberturas realizadas por cada categoria de atores sociais

Categoria	Período			TOTAL
	2001 a 2003	2004 a 2006	2006 a 2008	
Pequeno (até 30 ha)	9.341	6.190	5.328	20.859
Médio (> 30 < 100 ha)	2.046	1.501	1.164	4.711
Grande (> 100 < 500 ha)	787	426	276	1.489
Muito Grande (> 500 ha)	104	30	17	151
TOTAL	12.278	8.147	6.785	27.210

Org.: Autores.

Tabela 2: Soma das áreas desmatadas em hectares por tipo de categoria e atores sociais

Categoria	Período			TOTAL
	2001 a 2003	2004 a 2006	2006 a 2008	
Pequeno (até 30 ha)	91.500	67.156	56.796	215.452
Médio (> 30 < 100 ha)	108.126	77.456	59.704	245.286
Grande (> 100 < 500 ha)	154.410	81.727	49.831	285.968
Muito Grande (> 500 ha)	103.422	32.791	12.315	148.528
TOTAL	457.458	259.130	178.646	895.234

Org.: Autores.

Quando se comparam as duas tabelas, verifica-se que as categorias Pequeno e Médio são responsáveis pelo maior número de aberturas, e que, em contrapartida, quando observamos a área desflorestada por cada categoria, esta é maior sob a ação dos Grande e Muito Grande. Observando-se o período em que mais se desmatou (2001 a 2003), foram atribuídos a Grande e Muito Grande 257.832 ha, enquanto Pequeno e Médio (mais numerosos) desmataram 199.626 ha de floresta. Isso demonstra, claramente, que a realização de um número elevado de aberturas não significa necessariamente maior área de floresta derrubada.

Estes números, que denotam a relação entre número de aberturas e o tamanho de áreas, não são diretamente proporcionais, e isso é demonstrado na tabela 3, em que temos o tamanho médio das aberturas realizadas individualmente por cada categoria. Enquanto a categoria Pequeno executa aberturas médias de 10 ha, a Grande atinge uma média 20 vezes maior, enquanto a Muito Grande alcança a considerável média de 100 vezes maior em relação a Pequeno e 5 vezes maior em relação a Grande.

Tabela 3: Média individual de área desmatada em hectares por categoria de ator social

Categoria	Período		
	2001 a 2003	2004 a 2006	2006 a 2008
Pequeno (Até 30 ha)	9,79	10,84	10,65
Médio (> 30 < 100 ha)	52,92	51,6	51,29
Grande (> 100 < 500 ha)	196,2	191,82	180,54
Muito Grande (> 500 ha)	994,44	1096,39	724,45

Org.: Autores.

Mapeamento da evolução do papel de cada tipo de ator social

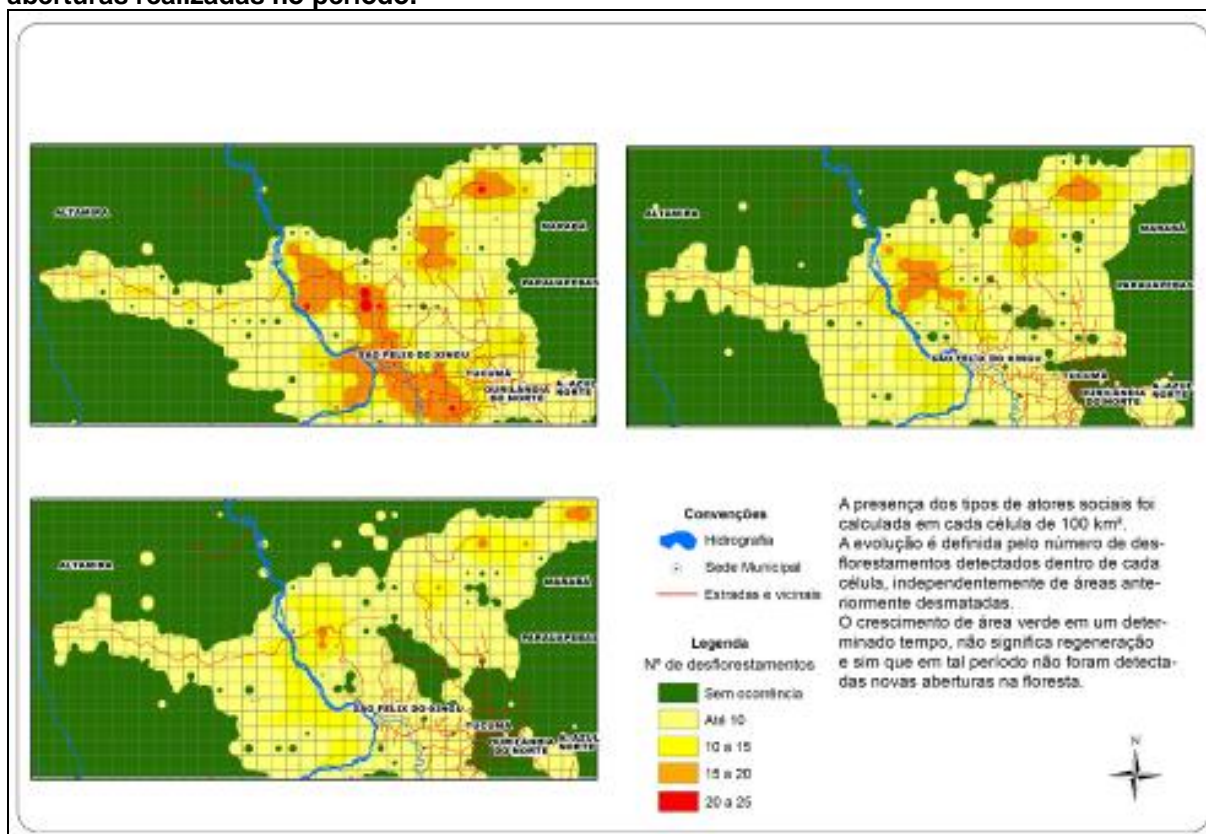
O pequeno

O grupo social da categoria Pequeno – o pequeno - é o ator social que aparece em toda a área estudada. É possível observar que este ator social tem pequena mobilidade, tendendo à estabilidade, não sendo diretamente responsável pela formação de novas ocupações nas áreas mais avançadas da frente pioneira. Especialmente, se locomove ao longo das estradas ou acompanhando outros atores, porém estes não são fatores determinantes para sua instalação, pois a vizinhança e fatores locais, tanto físicos quanto sociais, influenciam em seu estabelecimento na terra.

Na região de São Félix do Xingu, o pequeno localiza-se principalmente à margem direita do rio Xingu. É possível observar, na figura 3, áreas onde foi maior a concentração dos desflorestamentos realizados por este grupo, podendo chegar a até 150 aberturas dentro de uma célula. As concentrações de desflorestamento situam-se próximas à sede de São Félix do Xingu, nas proximidades da PA-279, indo em direção a Tucumã, mas também na região central do município, onde se encontram assentamentos implantados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Há concentração também na região próxima a Porto Estrela, no rio Xingu.

Concentrações menores aparecem ao longo das vias que levam em direção ao município de Marabá; outras, próximas da sede de São Félix do Xingu. Assim, é possível observar que, em um primeiro momento, as concentrações de desflorestamento se deram principalmente na região considerada em consolidação e, depois, incursionaram em direções harmônicas, caracterizando um movimento espacial descrito por Pocard-Chapuis e Thalês (2008) como direção de movimento em ponta.

Figura 3: Evolução no espaço e tempo do ator social Pequeno, de acordo com o número de aberturas realizadas no período.



Org.: Autores.

O médio

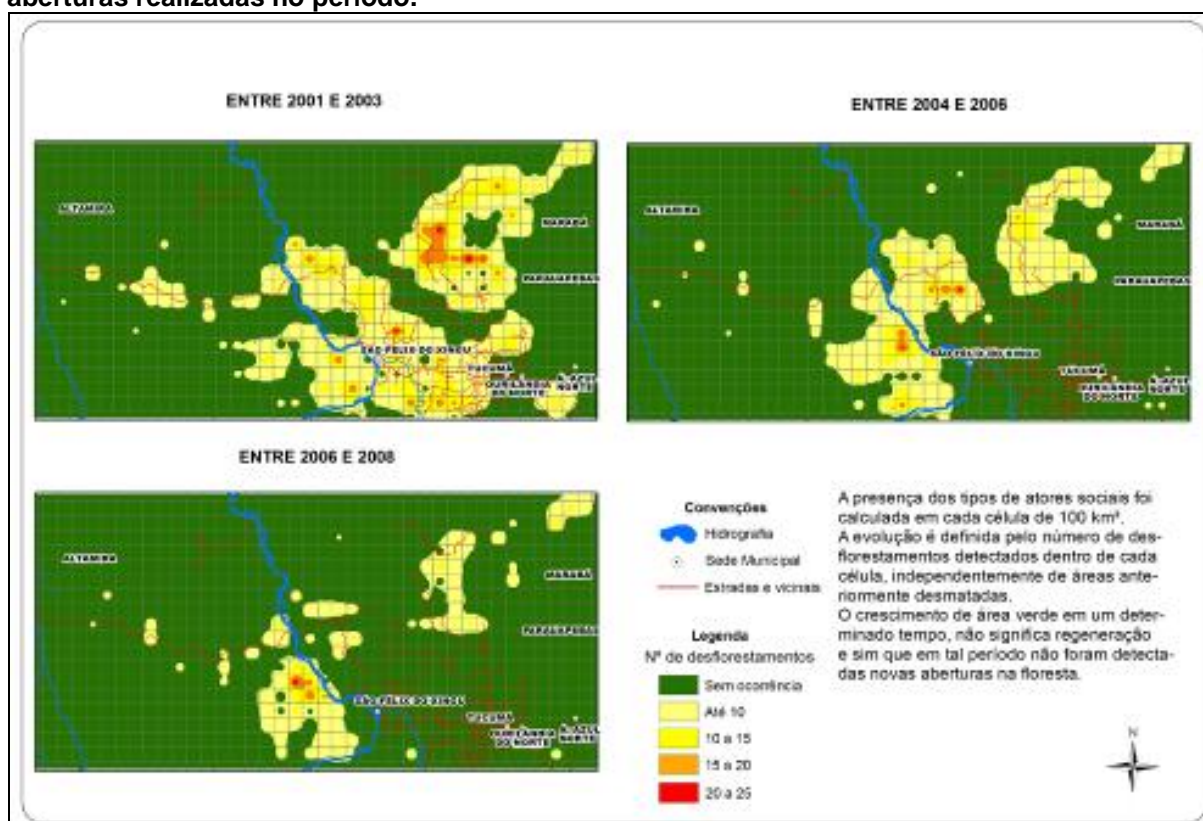
O ator social médio, grupo social da categoria Médio, aparece em menor número que o analisado anteriormente. No primeiro período, foi detectada sua ação mais acentuada

sobre a floresta (Figura 4), acontecendo sua atuação tanto em áreas isoladas como em áreas onde o pequeno atuou simultaneamente.

Nos períodos seguintes, houve uma considerável redução nas células dominadas por este ator, localizadas às proximidades dos assentamentos Lindoeste e Sudoeste e da sede municipal de São Félix do Xingu. Porém há uma forte presença deste na curva do rio Xingu, em sua margem esquerda, assim como nas proximidades de Porto Estrela, nas margens do mesmo rio.

O médio realizou poucas aberturas dentro das células e suas maiores concentrações não ultrapassaram 25 aberturas. Especialmente, encontra-se na região central mais a nordeste do rio Xingu. Ainda espacialmente, o médio apareceu inicialmente em manchas que o caracterizaram como um padrão de ocupação que se aproxima do padrão denominado de complexo e multipolar. Posteriormente, passou a se tornar mais próximo de um padrão polarizado e concêntrico.

Figura 4: Evolução no espaço e tempo do ator social Médio, de acordo com o número de aberturas realizadas no período.



Org.: Autores.

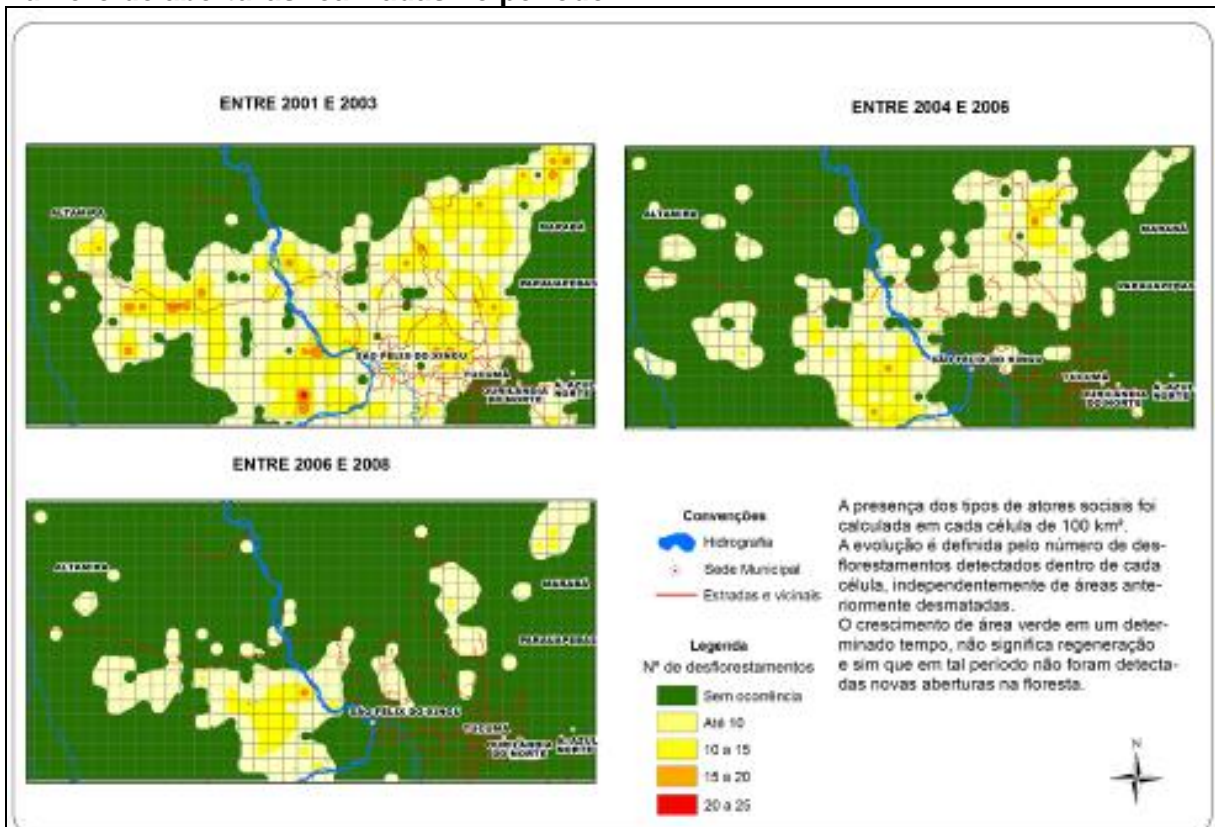
O grande

Este ator social, grupo da categoria Grande, é o que mais altera a paisagem quando se trata de área, pois seu modo de produção é baseado na pecuária bovina extensiva, voltada para o abastecimento de grandes centros urbanos. Como esta é a principal atividade econômica da região, encontramos este ator social em quase toda a área de estudo. O grande aparece em vários locais, assim como o pequeno, porém com um baixo número de aberturas. Quando se compara com as aberturas realizadas pelo pequeno, as realizadas pelo grande podem ser, aproximadamente, 20 vezes maiores.

É também importante perceber que as áreas de atuação se sobrepõem, e isso implica que, em uma mesma célula, podem atuar um ou vários tipos de atores. A figura 5 mostra onde estes atores executaram o desflorestamento na região entre 2001 e 2008, revelando as direções da atuação dos mesmos sobre os recursos florestais da fronteira. Nos

últimos anos analisados, percebeu-se a desaceleração do desflorestamento, fato este que está diretamente ligado à redução da atuação do ator grande na região. Contudo, espacialmente, o grande não mudou a localização da sua atuação no desflorestamento, permanecendo durante todos os períodos como multipolar. É possível, também, observar que, mesmo com a diminuição da sua atuação em toda a área de estudo, nas áreas à margem esquerda do Xingu - que vão desde seu leito partindo em direção Leste rumo ao rio Iriri, abaixo da estrada conhecida como Canopus - este agente atuou constantemente. Esta área é considerada como a vanguarda da frente pioneira.

Figura 5: Evolução no espaço e tempo do ator social Grande, de acordo com o número de aberturas realizadas no período.



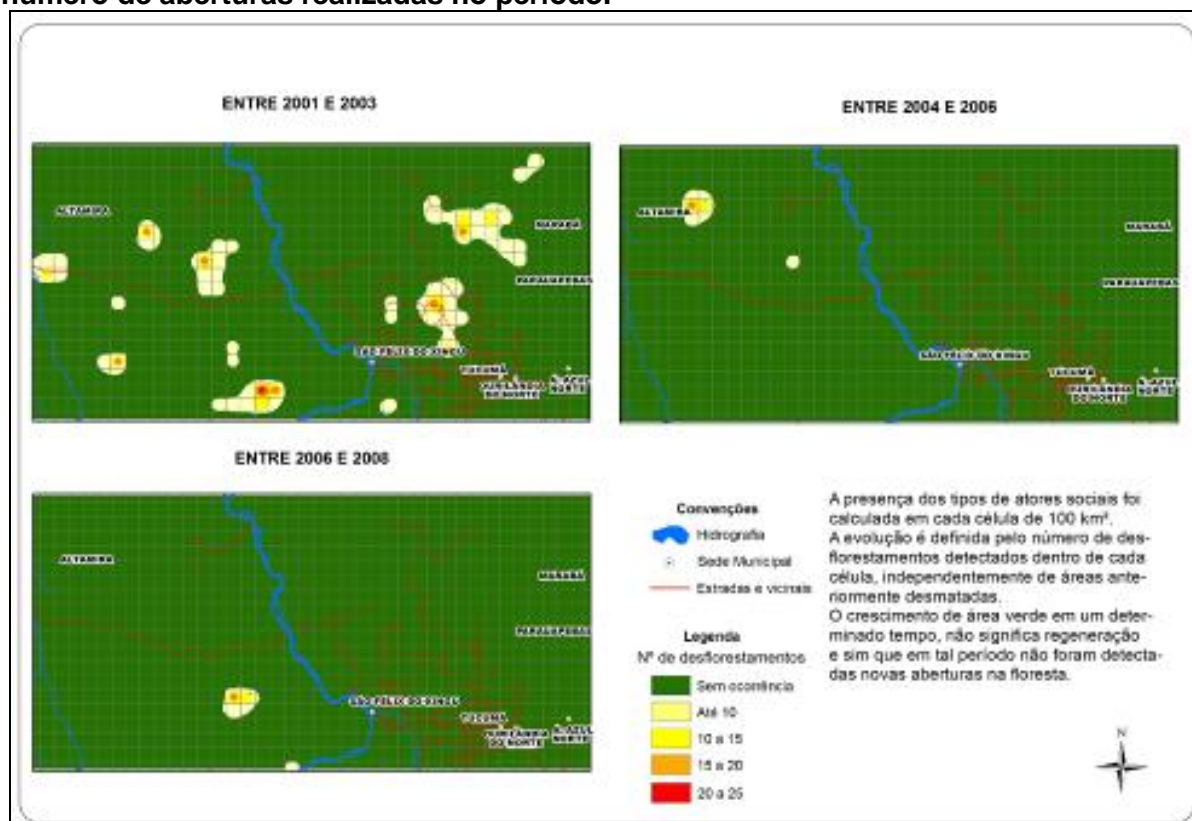
Org.: Autores

O muito grande

Mais ainda que o anterior, este ator, do grupo social da categoria Muito Grande, pratica grandes aberturas, que se caracterizam por áreas superiores a 500 ha. Devido à envergadura de sua atuação, elas não são tão frequentes, porém mesmo sua pouca atuação causa a remoção de grande quantidade de floresta primária de uma só vez.

Em razão de não serem muito numerosas, as localizações deste ator são caracterizadas como polarizadas ou concêntricas, pois, pela característica das aberturas que praticam sobre a floresta, fica mais difícil o espraiamento deste grupo, por inúmeros fatores, que passam pela necessidade da disponibilidade de grandes áreas, pela fiscalização e também pelo custo do desflorestamento. Estes pólos encontravam-se espalhados no primeiro período e foram drasticamente diminuídos com o passar do tempo, resultando nas reduções dos desflorestamentos na região. A relação entre a diminuição do aparecimento de grandes áreas desmatadas com a diminuição da ação deste ator foi diretamente proporcional, o que denota o forte impacto que ele tem na dinâmica da frente pioneira, mesmo sendo bem inferior, numericamente, aos demais.

Figura 6: Evolução no espaço e tempo do ator social Muito Grande, de acordo com o número de aberturas realizadas no período.



Org.: Autores.

Considerações finais

Quem desmatou e quem desmata na região?

Para Santos (1997) o fator que nos instrui sobre o significado das coisas é o seu histórico. Contudo, é preciso tomar cuidado, pois é sempre perigoso reduzir o histórico de uma região a um esquema por meio de métodos sintéticos, já que se corre o risco de desconsiderar partes importantes. Mesmo sabendo disso, assumimos aqui a simplificação, visando, em um tempo definido, entender melhor o processo do desflorestamento em área de fronteira, mostrando um retrato do comportamento espacial de alguns atores sociais na fronteira, por meio de métricas simples.

Ao considerar os números do desflorestamento do início da década de 2000, observa-se que o panorama espacial era relacionado diretamente à ação dos atores Grande e Muito Grande, que chegavam a ser responsáveis por 100% dos desflorestamentos em uma célula de ocupação, cenário este que foi alterado no final da mesma década, quando tiveram seu ritmo diminuído, sendo superados pelos atores pequeno e médio na remoção de floresta. Este indicativo fomenta novos estudos que busquem entender as ações que causaram tal cenário.

O panorama em que os atores pequeno e médio superaram em área desmatadas o Grande deve ser considerado como um cenário de redução de novos desflorestamentos. Nesta perspectiva, os novos líderes do desmatamento devem ser vistos como aqueles que menos desaceleraram no avanço sobre a floresta e não como os que mais atuaram. Esta reflexão é possível por meio da comparação de estratégias de uso da terra dos atores envolvidos. O pequeno e o médio executam novas aberturas em áreas de florestas para implantação de atividades agropecuárias em intervalos de tempo menores que os usados pelo grande. Este último normalmente já desmata no seu processo de instalação toda área

de floresta de que necessita. Enquanto isso, para o pequeno, o desflorestamento ainda é essencial no funcionamento dos seus estabelecimentos, principalmente nos sistemas de produção familiares.

Então, podemos inferir que a dinâmica de desflorestamento na área, quando em seu ápice, teve como principais atores o grande e o muito grande e se caracterizava como de cunho empresarial, já que o avanço sobre a floresta era, em sua maior parte, realizado por grandes empresas agropecuárias. E que, na atualidade, a dificuldade de redução de desmatamentos, principalmente pelo pequeno, constitui-se em um complexo problema a ser enfrentado, na medida em que a redução a desmatamento zero, sem outra alternativa de renda, pode ter impacto direto na exclusão de parte destes atores da área rural, fato esse que causaria desequilíbrio na dimensão social do desenvolvimento local.

O novo panorama apresentado na região de São Félix do Xingu desconfigura o desflorestamento gerado até então por um problema empresarial e o transforma em problema social, ligado a políticas de assentamentos ainda ineficientes do ponto de vista ambiental e à ausência de políticas de desenvolvimento contínuo, entre outros fatores que impedem o apoio necessário ao estabelecimento de menor porte e impossibilitam o desenvolvimento sustentável destes atores.

Avanços das geotecnologias no monitoramento de dinâmicas locais

Nos últimos anos, as geotecnologias estão contribuindo para os mais variados campos de construção de conhecimento. Recentemente, alguns trabalhos já realizaram a integração de informações de cunho socioeconômico, padrões espaciais de desflorestamento e dados fundiários. Esta pesquisa contribui com essa construção quando busca automatizar, por meio da potencialidade das ferramentas computacionais e de estatísticas espaciais, a identificação e o monitoramento da dinâmica do desflorestamento em regiões de frente pioneira, onde a falta de recursos técnicos, informacionais e operacionais dificulta a realização de estudos.

Os resultados obtidos, além de fornecerem informações sobre onde estão atuando os tipos de atores sociais envolvidos no desflorestamento, podem subsidiar a construção de modelos computacionais para o monitoramento do desflorestamento, assim como também modelos de previsões de trajetórias de ocupações, melhorando, assim, o entendimento sobre estas regiões e planejando futuras ações para as mesmas.

A identificação de áreas desmatadas relacionadas a grupos sociais atuantes no local possibilita a observação de comportamentos aglomerados ou dispersos, que, assim qualificados, fomentam a determinação de espaços com características semelhantes ou não, facilitando o processo de ordenamento territorial, fator útil para a construção de políticas públicas para o desenvolvimento local.

A pesquisa também contribui para um melhor entendimento da polêmica questão do papel dos pequenos produtores na questão do desflorestamento da Amazônia. As avaliações feitas neste estudo argumentam que os produtores rurais desta categoria executam continuamente aberturas na floresta que, numericamente, são superiores aos demais tipos de produtores; porém, em se tratando de área aberta, os impactos causados na floresta pelo pequeno produtor são proporcionalmente menores quando comparados aos causados pelos demais produtores.

Implicações para políticas públicas

A replicação desta metodologia em outras regiões possibilitará reconhecer outros indicadores de identificação dos atores, assim como processos envolvidos na questão do desflorestamento. Isso promoveria o desencadeamento de diferentes diagnósticos para cada região. Saber onde estão os atores que proporcionam a dinâmica da paisagem possibilita a construção de políticas direcionadas para o desenvolvimento da área, qualificando impacto ambiental gerado e o tipo de produtor envolvido. Portanto, saber onde

está o impacto e quem está por trás dele facilita o monitoramento sistemático, contribuindo para a elaboração de políticas já direcionadas a um determinado ator.

Finalmente, a compreensão da configuração espacial dos tipos de atores possibilita melhorar a concepção de projetos políticos nas regiões de fronteiras agrícolas, com o desenvolvimento de políticas específicas, sejam elas de repressão ao desflorestamento ou de construção de novas estratégias de ocupação. Estas ações podem se tornar mais eficientes se, na formulação delas, estiver disponível um diagnóstico preliminar de configuração espacial dos atores, o qual contribuirá primordialmente para uma satisfatória política de ordenamento territorial.

Referências

BROWDER, J. O.; GODFREY, B. J. **Rainforest Cities: Urbanization, Development and Globalization of the Brazilian Amazon**. New York: Columbia University Press. 1997.

ERSI. ArcGIS/ArcMap 9.0. **Support Center**, 2005. Disponível em: <<http://support.esri.com/>>. Acesso em: 15 mai. 2007.

CALDAS, M. M, et al. Ciclo de vida da família e desmatamento na Amazônia: Combinando Informações de Sensoriamento Remoto com Dados Primários. **Rev. Bras. Econ.** Rio de Janeiro v.57, n.4, oct./dec. 2003.

CÂMARA, G.; VALERIANO, D. M.; SOARES, J. V. **Metodologia para o cálculo da taxa anual de desmatamento na Amazônia Legal**. São José dos Campos: Inpe, 2006. 24p. Disponível em: <<http://www.obt.inpe.br/prodes/index.html>>. Acesso em 12 de novembro de 2008.

CASTRO, E.; MONTEIRO, R.; CASTRO, C. P. **Estudo sobre dinâmicas sociais na fronteira, desmatamento e expansão da pecuária na Amazônia**: relatório técnico. Belém, Banco Mundial, 2002. 141 p.

ESCADA, M. I. S. **Evolução de padrões de uso e cobertura da terra na região centro-norte de Rondônia**. Tese. 256 f. (Doutorado em Sensoriamento Remoto) – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Curso de Pós-Graduação em Sensoriamento Remoto, São José dos Campos, 2003.

ESCADA, M. I. S. et al. Processos de ocupação nas novas fronteiras da Amazônia (o interflúvio do Xingu/Iriri). **Estudos Avançados**, São José dos Campos, v. 19, n. 54, p. 9-24, Ago. 2005.

FEARNSIDE, P. M. Desmatamento na Amazônia brasileira: história, índices e consequências. **Megadiversidade**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 215-245, jul. 2005.

HÉBETTE, J.; ACEVEDO MARIN, R. **Colonização para quem?** Belém: NAEA/UFGA, 1979.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Projeto Prodes** – Monitoramento da floresta amazônica brasileira por satélite, 2011. Disponível em: <<http://www.obt.inpe.br/prodes/index.html>>. Acesso em: 22 out. 2011.

INPE/DPI. **O aplicativo TerraView**, 2005. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/terraview>>. Acesso em: 23 jun. 2008.

MARTINS, J. S. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente pioneira e da frente de expansão. **Tempo Social**: Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 25-70, mai. 1996.

MERTENS, B. et al. Crossing spatial analyses and livestock economics to understand deforestation processes in the Brazilian Amazon: the case of São Felix do Xingu in South Pará. **Agricultural Economics**, Washington, n. Special issue “Spatial analysis for agricultural economics: concepts, topics tolls and example”, p. 12-57, Jul. 2002.

MERTENS, B.; LAMBIM, E. F. Spatial modeling of deforestation in southern Cameroon, spatial disaggregation of diverse deforestation process. **Applied Geography**, Maryland, USA, v. 17, n. 2, p. 143-162, Out. 1997.

MONTEIRO, M. de A.; COELHO, M. C. N.; BARBOSA, E. J. da S.; Fronteira, corredores de exportação e rede urbana na Amazônia oriental brasileira. **GEOgraphia** Rio de Janeiro, v. 13, n. 26. p. 53-71. Ago. 2011.

NOVO, E. **Sensoriamento Remoto**: Princípios e Aplicações. São Paulo: Edgar Blucher, 1991.

POCCARD-CHAPUIS, R.; THALÊS, M. C. **Reunião de Trabalho Projeto GEOMA/PECUÁRIA.**, São José dos Campos: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2008.

POSEY, D. A. Time, space, and the interface of divergent cultures: the Kayapó indians of the Amazon face the future. **Revista de Antropologia**. São Paulo, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Ciências Sociais, FFLCH-USP. v. 25, p. 67-97, Abr.1982.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional., São Paulo: Hucitec, 1997.

SHIMABUKURO, Y. E.; SMITH, L. A. The least-square mixing models to generate fraction images derived from remote sensing multispectral data. In: **IEEE Transactions on Geoscience and Remote Sensing**, New York: Ann Arbor, 1991, p. 16-20.

SILVA, M. P. D. S.; CAMARA, G.; ESCADA, M. I. S. Remote-sensing image mining: detecting agents of land-use change in tropical forest areas. **International Journal of Remote Sensing**, Beijing, v. 29, n. 16, p. 4803-4822, aug. 2008.

SOJA, E. W. **Postmodern Geographies**: The Reassertion of Space in Critical Social Theory. New York: Routledge; Chapman & Hall, 1989.

TOBLER, W. R. A computer movie simulating urban growth in the Detroit region. **Economic Geography**: Detroit, USA, : Detroit University, v46, p. 234–40, 1970.

VENTURIERI, A. **A dinâmica da ocupação pioneira na rodovia Transamazônica**: Uma abordagem de modelos de paisagem. São Paulo: Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho – UNESP, 2003.

Recebido para publicação em 25 de Fevereiro de 2013

Aceito para publicação em 05 de Agosto de 2013

Nova lógica na produção de cana-de-açúcar na Zona da Mata pernambucana: transformações fundiárias para a perpetuação das relações de poder

Maria Rita Ivo de Melo Machado

Doutoranda em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP)
e-mail: mariaritamachado@yahoo.com.br

Mariana Zerbone Alves de Albuquerque

Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP)
Professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)
e-mail: mzerbone@hotmail.com

Resumo

A estrutura fundiária da Zona da Mata pernambucana é caracterizada, desde o início da colonização europeia, pelos latifúndios e a monocultura de cana de açúcar. Esses elementos ainda permanecem compondo a região, apesar da inserção no campo de novas formas produtivas e de relações de trabalho. Nesse sentido, buscou-se neste artigo compreender e analisar o processo de transformação da Zona da Mata pernambucana e seus desdobramentos na organização socioespacial da região. As décadas de 1980 e 90 representam um marco temporal da tentativa de mudança dessa estrutura fundiária por parte do Estado frente às tensões sociais geradas no campo. Desta forma, observa-se uma nova lógica na produção de cana de açúcar, com uma reconfiguração dos territórios, porém com a perpetuação das relações de poder.

Palavras-chave: estrutura fundiária, Zona da Mata pernambucana, cana-de-açúcar, territórios, organização socioespacial.

Resumen

Nueva lógica en la producción de caña de azúcar en la Zona da Mata pernambucana: transformaciones de la estructura agraria para la perpetuación de las relaciones de poder

La estructura agraria de la Zona da Mata de Pernambuco es caracterizada, desde el comienzo de la colonización europea, por las grandes propiedades y por la monocultura de la caña de azúcar. Estos elementos siguen componiendo la región, a pesar de la inserción de nuevas formas productivas y relaciones de trabajo. En este sentido, el objetivo de este artículo es entender y analizar el proceso de transformación de la Zona da Mata de Pernambuco y sus consecuencias para la organización espacial de la región. Los años 1980 y 90 representan un hito temporal de intento de cambiar esta estructura agraria por parte del Estado hacia las tensiones sociales generadas en el campo. Esta manera, hay una nueva lógica en la producción de caña de azúcar, con una reconfiguración de los territorios, pero con la perpetuación de las relaciones de poder.

Palabras-clave: estructura agraria, Zona da Mata pernambucana, caña de azúcar, territorios, organización socioespacial.

Abstract

New logic in the production of cane sugar in the Zona da Mata pernambucana: transformations land structure to the perpetuation of power relations

The land structure of the *Zona da Mata* region of Pernambuco is characterized, since the beginning of European colonization, as latifundium and sugar cane plantation. These elements are still composing the region, despite the insertion in the field of new productive forms and working relationships. In this sense, the main objective of this article is understand and analyze the process of transformation of the *Zona da Mata de Pernambuco* and the consequences to the spatial organization of the region. The 1980s and 90s represent a landmark of temporal attempt to change this land structure on the part of the State forward the social tensions generated in the field. This way, there is a new logic in the production of sugar cane, with the territories reconfiguration, but with the perpetuation of power relations.

Keyword: land structure, Zona da Mata pernambucana, sugar cane, territories, socioespacial organization.

Introdução

A Zona da Mata pernambucana tem sofrido algumas alterações em sua organização socioespacial nos últimos anos. O processo de desapropriação das terras improdutivas para a instalação de assentamentos de reforma agrária destinados a trabalhadores rurais têm exaltado uma nova lógica produtiva na região, que se expressa principalmente nas relações de trabalho e posse da terra.

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é compreender e analisar o processo de transformação da estrutura fundiária da Zona da Mata pernambucana e seus desdobramentos na organização socioespacial da região. Ao optar por essa análise, faz-se necessário, a priori, compreender o conceito de estrutura fundiária, bem como o seu processo até a atual configuração. No tocante ao recorte espaço-temporal, será analisada a Zona da Mata pernambucana e os seus assentamentos de reforma agrária Federal, instituídos a partir do início da década de 1980.

Para realizar este estudo foram levantados dados oficiais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre a estrutura fundiária da região, a localização e demais elementos dos assentamentos de reforma agrária federal. Ainda na etapa metodológica de levantamento de dados foram também realizadas entrevistas e aplicados questionários com os assentados de reforma agrária federal da região, a fim de perceber as relações existentes entre eles e os proprietários dos grandes imóveis rurais.

Para alcançar o objetivo da pesquisa foram levantados alguns questionamentos considerados relevantes para buscar compreender tanto as transformações na estrutura fundiária e na organização socioespacial da Zona da Mata pernambucana, são eles: A então chamada reforma agrária brasileira tem realmente interferido nas relações de trabalho, produção e renda no campo? Mas de que forma, em que condições e até que ponto? O que faz um trabalhador rural da lavoura da cana de açúcar quando recebe uma parcela? Qual a relação que se estabelece entre os antigos latifundiários e os novos assentados da reforma agrária? Qual o papel das políticas públicas nesta nova organização socioespacial desta região?

As respostas a estas perguntas buscam compreender as relações socioespaciais estabelecidas entre os assentados da reforma agrária alocados próximos aos grandes imóveis rurais produtores de cana de açúcar com os seus proprietários e o Estado.

A estrutura fundiária na região da Zona da Mata pernambucana

Para melhor compreensão da nova organização socioespacial da Zona da Mata de Pernambuco, é preciso compreender o que vem a ser estrutura fundiária, muitas vezes citada, porém pouco abordada pelos teóricos.

A estrutura fundiária é a maneira como as propriedades rurais estão distribuídas, organizadas e apropriadas num determinado espaço, levando em consideração as suas dimensões num dado momento histórico (HOFFMANN; NEY, 2010). Deste modo a análise da estrutura fundiária auxilia na compreensão das diferenças sociais existentes no espaço agrário e serve como indicativo da forma de distribuição da terra na percepção da exclusão do acesso a esta.

Buscando classificar o quadro geral da estrutura fundiária do país, o INCRA atualmente divide os imóveis rurais em quatro grandes grupos levando em consideração as suas dimensões a partir da quantidade de módulos fiscais. Estes são unidade de medida expressa em hectares, no entanto, eles não possuem a mesma dimensão em diferentes áreas do Brasil, pois, são os municípios os responsáveis por determinarem a quantidade de hectares que cada módulo fiscal deve conter. São levados em consideração quatro fatores para determinar a quantidade de hectares de cada módulo fiscal: O tipo de exploração predominante no município; a renda obtida com a exploração predominante; outros tipos de explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda e da área utilizada; e por último, o conceito de propriedade familiar (HOFFMANN; NEY, 2010).

A partir desses indicadores, os imóveis rurais são agrupados, segundo o INCRA, em: minifúndios, que têm até 1 (um) módulo fiscal; pequenos imóveis rurais, que são as propriedades entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais; médios imóveis rurais, que contém mais de 4 (quatro) e menos de 15 (quinze) módulos fiscais; e os grandes imóveis rurais, que são aqueles que possuem mais de 15 (quinze) módulos fiscais.

No Brasil a estrutura fundiária se configura desde o século XVI com a predominância de latifúndios, conservando esta estrutura até os dias atuais. Segundo Manuel Correia de Andrade (2002) a origem dos latifúndios seria referente ao período de colonização em função do sistema de sesmaria estabelecido no país, em que a divisão de terras para ocupação do território da colônia era de grandes lotes dados a pessoas que dispunham de recursos para explorá-las. Entretanto para José de Souza Martins (2008), o latifúndio brasileiro é produto da questão agrária que se institucionaliza na segunda metade do século XIX, com a criação da Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Esta lei, que ficou conhecida popularmente como Lei de Terras, apresentava no seu artigo primeiro o seguinte ponto: “Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra.” (Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850). Ela modificou as condições de acesso a terra transformando-a em uma mercadoria. Essa mudança na forma de apropriação da terra fez com que ela deixasse de ser uma concessão e passasse a ser uma propriedade privada, adquirida mediante contrato de compra e venda. Seguindo a análise de MARTINS (2010), a partir deste momento a terra passou a ser cativa do seu proprietário.

Apesar da mudança na forma de aquisição da propriedade, não houve uma dissolução do modelo latifundiário (OLIVEIRA, 2009). Esse artifício de transformar a terra em mercadoria deu-se através das necessidades do país em se adequar às modificações políticas e econômicas provocadas por influências de agentes internos e especialmente externos.

Apesar disto, não é possível considerar que o sistema socioeconômico que moldou a estrutura fundiária nos períodos colonial ou imperial é o mesmo que rege a estrutura fundiária dos dias atuais. Porém, devido à permanência dos latifúndios, a análise da questão agrária da região da Zona da Mata pernambucana continua sendo conduzida, por alguns estudiosos, baseada nas relações coloniais para compreender a atual configuração da estrutura fundiária desta região. Entretanto, esta afirmação não nega o peso da origem da estrutura agrária pernambucana embasada no período colonial que deixa, ainda hoje,

rugosidades no espaço e na formação ideológica da sociedade. Sobre esta questão Mario Lacerda de Melo comenta que:

Difícilmente se encontrarão formas de utilização dos recursos dos solos que se possam rivalizar com a agroindústria canavieira quanto a capacidade de condicionar um tipo de sociedade e economia, de modelar um tipo de paisagem e de estruturar um tipo de arranjo econômico do espaço. No Nordeste do Brasil temos uma demonstração disso. A agroindústria canavieira, gerando a chamada civilização do açúcar, imprimiu características peculiares às áreas onde se implantou. E o fez de um modo definitivo ou pelo menos, de um modo dificilmente reversível. (MELO, 1975. p. 19).

O uso da terra, na Zona da Mata pernambucana, também se manteve carregado de semelhanças entre o antes e o depois da Lei de Terras de 1850, o que contribuiu para a análise da atual estrutura fundiária como sendo vestígio das relações socioespaciais do Brasil Colônia. No período do Brasil Colônia a cana de açúcar era o sustentáculo das grandes propriedades, inicialmente estabelecidas nas unidades conhecidas como engenhos e posteriormente, no final do século XIX, já no período Imperial, se estabeleceram as usinas, que foram abarcando alguns engenhos em função da sua maior capacidade de beneficiamento desta gramínea, reconfigurando o território, com uma nova forma de produzir, porém permanecendo a estrutura agrária baseada no latifúndio.

Apesar do gado e do algodão, em alguns momentos da história do setor agropecuário de Pernambuco, terem tido a sua importância, e o cultivo de cana de açúcar ter passado por alguns momentos de crise (ANDRADE, 2005), em todo o período Colonial, e mesmo no Imperial, a principal economia do Estado permaneceu sendo a lavoura canavieira. Hoje, a cana de açúcar ainda é importante para a economia de Pernambuco, no entanto, seu destaque no cenário econômico não tem a latência dos períodos anteriores.

Sobre o cenário atual dos setores econômicos de Pernambuco, o IBGE (2009) indica que o setor agropecuário como um todo representa apenas 4,8% do PIB do estado, enquanto a indústria enquadra-se com 22% e os serviços 73,2%. Entretanto dentro do contexto da agricultura em Pernambuco identifica-se que a cana de açúcar continua sendo a principal cultura em extensão de área plantada e o maior valor da produção em reais, como é possível perceber na tabela abaixo.

Tabela – 01: Área plantada das lavouras temporárias no estado de Pernambuco - 2009

LAVOURA TEMPORÁRIA	HECTARES	VALOR DA PRODUÇÃO EM MIL REAIS
Abacaxi - área plantada	1.481	3.337
Algodão herbáceo (em caroço) - área plantada	1.178	170
Amendoim (em casca) - área plantada	81	623
Arroz (em casca) - área plantada	3.328	6.944
Cana-de-açúcar - área plantada	361.937	837.354
Cebola - área plantada	5.245	8.813
Fava (em grão) - área plantada	3.103	5.154
Feijão (em grão) - área plantada	290.064	34.091
Fumo (em folha) - área plantada	227	366
Mamona (baga) - área plantada	6.365	1.317
Mandioca - área plantada	66.670	83.480
Melancia - área plantada	5.440	129.595
Melão - área plantada	758	3.987
Milho (em grão) - área plantada	252.655	168.465
Sorgo (em grão) - área plantada	3.656	1.962
Tomate - área plantada	3.206	15.672

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal, 2010.

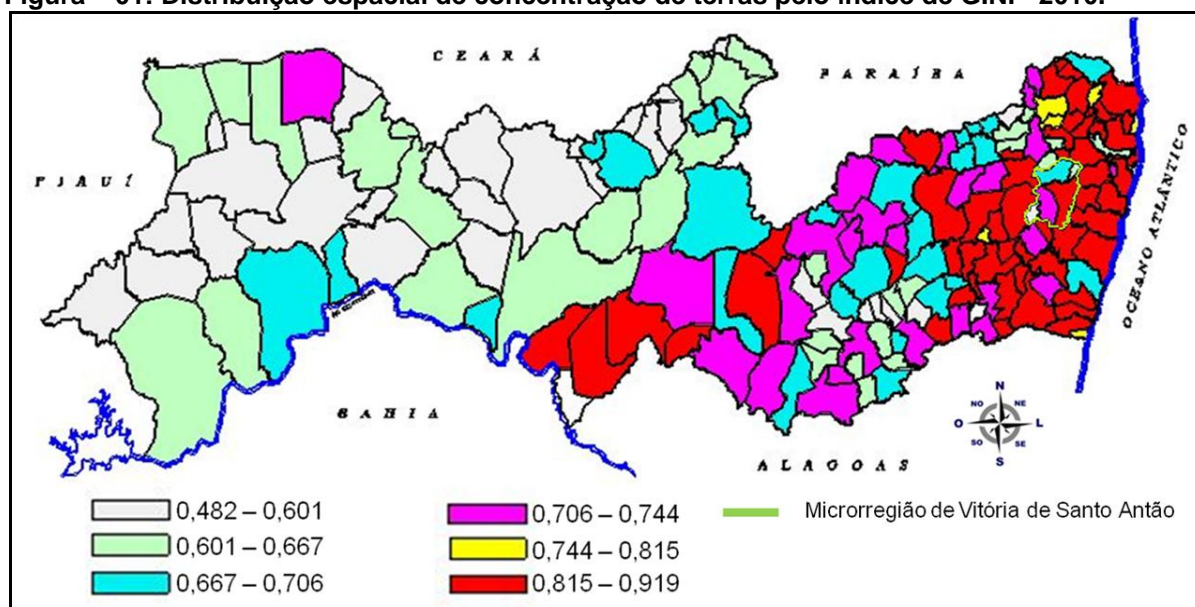
A leitura da tabela 01 indica que entre as lavouras temporárias que ocupam maior área plantada no Estado de Pernambuco estão: a cana de açúcar, o feijão e o milho, nesta respectiva ordem. Os três juntos correspondem a aproximadamente 90% de toda área plantada de lavoura temporária do Estado. A cana de açúcar neste cenário é responsável por ocupar a maior parte, correspondendo a 35,9% da área plantada com lavoura temporária. No que se refere ao valor da produção, a cana de açúcar representa mais de 50% do valor total da produção das lavouras temporárias do estado (IBGE, 2009).

O que se percebe é que, contudo, a cana de açúcar permanece concentrada na Zona da Mata (IBGE, 2009), apesar da região do Vale do São Francisco vir recentemente se destacando pela produção desta cultura com o uso de aparatos tecnológicos. Entretanto, o montante total da produção ainda é inferior à produção da Zona Mata.

Este cenário indica ainda a preponderância da cultura canieira no estado de Pernambuco, em especial na Zona da Mata. Do mesmo modo, identifica-se ainda a permanência da concentração de terras nas mãos de poucos proprietários, como fica evidente através da análise do índice GINI¹, evidenciada na imagem 01.

Dentro do contexto brasileiro, o Estado de Pernambuco tem, segundo o Atlas da Questão Agrária do Brasil (GIRARDI, 2009), o seu índice de GINI, referente ao ano de 2003, em 0,742, ou seja, dentro do padrão caracterizado como concentrado. Ao analisar a imagem 01, referente ao ano de 2010, percebe-se que essa concentração apresenta um índice ainda maior na Zona da Mata, entre 0,815 e 0,919.

Figura – 01: Distribuição espacial de concentração de terras pelo índice de GINI - 2010.



Fonte: MDA/INCRA – PE. Imagem concedida pelo Departamento de Cartografia do INCRA – PE, 2010.

No tocante ao Brasil, não é apenas esta região que ainda se apresenta com o perfil de concentração de terras. Segundo o Atlas da Questão Agrária do Brasil:

Em 2003 os municípios com médio/baixo índice de GINI (até 0,500) eram 924 (16,6% dos 5565 municípios) e compreendiam seis por cento da área total dos imóveis rurais. A região Sul e o Estado de Rondônia concentram grande número desses municípios. Os valores do índice entre 0,501 e 0,800 eram verificados em 4.283 municípios (76,9%) e compreendiam 83,1% da

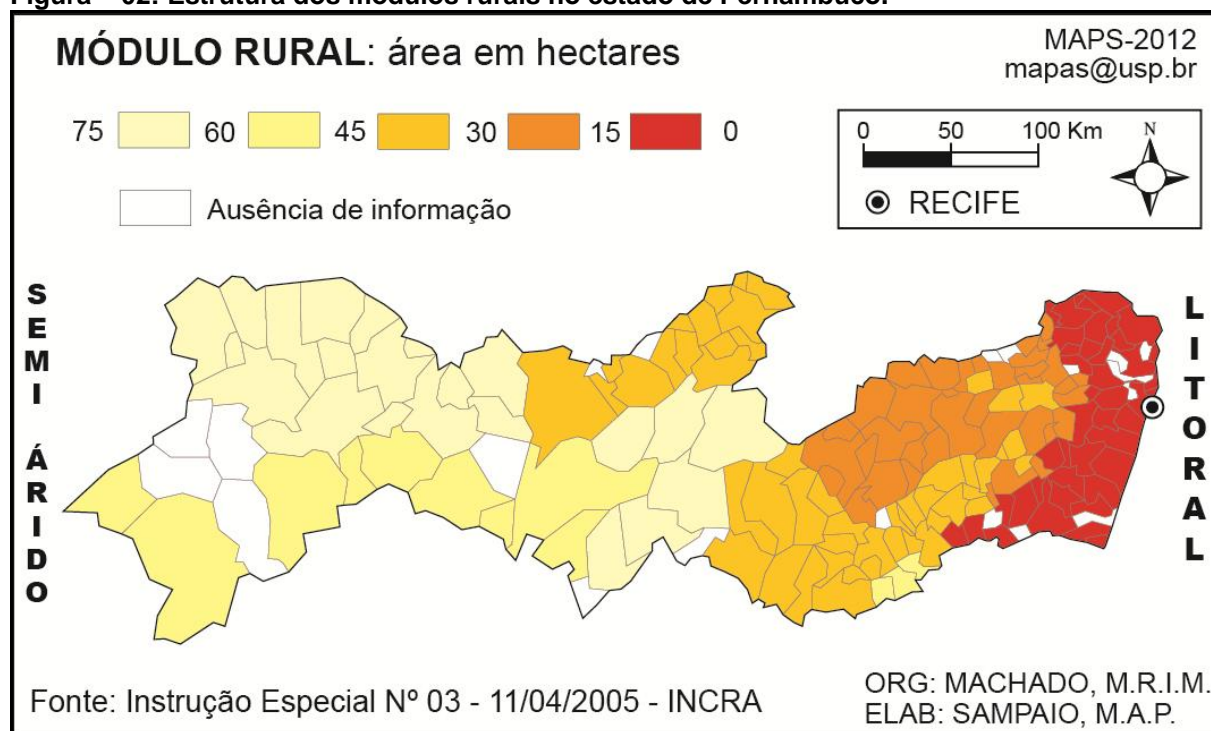
¹ O coeficiente ou índice de GINI é um cálculo usado para medir a desigualdade social. Apresenta dados entre o número zero e o número um, onde zero corresponde a uma completa igualdade e um que corresponde a uma completa desigualdade.

área total dos imóveis rurais, de forma que esta classe é predominante no território brasileiro. (GIRARDI, 2009, não pag.).

A concentração de terras na Zona da Mata pernambucana também está relacionada à produtividade destas terras, visto que esta é a região com os solos mais férteis e melhor infraestrutura de escoamento da produção. Como é possível observar na imagem a seguir, a dimensão dos módulos fiscais na Zona da Mata pernambucana tem a sua extensão reduzida em relação às demais regiões do estado. Neste sentido, percebe-se que o preço da terra na Zona da Mata pernambucana é mais alto do que nas demais regiões em função das melhores condições do solo, e conseqüentemente das inúmeras atividades aí estabelecidas.

Nesse sentido, fazendo a relação do módulo rural e o índice GINI no estado de Pernambuco, pode-se observar que a área em que o solo apresenta melhores condições, onde o módulo rural é menor, é a área de maior concentração de terra do estado, sendo esta a área de produção de cana de açúcar, permanecendo os mesmos moldes de concentração de terras para a *plantation* canavieira remanescente dos períodos coloniais.

Figura – 02: Estrutura dos módulos rurais no estado de Pernambuco.



É diante deste contexto de uma estrutura fundiária concentrada que se estabelece uma nova lógica nas relações socioespaciais, visto a criação recente de assentamentos federais de reforma agrária, modificando as configurações territoriais e estabelecendo novas relações de trabalho, baseadas em novas estratégias de reprodução do capital.

A reforma agrária, os trabalhadores da lavoura canavieira e as novas relações de trabalho

A perpetuação dos traços da estrutura fundiária com base no latifúndio, com a permanência das desigualdades, mesmo diante de inúmeras transformações socioespaciais ao longo da história brasileira, fez com que várias lutas pelo acesso a terra surgissem, não só na Zona da Mata pernambucana, mas em todo o país. Estas lutas estão pautadas em reivindicações por melhor distribuição da terra, melhores condições para a permanência no

campo dos proprietários dos minifúndios e pequenos imóveis rurais, por meio de auxílio das políticas públicas, tanto voltadas para a assistência técnica, como para crédito e financiamento.

Contudo, a discussão sobre reforma agrária no Brasil não é recente. Esta questão já é discutida desde o período Imperial, mas nenhuma ação foi realizada nesse sentido. Entretanto a luta pela reforma agrária só vai acontecer de fato nos anos 1950, como afirma José de Souza Martins (2008), um início difuso e confuso da luta pela reforma agrária, que se apresenta como um fator de desestabilização da ordem política, mas que é contido com o estabelecimento da ditadura militar.

Quando o Estado Brasileiro teve a possibilidade de encontrar uma solução para o caráter singular dos nossos problemas sociais, transformou-se em ditadura, justamente para evitar a solução, aliás mal encaminhada, formulada por aqueles setores mais politizados, na verdade da classe média, que falavam em nome dos pobres e dos trabalhadores. (MARTINS, 2008, p. 173).

Dentro deste contexto, a década de 1980 é um dos marcos no que se refere às lutas dos movimentos sociais rurais, pois, com o início do processo de redemocratização no país, foram criados inúmeros movimentos sociais rurais, sendo o mais conhecido e noticiado o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). De acordo com Bernardo Mançano Fernandes (2008, p. 01): “Com a redemocratização do país na década de 1980, ocorreu a consolidação do modelo agroexportador e agroindustrial simultaneamente ao processo de territorialização da luta pela terra, com o aumento das ocupações de terras e da luta pela reforma agrária”.

Tentando conter as ocupações de terras organizadas pelos movimentos sociais rurais, o Estado passou a iniciar um planejamento vislumbrando atenuar as tensões no campo. Apesar dos planejamentos, nenhum governo desde a década de 1980 até o atual atingiu as metas estabelecidas pelos planejamentos.

No governo Sarney houve a ideia de revisar e efetivar o Estatuto da Terra, que continha no seu texto uma proposta de implantar uma massiva desconcentração fundiária. O Estatuto da Terra foi criado através da Lei 4.504, no ano de 1964, com o intuito de regular os direitos e deveres referentes aos imóveis rurais para fins de execução da Reforma Agrária. Nesta Lei, foi posto que passava a ser dever do Estado promover e criar as condições de acesso ao trabalhador rural de preferência nas regiões onde habita; zelar para que a propriedade da terra desempenhe sua função social, estimulando planos para a sua racional utilização, promovendo a justa remuneração e o acesso do trabalhador aos benefícios do aumento da produtividade e ao bem-estar coletivo. Em função da interferência de diversos grupos sociais, uma das propostas mais relevantes a desapropriação de terras por interesse social, foi retirada, descaracterizando o objetivo central do Estatuto. Todavia, no governo Sarney, foram assentadas 93.455 famílias, um número baixo em relação às inúmeras reivindicações dos movimentos sociais rurais (DATALUTA, 2007 *Apud* COCA, 2008).

No ano de 1990 o presidente alagoano Fernando Collor de Mello fez a promessa de assentar 500 mil famílias, no entanto, foi um governo caracterizado pela repressão aos movimentos sociais rurais. Dois anos depois do início do seu mandato, este presidente foi cassado, tendo assentado apenas 42.030 famílias (ibid.). De acordo com Bernardo Mançano Fernandes “na década de 1990, ocorreu a multiplicação dos movimentos camponeses em luta pela terra, ampliando a conflitualidade e a criação de assentamentos rurais, tendo o MST à frente desse processo”. (2008, p. 01)

Ao assumir o cargo de presidente, Itamar Franco diminuiu a repressão aos movimentos sociais rurais, mas no início de 1993 permitiu a aprovação da Lei Agrária (Lei nº 8.629, de 25.02.1993). Nela havia alguns pontos que dificultavam a reforma agrária, como o artigo 7º. Este indicava que: “não será passível de desapropriação, para fins de reforma

agrária, o imóvel que comprove estar sendo objeto de implantação de projeto técnico.” (Lei nº 8.629, de 25.02.1993).

O saldo final do número de famílias assentadas nos 18 meses do governo Itamar foi de apenas 14.627 famílias (DATALUTA, 2007 *Apud* COCA, 2008) e com mais retrocessos do que avanços na questão da reforma agrária, segundo a ótica dos movimentos sociais rurais².

No governo seguinte, somente no primeiro mandato do sociólogo Fernando Henrique Cardoso (FHC), foram criados 2.413 assentamentos, num total de 306.285 famílias (ibid.). No segundo mandato, no entanto, esse número caiu quase pela metade. O total de projetos de assentamentos ficou em 1.931, enquanto o número de famílias chegou a um total de 158.312 (ibid.).

O número de famílias assentadas no mandato de FHC, apesar de ter sido o maior dentre os governos democráticos iniciados na década de 1980 até então, não coibiu a atuação dos movimentos sociais rurais através de ocupações de terras, o que fez com que o governo tomasse medidas com o intuito de frear as ações dos movimentos sociais rurais. Entre essas medidas destaca-se o inciso 6 do artigo 4 da medida provisória de nº 2.109-52, que impedia a desapropriação das áreas ocupadas, como é possível observar no trecho da medida provisória que segue:

O imóvel rural de domínio público ou particular objeto de esbulho possessório ou invasão motivada por conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo não será vistoriado, avaliado ou desapropriado nos dois anos seguintes à sua desocupação, ou no dobro desse prazo, em caso de reincidência; e deverá ser apurada a responsabilidade civil e administrativa de quem concorra com qualquer ato omissivo ou comissivo que propicie o descumprimento dessas vedações. (BRASIL, 2001).

Apesar da tentativa de intimidação aos movimentos sociais rurais, as ocupações continuaram acontecendo no mandato do então presidente FHC.

Após os dois mandatos de FHC, Luiz Inácio Lula da Silva assume a presidência, que assentou, segundo dados do INCRA (2011), 614 mil famílias, no entanto, há controvérsias a respeito desse número. Além dos movimentos sociais rurais, que através dos seus representantes postulam tal desequilíbrio entre os dados oficiais e a realidade, a reportagem publicada no site do Jornal Estadão, no dia 28 de fevereiro de 2011, ratifica tal conduta do Estado indicando que:

[...] verificou que quase um terço (26,6%) das famílias assentadas por Lula é, na verdade, constituído por famílias que já viviam e produziam na zona rural, mas sem título de propriedade. O trabalho do governo foi dar-lhes o título e incluí-las nos programas de apoio à agricultura familiar. (ESTADÃO ONLINE, 2011).

Apesar das expectativas no governo Lula, o saldo para os movimentos sociais rurais, a respeito da quantidade de assentamentos e projetos voltados para os assentados, foi insatisfatório, principalmente quando se faz a análise da forma como esses projetos eram e são elaborados, sempre visando à participação dos assentados subordinados ao agronegócio.

Assim sendo, mesmo havendo a perpetuação do predomínio do latifúndio, é importante destacar que houve aumento do número de pequenas propriedades, fruto principalmente dos assentamentos realizados a partir de 1980, o que propiciou o surgimento de novas relações de trabalho e novas formas de produção. Os assentados da reforma agrária são trabalhadores com uma característica peculiar, são proprietários não só da sua força de trabalho, como também dos seus meios de produção, configurando assim o surgimento de novas relações de trabalho nestas áreas, remodelando os territórios.

² Informação obtida através de diálogos informais com representantes da Comissão Pastoral da Terra.

Em relação ao estado de Pernambuco, é possível observar o aumento recente no número das pequenas propriedades e a redução das grandes propriedades, porém ainda em ritmo lento. Nas tabelas a seguir é possível confirmar estas características mencionadas sobre a estrutura fundiária de Pernambuco. Entretanto, contraditoriamente, nota-se que houve aumento na área total dos estabelecimentos agropecuários com mais de 1.000 hectares, entre 1975 e 2006, na contra mão da expectativa dos movimentos sociais rurais e perpetuando as características históricas socioterritoriais, o que indica a permanência da concentração de terras no estado de Pernambuco.

Tabela – 02: Área dos estabelecimentos agropecuários no estado de Pernambuco entre 1970 - 2006

	1970	1975	1980	1985	1996	2006
Menos de 10 ha	696829	680223	706312	714805	529764	550657
10 a menos de 100 ha	1848293	1885312	2043434	2103664	1795139	1882520
Menos de 100 ha	2545122	2565535	2749746	2818469	2324903	2433177
100 a menos de 1000 ha	2880184	2789089	2939322	2945667	2389196	1923664
1000 ha e mais	968292	940059	966722	935778	866635	1077229

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários 1970/2006.

Tabela – 03: Número de estabelecimentos por extensão das terras em hectares em Pernambuco entre 1970 e 2006

	1970	1975	1980	1985	1996	2006
Menos de 10 ha	256982	240324	246686	270756	186669	208110
10 a menos de 100 ha	62894	65000	71525	72581	61672	68305
Menos de 100 ha	319876	305324	318211	343337	248341	276415
100 a menos de 1000 há	10974	10753	11476	11794	9703	8312
1000 ha e mais	510	483	511	471	439	316

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários 1970/2006.

Nos estabelecimentos com até 10 hectares houve redução da área total, em relação ao número de imóveis rurais desta dimensão, houve redução no quantitativo da unidade entre 1970 e 2006. Ao analisar todo o período de forma compartimentada, percebe-se que de 1970 até 1985 houve leve aumento na área das unidades dos imóveis rurais. Entre 1985 e 1996 houve um cenário de queda e entre 1996 e 2006 aumento, mas que não chegou a conseguir superar o índice de 1985. Nesta camada dos estabelecimentos agropecuários, boa parte corresponde aos assentamentos de reforma agrária do estado e os demais trabalhadores da agricultura familiar.

Maior parte dos agricultores familiares encontra-se alocada nos estabelecimentos agropecuários entre 10 e 100 hectares. Estas unidades, diferentemente dos dois tipos anteriormente mencionados, teve aumento na área total e também no número de estabelecimentos. É importante destacar que a área média das parcelas de assentamento de reforma agrária federal da Zona da Mata pernambucana é de 9,11 hectares, segundo os Tipos de Projetos Criados e o Número de Famílias Assentadas nos Projetos de Reforma Agrária (INCRA, 2009). Neste enquadramento imobiliário houve relativa estabilidade no número de unidades, visto que o aumento no número de imóveis foi sutil, contudo havendo um aumento mais expressivo na área destinada a essa categoria.

Por fim, no caso dos estabelecimentos agropecuários entre 100 e 1000 hectares, ocorreu uma leve diminuição no número de estabelecimentos, mas em paralelo houve uma forte queda na área destinada a essa categoria de imóveis. Esta diminuição na área total destinada a esse tipo de imóvel deu-se no estado de Pernambuco especialmente a partir de 1985, década em que teve início uma forte crise no setor canavieiro com o fechamento de usinas e crescimento no número de ocupações e assentamentos de reforma agrária na região da Zona da Mata.

Este processo de reconfiguração fundiária da mata pernambucana, baseado na criação de assentamentos de reforma agrária em antigas áreas produtoras de cana de açúcar, também implica em novas relações de trabalho. Observa-se que a nova realidade

dos trabalhadores rurais assentados, como proprietário de terras, acarreta em novas práticas para este agricultor. Na condição de proprietário de terra, este trabalhador agrícola enxerga a possibilidade de poder gerenciar sua atividade produtiva de acordo com suas necessidades, e de não estar mais submetido ao árduo trabalho, oferecido pelos usineiros, na lavoura da cana, em condições insalubres, por no mínimo oito horas de trabalho intensivo, com remuneração baixíssima.

O agricultor, que na antiga condição de trabalhador apenas vendia seu trabalho e recebia seu salário no final do período, agora como proprietário da terra vê a possibilidade de maior renda. Contudo, na prática, o que se observa é que essa maior renda não necessariamente se realiza, visto que, agora na condição de proprietários dos seus meios de produção, os produtores precisam arcar com todos os custos necessários para a realização da sua produção, assumindo assim os bônus, mas também os ônus. Entre os custos agregados à produção estão desde os insumos para o preparo da terra até a logística e o transporte para a venda da mercadoria, sem levar em conta a instabilidade produtiva em função dos eventos meteorológicos e as oscilações de mercado. Faz-se necessário salientar que todos os encargos sociais pagos pelo empregador ao trabalhador deixam de existir nesta nova configuração, sendo esta agora uma responsabilidade do próprio produtor proprietário de suas terras.

Apesar da reconfiguração fundiária, tendo agora um maior número de trabalhadores rurais como proprietários de terras a partir do processo de assentamento verifica-se, contudo, a permanência do cultivo da cana de açúcar nas terras dos assentamentos de reforma agrária federal. Alguns fatores têm contribuído para que o plantio de cana se configure como a principal cultura dos assentamentos de reforma agrária da Zona da Mata pernambucana, entre eles está a forte presença das usinas, as quais necessitam de matéria prima para o seu funcionamento, o que significa para os assentados uma certeza de venda de sua produção. Além disso, é importante destacar que 57% desses novos proprietários de terras (os assentados da reforma agrária) da Zona da Mata pernambucana são ex-trabalhadores da lavoura da cana³ e foram assentados em terras de antigos engenhos e usinas. Do total de famílias assentadas na região, 70% têm a cana de açúcar como a cultura que ocupa a maior área da sua parcela. É também esta cultura a responsável pela maior renda familiar. Uma das hipóteses sobre essa configuração foi a que os assentados já recebiam as parcelas com cana de açúcar e acabavam dando continuidade a esta cultura. No entanto, identificou-se em trabalho de campo que 61% das famílias produtoras de cana receberam a terra sem ter nada plantado e apenas 18% com a cana de açúcar já presente na parcela.

Deste modo, estes novos proprietários de terra permanecem vinculados às usinas pela perpetuação da produção de cana de açúcar, não havendo uma diversificação da produção. Agora assumem a função de fornecedores desta matéria prima, mas sem autonomia da produção, pois quem dita o preço da sua safra são os representantes das usinas e não os produtores. A propriedade da terra, que poderia ser uma possibilidade de se libertar da subordinação das usinas, não os liberta, visto que se estabelecem novas formas de subordinação.

Desta forma, observa-se uma nova configuração do território baseada em diferentes relações de trabalho das antes estabelecidas, porém são mantidas as relações de poder, não mais baseadas na relação patrão-empregado proprietário dos meios de produção-força de trabalho, mas sim na terceirização da produção.

Ainda, para corroborar com a ação de dominação do território da cana de açúcar pelas usinas, algumas políticas públicas são criadas no sentido de estimular a produção canavieira pelos pequenos produtores. No caso do estado de Pernambuco, as medidas de incentivos se configuraram na oferta de insumos e bônus para os assentados que produzem cana e destinam sua produção às usinas.

³ Essa informação é fruto da realização de questionários aplicados junto aos assentados da reforma agrária federal entre setembro de 2008 e março de 2009. Os responsáveis por esse levantamento foram a Comissão Pastoral da Terra e a Cátedra Gilberto Freyre.

Somando-se a estes fatores pode-se destacar ainda o conhecimento técnico, a herança cultural, a proximidades de usinas, além de incentivos do Estado para a produção de cana de açúcar em função das perspectivas da produção de cana visando a matriz energética do Etanol.

Sobre isso Fabrini comenta que: “A preocupação com a produção de etanol ocorreu pela emergência de um potencial mercado externo em vista da intenção da União Europeia de substituir 10% do consumo de combustíveis derivados de petróleo usado no transporte até 2020”. (2010, p. 66).

Outro importante mercado consumidor são os Estados Unidos, pois este país também pretende substituir 20% da demanda de gasolina por etanol até 2020 (FABRINI, 2010).

O controle da principal matriz energética é de extrema importância para os países em função da possibilidade da associação entre o controle da principal forma de produção de energia e o controle da economia global. Neste sentido, no contexto atual, onde temos o petróleo ainda como principal forma de energia utilizada na escala global, Harvey afirma:

Há, no entanto uma perspectiva ainda mais ampla a partir da qual entender a questão do petróleo. Ela pode ser apreendida na seguinte proposição: quem controlar o Oriente Médio controlará a torneira global do petróleo, e quem controlar a torneira global do petróleo poderá controlar a economia global, pelo menos no futuro próximo. (HARVEY, 2004, p. 25).

Nesta perspectiva o Brasil buscou e ainda busca, mas de modo menos contundente, inserir o etanol a partir da cana de açúcar como um possível substituto do petróleo, colocando-o num patamar de ambientalmente correto. Contudo, alguns impactos ambientais são gerados, como a necessidade de se utilizar 100 litros de água para a fabricação de apenas 1 litro de etanol, além do resíduo formado no processo de destilaria do caldo da cana de açúcar, conhecido como vinhoto, que passa a ser uma fonte de poluição dos rios, apesar de já estar sendo utilizado como fertilizantes, este não consegue ser plenamente utilizado na lavoura, o que finda por derrubar a ideia de combustível limpo ou ecologicamente correto.

Voltando a questão que gira no entorno das causas incentivadoras e viabilizadoras do cultivo de cana de açúcar nos assentamentos, tem-se o ponto que é cerne: o conhecimento técnico. O agricultor assentado como visto anteriormente, via de regra, já tem a prática do manejo desta cultura visto que alguns membros ou todo o grupo familiar teve em algum momento antes de se tornar assentado ligação com esta atividade. No que se refere à herança cultural, é possível enumerar alguns fatores, entre eles a ideologia que o produtor de cana de açúcar é um indivíduo social bem sucedido.

Enquadrando-se nesta condição de produtor, o assentado finda por se julgar como dono de sua produção, mesmo não tendo o poder de estabelecer o valor da mercadoria produzida por ele e nem a escolha da usina na qual destinará a sua produção. Neste sentido, faz-se necessário mencionar outro ponto, que é a questão da proximidade física dos assentamentos com as usinas. Soma-se a isso a relação de intimidade gerada entre a área agrícola (os assentamentos) e a industrial (a usina) em função da perecibilidade do produto ao longo do processo produtivo. O período temporal entre o corte e o início do processo de beneficiamento pode transcorrer em no máximo 24 horas. Desta forma faz-se necessário o estabelecimento de aparatos que permitam uma maior fluidez entre essas duas áreas, ressaltando a real necessidade da proximidade física.

Quanto aos incentivos proporcionados pelo Estado para que os assentamentos de reforma agrária federal sejam funcionais ao agronegócio da cana de açúcar, pode-se indicar as políticas públicas voltadas para os pequenos produtores agrícolas e os enquadrados na agricultura familiar. Como exemplo, é possível citar o projeto do Governo Federal no qual há uma doação no valor de cinco reais por tonelada de cana de açúcar fornecida para as

usinas⁴. Essa política pública de doação a fundo perdido aos pequenos e médios fornecedores da cana de açúcar, no entanto, é controlada pelas usinas. Estas recebem o dinheiro e repassam apenas às pessoas cadastradas que, no caso em questão são geralmente atravessadores. Em função desta divisão social do trabalho os verdadeiros produtores da cana de açúcar findam por não receberem os benefícios que teoricamente foram criados pelo Estado para beneficiá-los.

Assim como o bônus financeiro, as doações dos insumos agrícolas possuem o mesmo procedimento, ou seja, eles são dados às usinas para que essas redistribuam aos fornecedores dificultando a chegada desses produtos ao assentado-produtor. Quando os insumos chegam às mãos dos assentados faz-se geralmente por meio da compra aos atravessadores. A logomarca do governo de Estado e a mensagem “Venda Proibida”, não intimida tal prática.

Um fator que contribui para a aceitação de tal prática por parte dos atravessadores é a forma como a venda da cana é feita. O assentado se responsabiliza pelo plantio e o atravessador, no período do corte, atribui um valor a sua área plantada que é paga sem levar em consideração esses benefícios dados pelo Estado. O atravessador monta as chamadas “turmas”, que são empreiteiros pagos para realizar o corte e o transporte até a usina. Não raro essas turmas são compostas também pelo próprio grupo familiar do assentado, que por não dispor de meios para realizar o transporte e não ter a cota mínima para comercializar diretamente com a usina, sentem-se obrigados a realizar tal tipo de transação.

Ao comercializar desta forma a sua produção o assentado da reforma agrária subordina, a partir de outra lógica, a sua força de trabalho ao agronegócio. Possibilita também a extração da renda de sua terra por este setor criando uma nova estrutura na divisão social do trabalho e uma nova lógica na estrutura socioterritorial.

Desta forma, a instituição dos assentamentos acaba se tornando funcional ao agronegócio, uma vez que através das políticas públicas reinsere este trabalhador na condição de subordinado da sua força de trabalho ao setor. O que se percebe é que o assentamento por si só não basta para a democratização da terra e redução das desigualdades, pois como afirma Manuel Correia de Andrade: “Uma reforma agrária deve estar voltada tanto para a democratização do acesso a terra, por parte do trabalhador rural, como o da orientação do que produzir e do destino que deve ser dada à produção. Ela deve atingir tanto as formas como as funções da produção”. (ANDRADE, 2002, p. 18).

Ressalta-se que neste momento o trabalho flexível é a nova base das relações produtivas no campo, onde o novo proprietário de terra, principal meio de produção agrícola, está subordinando não só a sua capacidade laboral, como também o uso da sua terra em uma nova lógica do agronegócio, em que a extração da renda da terra não se dá pelo proprietário desta, mas pelos agentes hegemônicos que dominam os territórios pelas relações de poder, baseadas na técnica, na política e no capital financeiro.

Modificação na estrutura fundiária da Zona da Mata pernambucana: novas relações de poder?

Mesmo diante de modificações na estrutura fundiária, com o aumento de assentamentos estabelecidos por meio de políticas públicas frente às reivindicações dos trabalhadores rurais, tem-se percebido nesta região da Zona da Mata pernambucana a reprodução de relações de trabalho já estabelecidas em outros campos da economia em tempos de acumulação flexível, que é a terceirização das atividades.

O que se verifica é que os assentados produzem parte da cana de açúcar utilizada pelas usinas, mesmo estes não sendo mais trabalhadores assalariados e sim proprietários ou posseiros fundiários. Segundo a Associação dos Fornecedores de Cana de Açúcar de

⁴ Fonte: http://www.afcp.com.br/inicio/index.php?option=com_content&task=view&id=783&Itemid=46 Acesso em: outubro de 2011.

Pernambuco (AFCP) “cerca de 90% dos 12 mil produtores de cana do Estado pertencem ao regime de agricultura familiar⁵”. Apesar de este número chamar a atenção, quando visualiza-se o mapa dos assentamentos na Zona da Mata pernambucana e as áreas destinadas a este cultivo percebe-se que o território dos assentamentos é espacialmente pequeno e como consequência, responsável pela menor parte do abastecimentos das usinas. Somado a questão espacial tem-se também a questão tecnológica, visto que há pouco ou nenhum insumo ou instrumento tecnológico (como sistema de irrigação, por exemplo) que aumente a produtividade da cana nos assentamentos. Esta percepção de que os assentamentos são responsáveis por uma baixa quantidade de fornecimento de cana às usina não exclui a configuração que esta relação estabelece da reprodução socioterritorial da região.

A partir das entrevistas realizadas com os assentados de reforma agrária, identifica-se que o cerne da questão desta lógica da produção de cana de açúcar na Zona da Mata é que os pequenos produtores não se percebem como subordinados ao agronegócio, ou como parte de uma nova reestruturação do capital e de novas relações de trabalho. Nesta nova estrutura o produtor da matéria prima, mesmo sendo proprietário da terra se submete diretamente às ações dos usineiros e do Estado, e em tal condição eles não estão livres das relações de produção baseadas no poder, tornando-se assim mais alienados do processo.

Esse processo de terceirização da produção torna-se mais viável ao usineiro, visto que minimiza os custos com os encargos sociais e com a terra e passa para as mãos do Estado a responsabilidade deste trabalhador. A partir do momento que o assentado passa a produzir em sua própria terra, este tem que arcar com todos os ônus da produção, como no caso de um evento climático que venha prejudicar a plantação, além de que este passa a não ter mais relação trabalhista com a usina como assalariado, tendo que arcar com todos os encargos trabalhistas. Para alguns pequenos produtores essa terceirização da produção é vista como uma garantia de venda do que foi produzido, mesmo a usina ditando os preços das safras desses agricultores, na maioria das vezes muito aquém do preço de mercado, pois mesmo com a redução do monopólio fundiário, não há um leque de opções de venda de cana de açúcar, ficando no geral submetidos à usina mais próxima.

Diante do cenário relatado, identifica-se na Zona da Mata pernambucana pequena mudança na estrutura fundiária, com os assentamentos realizados nos últimos anos. Contudo, há a perpetuação da concentração de poder nas mãos dos representantes do agronegócio canavieiro baseada em novas relações socioterritoriais pautadas na sujeição informal do trabalho que delinea uma relação dialética entre as lógicas territorial e a capitalista de poder gerando lógicas socioeconômicas sobrepostas (as dos usineiros e a dos assentados).

Mesmo diante de uma tentativa de reestruturação fundiária através de políticas públicas, sendo proprietários das suas terras, os assentados, continuam vendendo das mais diversas formas a sua força de trabalho aos grandes produtores, revelando uma nova lógica de extração de renda da terra no campo, frente a mais uma reestruturação do capital, contudo permanecendo as relações de poder já consolidadas há séculos.

Considerações finais

Como respostas aos questionamentos feitos sobre o cenário a ser analisado por este artigo, percebeu-se que a tentativa do Estado em distribuir terras para antigos trabalhadores do agronegócio canavieiro em Pernambuco e demais representantes dos setores da sociedade não concluiu a sua função oficial, que é a de proporcionar uma desconcentração fundiária. Deste modo, os assentamentos da região ficam, em sua maioria, em áreas de influência direta das usinas o que possibilita maior interferência dessas nas suas organizações socioterritoriais. Assim sendo, funda-se por estabelecer relação direta de subordinação do assentado aos representantes do agronegócio. Os primeiros subordinando a sua terra para o uso da produção de cana de açúcar, bem como a sua força de trabalho

⁵ <http://www.canaoeste.com.br/conteudo/canavieiros-querem-zona-da-mata-nas-acoes-federais-contra-seca.html>

de modo flexível, numa espécie de terceirização, mas numa relação de não igualdade entre as partes.

Dentro desta configuração o Estado aparece como agente aliado ao agronegócio fomentando políticas públicas destinadas a inserção, permanência e dependência desses trabalhadores, consolidando as diretrizes dos norteamentos socioterritoriais delineados pelos agentes do setor canavieiros.

Por fim, a nova lógica na produção de cana de açúcar na Zona da Mata pernambucana é fruto de uma sutil transformação fundiária que findou por perpetuar relações de poder características da produção tradicional colonial. O que mudou foi a forma de submissão deste trabalhador, que agora, não mais apenas dono de sua força de trabalho, mas é também proprietário de suas terras e dos seus meios de produção, contudo continua submetido à lógica do agronegócio da cana de açúcar da Zona da Mata pernambucana.

Referências

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 7ª. Ed. rev. e aum. São Paulo: Cortez, 2005. p. 334.

_____. **Espaço agrário brasileiro**: velhas formas, novas funções, novas formas, velhas funções. In: Geosp, São Paulo, n.12, p. 11-19, 2002.

ASSOCIAÇÃO DE FORNECEDORES DE CANA DE PERNAMBUCO. **AFCP**, 2011. Disponível em: <http://www.afcp.com.br/inicio/index.php?option=com_content&task=view&id=783&Itemid=46> Acesso em: outubro de 2011.

BRASIL. **Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Registrada á fl. 57 do livro 1º do Actos Legislativos. Secretaria d'Estado dos Negócios do Império em 2 de outubro de 1850.

_____. **Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993**. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Brasília, 25 de fevereiro de 1993.

_____. **Medida Provisória nº 2.109-52, de 24 de maio de 2001**. Acresce e altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, das Leis nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, 8.177, de 1º de março de 1991, e 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências. Brasília, 24 de maio de 2001.

CANAVIEIROS querem Zona da Mata nas ações federais contra seca. **Canaoeste**, 2012. Disponível em: <<http://www.canaoeste.com.br/conteudo/canavieiros-querem-zona-da-mata-nas-acoes-federais-contra-seca.html>> Acesso em: dezembro de 2012.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **Análise e mapeamento dos tipos de assentamentos no Brasil**: compreender a diversidade e a atualidade da reforma agrária brasileira - estudo dos assentamentos das regiões Norte e Nordeste. Presidente Prudente, FAPESP, 2008.

ESTADÃO ONLINE. **INCRA infla números de reforma agrária**. 2011. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,incra-infla-numeros-de-reforma-agraria,685545,0.htm>> Acesso em: novembro de 2012.

FABRINI, J. E. O campesinato frente à expansão do agronegócio e do agrocombustível. In: SAQUET, M. A e SANTOS, R. A. dos (Orgs). **Geografia Agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **O MST e as reformas agrárias do Brasil**. In: Boletim Dataluta, Dezembro, 2008.

GIRARDI, E. P. **Atlas da Questão Agrária Brasileira**, 2009. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/>. Acesso em: novembro de 2012.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2004.

HOFFMANN, Rodolfo; NEY, Marlon Gomes. **Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil, grandes regiões e unidades da federação**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

IBGE. **Censo Agropecuário 1970-2006**. Disponível em: www.ibge.gov.br Acesso em: novembro de 2012.

_____. **Produção Agrícola Municipal**. Disponível em: www.ibge.gov.br Acesso em: novembro de 2012.

INCRA. **Instrução especial nº 20, de 28 de maio de 1980**. 2011. Disponível em: www.incra.gov.br Acesso em: novembro de 2012.

_____. **Tipos de Projetos Criados e o Número de Famílias Assentadas nos Projetos de Reforma Agrária**, 2009. Disponível em: www.incra.gov.br. Acesso em: novembro de 2012.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Editora Contexto, 2010. p. 288.

_____. **A sociedade vista do Abismo**. Petrópolis: Vozes, 2008.

MDA, **Estatísticas do meio rural 2010-2011**. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; Ministério do Desenvolvimento Agrário. 4ª. Ed. - São Paulo: DIEESE; NEAD, MDA, 2011.

MELO, Mario Lacerda de. **O Açúcar e o Homem: Problemas Sociais e Econômicos do Nordeste Canavieiro**. Recife: IJNPS, 1975. 304p.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. **Agricultura Brasileira: transformações recentes**. In: ROSS, Jurandyr L. Sanches (org.). **Geografia do Brasil**. SP: Edusp, 2009. p. 465-534.

ROSS, Jurandyr L. Sanches (org). **Geografia do Brasil**. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2005. 550p.

Recebido para publicação em 29 de Março de 2013

Aceito para publicação em 16 de Agosto de 2013

Trabalho dos extensionistas no contexto da ATES: o caso dos assentamentos de Candiota/RS

Daiane Loreto de Vargas

Tecnóloga em Agropecuária pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERG)
Mestre e Doutoranda em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
e-mail: loretodevargas@gmail.com

Resumo

Sabe-se que a questão agrária e os problemas que dela se originam não são recentes e nem estão resolvidos, mas, também se reconhece que muitas iniciativas vêm sendo tomadas nesse sentido. Dentre elas é importante destacar o serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES), criado pelo Instituto Nacional da Reforma Agrária (INCRA) com objetivo de ser uma alternativa na prestação de serviços de extensão rural para agricultores assentados. Dessa forma, desenvolveu-se uma pesquisa de campo no contexto dos assentamentos do Município de Candiota/RS. Onde se teve por objetivo compreender as ações da extensão rural na prática, tendo em vista as orientações do Programa de Ates e os possíveis conflitos que daí se origina, ou seja, os conflitos entre teoria e prática no cenário das orientações desse programa para o serviço de extensão rural.

Palavras-chave: extensão rural, política de ATES, assentamentos rurais.

Resumen

Trabajo de los extensionistas en el contexto de ATES: el caso de los asentamientos de Candiota/RS

Se sabe que la cuestión agraria y los problemas que se derivan de ella no son nuevas ni se resuelven, pero también reconoce que muchas iniciativas se han tomado en esta dirección. Entre ellos es importante destacar el servicio técnico de la Reforma, Agraria Ambiental y Social (ATES), creado por el Instituto Nacional de Reforma Agraria (INCRA) con el fin de ser una alternativa en la prestación de servicios de extensión a los agricultores locales. Por lo tanto, hemos desarrollado una investigación de campo en el contexto de los asentamientos del municipio de Candiota/RS. ¿Dónde está dirigido a comprender las acciones de la ampliación en la práctica teniendo en cuenta las directrices de las Ates Programa y los posibles conflictos que se plantea entonces, es decir, el conflicto entre la teoría y la práctica en el establecimiento de las directrices de este programa para el servicio extensión rural.

Palabras-clave: extensión, ATES política, asentamientos rurales.

Abstract

Work of workers in the context of ATES: the case of settlements Candiota/RS

It is known that the agrarian question and the problems that arise from it are not new nor are resolved, but also recognizes that many initiatives have been taken in this direction. Among them is important to highlight the service of Technical, Environmental and Social Agrarian Reform (ATES), created by the National Institute of Agrarian Reform (INCRA) in order to be an alternative in providing extension services to local farmers. Thus, we developed a field

research in the context of the settlements of the Municipality of Candiota/RS. Where is aimed to understand the actions of the extension in practice in view of the guidelines of the Program ATES and the possible conflicts that then arises, namely the conflict between theory and practice in setting the guidelines of this program for service rural extension.

Keywords: extension, Politics ATES, rural settlements.

Introdução

Toda problemática que envolve a questão agrária no Brasil ainda está longe de ser resolvida por completo. Diante do modelo de modernização conservadora adotado pelo país, vários conflitos surgiram e ainda estão eminentes. Mas, também se deve ressaltar que muitas iniciativas vêm sendo tomadas ao longo das últimas décadas, sejam para resolver ou apenas para amenizar esses conflitos.

Dentre as quais, pode-se destacar o serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES), criado pelo Instituto Nacional da Reforma Agrária (INCRA) em 2004, com objetivo de ser uma alternativa na prestação de serviços de extensão rural para agricultores assentados da reforma agrária (NEUMANN; DALBIANCO, 2012; DIAS, 2004).

Onde os assentados passam a receber orientação técnica para seus sistemas produtivos, sejam por instituições públicas ou privadas (terceirização do serviço de assistência técnica e extensão rural mediante contrato). Com a orientação teórico-metodológica definida pelo Programa de Ates, embasado na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER).

Com o objetivo de compreender um pouco mais dessa orientação técnica na prática, realizou-se uma pesquisa de campo no contexto dos assentamentos do Município de Candiota/RS, parte de um trabalho maior de uma disciplina ministrada no curso de Doutorado em Extensão Rural na Universidade Federal de Santa Maria.

A pesquisa se deu com produtores de leite, devido ao fato da produção leiteira ser a principal atividade produtiva dos camponeses assentados naquela região. Sendo assim, o estudo teve por objetivo compreender as ações dos assessores técnicos de Ates (extensionistas) na prática da extensão rural nas propriedades, utilizando uma abordagem qualitativa de pesquisa.

A partir de uma análise das orientações do Programa de Ates e os possíveis conflitos que daí se originam, na questão da aceitação dos assentados em relação ao formato das orientações técnicas, ou seja, os conflitos que tem se originado entre teoria e prática no contexto das orientações da política de Ates e do trabalho dos extensionistas a campo.

Tendo em vista que para alguns autores, como Dias (2004, p. 499), “a proposta do serviço de ATES carece de definições conceituais e metodológicas mais precisas”, além de um processo de capacitação profissional. Sendo estes fatores essenciais no processo de assessoria técnica, até mesmo para que se obtenha participação de todos os atores envolvidos.

Diante desse contexto, o trabalho foi organizado, depois dessa parte introdutória, em uma seção que aborda sobre a metodologia adotada para a pesquisa, outra sobre a questão agrária e o campesinato, depois, destaca-se uma seção para extensão rural no contexto do Programa Nacional de Ates, uma seção sobre os aspectos gerais e dos sistemas de produção do Município de Candiota, uma seção ainda para ações práticas da extensão rural nos assentamentos e, por fim, algumas considerações finais.

Metodologia

Vivenciado momentos de teoria e prática, o desenvolvimento do estudo realizou-se nos assentamentos de reforma agrária de Candiota/RS. O trabalho teve por base a pesquisa

exploratória e a abordagem qualitativa, baseada na observação, análise, interpretação e compreensão dos fatos. Onde os dados primários para a pesquisa foram coletados em janeiro de 2013.

Para a pesquisa dos dados empíricos foram utilizadas algumas técnicas de levantamento de dados, como entrevistas semi-estruturadas, com base em um roteiro pré-estruturado, e a prática da observação.

As entrevistas foram realizadas com assentados, extensionistas da Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos (COPTec), dirigentes e funcionários da Cooperativa Cooperal. Além disso, utilizou-se da informação de dados secundários, através de documentos como o Plano de Recuperação dos Assentamentos (PRAs), o Relatório do 1º Seminário Regional da Produção Leiteira nos Assentamento dos Municípios de Candiota, Aceguá e Hulha Negra e demais dados de escritório.

Os assentamentos visitados fazem parte do Núcleo Operacional Candiota, estabelecido pelo INCRA, o qual conta com 30 assentamentos. Sendo 5 no Município de Aceguá e 25 no Município de Candiota. Desse total foram visitados 7 assentamentos no Município de Candiota, sendo estes denominados de: Madrugada, Estância do Fundo, Estancinha, Fazenda São Francisco, Santa Fé, Santa Lúcia e Conquista do Paraíso, totalizando 12 camponeses-assentados entrevistados.

Nas visitas, além de um diálogo aberto e das entrevistas estruturadas com perguntas abertas, também foram observadas as instalações da propriedade, condições de estrada e condições do local da ordenha. Em grande parte das entrevistas participaram o casal dono da propriedade, em outras participaram a mulher e em menor quantidade foi entrevistado o homem. Embora a atividade leiteira seja de responsabilidade de ambos, se o homem realiza outro serviço na propriedade ou fora dela, é a mulher que se responsabiliza pela ordenha.

Questão agrária e o campesinato

A questão agrária no Brasil passa por novos contextos, onde se tem atualmente a construção de uma política de território e de crédito fundiário, tendo em vista amenizar conflitos para com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Nesse sentido, as políticas fogem da discussão da raiz do problema agrário no país, que se encontra centrado na grande concentração de terra, consequência de uma lógica de desenvolvimento embasado no sistema capitalista.

Fernandes (2008) é um autor que traduz esse contexto ao colocar a necessidade das políticas públicas entenderem a questão agrária como um problema estrutural do capitalismo, essa estrutura cria desigualdades e diferenciações dentro do campesinato, ocasionando lutas e vários conflitos.

O autor também explica que: “a reforma agrária é compreendida pelas mudanças na estrutura fundiária de um país. No caso do Brasil, essa mudança está ocorrendo, mas a desconcentração fundiária não” (FERNANDES, 2008, p. 05). Isso é fácil de compreender através de uma análise do formato das políticas públicas adotadas no país, que financiam a terra e não fazem a desapropriação de terras improdutivas.

Para o autor (2003), a ênfase das políticas públicas a partir de 2002 possui um discurso conciliador com ações desenvolvimentistas, onde os objetivos principais estão em programas que recuperem os assentamentos implantados e na implantação de novos assentamentos, acompanhado de políticas básicas: crédito, infraestrutura, educação, capacitação técnica e comercialização.

Para fins de esclarecimento do termo camponês, usa-se o mesmo no presente trabalho afim de, compreende-los como uma categoria que tem uma política contra o capital. Pois, o mercado capitalista é muito mais um espaço da destruição do que da recriação do campesinato, e, em diferentes escalas, os diversos tipos de camponeses: posseiros, rendeiros, assentados, pequenos proprietários estão inseridos do mercado.

Para Wanderley (1996) o campesinato corresponde a um modo específico de produzir e de viver em sociedade, no caso brasileiro o campesinato tem características

próprias, as quais são resultado da própria história social do País. Aqui ele fez sua cultura própria, que se refere a uma tradição, inspiradora, entre outras, das regras de parentesco, de herança e das formas de vida local etc.

Extensão rural no contexto do programa nacional de Ates

A extensão rural apresenta uma grave crise de legitimidade desde a década de 80. Onde no começo da década de 90 o governo brasileiro extinguiu a Coordenação Nacional do Sistema Brasileiro de Extensão Rural, restringindo expressivamente as contribuições do governo para a manutenção destes serviços. Sendo assim, as instituições públicas de extensão rural passaram a depender necessariamente das contribuições financeiras dos governos estaduais e municipais, seguindo trajetórias institucionais distintas, de acordo com a boa vontade de cada estado e município (DIESEL, *et al.*, 2006).

Esse cenário contribuiu para uma forte organização, pressão e reivindicação dos Movimentos Sociais no país, com destaque para o MST e também colaborou para a entrada de empresas privadas e várias ONGs na prestação do serviço de extensão rural. As quais tinham interesse em conquistar esse mercado de serviços, atendendo tanto agricultores familiares como camponeses assentados de reforma agrária. Algumas destas de instituições tinham suas ações financiadas por organizações internacionais, como o Banco Mundial (NEUMANN; DALBIANCO, 2012).

No início do século XXI a extensão rural passa por um novo momento, que pode ser compreendido como de renovação. Pois, formula-se no país a Nova Política de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e descentralizam-se os serviços de extensão rural, os quais passam a serem executados através de organizações governamentais e não-governamentais, constituindo um sistema de atendimento ao produtor de forma plural. Processo que se fortalece com a lei de Ater, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente Lula em 2010. E ainda, confirmando a nova fase da extensão rural no Brasil, é instituído o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER) (MDA, 2012).

Com a criação dessa política pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) começou a estruturar um programa para atender os camponeses assentados de reforma agrária. Dessa forma, com as mesmas bases e princípios da PNATER, foi criado o Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (Programa de Ates) em 2004, destinado somente para o serviço de assistência aos produtores assentados. A partir daí foi elaborado o Manual Operacional do Programa de Ates, onde “o governo federal passou a assumir a Ates como sendo um processo educativo continuado, incorporando os aspectos produtivos, ambientais e sociais” (NEUMANN; DALBIANCO, 2012, p. 96).

Ou seja, continuando com os esclarecimentos dos autores, o programa assume referenciais do desenvolvimento rural sustentável, buscando ações que prezem pela qualidade de vida dos assentados, incorporando aspectos do desenvolvimento social e ambiental a perspectiva econômica e produtiva. Requerendo uma intervenção técnica diferenciada, mais complexa do que simplesmente uma assistência técnica, a qual requer maior envolvimento dos técnicos com as questões de desenvolvimento local.

Essa abordagem vai de acordo com os preceitos adotados por Paulo Freire, onde o autor destaca que a extensão tem um papel educativo e reflexivo, nesse sentido, não se deve persuadir o camponês e sim oportunizar uma situação problematizadora. Tendo o extensionista o papel de um educador, se aproximando, na verdade, mais da comunicação do que da extensão de técnicas e conhecimento (FREIRE, 1983).

Na visão freiriana, o encontro entre o camponês e o extensionista deve ser permeado por uma prática de diálogo-problematizador, respeitando-se a cultura e o saber do camponês, não se deve subestimar o poder de reflexão deste último. Quanto ao extensionista, deve atuar como um agente de transformação, promovendo práticas participativas.

Quanto ao Projeto de Ates, esse novo contexto de trabalho dos extensionistas deve seguir os referenciais utilizados pela PNATER e pelo PRONATER, estabelecidos na 1ª Conferência Nacional sobre Assistência Técnica e Extensão Rural (CNATER), onde se destacam termos como desenvolvimento rural sustentável, preservação do meio ambiente, metodologias participativas, enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural. Onde se percebe o embasamento nas metodologias de Paulo Freire.

Além disso, o trabalho da extensão rural passa a ter seus objetivos pautados na construção da cidadania, democratização da gestão da política pública, geração de emprego e renda com igualdade nas relações de gênero, raça e etnia e construção da segurança e soberania alimentar e nutricional. Pelo menos politicamente estas seriam as bases para a atuação dos extensionistas nas ações práticas do projeto, os quais devem adotar “a agroecologia como base científica para atingir este objetivo” (MDA, 2012, p. 12).

Para operacionalizar esse projeto, o Estado (Governo Federal) tem repassado os recursos financeiros ao INCRA, que neste caso é o órgão representante do Estado na coordenação e supervisão das ações, que por sua vez contrata serviço de um terceiro para executar as demandas.

Dessa forma, outra instituição é contratada para executar o serviço, através do trabalho de suas equipes técnicas. Ou seja, quem desempenha as ações práticas do Programa de Ates nos assentamentos são as equipes técnicas, as quais são organizadas em Núcleos Operacionais (NOs), além de uma equipe que realiza o trabalho de articulação.

Aos articuladores coube a tarefa de dar suporte às equipes técnicas dos NOs, auxiliando no planejamento e execução das ações de Ates. As equipes técnicas dos NOs coube a elaboração e acompanhamento da execução dos Projetos de Exploração Anual (PEA), do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) e do Plano de Recuperação dos Assentamentos (PRA), que orientariam as posteriores ações continuadas de assessoria técnica, social e ambiental nos assentamentos, a serem executadas por elas mesmas. As equipes técnicas estariam vinculadas a organizações prestadoras de serviços que, mediante convênio ou contrato com o INCRA, receberiam os recursos financeiros necessários para a execução dos serviços. (NEUMANN; DALBIANCO, 2012, p. 97).

Tomando por base esse cenário no Rio Grande do Sul, visualiza-se que o INCRA tem realizado contrato com algumas prestadoras de serviço, sendo estas a EMATER (empresa pública do estado), a COPTEC e o Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP). As quais tem equipes de técnicos em 19, sendo 9 de responsabilidade da EMATER, 9 de responsabilidade da COPTEC, e 1 do CETAP (DALBIANCO; NEUMANN, 2012).

Aspectos gerais e dos sistemas de produção do município

O município de Candiota localiza-se a aproximadamente 420 km de Porto Alegre e possui 933,84 km² de extensão territorial. Limita-se ao norte com Bagé, a leste com Pinheiro Machado, a sudeste com Pedras Altas e a sudoeste com Aceguá, como pode ser observado na Figura-1. Está dividido em cinco distritos: Candiota (sede), Baú, Jaguarão Grande, Passo Real de Candiota e Seival. Pertence a região sul do Rio Grande do Sul, denominada região da Campanha, e a microrregião da Serra do Sudeste (PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDIOTA, 2009).

Figura – 1: Localização do município de Candiota no estado do Rio Grande do Sul.

Fonte: Prefeitura Municipal de Candiota, 2009.

Na questão hidrográfica o município possui barragens e vários açudes, com destaque para a barragem da Usina Termoelétrica de Candiota. A vegetação é típica do Bioma Pampa, apresentando fisionomias campestres com tipologia vegetal dominante herbáceo/arbustiva. Os solos possuem características da fração argila, apresentando dificuldades no armazenamento de água e no manejo agrícola. O clima é subtropical úmido, com formação de geadas no inverno e estiagem (seca) durante o verão. A região possui um dos menores índices pluviométricos do estado, dificultando a produção agropecuária (COPTec, 2010).

No município, 76% da população encontra-se no nível de renda que vai desde sem renda até 2 salários mínimos. Em relação as atividades econômicas se destacam: indústrias extrativas; produção e distribuição de eletricidade, gás e água; transporte, armazenagem e comunicações; outros serviços coletivos, sociais e pessoais. Além das várias atividades da agropecuária, as quais se constituem como uma vocação da região, mesmo enfrentando dificuldades climáticas, tendo importante contribuição para o desenvolvimento local (COPTec, 2010).

Em relação as condições dos produtores, no município existe uma grande proporção de assentamentos de reforma agrária (38%). Mas, a maior parte dos estabelecimentos do município pertence a proprietários privados (62%). A área ocupada por produtores assentados é de 13% do total de área ocupada, já as terras de proprietários e de arrendatários representam os outros 87%. Sendo que a área média dos estabelecimentos, ocupadas por proprietários, arrendatários e parceiros, chegam a ser 10 vezes maior que a área média ocupada pelos assentados (COPTec, 2010).

Quando as atividades do setor pode-se observar a predominância da pecuária no município, devido as características agroecológicas da região. Embora estejam sendo incorporadas outras atividades, como os cultivos de arroz, soja e a silvicultura, as quais vêm tomando o lugar da vegetação herbácea, ocasionando a diminuição do campo nativo. E

ainda, com menor expressividade vêm a produção de frutíferas, sementes olerícolas, milho, feijão e tubérculos (PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDIOTA, 2009).

Mas, as criações extensivas de ovinos e bovinos ainda são as principais atividades nesse segmento, onde se destaca principalmente a criação do gado leiteiro no campo nativo, com ajuda de áreas de pastagens cultivadas. Pode-se dizer que a produção da bacia leiteira é a principal atividade econômica dos pequenos produtores rurais em Candiota. E quem assume de fato a atividade são os produtores camponeses assentados de reforma agrária, embora criando e produzindo em menor área, possuem uma produção significativa na região.

É importante que se faça um breve histórico desses assentamentos, com base no que está registrado nos Planos de Recuperação dos Assentamentos (PRA), nos relatos dos técnicos da COPTec e dos assentados entrevistados. Essa história tem início em 1989, quando várias famílias do acampamento Palmeira das Missões vão para o Município de Hulha Negra. Devido ao massacre Santa Elmira que ocorria em Palmeira das Missões, o qual ocasionou uma pressão por novos assentamentos. Os quais foram realizados pelo governo na região de Candiota, Hulha Negra e Aceguá devido ao baixo custo das terras nestas localidades.

Ao chegar a esta região, as famílias encontraram muitas dificuldades devido a falta de estradas, água, energia elétrica, escola, saneamento, moradia, dentre outros. Além disso, muitas das famílias assentadas vinham de outras regiões, como norte e noroeste do estado, onde a matriz produtiva é baseada na produção de grãos. O que não se configura como potencial produtivo na região da campanha, onde predomina o campo nativo e a produção da pecuária. Estes fatores dificultaram a produção e a ascensão econômica dessas famílias num primeiro momento.

Num segundo momento, visto que precisavam mesmo se adaptar aos fatores agroecológicos da região, inicia-se aos poucos a produção de leite, um dos potenciais do local. Produto que atualmente representa a maior fonte de renda dos assentados da região. Dessa forma, em 1992 foi criada pelos assentados de Hulha Negra, Candiota e Aceguá a Cooperativa Regional dos Agricultores Assentados (COOPERAL), situada nos municípios de Hulha Negra (matriz) e Candiota (filial), com o objetivo de facilitar a comercialização do leite para a região.

Mas, tanto a produção quanto a comercialização do leite ainda apresentam vários percalços. Alguns exemplos que chamam a atenção, perante a conversa com os entrevistados, são: a) manejo dos animais, seja quanto a questão alimentar, sanidade, reprodutivo, manutenção no campo e higienização; d) tecnificação do processo e; c) comercialização e qualidade do leite.

De acordo com o Plano de Readequação dos Assentamentos, realizado em 2011, com o relato dos assentados e dos extensionistas da COPTec, as questões relacionadas ao manejo dos animais são de grande preocupação.

Na opinião de Hess *et al.*, (2007) os pequenos produtores de alimentos sofrem com a falta de informação, produção com qualidade e em quantidade, capital e investimento público. Além da própria racionalidade desses sujeitos, a qual exige que não sejam assumidos grandes riscos, devido a pequenas margens de sobrevivência, desconfiança e dúvidas entre os diferentes atores ao longo da cadeia de valor, oligopolistas estruturas de mercado e governança fraca nas áreas rurais.

Nesse sentido, se faz necessário uma maior organização dos camponeses, o investimento dos governos nas questões de infraestrutura e comunicação para que os mesmos consigam uma ascensão social.

Ações práticas da extensão rural nos assentamentos

Os extensionistas de Ates, técnicos da COPTec, têm ocupando grande parte de suas horas de trabalho com as questões direcionadas ao leite, destacando-se as atividades coletivas que prezam pelo manejo adequado dos animais, na reprodução das matrizes; no

melhoramento das instalações para a ordenha; no melhoramento do campo nativo; demonstrando como são identificados os sinais de doença nos animais; como devem ser aplicados os medicamentos. Além de questões da sanidade animal, bem-estar animal, importância do melhoramento genético das matrizes e manejo alimentar de uma forma geral.

Tentando levar as informações necessárias para que os camponeses se adaptem a Normativa-51 e melhorem a qualidade do leite. No Seminário Regional da Produção Leiteira, realizado em dezembro de 2012 na região, ressaltaram-se estas ações realizadas pelos extensionistas e a importância do trabalho em conjunto com a cooperativa, coordenação do leite (formada por um representante de cada assentamento), produtores e a Prefeitura Municipal.

Mas, também foi colocado que ainda existe pouca participação dos assentados nas reuniões coletivas e falta um planejamento em conjunto com a COOPERAL, visto que as duas entidades não conseguem muitas vezes chegar a um consenso, sobre determinados assuntos que dizem respeito a melhoria da qualidade de vida e da produção dos camponeses assentados.

As principais ações da Ates nos assentamentos em 2013 serão voltadas ao leite, como já ocorreu em anos anteriores, tendo como pontos principais de debate nas reuniões coletivas as questões: a) água; b) melhorias das instalações do gado leiteiro; c) higiene, qualidade e recolhimento do leite; d) alimentação (silagem, campo nativo e pastejo); e) calendário de vacinação do gado leiteiro e; f) gestão da atividade leiteira.

Nesse sentido, as metodologias adotadas pelos técnicos extensionistas estão baseadas em reuniões e visitas nas propriedades, mas, como são muitas famílias, investe-se com maior ênfase nas reuniões coletivas. Onde se trabalha no sentido de levar conhecimento ao produtor para as atividades exercidas no seu dia-a-dia, para que ele consiga tomar suas próprias decisões e reflita sobre as causas dos problemas enfrentados na propriedade e fora dela.

As metodologias adotadas nas reuniões pelos extensionistas seguem a orientação da formatação do trabalho de Ates orientado pelo INCRA. Onde não se atua na parte clínica, justificando o fato de que o extensionista que faz a parte clínica não tem impacto social e econômico significativo. Pois, o problema já aconteceu, já houve o impacto negativo. Portanto, estes profissionais têm que dar maior ênfase a parte preventiva, demonstrando aos assentados que os mesmos têm a capacidade de observação, de aprender e de prevenir muitos problemas.

[...] Temos trabalhando com metas relacionadas à adequação na legislação, higienização, manejo da ordenha e manejo do campo do nativo. Ensinando práticas conservacionistas como as faixas de contenção, curva de nível e piqueteamento das pastagens [...] (Entrevista - Extensionista da COPTec, 2013).

“[...] Os técnicos fazem reuniões e ensinam como fazer piqueteamento, como se deve fazer a higiene nas vacas, as normas e estrutura, mas, falta material para nós fazer tudo o que pedem [...]” (Entrevista Assentado – 07, 2013).

O fato que preocupa nesse contexto é que as ações extensionistas não são realizadas de forma articulada com a COOPERAL, principal representante dos assentados na região, por terem posicionamentos diferentes. Embora os extensionistas reconheçam que a cooperativa enquanto instituição é uma importante conquista dos assentados, muitas vezes não chegam a um consenso sobre a forma de trabalho ou de assistência que deve ser dada ao assentado. Uma vez que não se entendem sobre a metodologia de trabalho adotado na forma de assistência dos extensionistas. “[...] As ações que não dão certo são por causa da desarticulação, os técnicos e a cooperativa não conseguem se entender, têm opiniões diferentes, eles querem algum para inseminar, mas, nossa metodologia é outra, é atuar na prevenção [...]” (Entrevista Extensionista da COPTec, 2013).

Métodos que por vezes não são bem compreendidos ou aceitos pelos camponeses. No caso em que estamos relatando, os extensionistas dizem seguir os referenciais de uma visão que problematiza e conscientiza sobre a realidade, tendo a base freiriana. Com o intuito de que os atores envolvidos possam entender e transformar suas realidades.

Nesse sentido, de acordo com os dirigentes da cooperativa, os assentados estão desmotivados para participar porque o INCRA não resolve seus principais problemas, porque tem assistência técnica da Ates e não tem um veterinário para fazer um parto, uma inseminação ou dar uma vacina na hora que precisa.

Ou seja, na visão da COOPERAL e dos assentados o serviço de Ates é teórico e não é prático, para Tommasino e Hegedüs (2006) essa visão é compreensível, pois, o que ocorre é que em alguns momentos a extensão rural teoriza processos complexos, mas, a prática lhe impõe vários limites para realizar.

Acredita-se que os assentados têm que se organiza e cobrar mudanças na postura do INCRA, quanto as ações de Ates e quanto a regulamentação dos lotes. “O modelo de contrato restringe o trabalho do técnico, que tinha que esta no campo, é lá que os assentados precisam deles” (Entrevista Dirigente da Cooperativa COOPERAL, 2013).

Assim se estabelece um conflito, extensionistas, técnicos da COPTec, e representantes da Cooperativa querem maior organização dos assentados, embora para fins diferentes. Os primeiros para reivindicar recursos e deveres do INCRA, quanto a um novo “molde” de extensão rural. Já os segundos para realizar ações práticas dos assentados que melhorem as condições de produção e comercialização do leite.

Nesse sentido, a equipe técnica trabalha tentando criar as condições necessárias para que os camponeses pensem e ajam, planejando pequenas ações de baixo custo e de impactos positivos. Por exemplo, é importante que os assentados consigam entender o significado de uma análise de leite. Interpretar porque deu ruim a qualidade do leite? Como posso melhor? Onde vou interferir? E de que forma? Ou seja, transformar aspectos negativos em ações positivas.

Sabourin (2008) é um dos autores que concordam com esta visão metodológica, pois, acredita que assim pode-se acabar com a questão do assistencialismo das políticas de reforma agrária. Os assentados precisam continuar organizados de forma coletiva e realizar suas conquistas, não somente cobrar recursos e mais recursos, vivendo sempre sob o assistencialismo do Estado.

Na visão freiriana da extensão rural, pequenas mudanças tecnológicas podem trazer resultados de caráter prático, para isso é importante conseguir dialogar, conhecer e estabelecer compromissos, onde a participação de todos torna-se fundamental.

Considerações finais

A partir da realização do trabalho ficam algumas questões que merecem ser pontadas com maior atenção. A questão do direcionamento do serviço da assistência técnica e extensão rural em função da orientação da política de Ates, o qual não tem sido aprovado pelos assentados e pela cooperativa que os representa.

Essa tem sido uma questão de “conflitos” (conflitos de opiniões) nos assentamentos de Candiota/RS, pois, os camponeses assentados da reforma agrária na região reclamam que as orientações dos técnicos são teóricas e não são ações práticas. Por sua vez, os técnicos defendem uma nova visão de orientação, embasando todo o discurso da Ates de um novo modelo de desenvolvimento, com a participação e reflexão dos produtores.

Nesse sentido, o que ocorre são visões diferentes de quem esta em posições também diferentes. O assentado que necessita de resultados imediatos, pois, do seu trabalho depende sua renda e o sustento da família. Os técnicos extensionistas que querem fazer um trabalho diferenciado, mas, que terá resultado á longo prazo, pois, depende de toda uma metodologia e um planejamento de ações para que ocorram debates, participação, reflexão e depois mudança de atitudes por parte dos assentados.

Mesmo assim, percebe-se que a proposta da extensão nestes moldes, mais compreensivo-reflexivo é válida e inovadora. Agora de uma forma geral, urge a necessidade de “sentar” coletivamente e discutir o papel de cada envolvido no trabalho, absorver juntos produtores, técnicos, cooperativas a compreensão da essência do conhecimento das propostas de mudanças. Analisando o que será produtivo para todos, resolver os conflitos e chegar um consenso.

Referências

COOPERATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS – LTDA. **Plano de recuperação do assentamento Estancinha**. Candiota, RS. 2010. Disponível em: <http://www.coptec.org.br/mapa/Candiota/Candiota/PA20ESTANCINHA/Relatorio20Final/PR_A_PA_ESTANCINHA.pdf>. Acesso: 01 de fev. 2013.

DALBIANCO, V. P.; NEUMANN, P. S. Rumos da Ates no RS. In: DIESEL, V.; NEUMANN, P. S.; SÁ, V. C. de (Orgs.). **Extensão rural no contexto do pluralismo institucional: reflexões a partir dos serviços de ATES aos assentamentos da reforma agrária no RS**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012. p. 107-130.

DIAS, M. M. Extensão rural para agricultores assentados: uma análise das boas intenções propostas pelo “serviço de ates”. In: **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 499-543, set./dez. 2004. Disponível em: <seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/viewFile/8707/4892>. Acesso: 09 de fev. 2013.

DIESEL, V. *et al.* Entendendo a diversidade e superando a fragmentação da ação extensionista. In: TOMMASINO, H.; HEGEDÜS, P.; (Orgs.). **Extensión: reflexiones para la intervención em el médio urbano e rural**. Universidad de la República – Facultad de Agronomía. Montevideo, Uruguay. 2006. p. 31-43.

FERNANDES, B, M. **O MST e as reformas agrárias do Brasil**. Universidade Estadual Paulista – UNESP. Boletim Dataluta, 2008. Disponível em: <http://docs.fct.unesp.br/nera/artigodomes/12artigodomes_2008.pdf>. Acesso; 17 de ago. 2013.

FERNANDES, B, M. **Reforma agrária no governo Lula: a esperança**. 2003. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/LULA_RA.pdf>. Acesso: 17 de ago. 2013.

FERNANDES, B, M. Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro. In: **Currículo sem Fronteiras**, v.3, n.1, pp. 11-27, Jan/Jun 2003. Disponível em: <www.curriculosemfronteiras.org>. Acesso: 17 de ago. 2013.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação**. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro,1983. P. 93.

HESS, C. et al. **Reader: pro-poor services in value chain promotion**. Agribusiness Concept. Services for Rural Development. 2007. Disponível em: <www.gtz.de/agriservice>. Acesso: 10 jan. 2013.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **1ª Conferência nacional sobre assistência técnica e extensão rural: ATER para a agricultura familiar e reforma agrária e o desenvolvimento sustentável do Brasil rural**. Brasília, DF. 2012. Disponível em: <www.seagri.ba.gov.br/ceater_documento_base.pdf>. Acesso: 20 de jan. 2013.

NEUMANN, P. S.; DALBIANCO, V. P.; Reforma agrária e a atuação do estado na oferta de serviços de assistência técnica e extensão rural para assentados. In: DIESEL, V.;

NEUMANN, P. S.; SÁ, V. C. de (Orgs.). **Extensão rural no contexto do pluralismo institucional**: reflexões a partir dos serviços de ATES aos assentamentos da reforma agrária no RS. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012. p. 83 -104.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDIOTA. **Cidade**. 2009. Disponível em: <<http://www.candiota.rs.gov.br/acidade.html>>. Acesso: 01 de fev. 2013.

TOMMASINO, H.; HEGEDÜS, P. Enfoque de sistemas: em la investigación y extensión agropecuarias. In: TOMMASINO, H.; HEGEDÜS, P.; (Orgs). **Extensión**: reflexiones para la intervención em el médio urbano e rural. Universidad de la República – Facultad de Agronomía. Montevideo, Uruguay. 2006, p. 155-180.

SABOURIN, E. Reforma agrária no Brasil: considerações sobre os debates atuais. In: **Estud.soc.agric**, Rio de Janeiro, vol. 16, no. 2, 2008. p. 151-184. Disponível em: <www.economia.esalq.usp.br/intranet/uploadfiles/2821.pdf>. Acesso: 01 de fev. 2013.

WANDERLEY, M. N. B. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro**. In: XX Encontro Anual da ANPOCS. GT 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG. Outubro 1996. Disponível em: <http://www.redereparte.org.br/arquivos/reparte07-08-2012_110532.pdf>. Acesso: 17 de ago. 2013.

Recebido para publicação em 11 de Fevereiro de 2013

Aceito para publicação em 21 de Agosto de 2013

COMPÊNDIO EDIÇÕES

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A territorialização do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 2 – 44, 1998.

RIBAS, Alexandre Domingues. **MST: reorganização político-territorial dos assentamentos e a consolidação do sistema cooperativista dos assentados.** Ano 1, n. 1 p. 45 – 58, 1998.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Quem são os sem-terra? Uma questão relevante para a compreensão da luta pela terra no Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 59 – 72, 1998.

Direção Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **As mentiras do governo FHC sobre reforma agrária.** Ano 1, n. 1 p. 72 – 75, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma agrária.** Ano 1, n. 2 p. 1 – 32, 1998.

PASQUETTI, Luis Antônio. **O MST como uma empresa social.** Ano 1, n. 2 p. 33 – 50, 1998.

MARCOS, Valéria de. **Da luta para entrar na terra à luta para permanecer na terra: a realidade dos assentamentos rurais paraibanos.** Ano 1, n. 2 p. 51 – 73, 1998.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais.** Ano 1, n. 2 p. 74 – 93, 1998

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra.** Ano 3, n. 3 p. 7 – 27, 2000.

PAVAN, Dulcinéia. **O caminho feminino para a reforma agrária.** Ano 3, n. 3 p. 28 – 44, 2000.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; IENO NETO, Genaro. **Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas.** Ano 3, n. 3 p. 45 – 57, 2000.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Análise preliminar da assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária do Estado de Mato Grosso do Sul.** Ano 3, n. 3 p. 58 – 67, 2000.

FABRINI, João Edmilson; LUZ, Juan Artigas Souza; LACERDA, Celso Lisboa de. **A importância das culturas de milho e feijão para o desenvolvimento econômico de assentamentos de reforma agrária atendidos pelo projeto Lumiar – Paraná.** Ano 3, n. 3 p. 68 – 94, 2000.

GIL, Izabel Castanha. **Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo.** Ano 7, n. 4 p. 5 – 19, 2004.

PONTE, Karina Furini da. **(Re) Pensando o Conceito do Rural.** Ano 7, n. 4 p. 20 – 28, 2004.

VIEIRA, Noemia Ramos. **O conhecimento geográfico veiculado pelos parâmetros curriculares nacionais de geografia e o espaço agrário brasileiro: reflexões para uma geografia crítica em sala de aula.** Ano 7, n. 4 p. 29 – 41, 2004.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 7, n. 4 p. 42 – 49, 2004.

SILVA, Tânia Paula da. **As redefinições do “rural”: breve abordagem.** Ano 7, n. 4 p. 50 – 55, 2004.

CANUTO, Antônio. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade.** Ano 7, n. 5 p. 1 – 12, 2004.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Cultura, trabalho e lutas sociais entre trabalhadores agro-extrativistas do Rio Valparaíso na Amazônia acreana.** Ano 7, n. 5 p. 13 – 33, 2004.

NEVES, Achilles Lemos. **Dos movimentos sociais aos sócio-espaciais e socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos “movimentos” pela perspectiva geográfica.** Ano 7, n. 5 p. 35 – 42, 2004.

GONÇALVES, Renata. **Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero.** Ano 7, n. 5 p. 43 – 55, 2004.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Memória e atualização de sentidos em três atos do discurso jornalístico.** Ano 7, n. 5 p. 56 – 62, 2004.

BAGLI, Priscilla. **O camponês nas análises de Rousseau, Michelet e Marx: diferenças e semelhanças.** Ano 7, n. 5 p. 63 – 72, 2004.

NETO, Domingos José de Almeida. **O Método do discurso.** Ano 7, n. 5 p. 73 – 85, 2004.

PAULA, Elder Andrade de. **O movimento sindical dos trabalhadores rurais e a luta pela terra no Acre: conquistas e retrocessos.** Ano 7, n. 5 p. 86 – 101, 2004.

WELCH, Clifford Andrew. **Peasants and globalization in Latin America: a survey of recent literature.** Ano 7, n. 5 p. 102 – 112, 2004.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária.** Ano 7, n. 5 p. 113 – 122, 2004.

KARRIEM, Abdurazack. **“Marching as to war”: a letter from Brazil to South Africa about landlessness, agrarian reform and social movement struggles against Neoliberalism.** Ano 8, n. 6 p. 1 – 13, 2005.

BEM, Anderson; FABRINI, João Edmilson. **A comercialização informal de leite como componente de resistência camponesa em Marechal Cândido Rondon - PR.** Ano 8, n. 6 p. 14 – 23, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 8, n. 6 p. 24 – 34, 2005.

WELCH, Clifford Andrew. **Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio transnacional.** Ano 8, n. 6 p. 35 – 45, 2005.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato.** Ano 8, n. 6 p. 46 – 58, 2005.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Reflexões sobre a participação dos assentados nas eleições municipais.** Ano 8, n. 6 p. 59 – 74, 2005.

GIL, Izabel Castanha. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Regiões contidas e desenvolvimento territorial: uma reflexão sobre o desenvolvimento contemporâneo da Nova Alta Paulista.** Ano 8, n. 6 p. 75 – 91, 2005.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005).** Ano 8, n. 6 p. 92 – 117, 2005.

SHANIN, Teodor. **Definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista.** Ano 8, n. 7 p. 1 – 21, 2005.

ALMEIDA, Antônio Alves de. **A mística na luta pela terra.** Ano 8, n. 7 p. 22 – 34, 2005.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx.** Ano 8, n. 7 p. 35 – 47, 2005.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **A hierarquização dos espaços agrários na Amazônia Sul-Occidental: os assentados em áreas de preservação e os não assentados.** Ano 8, n. 7 p. 48 – 67, 2005.

NEVES, Delma Pessanha. **Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena.** Ano 8, n. 7 p. 68 – 93, 2005.

WITTMAN, Hannah. **Agrarian reform and the production of locality: resettlement and community building in Mato Grosso, Brazil.** Ano 8, n. 7 p. 94 – 111, 2005.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Ação pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema.** Ano 8, n. 7 p. 112 – 124, 2005.

LERRER, Débora Franco. **Movimentos sociais, mídia e construção de um novo senso comum.** Ano 8, n. 7 p. 125 – 140, 2005.

GIARRACA, Norma. GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. **Estrategias de vida, estrategias de lucha: apuntes de un trabajo de campo: el MST, São Paulo, Brasil (Reunión del GTDR – CLACSO, agosto/setiembre de 2005).** Ano 8, n. 7 p. 141 – 155, 2005.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 9, n. 8 p. 1 – 28, 2006.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 9, n. 8 p. 29 – 51, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 9, n. 8 p. 52 – 73, 2006.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. MARTINS, Rodrigo Constante. OCADA, Fábio Kazuo. GODOI, Stela. MELO, Beatriz Medeiros de. VETTORACCI, Andréia. BUENO, Juliana Dourado. RIBEIRO, Jadir Damião. **Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado.** Ano 9, n. 8 p. 74 – 108, 2006.

CAVALCANTE, Matuzalem. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso.** Ano 9, n. 8 p. 109 – 121, 2006.

TEUBAL, Miguel. **La renta de la tierra en la economía política clásica: David Ricardo.** Ano 9, n. 8 p. 122 – 132, 2006.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. ALMEIDA, Maria Geralda de. **Um olhar sobre as redes de sociabilidade construídas do território das fabriquetas de queijo.** Ano 9, n. 8 p. 133 – 150, 2006.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje.** Ano 9, n. 8 p. 151 – 172, 2006.

JÚNIOR, José Arbex. **Você tem fome do que?** Ano 9, n. 8 p. 173 – 185, 2006.

BARBAY, Claire. **Vers de nouvelles relations ville-campagne: les travailleurs ruraux et la création de nouveaux lieux.** Ano 9, n. 9 p. 1 – 27, 2006.

BRINGEL, Breno Marqués. **El lugar también importa. Las diferentes relaciones entre Lula y el MST.** Ano 9, n. 9 p. 28 – 48, 2006.

BRUMER, Anita. SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX).** Ano 9, n. 9 p. 49 - 73, 2006.

QUIJANO, María Adelaida Farah. CORREA, Edelmira Pérez. **Mujeres rurales y nueva ruralidad en Colombia.** Ano 9, n. 9 p. 73 – 88, 2006.

SANTOS, Maria Edilúzia Leopoldino. **A construção do caminho para a conquista da terra: um espaço de transformação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.** Ano 9, n. 9 p. 89 – 112, 2006.

FILHO, José dos Reis Santos. **A instituição imaginária da Amazônia brasileira. Registros cognitivos e práticas sociais.** Ano 9, n. 9 p. 113 – 143, 2006.

LEITE, Sérgio. **Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil.** Ano 9, n. 9 p. 144 – 158, 2006.

WELCH, Clifford Andrew. **Movement histories: a preliminary historiography of the Brazil's landless laborers' movement (MST).** Ano 9, n. 9 p. 159 – 168, 2006.

BERNARDES, Júlia Adão. **Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica.** Ano 10, n. 10 p. 1 – 10, 2007.

GALAFASSI, Guido. **Economía regional y emergencia de movimientos agrarios. La región Chaqueña de los años setenta.** Ano 10, n. 10 p. 11 – 36, 2007.

MACEDO, Giovanni Raimundo de; BINSZTOK, Jacob. **Associações dos agricultores familiares, cafeicultura orgânica e comércio justo na Amazônia: dilemas e perspectivas.** Ano 10, n. 10 p. 37 – 56, 2007.

MCMICHAEL, Philip. **Reframing development: global peasant movements and the new agrarian question.** Ano 10, n. 10 p. 57 – 71, 2007.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 10, n. 10 p. 72 – 93, 2007.

RAMÍREZ, Milena Barrera. **Aproximación histórica al cooperativismo y su relación con la praxis desarrollada por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST).** Ano 10, n. 10 p. 94 – 114, 2007.

SHIMBO, Júlia Zanin; JIMÉNEZ-RUEDA, Jairo Roberto. **Zoneamento geoambiental como subsídio aos projetos de reforma agrária. Estudo de caso: assentamento rural Pirituba II.** Ano 10, n. 10 p. 115 – 133, 2007.

SUZUKI, Júlio César. **Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação.** Ano 10, n. 10 p. 134 – 150, 2007.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Biofuels: five myths of the agro-fuels transition.** Ano 10, n. 10 p. 151 – 164, 2007.

DESMARAIS, Annette Aurélie. **La Vía Campesina: Globalização e o poder dos camponeses.** Ano 10, n. 10 p. 165 – 173, 2007.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 10, n. 11 p. 8 – 32, 2007.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária.** Ano 10, n. 11 p. 33 – 47, 2007.

FELICIANO, Carlos Alberto. **“Grilos” jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários.** Ano 10, n. 11 p. 48 – 60, 2007.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Assentamentos rurais no território da cana: controvérsias em cena.** Ano 10, n. 11 p. 61 – 80, 2007.

MARTÍN, Víctor O. Martín. **De cómo se evita hoy la aplicación de la reforma agraria en el Surde España.** Ano 10, n. 11 p. 81 – 108, 2007.

MENDES, Eduardo Roberto; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Algumas considerações sobre o geógrafo anarquista Piotr Kropotkin e a comunidade rural Yuba em Mirandópolis (SP).** Ano 10, n. 11 p. 109 – 121, 2007.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **A Geografia dos Movimentos Sociais em tempos de Globalização: o MST e o Zapatismo.** Ano 10, n. 11 p. 122 – 130, 2007.

SAUER, Sérgio. TUBINO, Nilton Luis Godoy. **A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro.** Ano 10, n. 11 p. 131 – 148, 2007.

SILVA, Emerson Xavier da. **Entrevista a James Cockcroft.** Ano 10, n. 11 p. 149 – 169, 2007.

BRUMER, Anita. ANJOS, Gabriele dos. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar.** Ano 11, n. 12 p. 6 – 17, 2008.

DROULERS, Martine. **Brésil: l'enjeu des biocarburants.** Ano 11, n. 12 p. 18 – 30, 2008.

GIL, Izabel Castanha. **Cooperação, competição e resistência nas associações de municípios: a AMNAP e o desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista.** Ano 11, n. 12 p. 31 – 56, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 11, n. 12 p. 57 – 67, 2008.

MELLO, Neli Aparecida de. **E a política agrícola transforma-se em instrumento do desenvolvimento sustentável....** Ano 11, n. 12 p. 68 – 85, 2008.

PAULA, Elder Andrade de. SILVA, Silvio Simione da. **Floresta, para que te quero? Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital.** Ano 11, n. 12 p. 86 -97, 2008.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Muito além de giz e lousa: análise do litígio discursivo em torno da questão agrária.** Ano 11, n. 12 p. 98 – 107, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento; ESPINDOLA, Carlos Roberto. **Geotecnologias no planejamento de assentamentos rurais: premissa para o desenvolvimento rural sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 108 – 116, 2008.

OCADA, Fabio Kazuo; MELO, Beatriz Medeiros de. **Entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva.** Ano 11, n. 12 p. 117 – 136, 2008.

BENINI Edi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. **Reforma agrária no contexto da economia solidária.** Ano 11, n. 13 p. 6 – 15, 2008.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária.** Ano 11, n. 13 p. 16 – 25, 2008.

CHENG, T.J. **Overtime in China: law, practice and social exclusion.** Ano 11, n. 13 p. 26 – 46, 2008.

DA ROS, César Augusto. **A política fundiária do governo da Frente Popular no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos.** Ano 11, n. 13 p. 47 – 82, 2008.

EDUARDO, Márcio Freitas. **O conceito de território e o agroartesanato.** Ano 11, n. 13 p. 83 – 101, 2008.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. **Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes.** Ano 11, n. 13 p. 102 – 117, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. **A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais.** Ano 11, n. 13 p. 118 – 127, 2008.

SEGRELLES, José Antonio. **La ecología y el desarrollo sostenible frente al capitalismo: una contradicción insuperable.** Ano 11, n. 13 p. 128 – 143, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento. **Assentamentos de reforma agrária na defesa e conservação do cerrado: o caso da região sul do Maranhão.** Ano 11, n. 13 p. 144 – 155, 2008.

BÔAS, Rafael Litvin Villas. **Terrorismo à brasileira: a retórica da vez da classe dominante contra o MST.** Ano 11, n. 13 p. 156 – 165, 2008.

SANTONJA, Jordi Tormo i. **Hacia una Geografía útil: el papel de la Geografía en el siglo XXI en España.** Ano 12, n. 14 p. 7– 27, 2009.

NUNES, João Osvaldo Rodrigues; SERRANO, José Antonio Segrelles. **Análise agrária da multifuncionalidade da terra na província de Alicante-Espanha.** Ano 12, n. 14 p. 28 – 47, 2009.

REITER, Bernd. **A genealogy of Black organizing in Brazil.** Ano 12, n. 14 p. 48 – 62, 2009.

VANDEN, Harry E. **Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST.** Ano 12, n. 14 p. 63 – 71, 2009.

PICCIN, Marcos Botton et al. **Análise do processo de constituição e desestruturação da cooperativa de agricultores assentados Terra Vida – COOPERVIDA, RS.** Ano 12, n. 14 p. 72 – 96, 2009.

ROOS, Djoni. **Lutas camponesas e diferentes atividades associativas nos assentamentos de sem-terra.** Ano 12, n. 14 p. 97 – 111, 2009.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas.** Ano 12, n. 14 p. 112 – 124, 2009.

SILVA, Judson Jorge; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Do sonho à devastação onde tudo se (RE)constrói: experiências e memórias nas lutas por terra da região do Cariri-CE.** Ano 12, n. 14 p. 125 – 141, 2009.

ACUÑA, Isaías Tobasura. **De campesinos a empresarios. La retórica neoliberal de la política agraria en Colombia.** Ano 12, n. 15 p. 07– 21, 2009.

CARRASCO, Salvador Ferradás. **Desarrollo Local, Promoción y Publicidad: Criterios de Calidad Medioambiental y Territorial para la mejora de Ciudades Turísticas.** Ano 12, n. 15 p. 22–33, 2009.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. **O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de “vidas inundadas”.** Ano 12, n. 15 p. 34– 65, 2009.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Uma descrição agroecológica da crise atual.** Ano 12, n. 15 p. 66– 87, 2009.

ROSSETTO, Onélia Carmem. **Sustentabilidade Ambiental do Pantanal Mato-Grossense: Interfaces entre Cultura, Economia e Globalização.** Ano 12, n. 15 p. 88–105, 2009.

VIDAL, Déa de Lima; ALENCAR, João Vitor de Oliveira. **Diferenciação camponesa na Depressão Sertaneja Semi-Árida do Ceará.** Ano 12, n. 15 p. 106–135, 2009.

GÓMEZ, Sérgio. Urbanização e Ruralidade. **Os condomínios e os conselhos de desenvolvimento social.** Brasília: MDA, 2009 (resenha). Ano 12, n. 15 p. 136–138, 2009.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações.** Ano 13, n. 16 p. 7- 21, 2010.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 13, n. 16 p. 22-32, 2010.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Prescrições agroecológicas para a crise atual.** Ano 13, n. 16 p. 33-47, 2010.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O novo colonialismo transnacional e a experiência brasileira do agronegócio.** Ano 13, n. 16 p. 48-62, 2010.

ROSSI, Virginia. **La producción familiar en la cuestión agraria uruguaya.** Ano 13, n. 16 p. 63-80, 2010.

PATIÑO, Luís Carlos Agudelo. **Campesinos sin tierra, tierra sin campesinos: territorio, conflicto y resistencia campesina en Colômbia.** Ano 13, n. 16 p. 81-95, 2010.

BASU, Pratyusha. **Scale, place and social movements: strategies of resistance along India's Narmada river.** Ano 13, n. 16 p. 96-113, 2010.

MOREIRA, Vagner José. **A criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra: mundos dos trabalhadores, questão agrária e o “levante comunista” de 1949 em Fernandópolis-SP.** Ano 13, n. 16 p. 114-129, 2010.

THÉRY, Hervé et al. **Geografias do trabalho escravo contemporâneo no Brasil.** Ano 13, n. 17 p. 7-28, 2010.

VELTMEYER, Henry. **Dynamics of agrarian transformation and resistance.** Ano 13, n. 17 p. 29-49, 2010.

RINCÓN, Luis Felipe. **¡Hombres de maíz! Una mirada a la actualidad organizativa campesina en Guatemala.** Ano 13, n. 17 p. 49-64, 2010.

MACHADO, Antonio Maciel Botelho; CASALINHO, Helvio Debli. **Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária.** Ano 13, n. 17 p. 65-80, 2010.

ESTRADA, María de. **Geografía de la frontera: mecanismos de territorialización del agronegocio en frontera agropecuaria de Santiago del Estero, Argentina.** Ano 13, n. 17 p. 81-93, 2010.

FARIAS, Cleilton Sampaio; FARIAS, Cleisson Sampaio de Farias. **Os fundamentos e a expressão da questão agrária no Acre.** Ano 13, n. 17 p. 94-111, 2010.

MONDARDO, Marcos Leandro. **A “territorialização” do agronegócio globalizado em Barreiras- BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócio-territoriais.** Ano 13, n. 17 p. 112-130, 2010.

SOARES, Venozina de Oliveira; ROCHA, Luciana Oliveira. **A evolução da estrutura agrária do município de Barra do Choça-BA.** Ano 13, n. 17 p. 131-149, 2010.

OLIVEIRA, Nallígia Tavares de. **Entrevista com Valmir Ulisses Sebastião – Ocupações de terra: mudanças e perspectivas.** Ano 13, n. 17 p. 150-156, 2010.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Nota: a permanência na transformação e a transformação da permanência.** Ano 13, n. 17 p. 157-159, 2010.

JESUS, José Novaes. **A pedagogia da alternância e o debate da Educação do/no campo no estado de Goiás.** Ano 14, n. 18 p. 7-20, 2011.

SOUZA, Francilane Eulália de. **Os colégios rurais agrupados na Espanha: lugar de fortalecimento do campesinato?** Ano 14, n. 18 p. 21-36, 2011.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. **A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo.** Ano 14, n. 18 p. 37-46, 2011.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Conhecendo os camponeses-estudantes e o seus territórios no município de Paulicéia-SP: trabalho familiar, lazer e escola.** Ano 14, n. 18 p. 47-78, 2011.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Amazônia: a urgência e necessidade da construção de políticas e práticas educacionais inter/multiculturais.** Ano 14, n. 18 p. 79-105, 2011.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Educação do Campo na encruzilhada entre emancipação versus reino do capital: uma leitura filosófica.** Ano 14, n. 18 p. 106-124, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Rural.** Ano 14, n. 18 p. 125-135, 2011.

PERCÍNCULA, Analia; JORGE, Andrés; CALVO, Claudia; MARIOTTI, Daniela; DOMÍNGUEZ, Diego; ESTRADA, Maria de; CICOLELLA, Mariana; BARBETTA, Pablo; SABATINO, Pablo; ASTELARRA, Sofia. **La violencia rural en la Argentina de los agronegocios: crónicas invisibles del despojo.** Ano 14. n. 19 p. 08-23, 2011.

VELTMEYER, Henry. **El itinerario de desarrollo como un idea.** Ano 14. n. 19 p. 24-43, 2011.

FREITAS, Alair Ferreira de; BOTELHO, Maria Isabel Vieira. **“Campesinato como ordem moral”: (re)visitando clássicos e (re)pensando a economia camponesa.** Ano 14. n. 19 p. 44-58, 2011.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; VAN TILBEURGH, Veronique. **Da teologia da libertação ao desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira: os mecanismos políticos e sociais de sua interpretação.** Ano 14. n. 19 p. 59-72, 2011.

SILVA, Simone Rezende da. **A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola.** Ano 14. n. 19 p. 73-89, 2011.

VILLELA, Fábio Fernandes. **Práticas educativas comparadas em educação do campo e os desafios da formação omnilateral na América Latina.** Ano 14. n. 19 p. 90-103, 2011.

AQUINO, Maria Lúcia Santos; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de; SILVA, Zenobio Abel Gouvêa Perelli da Gama e. **Manejo madeireiro na floresta estadual do Antimary, estado do Acre, Brasil.** Ano 14. n. 19 p. 104-135, 2011.

SORZANO, Angelina Herrera; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **O papel e os desafios da organização camponesa em Cuba: entrevista com o dirigente da Associação Nacional dos Agricultores Pequenos (ANAP), Mario La O Sosa.** Ano 14. n. 19 p. 136-151, 2011.

WANDSCHEER, Elvis Albert Robe; MACIEL, Carlos Alberto da Rosa; NEVES, Anderson Souto. **A influência dos processos contemporâneos na alimentação: uma proposta de reflexão.** Ano 14. n. 19 p. 152-161, 2011.

CARDOSO, Antonio Ismael; JOVCHELEVICH, Pedro; MOREIRA, Vladimir. **Produção de sementes e melhoramento de hortaliças para a agricultura familiar em manejo orgânico.** Ano 14. n. 19 p. 162-169, 2011.

ECHENIQUE, Sergio Gómez. **Reflexiones sobre la dinámica reciente del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe.** Ano 15. n. 20 p. 08-57, 2012.

VIEIRA, Flávia Braga. **Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina.** Ano 15. n. 20 p. 58-82, 2012.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A interdependência entre estado e MST na constituição de um assentamento de reforma agrária.** Ano 15. n. 20 p. 83-98, 2012.

CUNHA, Paulo Roberto; MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. **A terra prometida ainda é promessa... desapropriação da fazenda Nova Alegria pelo descumprimento do Código Florestal: conflito, impunidade e imbróglio jurídico.** Ano 15. n. 20 p. 99-130, 2012.

DA ROS, César Augusto; PICCIN, Marcos Botton. **Os serviços de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária: uma análise qualitativa das ações do projeto Lumiar no estado do Rio de Janeiro.** Ano 15. n. 20 p. 131-155, 2012.

LARA JÚNIOR, Nadir. **Análise das principais influências ideológicas na constituição do MST.** Ano 15. n. 20 p. 156-174, 2012.

SANTOS, Anderson Luiz Machados dos; DE DAVID, Cesar. **Luta pela terra e disputas territoriais na região da campanha gaúcha: o processo de formação do assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel – RS.** Ano 15. n. 20 p. 175-192, 2012.

CAPOANE, Viviane; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos. **Análise qualitativa do uso e ocupação da terra no assentamento Alvorada, Júlio de Castilhos – Rio Grande do Sul.** Ano 15. n. 20 p. 193-205, 2012.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro.** Ano 15. n. 20 p. 206-207, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 09 – 20, 2012.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 15, Edição Especial, p. 21 – 42, 2012.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 15, Edição Especial, p. 43 – 54, 2012.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 55 – 78, 2012.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações.** Ano 15, Edição Especial, p. 79 – 92, 2012.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 15, Edição Especial, p. 93 – 102, 2012.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 15, Edição Especial, p. 103 – 126, 2012.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 15, Edição Especial, p. 127 – 154, 2012.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 15, Edição Especial, p. 155 – 176, 2012.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 15, Edição Especial, p. 177 – 184, 2012.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Agrarian reform, food sovereignty and the MST: socio-environmental impacts of agrefuels production in the Pontal do Paranapanema region of São Paulo state, Brazil.** Ano 15. n. 21 p. 08-32, 2012.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoni; MARQUES, Erwin Becker; GONÇALVES, Leandro Daneluz. **Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR.** Ano 15. n. 21 p. 33-49, 2012.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Pelo espaço ou pelo território? Possibilidades de articulação para se compreender a territorialidade e a fragmentação socioespacial.** Ano 15. n. 21 p. 50-68, 2012.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Aportes metodológicos de la teoría del desarrollo territorial.** Ano 15. n. 21 p. 69-78, 2012.

MORENO, Glaucia de Sousa; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O drama da instalação de famílias agricultoras na mesorregião sudeste paraense.** Ano 15. n. 21 p. 79-99, 2012.

PATRÍCIO, Patrícia Cartes; GOMES, João Carlos Costa. **Desenvolvimento rural sustentável, planejamento e participação.** Ano 15. n. 21 p. 100-113, 2012.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul: disputas territoriais nas retomadas pelo *Tekoha-Tekoharã*.** Ano 15. n. 21 p. 114-134, 2012.

ROSSETTO, Onélia Carmem; GIRARDI, Eduardo Paulon. **Dinâmica agrária e sustentabilidade socioambiental no Pantanal brasileiro.** Ano 15. n. 21 p. 135-161, 2012.

OMENA, Maria Luiza Rodrigues de Albuquerque; SOUZA, Roberto Rodrigues de; SOARES, Maria José Nascimento. **Contradições do programa sergipano de biodiesel.** Ano 15. n. 21 p. 162-172, 2012.

GARRIDO, Hellen Charlot Cristancho. **Vivir bien ¿paradigma no capitalista?** Ano 15. n. 21 p. 173-180, 2012.

COMPÊNDIO AUTORES

ACUÑA, Isaías Tobasura. **De campesinos a empresarios. La retórica neoliberal de la política agraria en Colombia.** Ano 12, n. 15 p. 07– 21, 2009.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Cultura, trabalho e lutas sociais entre trabalhadores agro-extrativistas do Rio Valparaíso na Amazônia acreana.** Ano 7, n. 5 p. 13 – 33, 2004.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Reflexões sobre a participação dos assentados nas eleições municipais.** Ano 8, n. 6 p. 59 – 74, 2005.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais.** Ano 1, n. 2 p. 74 – 93, 1998

ALMEIDA, Antônio Alves de. **A mística na luta pela terra.** Ano 8, n. 7 p. 22 – 34, 2005.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Análise preliminar da assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária do Estado de Mato Grosso do Sul.** Ano 3, n. 3 p. 58 – 67, 2000.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 13, n. 16 p. 22-32, 2010.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 15, Edição Especial, p. 93 – 102, 2012.

AQUINO, Maria Lúcia Santos; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de; SILVA, Zenobio Abel Gouvêa Perelli da Gama e. **Manejo madeireiro na floresta estadual do Antimary, estado do Acre, Brasil.** Ano 14. n. 19 p. 104-135, 2011.

BAGLI, Priscilla. **O camponês nas análises de Rousseau, Michelet e Marx: diferenças e semelhanças.** Ano 7, n. 5 p. 63 – 72, 2004.

BARBAY, Claire. **Vers de nouvelles relations ville-campagne: les travailleurs ruraux et la création de nouveaux lieux.** Ano 9, n. 9 p. 1 – 27, 2006.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A interdependência entre estado e MST na constituição de um assentamento de reforma agrária.** Ano 15. n. 20 p. 83-98, 2012.

BASU, Pratyusha. **Scale, place and social movements: strategies of resistance along India's Narmada river.** Ano 13, n. 16 p. 96-113, 2010.

BEM, Anderson; FABRINI, João Edmilson. **A comercialização informal de leite como componente de resistência camponesa em Marechal Cândido Rondon - PR.** Ano 8, n. 6 p. 14 – 23, 2005.

BENINI Edi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. **Reforma agrária no contexto da economia solidária.** Ano 11, n. 13 p. 6 – 15, 2008.

BERNARDES, Júlia Adão. **Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica.** Ano 10, n. 10 p. 1 – 10, 2007.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas**. Ano 12, n. 14 p. 112 – 124, 2009.

BÔAS, Rafael Litvin Villas. **Terrorismo à brasileira: a retórica da vez da classe dominante contra o MST**. Ano 11, n. 13 p. 156 – 165, 2008.

BRINGEL, Breno Marqués. **El lugar también importa. Las diferentes relaciones entre Lula y el MST**. Ano 9, n. 9 p. 28 – 48, 2006.

BRUMER, Anita. ANJOS, Gabriele dos. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar**. Ano 11, n. 12 p. 6 – 17, 2008.

BRUMER, Anita. SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX)**. Ano 9, n. 9 p. 49 - 73, 2006.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Conhecendo os camponeses-estudantes e o seus territórios no município de Paulicéia-SP: trabalho familiar, lazer e escola**. Ano 14, n. 18 p. 47-78, 2011.

CANUTO, Antônio. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade**. Ano 7, n. 5 p. 1 – 12, 2004.

CAPOANE, Viviane; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos. **Análise qualitativa do uso e ocupação da terra no assentamento Alvorada, Júlio de Castilhos – Rio Grande do Sul**. Ano 15. n. 20 p. 193-205, 2012.

CARDOSO, Antonio Ismael; JOVCHELEVICH, Pedro; MOREIRA, Vladimir. **Produção de sementes e melhoramento de hortaliças para a agricultura familiar em manejo orgânico**. Ano 14. n. 19 p. 162-169, 2011.

CARRASCO, Salvador Ferradás. **Desarrollo Local, Promoción y Publicidad: Criterios de Calidad Medioambiental y Territorial para la mejora de Ciudades Turísticas**. Ano 12, n. 15 p. 22–33, 2009.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária**. Ano 7, n. 5 p. 113 – 122, 2004.

CAVALCANTE, Matuzalem. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso**. Ano 9, n. 8 p. 109 – 121, 2006.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária**. Ano 11, n. 13 p. 16 – 25, 2008.

CHENG, TJ. **Overtime in China: law, practice and social exclusion**. Ano 11, n. 13 p. 26 – 46, 2008.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Agrarian reform, food sovereignty and the MST: socio-environmental impacts of agrofuels production in the Pontal do Paranapanema region of São Paulo state, Brazil**. Ano 15. n. 21 p. 08-32, 2012.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. **O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de “vidas inundadas”**. Ano 12, n. 15 p. 34–65, 2009.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Amazônia: a urgência e necessidade da construção de políticas e práticas educacionais inter/multiculturais.** Ano 14, n. 18 p. 79-105, 2011.

CUNHA, Paulo Roberto; MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. **A terra prometida ainda é promessa... desapropriação da fazenda Nova Alegria pelo descumprimento do Código Florestal: conflito, impunidade e imbróglio jurídico.** Ano 15. n. 20 p. 99-130, 2012.

DA ROS, César Augusto. **A política fundiária do governo da Frente Popular no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos.** Ano 11, n. 13 p. 47 – 82, 2008.

DA ROS, César Augusto; PICCIN, Marcos Botton. **Os serviços de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária: uma análise qualitativa das ações do projeto Lumiar no estado do Rio de Janeiro.** Ano 15. n. 20 p. 131-155, 2012.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Pelo espaço ou pelo território? Possibilidades de articulação para se compreender a territorialidade e a fragmentação socioespacial.** Ano 15. n. 21 p. 50-68, 2012.

DESMARAIS, Annette Aurélie. **La Vía Campesina: Globalização e o poder dos camponeses.** Ano 10, n. 10 p. 165 – 173, 2007.

Direção Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **As mentiras do governo FHC sobre reforma agrária.** Ano 1, n. 1 p. 72 – 75, 1998.

DROULERS, Martine. **Brésil: l'enjeu des biocarburants.** Ano 11, n. 12 p. 18 – 30, 2008.

ECHENIQUE, Sergio Gómez. **Reflexiones sobre la dinámica reciente del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe.** Ano 15. n. 20 p. 08-57, 2012.

EDUARDO, Márcio Freitas. **O conceito de território e o agroartesanato.** Ano 11, n. 13 p. 83 – 101, 2008.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 9, n. 8 p. 29 – 51, 2006.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 15, Edição Especial, p. 103 – 126, 2012.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **A hierarquização dos espaços agrários na Amazônia Sul-Ocidental: os assentados em áreas de preservação e os não assentados.** Ano 8, n. 7 p. 48 – 67, 2005.

ESTRADA, María de. **Geografía de la frontera: mecanismos de territorialización del agronegocio en frontera agropecuaria de Santiago del Estero, Argentina.** Ano 13, n. 17 p. 81-93, 2010.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 10, n. 11 p. 8 – 32, 2007.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 55 – 78, 2012.

FABRINI, João Edmilson; LUZ, Juan Artigas Souza; LACERDA, Celso Lisboa de. **A importância das culturas de milho e feijão para o desenvolvimento econômico de**

assentamentos de reforma agrária atendidos pelo projeto Lumiar – Paraná. Ano 3, n. 3 p. 68 – 94, 2000.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoni; MARQUES, Erwin Becker; GONÇALVES, Leandro Daneluz. **Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR.** Ano 15. n. 21 p. 33-49, 2012.

FARIAS, Cleilton Sampaio; FARIAS, Cleisson Sampaio de Farias. **Os fundamentos e a expressão da questão agrária no Acre.** Ano 13, n. 17 p. 94-111, 2010.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária.** Ano 10, n. 11 p. 33 – 47, 2007.

FELICIANO, Carlos Alberto. **“Grilos” jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários.** Ano 10, n. 11 p. 48 – 60, 2007.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Ação pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema.** Ano 8, n. 7 p. 112 – 124, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 2 – 44, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Rural.** Ano 14, n. 18 p. 125-135, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 8, n. 6 p. 24 – 34, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 09 – 20, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma agrária.** Ano 1, n. 2 p. 1 – 32, 1998.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Assentamentos rurais no território da cana: controvérsias em cena.** Ano 10, n. 11 p. 61 – 80, 2007.

FILHO, José dos Reis Santos. **A instituição imaginária da Amazônia brasileira. Registros cognitivos e práticas sociais.** Ano 9, n. 9 p. 113 – 143, 2006.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O novo colonialismo transnacional e a experiência brasileira do agronegócio.** Ano 13, n. 16 p. 48-62, 2010.

FREITAS, Alair Ferreira de; BOTELHO, Maria Isabel Vieira. **“Campesinato como ordem moral”: (re)visitando clássicos e (re)pensando a economia camponesa.** Ano 14. n. 19 p. 44-58, 2011.

GALAFASSI, Guido. **Economía regional y emergencia de movimientos agrarios. La región Chaqueña de los años setenta.** Ano 10, n. 10 p. 11 – 36, 2007.

GARRIDO, Hellen Charlot Cristancho. **Vivir bien ¿paradigma no capitalista?** Ano 15. n. 21 p. 173-180, 2012.

GIARRACA, Norma. GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. **Estrategias de vida, estrategias de lucha: apuntes de un trabajo de campo: el MST, São Paulo, Brasil (Reunión del GTDR – CLACSO, agosto/setiembre de 2005)**. Ano 8, n. 7 p. 141 – 155, 2005.

GIL, Izabel Castanha. **Cooperação, competição e resistência nas associações de municípios: a AMNAP e o desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista**. Ano 11, n. 12 p. 31 – 56, 2008.

GIL, Izabel Castanha. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Regiões contidas e desenvolvimento territorial: uma reflexão sobre o desenvolvimento contemporâneo da Nova Alta Paulista**. Ano 8, n. 6 p. 75 – 91, 2005.

GIL, Izabel Castanha. **Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo**. Ano 7, n. 4 p. 5 – 19, 2004.

GÓMEZ, Sérgio. Urbanização e Ruralidade. **Os condomínios e os conselhos de desenvolvimento social**. Brasília: MDA, 2009 (resenha). Ano 12, n. 15 p. 136–138, 2009.

GONÇALVES, Renata. **Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero**. Ano 7, n. 5 p. 43 – 55, 2004.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro**. Ano 9, n. 8 p. 1 – 28, 2006.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro**. Ano 15, Edição Especial, p. 127 – 154, 2012.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Biofuels: five myths of the agro-fuels transition**. Ano 10, n. 10 p. 151 – 164, 2007.

JESUS, José Novaes. **A pedagogia da alternância e o debate da Educação do/no campo no estado de Goiás**. Ano 14, n. 18 p. 7-20, 2011.

JÚNIOR, José Arbex. **Você tem fome do que?** Ano 9, n. 8 p. 173 – 185, 2006.

KARRIEM, Abdurazack. **“Marching as to war”: a letter from Brazil to South Africa about landlessness, agrarian reform and social movement struggles against Neoliberalism**. Ano 8, n. 6 p. 1 – 13, 2005.

LARA JÚNIOR, Nadir. **Análise das principais influências ideológicas na constituição do MST**. Ano 15, n. 20 p. 156-174, 2012.

LEITE, Sérgio. **Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil**. Ano 9, n. 9 p. 144 – 158, 2006.

LERRER, Débora Franco. **Movimentos sociais, mídia e construção de um novo senso comum**. Ano 8, n. 7 p. 125 – 140, 2005.

MACEDO, Giovanni Raimundo de; BINSZTOK, Jacob. **Associações dos agricultores familiares, cafeicultura orgânica e comércio justo na Amazônia: dilemas e perspectivas**. Ano 10, n. 10 p. 37 – 56, 2007.

MACHADO, Antonio Maciel Botelho; CASALINHO, Helvio Debli. **Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária**. Ano 13, n. 17 p. 65-80, 2010.

MARCOS, Valéria de. **Da luta para entrar na terra à luta para permanecer na terra: a realidade dos assentamentos rurais paraibanos.** Ano 1, n. 2 p. 51 – 73, 1998.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 11, n. 12 p. 57 – 67, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 15, Edição Especial, p. 43 – 54, 2012.

MARTÍN, Víctor O. Martín. **De cómo se evita hoy la aplicación de la reforma agraria en el Surde España.** Ano 10, n. 11 p. 81 – 108, 2007.

MCMICHAEL, Philip. **Reframing development: global peasant movements and the new agrarian question.** Ano 10, n. 10 p. 57 – 71, 2007.

MELLO, Neli Aparecida de. **E a política agrícola transforma-se em instrumento do desenvolvimento sustentável....** Ano 11, n. 12 p. 68 – 85, 2008.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; VAN TILBEURGH, Veronique. **Da teologia da libertação ao desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira: os mecanismos políticos e sociais de sua interpretação.** Ano 14. n. 19 p. 59-72, 2011.

MENDES, Eduardo Roberto; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Algumas considerações sobre o geógrafo anarquista Piotr Kropotkin e a comunidade rural Yuba em Mirandópolis (SP).** Ano 10, n. 11 p. 109 – 121, 2007.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. ALMEIDA, Maria Geralda de. **Um olhar sobre as redes de sociabilidade construídas do território das fabriquetas de queijo.** Ano 9, n. 8 p. 133 – 150, 2006.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje.** Ano 9, n. 8 p. 151 – 172, 2006.

MONDARDO, Marcos Leandro. **A “territorialização” do agronegócio globalizado em Barreiras- BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócio-territoriais.** Ano 13, n. 17 p. 112-130, 2010.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 10, n. 10 p. 72 – 93, 2007.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 15, Edição Especial, p. 155 – 176, 2012.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; IENO NETO, Genaro. **Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas.** Ano 3, n. 3 p. 45 – 57, 2000.

MOREIRA, Vagner José. **A criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra: mundos dos trabalhadores, questão agrária e o “levante comunista” de 1949 em Fernandópolis-SP.** Ano 13, n. 16 p. 114-129, 2010.

MORENO, Glaucia de Sousa; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O drama da instalação de famílias agricultoras na mesorregião sudeste paraense.** Ano 15. n. 21 p. 79-99, 2012.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul: disputas territoriais nas retomadas pelo Tekoha-Tekohará.** Ano 15. n. 21 p. 114-134, 2012.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Educação do Campo na encruzilhada entre emancipação versus reino do capital: uma leitura filosófica.** Ano 14, n. 18 p. 106-124, 2011.

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra.** Ano 3, n. 3 p. 7 – 27, 2000.

NETO, Domingos José de Almeida. **O Método do discurso.** Ano 7, n. 5 p. 73 – 85, 2004.

NEVES, Achiles Lemos. **Dos movimentos sociais aos sócio-espaciais e socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos “movimentos” pela perspectiva geográfica.** Ano 7, n. 5 p. 35 – 42, 2004.

NEVES, Delma Pessanha. **Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena.** Ano 8, n. 7 p. 68 – 93, 2005.

NUNES, João Osvaldo Rodrigues; SERRANO, José Antonio Segrelles. **Análise agrária da multifuncionalidade da terra na província de Alicante-Espanha.** Ano 12, n. 14 p. 28 – 47, 2009.

OCADA, Fabio Kazuo; MELO, Beatriz Medeiros de. **Entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva.** Ano 11, n. 12 p. 117 – 136, 2008.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Prescrições agroecológicas para a crise atual.** Ano 13, n. 16 p. 33-47, 2010.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Uma descrição agroecológica da crise atual.** Ano 12, n. 15 p. 66– 87, 2009.

OLIVEIRA, Nallígia Tavares de. **Entrevista com Valmir Ulisses Sebastião – Ocupações de terra: mudanças e perspectivas.** Ano 13, n. 17 p.150-156, 2010.

OMENA, Maria Luiza Rodrigues de Albuquerque; SOUZA, Roberto Rodrigues de; SOARES, Maria José Nascimento. **Contradições do programa sergipano de biodiesel.** Ano 15. n. 21 p. 162-172, 2012.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro.** Ano 15. n. 20 p. 206-207, 2012.

PASQUETTI, Luis Antônio. **O MST como uma empresa social.** Ano 1, n. 2 p. 33 – 50. 1998.

PATIÑO, Luís Carlos Agudelo. **Campesinos sin tierra, tierra sin campesinos: territorio, conflicto y resistencia campesina en Colômbia.** Ano 13, n. 16 p. 81-95, 2010.

PATRÍCIO, Patrícia Cartes; GOMES, João Carlos Costa. **Desenvolvimento rural sustentável, planejamento e participação.** Ano 15. n. 21 p. 100-113, 2012.

PAULA, Elder Andrade de. **O movimento sindical dos trabalhadores rurais e a luta pela terra no Acre: conquistas e retrocessos.** Ano 7, n. 5 p. 86 – 101, 2004.

PAULA, Elder Andrade de. SILVA, Silvio Simione da. **Floresta, para que te quero? Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital.** Ano 11, n. 12 p. 86 -97, 2008.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. **Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes.** Ano 11, n. 13 p. 102 – 117, 2008.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 9, n. 8 p. 52 – 73, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 15, Edição Especial, p. 21 – 42, 2012.

PAVAN, Dulcinéia. **O caminho feminino para a reforma agrária.** Ano 3, n. 3 p. 28 – 44, 2000.

PERCÍNCULA, Analia; JORGE, Andrés; CALVO, Claudia; MARIOTTI, Daniela; DOMÍNGUEZ, Diego; ESTRADA, Maria de; CICCOLELLA, Mariana; BARBETTA, Pablo; SABATINO, Pablo; ASTELARRA, Sofia. **La violencia rural en la Argentina de los agronegocios: crónicas invisibles del despojo.** Ano 14. n. 19 p. 08-23, 2011.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005).** Ano 8, n. 6 p. 92 – 117, 2005.

PICCIN, Marcos Botton et al. **Análise do processo de constituição e desestruturação da cooperativa de agricultores assentados Terra Vida – COOPERVIDA, RS.** Ano 12, n. 14 p. 72 – 96, 2009.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Aportes metodológicos de la teoría del desarrollo territorial.** Ano 15. n. 21 p. 69-78, 2012.

PONTE, Karina Furini da. **(Re) Pensando o Conceito do Rural.** Ano 7, n. 4 p. 20 – 28, 2004.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx.** Ano 8, n. 7 p. 35 – 47, 2005.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. **A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo.** Ano 14, n. 18 p. 37-46, 2011.

QUIJANO, María Adelaida Farah. CORREA, Edelmira Pérez. **Mujeres rurales y nueva ruralidad en Colombia.** Ano 9, n. 9 p. 73 – 88, 2006.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Quem são os sem-terra? Uma questão relevante para a compreensão da luta pela terra no Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 59 – 72, 1998.

RAMÍREZ, Milena Barrera. **Aproximación histórica al cooperativismo y su relación con la *praxis* desarrollada por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST).** Ano 10, n. 10 p. 94 – 114, 2007.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato.** Ano 8, n. 6 p. 46 – 58, 2005.

REITER, Bernd. **A genealogy of Black organizing in Brazil**. Ano 12, n. 14 p. 48 – 62, 2009.

RIBAS, Alexandre Domingues. **MST: reorganização político-territorial dos assentamentos e a consolidação do sistema cooperativista dos assentados**. Ano 1, n. 1 p. 45 – 58, 1998.

RINCÓN, Luis Felipe. **¡Hombres de maíz! Una mirada a la actualidad organizativa campesina en Guatemala**. Ano 13, n. 17 p. 49-64, 2010.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Memória e atualização de sentidos em três atos do discurso jornalístico**. Ano 7, n. 5 p. 56 – 62, 2004.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Muito além de giz e lousa: análise do litígio discursivo em torno da questão agrária**. Ano 11, n. 12 p. 98 – 107, 2008.

ROOS, Djoni. **Lutas camponesas e diferentes atividades associativas nos assentamentos de sem-terra**. Ano 12, n. 14 p. 97 – 111, 2009.

ROSSETTO, Onélia Carmem. **Sustentabilidade Ambiental do Pantanal Mato-Grossense: Interfaces entre Cultura, Economia e Globalização**. Ano 12, n. 15 p. 88–105, 2009.

ROSSETTO, Onélia Carmem; GIRARDI, Eduardo Paulon. **Dinâmica agrária e sustentabilidade socioambiental no Pantanal brasileiro**. Ano 15. n. 21 p. 135-161, 2012.

ROSSI, Virginia. **La producción familiar en la cuestión agraria uruguaya**. Ano 13, n. 16 p. 63-80, 2010.

SANTONJA, Jordi Tormo i. **Hacia una Geografía útil: el papel de la Geografía en el siglo XXI en España**. Ano 12, n. 14 p. 7– 27, 2009.

SANTOS, Anderson Luiz Machados dos; DE DAVID, Cesar. **Luta pela terra e disputas territoriais na região da campanha gaúcha: o processo de formação do assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel – RS**. Ano 15. n. 20 p. 175-192, 2012.

SANTOS, Maria Edilúzia Leopoldino. **A construção do caminho para a conquista da terra: um espaço de transformação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra**. Ano 9, n. 9 p. 89 – 112, 2006.

SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. **A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais**. Ano 11, n. 13 p. 118 – 127, 2008.

SAUER, Sérgio. TUBINO, Nilton Luis Godoy. **A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro**. Ano 10, n. 11 p. 131 – 148, 2007.

SEGRELLES, José Antonio. **La ecología y el desarrollo sostenible frente al capitalismo: una contradicción insuperable**. Ano 11, n. 13 p. 128 – 143, 2008.

SHANIN, Teodor. **Definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista**. Ano 8, n. 7 p. 1 – 21, 2005.

SHIMBO, Júlia Zanin; JIMÉNEZ-RUEDA, Jairo Roberto. **Zoneamento geoambiental como subsídio aos projetos de reforma agrária. Estudo de caso: assentamento rural Pirituba II**. Ano 10, n. 10 p. 115 – 133, 2007.

SILVA, Emerson Xavier da. **Entrevista a James Cockcroft**. Ano 10, n. 11 p. 149 – 169, 2007.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações**. Ano 13, n. 16 p. 7-21, 2010.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações**. Ano 15, Edição Especial, p. 79 – 92, 2012.

SILVA, Judson Jorge; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Do sonho à devastação onde tudo se (RE)constrói: experiências e memórias nas lutas por terra da região do Cariri-CE**. Ano 12, n. 14 p. 125 – 141, 2009.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. MARTINS, Rodrigo Constante. OCADA, Fábio Kazuo. GODOI, Stela. MELO, Beatriz Medeiros de. VETTORACCI, Andréia. BUENO, Juliana Dourado. RIBEIRO, Jadir Damião. **Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado**. Ano 9, n. 8 p. 74 – 108, 2006.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX**. Ano 7, n. 4 p. 42 – 49, 2004.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX**. Ano 15, Edição Especial, p. 177 – 184, 2012.

SILVA, Simone Rezende da. **A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola**. Ano 14. n. 19 p. 73-89, 2011.

SILVA, Tânia Paula da. **As redefinições do “rural”: breve abordagem**. Ano 7, n. 4 p. 50 – 55, 2004.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **A Geografia dos Movimentos Sociais em tempos de Globalização: o MST e o Zapatismo**. Ano 10, n. 11 p. 122 – 130, 2007.

SOARES, Jorge Luís Nascimento. **Assentamentos de reforma agrária na defesa e conservação do cerrado: o caso da região sul do Maranhão**. Ano 11, n. 13 p. 144 – 155, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento; ESPINDOLA, Carlos Roberto. **Geotecnologias no planejamento de assentamentos rurais: premissa para o desenvolvimento rural sustentável**. Ano 11, n. 12 p. 108 – 116, 2008.

SOARES, Venozina de Oliveira; ROCHA, Luciana Oliveira. **A evolução da estrutura agrária do município de Barra do Choça-BA**. Ano 13, n. 17 p. 131-149, 2010.

SORZANO, Angelina Herrera; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **O papel e os desafios da organização camponesa em Cuba: entrevista com o dirigente da Associação Nacional dos Agricultores Pequenos (ANAP), Mario La O Sosa**. Ano 14. n. 19 p. 136-151, 2011.

SOUZA, Francilane Eulália de. **Os colégios rurais agrupados na Espanha: lugar de fortalecimento do campesinato?** Ano 14, n. 18 p. 21-36, 2011.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Nota: a permanência na transformação e a transformação da permanência**. Ano 13, n. 17 p. 157-159, 2010.

SUZUKI, Júlio César. **Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação.** Ano 10, n. 10 p. 134 – 150, 2007.

TEUBAL, Miguel. **La renta de la tierra en la economía política clásica: David Ricardo.** Ano 9, n. 8 p. 122 – 132, 2006.

THÉRY, Hervé et al. **Geografias do trabalho escravo contemporâneo no Brasil.** Ano 13, n. 17 p. 7-28, 2010.

VANDEN, Harry E. **Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST.** Ano 12, n. 14 p. 63 – 71, 2009.

VELTMEYER, Henry. **Dynamics of agrarian transformation and resistance.** Ano 13, n. 17 p. 29-49, 2010.

VELTMEYER, Henry. **El itinerario de desarrollo como un idea.** Ano 14. n. 19 p. 24-43, 2011.

VIDAL, Déa de Lima; ALENCAR, João Vitor de Oliveira. **Diferenciação camponesa na Depressão Sertaneja Semi-Árida do Ceará.** Ano 12, n. 15 p. 106–135, 2009.

VIEIRA, Flávia Braga. **Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina.** Ano 15. n. 20 p. 58-82, 2012.

VIEIRA, Noemia Ramos. **O conhecimento geográfico veiculado pelos parâmetros curriculares nacionais de geografia e o espaço agrário brasileiro: reflexões para uma geografia crítica em sala de aula.** Ano 7, n. 4 p. 29 – 41, 2004.

VILLELA, Fábio Fernandes. **Práticas educativas comparadas em educação do campo e os desafios da formação omnilateral na América Latina.** Ano 14. n. 19 p. 90-103, 2011.

WANDSCHEER, Elvis Albert Robe; MACIEL, Carlos Alberto da Rosa; NEVES, Anderson Souto. **A influência dos processos contemporâneos na alimentação: uma proposta de reflexão.** Ano 14. n. 19 p. 152-161, 2011.

WELCH, Clifford Andrew. **Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio transnacional.** Ano 8, n. 6 p. 35 – 45, 2005.

WELCH, Clifford Andrew. **Movement histories: a preliminary historiography of the Brazil's landless laborers' movement (MST).** Ano 9, n. 9 p. 159 – 168, 2006.

WELCH, Clifford Andrew. **Peasants and globalization in Latin America: a survey of recent literature.** Ano 7, n. 5 p. 102 – 112, 2004.

WITTMAN, Hannah. **Agrarian reform and the production of locality: resettlement and community building in Mato Grosso, Brazil.** Ano 8, n. 7 p. 94 – 111, 2005.